



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS**

**VAGNER JOSÉ ROCHA SANTOS**

**SALVE BÁRBARA!**  
**CAMINHOS DE UMA FESTA POPULAR NA CIDADE DA BAHIA**

Salvador

2021

**VAGNER JOSÉ ROCHA SANTOS**

**SALVE BÁRBARA!**

**CAMINHOS DE UMA FESTA POPULAR NA CIDADE DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Afonso Bacelar

Salvador

2021

Biblioteca CEAO - UFBA

S237 Santos, Vagner José Rocha.  
Salve Bárbara! Caminhos de uma festa popular na Cidade da Bahia. / Vagner José Rocha Santos. -  
2021.  
233 f.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Afonso Bacelar.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais 2021.

1.Festa religiosa. 2. Festa popular – Salvador (BA). 3. Santa Bárbara - Iansã. I. Bacelar,  
Jeferson Afonso. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. Centro de Estudos Afro-Orientais. III. Título.

CDD - 398.0981



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E  
AFRICANOS (POSAFRO)**

ATA Nº 2721

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS (POSAFRO), realizada em 15/12/2021 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS no. 2721, área de concentração Estudos Étnicos e Africanos, do(a) candidato(a) VAGNER JOSÉ ROCHA SANTOS, de matrícula 217123661, intitulada Salve Bárbara! Caminhos de uma festa popular na Cidade da Bahia. Às 09:00 do citado dia, Virtualmente (Plataforma RNP), foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. JEFERSON AFONSO BACELAR que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. EDILECE SOUZA COUTO, Prof. Dr. ARIVALDO DE LIMA ALVES, Profª. Dra. CLEIDIANA PATRICIA COSTA RAMOS e Prof. Dr. WALTER DA SILVA FRAGA FILHO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

**Dr. ARIVALDO DE LIMA ALVES, UNEB**

Examinador Externo à Instituição

**Dra. CLEIDIANA PATRICIA COSTA RAMOS, UNEB**

Examinadora Externa à Instituição

**Dr. WALTER DA SILVA FRAGA FILHO, UFRB**

Examinador Externo à Instituição

**Dra. EDILECE SOUZA COUTO, UFBA**

Examinadora Externa ao Programa

**JEFERSON AFONSO BACELAR, UFBA**

Presidente

**VAGNER JOSÉ ROCHA SANTOS**

À minha mãe, minha avó Aurelina (*in memoriam*) e minha tia Aurinha (*in memoriam*),  
pelos carurus de promessa em nossa casa no Bonfim.

Ao meu pai, que sempre quis ter um filho Doutor.

## **Carta à Banca Examinadora**

(ou para eu nunca me esquecer de como cheguei até aqui)

Eu nasci e cresci no Bonfim, bairro localizado na Cidade Baixa de Salvador. Durante 30 anos, acompanhei de perto duas festas religiosas populares que aconteciam na região: Bom Jesus dos Navegantes (no bairro da Boa Viagem) e a Lavagem do Bonfim. Vivenciando essas duas festas, sempre me encantei com os espetáculos de fé do povo baiano, na amálgama do sagrado com o profano. Os demais festejos do chamado ciclo de festas populares da Bahia eu só acompanhava de longe, pelos (tele)jornais e relatos de amigos que frequentavam determinada festa em função de uma devoção particular.

Eu só fui conhecer, de fato, a festa de Santa Bárbara no ano de 2010. Um ano antes eu tinha ido com uma colega de trabalho, mas apenas no horário do almoço para comer o caruru no Quartel do Corpo de Bombeiros (ficamos quase uma hora na fila!). Já em 2010, lembro que trabalhava na FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia, num casarão localizado na Rua Gregório de Matos, e aquele 04 de dezembro parecia ser mais um dia normal na minha rotina de trabalho. Até que, no meio da manhã, fui surpreendido pelo som de uma multidão cada vez mais próxima, cantando e batendo palmas. Ao chegar na sacada, vi um mar vermelho de gente que tomava aquela rua estreita do Pelourinho. Imediatamente, compreendi que se tratava da procissão de Santa Bárbara e acompanhei do alto o cortejo que trazia tantos andores, que arrastava uma multidão tão diversa.

Naquele dia, eu fui tocado pela festa de Santa Bárbara e comecei a frequentá-la todos os anos enquanto um grande admirador dessa devoção popular. Mesmo sem saber que um dia iria me debruçar academicamente sobre a festa de 04 de dezembro, ela está citada nos meus trabalhos de graduação (SANTOS, 2008, p. 58) e mestrado (SANTOS, 2013, p. 42). Parece que Barbinha já havia me escolhido antes mesmo de eu me dar conta disso...

Na realidade, o meu interesse em estudar as “comidas de azeite” e as religiões de matriz africana surgiu no período da graduação quando, convidado por uma amiga, fui a um caruru na casa dela. Ao chegar no endereço, descobri que ela morava em um terreiro de candomblé e que aquele caruru não era de Cosme e Damião, mas sim dos Ibejis; era festa de erê! Encantado com aquela primeira experiência num ambiente afro sagrado, voltei para casa decidido que o objeto da minha monografia seriam as relações entre comida, religião e cultura na cidade de Salvador. Naquele momento, nem eu imaginava que aquele caruru iria marcar de forma indelével a minha trajetória acadêmica.

A bem da verdade, os carurus de preceito/promessa estão presentes na minha vida desde sempre. Na casa do Bonfim, cresci com minha mãe dando caruru de São Cosme todos os anos. Ainda muito pequeno, ficava deslumbrado com cada detalhe envolvido no seu trabalhoso preparo. Além de ajudar a cortar os quiabos (sete, pelo menos, e com direito a fazer um pedido aos santos gêmeos), era encantador ver aquelas três mulheres reunidas: mãe, avó e tia-avó se revezando nos afazeres e compartilhando histórias e segredos de como cortar a baba do quiabo, de como fazer para o vatapá não desandar, que nós (eu e minhas duas irmãs) não poderíamos assistir ao sacrifício das galinhas porque, se alguém ficasse com dó das aves, elas continuariam vivas mesmo após terem o pescoço cortado.

As velas de Cosme e Damião, para mim, eram um capítulo à parte. Eu, assim como um fiscal, vigiava constantemente para não deixar os santos no escuro, sempre me antecipando em acender uma nova vela à medida que as velinhas coloridas iam sendo consumidas pela chama. No altar improvisado, no quarto das minhas irmãs, as velas queimavam num pequeno pires, em frente à antiga imagem dos gêmeos, entre os dois pratinhos repletos de todas as comidas servidas primeiro às sete crianças e depois aos tantos amigos e familiares que enchiam a nossa casa.

Hoje, minha mãe já concluiu sua promessa e não dá mais caruru para São Cosme, mas essas lembranças da infância continuam bastante vivas em minha memória, guardadas em um lugar muito especial. Consciente ou inconscientemente, são todos esses acontecimentos e lembranças que permeiam as páginas deste trabalho que se propõe acadêmico, mas que também é carregado de emoções.

Afetuosamente,

Vagner Rocha

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida. A Santa Bárbara e Iansã, fé, inspiração e força necessárias para concluir esta tese.

Aos meus pais, João de Deus e Dagmar, pelo amor e apoio incondicionais. Às minhas irmãs e cunhado, que sempre acreditaram em mim e me estimularam a ir além. À minha sobrinha-afilhada Maria Eloah, por ser meu respiro na tese e minha esperança no futuro. Às minhas tias/os e primas/os, obrigado pelo incentivo constante.

Ao meu orientador, Jeferson Bacelar, pela leveza e competência com que me acompanhou durante os últimos quatro anos. Agradeço sobretudo por ter me encorajado a seguir em frente, quando eu pensei em desistir.

A todos os docentes, discentes e funcionários do Pós-Afro, pela convivência e aprendizados compartilhados no CEAO. Aos professores Edilece Couto e Vilson Caetano Júnior, agradeço os momentos de diálogo e caminhos sugeridos para a minha pesquisa.

Um obrigado especial aos colegas que se tornaram amigos e fizeram com que essa caminhada fosse menos pesada e mais divertida: Adriana Cerqueira, Aline Nascimento, Cássia Maciel, Isabelle Baltazar e João Mouzart. A Aline, meu agradecimento ainda por ter me ajudado na catalogação de todas as matérias do jornal A Tarde.

Aos professores Maria Rosário Carvalho e Vilson Caetano Júnior, pelas críticas e sugestões durante meu exame de qualificação.

Ao professor André Nascimento, que cedeu uma cópia da sua monografia sobre a festa de Santa Bárbara e, desde então, demonstrou interesse pela minha pesquisa.

Aos funcionários do Centro de Memória da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Arquivo Histórico e Municipal do Salvador e Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, por sempre se mostrarem atenciosos e disponíveis.

Aos amigos de todas as horas (elas/es sabem quem são), que me ouviram falar desta pesquisa inúmeras vezes, compreenderam minhas ausências e me incentivaram a seguir em frente. De modo especial, agradeço ao querido amigo Rafael Fontes, que acompanhou bem de perto todo o meu percurso no doutorado e debateu comigo várias questões da tese, desde que comentei com ele a minha ideia inicial de pesquisa.

À Equipe do Dendê que, além de criar um podcast comigo, construiu laços fundamentais para eu me reinventar durante a pandemia, renovando meu fôlego para terminar este trabalho.

Aos membros da Irmandade dos Homens Pretos, especialmente dona Cosma Miranda, que se mostrou disposta a me ajudar desde o primeiro contato. Aos integrantes da Devoção de Santa Bárbara, muito obrigado pela confiança e partilha em tantos momentos.

A Dom Edson de Deus, dona Olga Padin e toda comunidade da Paróquia de Santa Bárbara, pela disponibilidade e prontidão em colaborar.

Às comerciantes do Mercado de Santa Bárbara, que me acolheram como um filho e me ensinaram tanto em sua simplicidade. À dona Izabel Batista (*in memoriam*), “minha velha”, serei eternamente grato por tudo. Com fé em Santa Bárbara e Iansã, daremos continuidade ao seu legado!

Agradeço à FAPESB e à CAPES, pela bolsa de estudos que viabilizou a realização desta pesquisa.

Por fim, meu muito obrigado às/aos devotas/os de Iansã e Santa Bárbara que eu conheci nos últimos anos e compartilharam comigo tantas histórias de fé na santa, no orixá ou nas duas divindades.

SANTOS, Vagner José Rocha. **Salve Bárbara! Caminhos de uma festa popular na Cidade da Bahia.** Orientador: Jeferson Afonso Bacelar. 2021. 235 f. il. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2021.

## RESUMO

Esta tese investigou a trajetória da festa de Santa Bárbara, em Salvador-BA, buscando compreender as fases pelas quais a festividade passou e que resultaram na festa religiosa popular que é conhecida atualmente, assim como os fatores responsáveis pela sua continuidade. Para tanto, o trabalho utilizou-se de revisão bibliográfica, pesquisa documental (periódicos e documentos oficiais) e etnografia, que conduziram ao estudo da festa dividido em três períodos: invisibilidade, inconstância e ascensão. A análise se estendeu ainda a dois espaços da capital baiana que ajudam a manter viva a devoção à virgem mártir e concluiu com algumas considerações acerca do futuro da festa em questão. Além de buscar preencher a lacuna de uma pesquisa pormenorizada sobre a festa de Santa Bárbara, a importância desta tese é contribuir para uma maior reflexão em torno dos demais festejos que compõem o calendário de festas populares da Bahia, destacando os diversos aspectos envolvidos nesse tipo de celebração.

**Palavras-chave:** Festa religiosa popular; Santa Bárbara; Iansã; Salvador (BA).

SANTOS, Vagner José Rocha. **Salve Barbara! The Paths of a Popular Festival in the City of Bahia.** Advisor: Jeferson Afonso Bacelar. 2021. 235 f. il. Thesis (Doctorate in Ethnic and African Studies) – School of Philosophy and Humanities, Federal University of Bahia, 2021.

## **ABSTRACT**

This doctoral dissertation investigates the trajectory of the Saint Barbara festival in Salvador, Bahia with the goal of understanding the phases that the festival went through and which resulted in the popular religious festival that it is known for being today, as well as the factors responsible for its continuity. To this end, this text reviews previously published literature, archival research of official documents and periodicals, and ethnography, which led to the study of the festival divided into three periods: its invisibility, followed by its inconsistency, and finally, its ascension as a fixture on the popular festival circuit. The analysis also extended to two spaces in the Bahian capital that help to keep devotion to the virgin martyr alive and concluded with some considerations about the future of the festival in question. In addition to seeking to fill the gaps in research on the Saint Barbara festival, the importance of this dissertation is to contribute to greater reflection around the other celebrations that make up the calendar of popular festivals in Bahia, highlighting the various aspects involved in this type of celebration.

**Keywords:** Popular religious festival; Saint Barbara; Iansã; Salvador, Brazil.

SANTOS, Vagner José Rocha. **Vive Barbara! Chemins d'une fête populaire dans la Ville de Bahia.** Directeur de thèse: Jeferson Afonso Bacelar. 2021. 235 f. il. Thèse (Doctorat en Etudes ethniques et africaines) - Faculté de Philosophie et Sciences humaines, Université Fédérale de Bahia, 2021.

## RÉSUMÉ

Cette thèse étudie la trajectoire de la fête de sainte Barbara, à Salvador, Brésil, en cherchant à comprendre les phases qu'elle a traversées et qui ont abouti à la fête religieuse populaire connue aujourd'hui, ainsi que les facteurs responsables de sa continuité. Pour cela, l'ouvrage utilise la revue bibliographique, la recherche documentaire (périodiques et documents officiels) et l'ethnographie, ce qui conduit à une étude de la fête divisée en trois périodes: l'invisibilité, l'inconstance et l'ascension. L'analyse s'étend également à deux espaces de la capitale bahianaise qui aident à maintenir vivante la dévotion à la vierge martyre et se conclut par quelques considérations sur l'avenir de la fête en question. En plus de chercher à combler le vide d'une recherche détaillée sur la fête de sainte Barbara, l'importance de cette thèse est de contribuer à une plus grande réflexion autour des autres célébrations qui composent le calendrier des fêtes populaires à Bahia, en mettant en évidence les différents aspects impliqués dans ce type d'événement.

**Mots-clés:** Fête religieuse populaire; sainte Barbara; Iansã; Salvador, Brésil.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ilustração do antigo Morgado de Santa Bárbara.....	40
Figura 2: Antiga Rua Santa Bárbara.....	64
Figura 3: “A imagem de Santa Barbara que está no Corpo Santo”.....	74
Figura 4: Imagem de Santa Bárbara na Igreja do Corpo Santo. ....	75
Figura 5: “Santa Barbara em seu altar todo enflorado, no Mercado da rua J. J. Seabra..	76

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variações da Festa de Santa Bárbara.....	93
Quadro 2: Igrejas e Santos na Festa de Santa Bárbara .....	107

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Bahiatursa	Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia
CCPI	Centro de Culturas Populares e Identitárias
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Emtursa	Empresa de Turismo Salvador
FPC	Fundação Pedro Calmon
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e mais outras identidades de gênero e orientações sexuais
SEDUR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUTURSA	Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: Os preparativos para a festa</b> .....	17
<b>CAPÍTULO 1: A invisibilidade da festa</b> .....	27
1.1 A(s) história(s) de Santa Bárbara .....	28
1.2 Chegada da devoção em Salvador.....	38
1.3 As festas religiosas populares na “Bahia de outrora” .....	53
1.4 O fim do morgado de Santa Bárbara.....	64
<b>CAPÍTULO 2: A inconstância da festa</b> .....	69
2.1 Transferência da imagem para a Igreja do Corpo Santo .....	69
2.2 Surgimento do novo mercado e os caminhos da procissão .....	79
2.3 O caruru do mercado que se espalhou pela cidade.....	110
<b>CAPÍTULO 3: A ascensão da festa</b> .....	131
3.1 Transferência da imagem para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos....	131
3.1.1 Negritude e reafirmação a partir do Pelourinho.....	152
3.2 O Pelourinho se veste de vermelho e branco .....	159
<b>CAPÍTULO 4: A patrimonialização da festa (e para além da festa oficial)</b> .....	180
4.1 Um patrimônio vivo dos baianos .....	181
4.1.1 A festa como produto turístico e vitrine política.....	184
4.2 A igreja de Santa Bárbara na Liberdade .....	194
4.3 O reavivamento da devoção no Mercado de Santa Bárbara .....	203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: E o futuro da festa?</b> .....	217
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	224
<b>ANEXOS</b> .....	234

## INTRODUÇÃO: Os preparativos para a festa

A maioria dos soteropolitanos sabe bem que 04 de dezembro é o dia dedicado à Santa Bárbara. Em Salvador, a festa que leva o nome oficial da mártir católica é momento oportuno para homenagear outra divindade, ligada aos cultos afro-brasileiros<sup>1</sup>. Popularmente chamada de Iansã, a deusa guerreira é também conhecida como Oiá. Mas a depender da nação de candomblé em que é cultuada, a entidade que controla os ventos e tempestades recebe os nomes de Bamburucema, Matamba, Kaiongo e Avessã (ou Avesan).

Ainda que exista essa diferenciação no interior das religiões de matriz africana, Iansã é um nome bastante utilizado por adeptos de diferentes nações de candomblé. Em diversos terreiros, Iansã é a forma pública de se referir ao orixá Oiá. Sobre esse fato, o antropólogo Júlio Braga (1989) fez a seguinte observação:

A divindade Oiá é mais comumente conhecida, no Brasil, nos terreiros de candomblé, onde é cultuada pelo nome de Iansã e frequentes são as expressões: “hoje tem festa para Iansã”, “eu sou filho de Iansã”, “a mãe-de-santo de Iansã”, o “terreiro de Iansã”. Entretanto, quando da realização do seu culto, a designação Oiá supera a primeira, parecendo mais sagrada ou pelo menos mais consagrada nos cânticos e formas especiais de saudação a que se dá o nome de **oriki**. (BRAGA, 1989, p. 65)

Para além dos terreiros de candomblé, no que tange à questão do sincretismo religioso, o conceito “orixá” não dá conta das irradiações possíveis entre Iansã e Santa Bárbara. Ademais, apesar de várias pessoas utilizarem Iansã, Matamba, Bamburucema... como sinônimos, o orixá da nação ketu é diferente do inquice angola e do vodum jeje. Ciente disso, priorizei no trabalho a terminologia iorubá (orixá Iansã) não por defender o mito da superioridade nagô, mas por ser a forma mais repetida pelos fiéis presentes na festa anual e pelos demais devotos que correlacionam a santa e o orixá. Nesse sentido, ao longo do texto, muitas vezes o nome Iansã

---

<sup>1</sup> Ao longo da tese, utilizo principalmente a expressão ‘religiões de matriz africana’ para me referir ao candomblé e à umbanda, mas reconheço que este termo não dá conta de abarcar a complexidade das inúmeras experiências de fé que envolvem orixás, inquices, voduns, caboclos, encantados, padilhas, exus... No artigo “Relações raciais, racismo e identidade negra no candomblé baiano de Alagoinhas”, os autores problematizam esta categorização e consideram mais apropriado definir o candomblé como uma religião de orientação africana (grifo meu), destacando sua institucionalização a partir do empenho de africanos e descendentes, mas sem invisibilizar outras influências que contribuíram na formação do candomblé, inclusive provenientes do catolicismo. Para mais informações, consultar LIMA, Ari; ALVES, Nana L. M. (2015).

foi utilizado apenas para facilitar a leitura, diante dessa diversidade de designações e maneiras de ver/vivenciar o fenômeno religioso.

Assim sendo, pesquisar a festa de Santa Bárbara é adentrar um universo complexo em que o encontro dessas experiências de fé se destaca. O sincretismo religioso afro-católico é um tema desconfortável tanto na academia (apesar de já ter sido revisitado por vários autores) como para as religiões afro-brasileiras devido aos estigmas que o processo histórico atribuiu ao fato. De modo geral, entre os antropólogos e outros cientistas sociais, o conceito é tão rejeitado que Sergio Ferretti (1999) escreveu:

Sincretismo é palavra considerada maldita que provoca mal estar em muitos ambientes e em muitos autores. Diversos pesquisadores evitam mencioná-la, considerando seu sentido negativo, como sinônimo de mistura confusa de elementos diferentes, ou imposição de evolucionismo e do colonialismo. (FERRETTI, 1999, p. 113)

Usando uma analogia de Frantz Fanon (2008), desde o Brasil colonial, a correspondência entre santos católicos e deuses africanos criou máscaras brancas para divindades negras. Este aspecto é somente um dos ângulos possíveis de análise para um processo complexo que ficou conhecido como sincretismo religioso. Pensar o sincretismo apenas por esse viés é reduzir a discussão às exterioridades, sem considerar as práticas imbricadas nos modos de vida reinventados pelos africanos depois que chegaram ao Brasil.

Para a ialorixá Olga do Alaketu, conforme pontuou Wilson Caetano de Sousa (2003, p. 162), um dos motivos da união entre santos e orixás é que, ainda que sejam de origens distintas, ambos chegaram ao Novo Mundo na condição de estrangeiros. Mesmo com as mudanças decorrentes do processo histórico, ainda hoje o sincretismo existe e é vivido de formas distintas pelas pessoas, já que está intimamente relacionado à fé dos devotos, ao sentimento particular de cada fiel. Ainda de acordo com o que Sousa (2003) ressaltou,

Santa Bárbara e Iansã devem ser entendidas na relação, não entre si, mas entre os seus devotos. As festas populares da cidade de Salvador que são realizadas em torno dos Santos católicos são apenas um momento da possibilidade dessa relação. É sem dúvida alguma, aquele que permite uma maior visibilidade da mesma. (...) Embora os santos possam ser diferentes, os devotos são os mesmos, daí a possibilidade desses fiéis os encontrarem num mesmo momento dentro de um único sentimento que é o sentimento religioso. (SOUSA, 2003, p. 152)

Dito isso, é importante frisar que o sincretismo afro-católico foi apenas uma das questões levantadas para ajudar a compreender a trajetória da festa de Santa Bárbara na cidade de Salvador. Ainda que os festejos populares sofram alterações, todas as fases pelas quais passou o evento que abre o ciclo de festas de largo da Bahia nunca foi objeto de estudo. Mais do que simplesmente falar sobre as transformações, o objetivo central deste trabalho é demonstrar como essas mudanças garantiram a permanência da festa em questão.

Numa perspectiva multidisciplinar, o objeto de pesquisa foi construído dialogando com algumas disciplinas das Ciências Sociais, especialmente a Antropologia e a História, em busca de saberes que ultrapassassem o senso comum e o imaginário criados em torno da festa de Santa Bárbara. Para tanto, os limites do objeto foram definidos pela própria trajetória da festa e dos locais públicos de culto à virgem mártir em Salvador. Deste modo, devoções particulares e terreiros de candomblé consagrados a Iansã não foram diretamente incluídos na pesquisa, ainda que representem possíveis desdobramentos da festividade.

Definido o objeto, a problemática da pesquisa foi elaborada a partir das seguintes questões: Até chegar no seu formato atual, a festa de 04 de dezembro passou por quais momentos? De que maneira ela foi (re)construída pela Irmandade dos Homens Pretos? Além da devoção no Pelourinho, quais lugares da capital baiana ajudam a manter viva até hoje o culto à virgem martirizada? Diante dessas questões norteadoras, a pesquisa foi em busca de confirmar (ou refutar) a hipótese acerca da importância da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na manutenção da festa de Santa Bárbara. Afinal, será que a festa continuaria acontecendo ou seria o que é hoje sem a participação dos membros dessa igreja?

Mesmo sem integrar a lista das chamadas “sete igrejas”<sup>2</sup> eleitas por algumas casas de candomblé de Salvador, esse templo do Pelourinho é historicamente muito especial para os afrodescendentes em função da irmandade negra fundada no século XVII. Até hoje, é nela que muitos terreiros mandam rezar suas missas comemorativas ou em memória de alguma liderança já falecida. Como será detalhado no trabalho, foi essa irmandade que acolheu a imagem (e a devoção) à Santa Bárbara no final da década de 1980.

---

<sup>2</sup> São elas: Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Boa Viagem, Santo Antônio da Barra, São Lázaro, São Bartolomeu de Pirajá, Santana do Rio Vermelho e Conceição da Praia. Para mais informações, consultar SOUSA, Vilson Caetano de (2003).

Assim como a Irmandade dos Homens Pretos, o culto à mártir cristã em Salvador teve início no século XVII. Para compreender melhor esse histórico, minha pesquisa começou com uma revisão bibliográfica acerca do tema, iniciada no mesmo ano de ingresso no doutorado (2017). Aliada às leituras, a pesquisa em periódicos baianos também se mostrou bastante profícua. Por esse motivo, depois de catalogar todas as edições digitalizadas do Jornal A Tarde (1913-2015), passei a buscar registros da festa de Santa Bárbara em periódicos extintos, fundados no século XIX (Diário da Bahia, Diário de Notícias, Jornal da Bahia e Estado da Bahia), e em outros jornais criados na segunda metade do século XX e ainda em circulação na cidade (Correio [da Bahia] e Tribuna da Bahia).

A primeira fase da pesquisa documental foi realizada em três locais de Salvador: Centro de Memória da Bahia (vinculado à Fundação Pedro Calmon - FPC), Hemeroteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Biblioteca Ruy Barbosa) e Biblioteca do Arquivo Histórico e Municipal do Salvador (vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo). Nesta etapa da pesquisa, busquei encontrar pistas nas matérias e fotografias veiculadas pelos periódicos baianos. A análise dos jornais impressos como fonte foi conveniente por abranger um intervalo considerável do período estudado na pesquisa, além de possibilitar em vários momentos uma análise comparativa das abordagens de cada veículo de comunicação em relação a um mesmo fato ocorrido em determinado ano. A pesquisa nos periódicos permitiu ainda confirmar informações ou encontrar detalhes sobre fatos constantes nos livros consultados.

A imprensa escrita foi responsável também por construir imagens em torno da festa de Santa Bárbara e popularizar aspectos do festejo, a exemplo do traje vermelho e branco dos devotos e das centenas de quiabos envolvidas na preparação dos carurus em honra à santa e ao orixá. Ao utilizar os periódicos como fonte, procurei observar quais elementos da festa foram sendo selecionados como destaque, atentando para o fato de que os jornais não estavam apenas dando notícias da festa, mas construindo narrativas e interpretando a própria festa.

No início de 2020, aconteceu a última fase da pesquisa documental na Gerência de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Na oportunidade, tive acesso à toda documentação que subsidiou o registro da festa enquanto patrimônio cultural: processos administrativos, inventário para registro, relatório de reavaliação da festa, etc. A consulta a esses documentos me ajudou a compreender as etapas necessárias, bem como o contexto que possibilitou a patrimonialização da festa.

Já o trabalho de campo começou em outubro de 2017, quando visitei pela primeira vez (como pesquisador) a Igreja do Rosário dos Pretos e conversei com a então secretária da irmandade sobre a minha pesquisa. Desde aquela data, pelo menos uma vez por mês, frequentava a Rosário para acompanhar a Devoção de Santa Bárbara e participar das demais festas em honra aos santos cultuados pela irmandade. Além de que, em três edições da festa de Santa Bárbara (2017 a 2019), fiz etnografia no festejo do Pelourinho<sup>3</sup>.

Com relação ao mercado da Baixa dos Sapateiros, comecei a frequentá-lo com regularidade a partir de novembro de 2018. Daí em diante, todos os meses, voltei ao local para conversar com as comerciantes, participar das missas e demais eventos realizados naquele centro comercial. Também visitei outros espaços importantes na história da devoção à Santa Bárbara em Salvador: Igreja de São José do Corpo Santo, Corpo de Bombeiros da Barroquinha, Terreiro do Bate Folha e Igreja de Santa Bárbara da Liberdade. Nesse último local, além de visitar, passei a frequentá-lo esporadicamente e fiz pesquisa de campo em uma edição da festa (2019).

Como optei por não realizar entrevistas, o trabalho de campo foi fundamental para responder as perguntas que foram surgindo no decorrer da pesquisa. Reconheço a entrevista como um recurso metodológico válido, mas preferi só “entrevistar” os jornais para dar conta de realizar um trabalho meticuloso com eles, tendo em vista a complexidade envolvida na análise das reportagens produzidas sobre a festa ao longo do tempo. Ou seja, embora eu não tenha feito entrevistas convencionais, elas estão presentes na tese através desse diálogo com os periódicos.

Ao tomar esta decisão, tinha consciência de que a minha pesquisa de campo levaria mais tempo do que se agendasse apenas entrevistas e fizesse etnografia no dia da festa. Contudo, dessa forma, muitas respostas (e novas questões) chegaram para mim através da observação e, espontaneamente, por meio de conversas informais antes das missas, lembranças compartilhadas comigo durante as festas da irmandade, bate-papos bebendo uma cerveja no Mercado de Santa Bárbara...

Quando me dei conta, eu já havia sido afetado pela minha experiência de campo, pois, como bem resumiu Jeanne Favret-Saada (2005),

---

<sup>3</sup> Em 2020, devido à pandemia do novo coronavírus, a festa de Santa Bárbara não aconteceu como em anos anteriores. No capítulo 4, apresentarei um breve detalhamento da programação daquele ano.

... quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160)

Vale destacar que, logo no início do doutorado, ainda em 2017, percebi a necessidade de readequar o meu objeto de pesquisa que antes estava centrado nas relações entre o acará, comida votiva do orixá Iansã, e o caruru servido em honra à Santa Bárbara. Ao invés da comida, passei a investigar a festa enquanto manifestação popular resultante de uma das devoções mais antigas da capital baiana. Para adentrar nesse novo universo de pesquisa, fiz um amplo levantamento bibliográfico relacionado ao tema, o que me levou a amadurecer algumas ideias e rejeitar outras.

Nesse percurso, diversos autores que trabalharam com a temática da festa foram acionados para auxiliar na compreensão do fenômeno estudado. Partindo da compreensão de que, de maneira geral, todas as festas compartilham aspectos comuns, mesmo que estudadas por diferentes perspectivas, apresento rapidamente os autores que considero as principais referências no assunto e que contribuíram para as minhas considerações sobre a festa de Santa Bárbara.

Ainda que a maioria deles não apareça expressamente citada ao longo do trabalho, é importante pontuar que foram leituras extremamente necessárias para que eu pudesse analisar as fases, os conflitos e outras nuances da festa em questão. Baseado em pesquisas das áreas de Antropologia, Sociologia e História, cada qual com suas distintas metodologias, busquei olhar a festa sob diversos enfoques. O conjunto de trabalhos selecionado partiu da leitura de Émile Durkheim, um clássico da Sociologia francesa.

Durkheim e Marcel Mauss (que deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos por Émile) são um marco inaugural na formação desse campo de pesquisa interessado no tema da festa. Para Durkheim (2008), a festa supera a distância entre os indivíduos ao fortalecer a consciência coletiva. Sendo assim, a festa-ritual exerce a função de reafirmar as crenças do grupo e o sentimento de unidade, tendo em vista que as cerimônias festivas fortalecem a solidariedade. Além disso, para ele, toda festa produz um estado de “efervescência coletiva” e possui forte relação com a religiosidade.

[...] toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso. (DURKHEIM, 2008, p. 547)

Seguindo a tradição sociológica francesa, mas extrapolando uma interpretação que acredita na função utilitária da festa, Jean Duvignaud (1983) sugeriu que a capacidade subversiva da festa só pode ser observada se não for limitada a seus usos e funções. Para ele, “O principal obstáculo para a compreensão da festa, em todos os seus aspectos e escalas, havia sido distorcido por uma percepção social inteiramente dominada pelas noções de funcionalidade, de utilidade...” (DUVIGNAUD, 1983, p. 22).

Se para Duvignaud a festa é uma subversão criadora, para Roger Caillois (1979), a festa é uma atualização simbólica do período criador. Influenciado por Durkheim, Caillois defendeu que na festa há uma liberação dos instintos reprimidos pelas normas sociais, já que a festa renega a ordem socialmente imposta e possibilita uma transgressão ritual.

Na visão do historiador Michel Vovelle (1991), a festa é um importante espaço de observação, a partir da representação do mundo que é apresentada pelo grupo que a organiza. Para ele, toda festa só pode pertencer ao seu próprio tempo e, ao analisar algumas festividades francesas, concluiu que tentar ressuscitar festas desaparecidas era um erro, pois é fundamental considerar o contexto histórico em que elas foram criadas.

Já a Antropologia, a partir de três clássicos (MALINOWSKI, 1976; MAUSS, 1988 e GEERTZ, 1989), desenvolveu os estudos sobre as festas com base em pesquisa etnográfica para descrição de rituais/ cerimônias. O relato e a interpretação das culturas locais desenvolvidos por eles ofereceram elementos para análise das festas destacando a importância das trocas simbólicas para a vida social.

No âmbito brasileiro, os primeiros estudos tematizando as festas foram feitos por cronistas e folcloristas. Antes disso, alguns viajantes estrangeiros haviam registrado os festejos religiosos e populares que ocorriam no Brasil colonial e imperial. Quanto aos folcloristas brasileiros, pelos trabalhos escritos por autores como Câmara Cascudo (1972) e Melo Moraes Filho (2002), é possível perceber que as festas populares eram vistas como manifestações à beira da extinção e que precisavam ser registradas na tentativa de fazer um inventário do

“folclore nacional”. No caso da festa de Santa Bárbara, a cronista baiana Hildegardes Vianna (1955; 1973; 1983) foi uma das que mais escreveu sobre ela e as demais festas populares do calendário soteropolitano.

Com relação aos trabalhos que ressaltam a brasilidade e os valores nacionais presentes na festa, o estudo de Roberto DaMatta (1979) é sempre lembrado. Apesar das muitas críticas, a obra dele é bastante relevante para a ciência social brasileira pelas reflexões que propõe. Na mesma linha de DaMatta, outros sociólogos e antropólogos desenvolveram pesquisas sobre festas nacionais na tentativa de responder “O que faz o Brasil, Brasil?”<sup>4</sup>.

Mais recentemente, entre os pesquisadores contemporâneos que se dedicam à antropologia das festas no Brasil, destacam-se os trabalhos de Léa Freitas Perez (2012) e de Fátima Tavares e Francesca Bassi (2015). A primeira propõe novas perspectivas na análise da festa, avançando da festa-fato (caráter mais estruturalista e funcionalista) para a festa-questão: “qual é a relação que a festa estabelece, qual é o mundo da festa, de que mundo ela é a perspectiva” (p. 41). Já Tavares e Bassi, com o objetivo de demonstrar porque algumas festas da Baía de Todos os Santos têm visibilidade e outras são invisíveis, deslocam a questão de “o que a festa deve ser” para “o que a festa pode fazer”.

Tratando do estudo da festa nas Ciências Sociais, ao analisar as pesquisas da nova antropologia das festas no Brasil, Fabio Baldaia (2019) escreveu que

É comum que as abordagens sociológicas e antropológicas busquem construir generalizações acerca do caráter das festas. Este impulso, próprio do caráter das disciplinas, foi fundamental na moldagem do arcabouço que favoreceu a definição das festas como objetos legítimos. Entretanto, devido à própria mudança nos paradigmas da teoria social, esta orientação tem constituído um obstáculo ao avanço sobre o tema no que se refere à compreensão das dinâmicas, complexidades e ambivalências das festas presente nos planos identitário, político, estético, étnico e outros. Por isso, considera-se importante aportar discussões atualmente desenvolvidas em outros campos disciplinares, assim como manter a disponibilidade de incorporação de contribuição de pesquisadores de outras temáticas. (BALDAIA, 2019, p. 40)

Por concordar com a opinião de Baldaia (2019) e pelo fato de eu não ser antropólogo nem historiador de formação, optei por desenvolver a presente pesquisa num programa multidisciplinar de pós-graduação. Ainda assim, acionei um referencial teórico e metodologia

---

<sup>4</sup> Referência ao título de uma das obras de Roberto da DaMatta. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

de pesquisa consagrados pela Antropologia e me debrucei sobre a história da festa de Santa Bárbara a partir de uma abordagem dinâmica em relação a ela.

No amplo campo de estudos sobre as festas, em razão do meu objeto de pesquisa, concentrei minha atenção nos trabalhos relacionados às festas religiosas populares. Se a religião acompanha o ser humano há milênios e toda religião possui suas festas específicas, a festa é um dos elementos constitutivos da religião. Obviamente que nem tudo na religião é festa, mas ela (a festa) desempenha um papel importante no âmbito religioso.

Por trabalhar com uma temporalidade longa, na tentativa de analisar as transformações sofridas na festa de Santa Bárbara desde os seus primórdios, dividi a história da festa em três grandes fases, relacionando-as com as mudanças pelas quais passavam a cidade. Os elementos étnico-raciais presentes no culto à mártir também foram discutidos no decorrer do trabalho, já que sua devoção sempre esteve ligada ao povo preto e pobre de Salvador. As permanências, alterações e rupturas na trajetória da festa (e devoção) de Santa Bárbara foram apresentadas nos quatro capítulos da tese, que explicarei brevemente a seguir:

No *Capítulo 1: A invisibilidade da festa*, antes de discorrer sobre o início da devoção à Santa Bárbara em Salvador, trago as versões sobre a história da mártir cristã que viveu no século III d.C. Destaco também o episódio pouco conhecido dos “santos cassados” pela Igreja Católica Apostólica Romana, que envolveu Bárbara e dezenas de outros santos dos primeiros séculos cristãos. A partir de aspectos históricos registrados por autores como Afonso Costa (1952), Manuel Querino (1955 [1916]; 2016 [1928]) e Pierre Verger (1999), o capítulo busca compreender o contexto da freguesia onde começou a devoção à santa, bem como os motivos responsáveis pelo período de invisibilidade da festa.

Já o *Capítulo 2: A inconstância da festa*, trata dos primeiros deslocamentos da festa até se estabelecer em um mercado da Baixa dos Sapateiros. Nesse processo de mudanças, uma imagem foi “esquecida” – fato que até o presente momento não havia sido observado por nenhum estudioso que escreveu sobre a festa em questão. Baseado sobretudo na pesquisa em periódicos, o capítulo reconstrói os trajetos e igrejas pelos quais a santa passou, bem como os diversos santos que integraram sua procissão ao longo do século XX, demonstrando as oscilações na festa.

Pesquisadores como Edilece Couto (2010; 2015), Jocélio Teles dos Santos (2005) e Cleidiana Ramos (2017) apontaram aspectos sociais que me ajudaram a compreender as tensões e transformações vivenciadas durante esse período da festa. Além de abordar tais mudanças,

ressalto que essa fase serviu para consolidar uma das marcas da celebração de 04 de dezembro. Se a feijoada é a comida por excelência das festas de largo soteropolitanas, no caso da festa de Santa Bárbara, o prato feito com feijão deu lugar à comida à base de quiabos e azeite de dendê.

Dividido em dois subitens, o *Capítulo 3: A ascensão da festa* apresenta a última grande mudança ocorrida na festa e seus desdobramentos. Ao fazer um breve histórico da irmandade negra que acolheu a imagem de Santa Bárbara, procurei evidenciar os aspectos que favoreceram o crescimento da devoção (e da festa), com destaque para a questão da negritude e os elementos afro-católicos presentes na celebração anual. Para tanto, o capítulo utiliza as experiências de campo para apontar algumas particularidades da festa na atualidade, assim como o sentimento religioso vivenciado pelos milhares de fiéis alvirrubros presentes no dia 04 de dezembro. Desta forma, demonstro como a festa que já correu o risco de acabar vive a sua melhor fase atualmente.

O *Capítulo 4: A patrimonialização da festa (e para além da festa oficial)* inicia tratando dos aspectos simbólicos e políticos que resultaram na patrimonialização do festejo. Depois, procura dar visibilidade a dois espaços que costumam ser negligenciados quando se aborda a festa de Santa Bárbara em Salvador. A igreja dedicada à santa no bairro da Liberdade e o mercado que leva seu nome são locais que ajudam a manter vivo o culto à virgem mártir para além da festa anual. Através de pesquisa etnográfica, investiguei as particularidades e as relações estabelecidas entre os dois lugares, as atividades realizadas durante o ano e os preparativos de cada local para celebrar sua santa padroeira. Nesse sentido, o mercado e a igreja configuram-se como espaços de devoção que extrapolam os limites da festa oficial de Santa Bárbara.

Por fim, nas *Considerações finais*, além de fazer um apanhado geral dos principais pontos discutidos na tese, apresento minha visão sobre o futuro da festa em questão a partir de aspectos observados na contemporaneidade e da minha perspectiva dinâmica em relação a ela. As especificidades da festa de Santa Bárbara, comparadas com as demais festas religiosas populares de Salvador, me levaram a tecer algumas considerações sobre o que deve acontecer com essa festividade marcada por diferentes fases ao longo da sua existência.

## CAPÍTULO 1: A invisibilidade da festa

Virgem e mártir, Bárbara é uma santa bastante popular entre católicos de várias partes do mundo. Sua história de sofrimento e morte por não renunciar à fé cristã fez com que a devoção em torno da sua figura atravessasse os séculos, chegando aos dias atuais. Contudo, é muito difícil fazer um levantamento histórico da vida de Bárbara e as versões da sua biografia são resultado de relatos populares que foram sendo difundidos entre seus devotos.

Tanto assim que, no final dos anos 1960, o então papa excluiu Bárbara e mais dezenas de santos do Calendário Geral da Igreja Católica Apostólica Romana. Seguindo a lógica do Concílio Vaticano II, uma das medidas resultantes da eclesiologia<sup>5</sup> que vigorava em Roma foi a revisão da lista de santos católicos, retirando dela aqueles que não possuíam comprovação histórica de existência e/ou eram santos de devoção local, particular.

Bem antes disso, ainda no século XVII, um casal português trouxe uma imagem (e a devoção) de Santa Bárbara para Salvador. Ao longo do tempo, a tradição de servir caruru de promessa foi uma das características relacionadas ao dia 04 de dezembro. A festa na capital baiana também possui outras particularidades, como uma estreita relação com as religiões de matriz africana (do mesmo modo que acontece com outras festas religiosas populares em Salvador, a exemplo da Lavagem do Bonfim).

De acordo com o levantamento realizado em periódicos dos séculos XIX e XX, desde o início do culto à Santa Bárbara em Salvador, as comidas faziam parte das suas comemorações. Como apontou Luís dos Santos Vilhena (1921 [1802]) e Odorico Tavares (1951), as chamadas comidas afro-baianas estavam presentes nas ruas e em várias festas populares soteropolitanas desde o período colonial.

No final do século XIX, um incêndio ocorrido no bairro do Comércio foi responsável pela primeira mudança nos festejos. Ao longo deste capítulo, além de tratar da história da santa e a chegada da sua devoção em Salvador, discorro sobre as comidas nas festas populares, o processo de desafricanização das ruas e o enfraquecimento do morgado de Santa Bárbara.

Mas por que uma das devoções mais antigas da Bahia, durante um longo período, passou despercebida por grande parte da população soteropolitana? Quais os motivos para essa fase de invisibilidade da festa? E, afinal, quem foi Santa Bárbara?

---

<sup>5</sup> Segmento da teologia cristã voltada à doutrina da Igreja Católica.

### 1.1 A(s) história(s) de Santa Bárbara

Se há uma assertiva que se pode fazer quanto à vida de Santa Bárbara é que ela é cercada de muitas incertezas. A dificuldade em achar registros sobre a história da santa deve-se justamente à antiguidade dos relatos que narram a sua existência. Por isso mesmo torna-se muito difícil precisar os acontecimentos ligados a ela. Apesar disso, a jovem mártir é bastante popular na hagiografia cristã desde a chamada Igreja primitiva (séc. I d.C. até o ano 325).

A devoção à Santa Bárbara teve início na Alta Idade Média (séc. V ao séc. IX), quando o culto a esta santa do Oriente chegou até o Ocidente e se espalhou pelo continente europeu. Desde o século VII, surgiram igrejas e capelas dedicadas a ela. Em razão dos episódios relacionados à sua vida, ao longo dos séculos, Bárbara também foi venerada em torres, fortes, fortalezas, minas, etc. Além de Portugal e Brasil, a devoção à santa está presente em várias partes do mundo, em países como Espanha, Turquia, Cuba, Itália, entre outros.

No Brasil, existem vários municípios que levam o nome da mártir cristã, como por exemplo: Santa Bárbara (Bahia e Minas Gerais), Santa Bárbara d'Oeste (São Paulo), Santa Bárbara do Sul (Rio Grande do Sul) e Nova Santa Bárbara (Paraná). Bastante cultuada, o poder e a força de Santa Bárbara parecem transcender os fatos que são contados sobre a sua passagem na terra. “Pela popularidade, ela teve que pagar o tributo à imaginação do povo, dos escritores, dos artistas que teceram, ao redor de sua figura histórica, numerosos aspectos lendários” (CONTI, 2006, p. 644).

O mais provável é que a jovem Bárbara tenha vivido no século III d.C., na região da Nicomédia (Ásia Menor)<sup>6</sup>. De família rica, seu pai era alto funcionário do Imperador e toda família cultuava os deuses pagãos. Irnéria preocupava-se com a educação da filha e “os pais de Bárbara insistiam para que ela ocupasse seu tempo com os estudos, e não deixasse de oferecer os sacrifícios aos deuses do Império” (TOMMASI, 2014, p. 8).

Nesse período, o cristianismo já havia alcançado o Império Romano e muitos se convertiam e eram batizados. Em função da perseguição e assassinato dos cristãos, os neófitos costumavam se reunir em locais secretos para rezar. A jovem Bárbara foi uma das pessoas da

---

<sup>6</sup> Outra versão da história indica que a santa nasceu na Síria (Ásia Ocidental). Para mais informações, consultar AUGRAS, Monique. **Todos os santos são bem vindos** (2005). Sobre a Nicomédia, a cidade turca que tinha este nome na Antiguidade Clássica, hoje é conhecida como İzmit e fica a cerca de 100 km de Istambul.

Nicomédia que se converteram ao cristianismo. Parece que foi através de um dos seus professores que Bárbara descobriu a fé cristã.

A tradição nos conta que a jovem foi batizada por um discípulo de Orígenes, que morava em Alexandria (Egito), o qual, a pedido de Bárbara, viera até sua casa. A partir desse dia, a jovem se comprometeu a servir só ao verdadeiro Deus, nem que isso lhe custasse a vida. (TOMMASI, 2014, p. 11)

Sobre o batismo de Bárbara, Monique Augras (2005) sinalizou que existe mais uma versão para esse acontecimento na vida da jovem.

Outra tradição assegura que ela estava rezando em seu jardim, quando uma fonte jorrou de repente, e São João Batista apareceu, para batizá-la. Logo em seguida, surge um rapaz belíssimo, que lhe dá um anel de ouro, signo de casamento, junto com uma palma que, como todos sabemos, é símbolo de martírio. (AUGRAS, 2005, p. 149)

Mesmo sem sair de casa, Bárbara recebia notícias através de suas amigas cristãs e rezava pela alma dos cristãos sacrificados que só fazia aumentar. Um centurião, de nome Aleixo, interessou-se pela jovem, mas ela negou as investidas do pretendente, afirmando que sua vida pertencia a Jesus.

Dióscoro, seu pai, bastante ciumento e buscando evitar o interesse de possíveis pretendentes, ordenou que fosse construída uma torre onde trancaria a filha sempre que estivesse em viagem. “Conta a tradição que a torre, projetada por seu pai tinha duas janelas. Bárbara, ao ter conhecimento do fato, pediu ao construtor que aumentasse para três janelas. Assim, ela pensava honrar a Santíssima Trindade, o Pai, o Filho e o Espírito Santo” (TOMMASI, 2014, p. 13). Em outra lenda sobre a santa, ao invés da torre, o cativo de Bárbara foi um jardim, onde era mantida trancada pelo pai.

A juventude e a beleza de Bárbara não impediram que ela optasse por viver a virgindade, como resposta de amor e doação a Cristo. “Casada com Jesus por secretas núpcias, Bárbara recusa todos os pretendentes apresentados por seu pai. Saindo da clandestinidade, passa a quebrar as estátuas dos deuses, e desenha o sinal da cruz em toda parte” (AUGRAS, 2005, p. 149).

Alguns relatos dizem que o pai de Bárbara ficou viúvo muito cedo e, por este motivo, dedicou toda a sua atenção à única filha. Enquanto umas versões da história afirmam que Dióscoro não queria que a filha tivesse contato com nenhum homem, outras relatam que ele desejava um casamento honroso para ela. O fato é que, quando descobriu sua conversão ao cristianismo, ficou furioso e agrediu Bárbara com uma bofetada. Mandou ainda trancá-la na torre, sem contato com ninguém.

Conta a tradição cristã que, certo dia, foram dizer a Dióscoro que sua filha havia favorecido a fuga da prisão de sua amiga Mônica. Ele ficou furioso... resolveu ir até a torre e forçar Bárbara a prestar homenagem ao “deus” Júpiter.

Diante da recusa da filha, ficou cego de ódio e decidiu matá-la com suas próprias mãos. Ao levantar a espada para feri-la, uma força misteriosa arrancou Bárbara de suas mãos. A parede, onde não havia nenhuma porta, abriu-se... e a jovem passou por ela, saindo ilesa. (TOMMASI, 2014, p.17)

Ainda segundo esta versão da vida de Bárbara, depois disso, a porta desapareceu e Dióscoro mandou que seus soldados fossem em busca da filha por toda cidade. Livre da torre, Bárbara visitou doentes, ajudou filhos de escravizados, fez caridade, etc. Até que ela foi encontrada pelo centurião Aleixo e seus soldados numa gruta. Sem resistir à prisão, Bárbara foi levada até o pai que a denunciou à justiça por ser cristã.

Mesmo diante dos juízes, a filha de Dióscoro não renegou a fé em Cristo e foi condenada. Sua mãe Irnéria ainda tentou convencer o marido do contrário, mas foi em vão. Na prisão, Bárbara foi chicoteada, torturada, e ainda assim permaneceu firme na sua fé. Certo dia, uma luz iluminou sua cela e a jovem ouviu uma voz que dizia: “‘Bárbara, você está sofrendo por mim. Vou confundir seus perseguidores, curando suas feridas’. A visão desapareceu, e a jovem sentiu-se cheia de alegria ao perceber que as feridas de seu corpo haviam desaparecido completamente” (TOMMASI, 2014, p. 20).

A tradição relata ainda que houve também uma tentativa de tortura com fogo, mas as chamas que atearam contra Bárbara foram milagrosamente apagadas antes de queimar o seu corpo casto. De acordo com a história da santa relatada por Servílio Conti (2006),

Bárbara suportou o processo com firmeza e altivez cristã, protestando sua fidelidade a Cristo, a quem tinha consagrado sua virgindade. Era o tempo do Imperador Maximiano, nos primeiros anos do século IV. O juiz, vendo a

obstinação da jovem cristã em professar a fé, mesmo depois de aplicadas cruéis torturas, pronunciou a sentença de morte. (CONTI, 2006, p. 646)

Então, seu pai ordenou que ela fosse novamente chicoteada em via pública e pediu permissão à justiça para ele mesmo matar a filha à espada. “Chegando ao lugar sobre um monte (...) a espada de Dióscoro levantou-se no ar e atingiu o pescoço de Bárbara que, serenamente, entregava a Deus a sua vida” (TOMMASI, 2014, p. 22). Era o dia 04 de dezembro de 317.

Sobre o martírio dos primeiros cristãos, Augras (2005) esclarece que nos primórdios do cristianismo, os santos eram basicamente os mártires e os relatos acerca da vida das pessoas que aceitaram morrer em nome da fé eram bastante divulgados entre os membros das primeiras comunidades.

Não constitui ofensa à memória dos membros das primeiras comunidades cristãs supor que as cartas lidas eram comentadas, que as informações eram passadas de boca em boca, como se diz, e que, à medida que eram repetidas, acabavam se afastando do relato original, e se carregavam de elementos cada vez mais fantasiosos. Ora toda fantasia tem uma dupla origem: de maneira disfarçada, expressa, ao mesmo tempo, temor e desejo. (AUGRAS, 2005, p. 17)

Durante os primeiros séculos do Império Romano, religião e sistema político não se separavam da vida social. Ao fazer essa contextualização histórica, Augras (2005, p. 19) ponderou que o martírio dos primeiros cristãos não ocorreu devido aos caprichos de imperadores sádicos, mas porque a recusa dos recém-convertidos em participar das festas e realizar sacrifícios em honra do imperador era uma atitude inaceitável, que ameaçava os valores mais essenciais para manutenção do Império coeso.

Se antigamente era muito mais rápido o intervalo de tempo entre a morte e a santificação de um cristão, e o consenso popular era preponderante na definição dos santos, com o passar do tempo, o processo de canonização tornou-se muito mais demorado. Os santos deixaram de ser pessoas comuns que viveram conforme os ensinamentos de Deus e transformaram-se em super-heróis. Similar à vida de outros mártires, as circunstâncias que resultaram na morte de Bárbara são repletas de elementos lendários.

Antes de ser degolada, a virgem da Nicomédia passou por uma série de sevícias: foi açoitada, queimada, pendurada pelos pés, além de ter os seios arrancados. Vivenciou todo tipo

de tortura sem fraquejar nem perder sua fé. Ademais, o martírio de Bárbara teve um desfecho surpreendente, já que o seu algoz acabou tendo uma morte violenta.

A história de Bárbara poderia ter findado aí. Mas esse conto tem um diferencial: logo após a degola da moça, o céu se fechou em nuvens e um raio atingiu Dióscoro, matando-o também. Esta é uma das versões da vida da santa, que ficou conhecida como a mártir morta pelo próprio pai. (NASCIMENTO, 2010, p. 26-27)

Algumas versões da história afirmam que o pai de Bárbara foi atingido por um raio e caiu morto. Outras versões relatam que, após ser atingido pelo raio fulminante, Dióscoro virou cinzas que se espalharam, sem deixar vestígios. O certo é que, por causa desse raio, Santa Bárbara tornou-se protetora contra as tempestades. Em função da sua morte trágica e dos episódios que marcaram o seu martírio, ela é invocada também contra os perigos de raios, trovões, explosões, etc., e tornou-se a padroeira do Corpo de Bombeiros, Mineiros e Artilheiros.

Comumente retratada com um longo vestido vermelho, “Na iconografia cristã Santa Bárbara é geralmente apresentada como uma virgem, alta, majestosa, com uma palma significando o martírio, e um cálice como símbolo de sua proteção em favor dos moribundos e ao lado uma espada, instrumento de sua morte” (CONTI, 2006, p. 646). Em outra representação muito comum da santa, além da espada (ou palma) na mão, é possível ver uma torre aos seus pés – uma alusão ao local do seu cativeiro.

Segundo Conti (2006, p. 646), a devoção à Santa Bárbara chegou ao Ocidente, especialmente em Roma, onde desde o século VII há várias igrejas e oratórios dedicados a ela. A hagiografia da santa constante no site da Sacra Arquidiocese Ortodoxa de Buenos Aires e Exarcado da América do Sul<sup>7</sup> diz que

No século VI, as relíquias da Santa Mártir Bárbara foram transladadas para Constantinopla. No século XII, a filha do Imperador Bizantino Aleixo Comenes, a princesa Bárbara, após contrair matrimônio com o príncipe russo Miguel Izyaslavich as transladou para Kiev, capital da atual Ucrânia. Hoje suas santas relíquias descansam na Catedral de São Valdomiro em Kiev.

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/hagiografia/s\\_barbara.html](https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/hagiografia/s_barbara.html)>. Acesso em 12 jul. 2018.

Logo, é possível constatar que Santa Bárbara não é uma mártir exclusiva dos católicos. Venerada também pelos cristãos da Igreja Ortodoxa, é reconhecida ainda pela Igreja Luterana que só considera os santos canonizados antes do século XVI (Reforma Protestante). Antigamente, os santos eram canonizados por aclamação popular e o papa apenas confirmava o desejo do povo. Bárbara, assim como outros santos da Igreja Primitiva, foi elevada à condição de santa desta forma, que vigorou até o século XII.

A impossibilidade de realizar um levantamento histórico sobre a vida de Bárbara, aliada aos relatos fantásticos quanto à sua existência, ameaçou o título de santidade da virgem que antes de morrer foi martirizada, teve os seios arrancados e caminhou nua pela cidade por não renunciar à fé cristã. A devoção que atravessou os séculos e chegou às Américas no século XVI, por influência de espanhóis e portugueses, foi contestada pelo Vaticano há pouco mais de 50 anos.

De acordo com Augras (2005), a Igreja Católica ao longo do século XX tentou acabar com a devoção a santos com histórias muito fantasiosas. Além de Santa Bárbara, São Jorge também foi ameaçado de perder o título de santo. No caso de São Jorge, por exemplo, Augras (2005) explicou:

Houve, no decorrer do século XX, algumas tentativas de acabar com o culto de santos por demais lendários. Foi o caso de São Jorge, cuja vida, é verdade, parece estreitamente inspirada no mito grego de Perseus. Mas o fervor popular decidiu de outro modo, e ainda que nada se tenha hoje que possa assegurar que São Jorge realmente existiu, continua sendo cultuado em toda a cristandade. (AUGRAS, 2005, p. 23-24).

Essa tentativa de eliminar vários santos do calendário litúrgico aconteceu no final da década de 1960. Sucessor do Papa João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II, Paulo VI foi o pontífice responsável por excluir do calendário da Igreja Católica Apostólica Romana santos de existência duvidosa. O então papa, visando melhorar as relações com outros segmentos cristãos e seguindo uma política ecumênica, excluiu do calendário litúrgico as celebrações aos santos que não possuíam documentação histórica, somente relatos tradicionais. Antes de esclarecer melhor o ocorrido, é importante compreender o contexto sócio histórico e a eclesiologia que dominava no período.

O Concílio Vaticano II foi um marco na história da Igreja Católica Apostólica Romana e teve como principal objetivo estabelecer a união da cristandade. Prova disso é que todas as

igrejas protestantes históricas foram convidadas a participar deste concílio ecumênico. A sua realização (1962-1965) buscou refletir sobre três pontos principais: 1. Uma Igreja aberta ao mundo atual, 2. Uma Igreja povo de Deus, e 3. Uma Igreja local ou particular (TEIXEIRA; SILVA, 2010). A partir desses eixos, observou-se que a Igreja não deveria continuar voltada para si mesma, mas aberta ao diálogo (inclusive ecumênico), e centrada no povo de Deus, ao invés de focar na hierarquia. Com isso, atenuou uma visão centralizadora de Igreja, valorizando o episcopado local que atua em sintonia com a Igreja universal (papa).

De acordo com o *Lumen Gentium*<sup>8</sup>, este concílio reavaliou a missão da Igreja no mundo moderno, repensando sua atuação. Ou seja, a eclesiologia desse período possibilitou uma nova reflexão da Igreja por ela mesma. Ao deixar de ser uma “sociedade perfeita”, como era considerada até finais do século XIX, início do XX, a Igreja passou a valorizar o batismo como o sacramento que iguala todos os cristãos. A eclesiologia do Concílio Vaticano II trouxe uma renovação para a Igreja Católica Apostólica Romana, deixando claro que todos os cristãos são responsáveis pela evangelização, principalmente diante das dificuldades dos novos tempos.

A busca pela unidade religiosa com as demais denominações cristãs levou o Vaticano a fortalecer o diálogo ecumênico de respeito às diferenças e destaque aos elementos comuns entre os cristãos. Outro aspecto eclesiológico importante do Concílio foi superar uma visão dogmática da Igreja. De acordo com César Teixeira e Antônio Silva (2010),

Neste sentido, a perspectiva eclesiológica do Concílio trouxe a superação de uma visão dogmática para uma concepção hermenêutica da Igreja, que se deu pela substituição da *ortodoxia* para os *significados* das coisas. O Concílio desenvolveu uma síntese dialética entre a ontologia e a história, isto é, superou o pensamento abstrato para interpretar os valores da história e tornar-se uma Igreja para todos, na história. (TEIXEIRA; SILVA, 2010, p. 25)

O documento que retirou Bárbara e outros santos do calendário universal dos católicos foi uma das medidas adotadas pelo pontífice que encerrou o Concílio Vaticano II. Reflexo da eclesiologia que valoriza os fatos na história da salvação da humanidade, como tratarei a seguir,

---

<sup>8</sup> Constituição dogmática do Concílio Vaticano II que faz uma reflexão sobre a Igreja Católica Apostólica Romana a partir de 8 eixos (capítulos): o mistério da Igreja, o povo de Deus, a constituição hierárquica da Igreja, os leigos, a vocação de todos à santidade, os religiosos, a escatologia da Igreja peregrina, e Maria no mistério de Cristo e da Igreja. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html)>. Acesso em 12 jul. 2018.

essa encíclica foi mais uma tentativa de levar os leigos a uma plena unidade com Cristo, o Deus que se fez homem e viveu entre os humanos.

A Carta Apostólica de Paulo VI<sup>9</sup>, publicada em 14 de fevereiro de 1969, sob forma de *Motu Proprio*<sup>10</sup>, aprovando as normas universais do ano litúrgico e o novo Calendário Romano Geral diz que “Na verdade, no decorrer dos séculos, a multiplicação das festas, das vigílias e das oitavas, bem como a complexidade crescente das várias partes do ano litúrgico, encaminharam os fiéis às devoções particulares, desviando-os um pouco dos mistérios fundamentais da nossa Redenção”.

Mais adiante, o documento papal não deixa dúvidas ao dizer que

Entretanto, não se pode negar que no correr dos séculos surgiram mais festas de Santos do que seria conveniente. Por isso, o Santo Sínodo ordenou: “Que as festas de Santos não prevaleçam sobre as que recordam os mistérios da salvação. Muitas destas festas sejam deixadas à celebração de cada Igreja local, nação ou família religiosa, estendendo-se somente à Igreja universal as festas que comemoram Santos de importância verdadeiramente universal”.<sup>11</sup>

Pondo em prática esta decisão do Concílio Ecumênico, os nomes de alguns Santos foram retirados do Calendário Geral e permitiu-se que a memória de outros fosse celebrada facultativamente e se lhes prestasse o devido culto somente nas regiões em que viveram.

Paulo VI, seguindo a mesma lógica de João XXIII, deu continuidade às reformas que começaram com o Concílio Vaticano II. Nesse documento, ao modificar o calendário litúrgico, o então pontífice valorizou o domingo como festa cristã por excelência, dia de renovar o mistério pascal (paixão, morte e ressurreição de Jesus), suprimindo a celebração de alguns santos e incluindo outros “mais modernos”. Em verdade, no texto, não há referência à exclusão de santos por dúvidas quanto à sua real existência, mas uma reflexão sobre a modernidade da devoção aos santos que devem servir de exemplo aos fiéis, levando-os a participarem mais fervorosamente do mistério pascal de Cristo.

Segundo o periódico *Correio da Manhã*, de 11 de maio de 1969,

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/motu\\_proprio/documents/hf\\_p-vi\\_motu-proprio\\_19690214\\_mysterii-paschalis.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19690214_mysterii-paschalis.html)>. Acesso em 12 jul. 2018.

<sup>10</sup> O papa escreveu esse documento em *Motu Proprio* utilizando-se da prerrogativa de ser o único monarca absoluto do planeta, com poderes legislativo, judiciário e executivo. Para a Igreja Católica Apostólica Romana, o seu poder é imediato, pleno e universal. Através de documentos em formato de *Motu Proprio* o pontífice faz uso do seu poder legislativo, instituindo leis que toda a Igreja deve respeitar e seguir.

<sup>11</sup> Cf. Conc. Vaticano II, *Const. sobre a Sagrada Liturgia*, SC, nº 111, AAS 56 (1964), p. 127.

A revisão do Calendário foi recomendada pela maioria de quase dois terços dos 2.500 bispos que assistiram ao Concílio Ecumênico Vaticano Segundo, de 1962-65. (...) [Os bispos] Acrescentaram que as festividades universais deveriam estender-se apenas aos “santos que são verdadeiramente de significação universal” (CORREIO DA MANHÃ, 1969, p. 3)

Ainda de acordo com a Carta Apostólica, o novo Calendário Romano Geral é “mais adaptado à mentalidade e à sensibilidade religiosa do nosso tempo, e mais condizente com o espírito universal da Igreja”. Ao excluir do calendário santos de bastante devoção popular, Paulo VI parecia exortar os católicos a não perderem o foco em Jesus, centralidade da fé cristã, alertando que os santos são apenas intermediários na relação com Deus.

Tal atitude agradou os protestantes que são contra o culto dos santos e, em 1969, além de Bárbara, santos como Jorge, Filomena, Cristóvão, Lázaro, Expedito, entre outros, deixaram de ser celebrados de forma universal pela Igreja Católica<sup>12</sup>. A carta encíclica reduziu a quantidade de santos de veneração geral, rebaixando outros para uma categoria de devoção facultativa. Cerca de 200 santos eliminados desse calendário fazem parte dos primeiros séculos cristãos.

O caso dos “santos cassados” gerou grande repercussão pelo mundo inteiro, tendo em vista que alguns desses santos eram padroeiros nacionais, possuíam igrejas dedicadas à sua devoção, sem falar nos milhares de fiéis que foram batizados (e consagrados) a santos como Jorge, Bárbara, Expedito, Cecília, etc. A comoção popular fez com que o Vaticano encontrasse uma solução: nas localidades onde a “conveniência pastoral” recomendasse, os santos integrariam apenas os calendários locais.

Não podemos esquecer que o catolicismo popular<sup>13</sup> possui uma dinâmica própria e nem sempre segue as determinações da oficialidade católica. Nesse sentido, o caso dos “santos cassados”, ao invés de enfraquecer, parece ter fortalecido o culto à Santa Bárbara em Salvador. A retirada de alguns santos do calendário oficial acabou valorizando a igreja particular, local;

<sup>12</sup> Assim como Santa Bárbara e São Jorge, São Cosme e São Damião fazem parte das devoções da Igreja oriental e sempre existiram apenas através da tradição oral. Contudo, os santos gêmeos não tiveram sua existência questionada em 1969 porque já eram mencionados no Missal Romano (livro usado nas missas de rito romano) entre os santos apóstolos e mártires da Igreja Católica.

<sup>13</sup> Alguns pesquisadores preferem utilizar a expressão catolicismo leigo para se referir à prática de fé daqueles que não fazem parte do clero católico, por considerar que o termo leigo engloba os indivíduos que não são de classes populares, mas também professam esse tipo de catolicismo. Sendo assim, embora utilize a expressão catolicismo popular, reconheço que o “povo” possui suas heterogeneidades e adotei o termo apenas por julgá-lo mais representativo das práticas que se opõem à ortodoxia católica.

e devolveu às comunidades a possibilidade de elas cultuarem seus santos à sua maneira. Eduardo Hoornaert (1990) chamou de “cristianismo moreno ou mestiço” essa forma de catolicismo que se desenvolveu no Brasil e apontou que

... sob o nome de cristianismo se abrigam dois movimentos bem distintos: o da igreja oficial e o da igreja morena popular. O desencontro entre ambos se exprime significativamente na expressão ‘religiosidade popular’ com a qual os que agem sob o impulso da igreja oficial designam o que na realidade constitui um modo diferente de se reunir em nome de Cristo. (HOORNAERT, 1990, p. 127)

Sendo assim, a recomendação do Vaticano para retirada de alguns santos do calendário não interferiu na organização da festa baiana para Santa Bárbara, que já era bastante popular nos anos 1970. No jornal *A Tarde* (06/12/1971), o articulista W.F.O. (Waldir Freitas Oliveira) escreveu na ocasião da festa de Santa Bárbara daquele ano que:

Esta [Santa Bárbara], segundo me consta, chegou a ser em época recente cassada, perdendo seus privilégios de santidade. Do mesmo modo que São Jorge e muitos outros santos católicos. Iansã, porém, o orixá dos ventos e das tempestades, continua a sustentar a irmã de criação e a assegurar, por seus próprios méritos, a continuação do seu culto. (A TARDE, 1971, p. 4)

Bem antes disso, no século XIII, um livro escrito pelo frade dominicano Jacopo de Varazze já dava indícios de que a existência de Santa Bárbara, por exemplo, não era reconhecida pela Igreja Católica Apostólica Romana. Durante a Idade Média, o seu livro *Legenda áurea* era mais difundido que a própria Bíblia e relatava a vida dos santos cristãos. Como Bárbara teoricamente viveu no século III d.C., deveria ter sua biografia relatada nesse livro, mas não há nenhum registro nele sobre a vida da mártir degolada pelo pai.

Durante o pontificado de João Paulo II (1978-2005), alguns santos que haviam sido rebaixados foram de novo elevados à primeira categoria, sendo reabilitados pelo então papa. De acordo com Jeferson Mengali (2015), São Jorge foi exaltado no ano de 2000, quando “o Papa São João Paulo II conferiu nova relevância a São Jorge, devolvendo sua posição como santo de primeira instância da Igreja Católica” (MENGALI, 2015). Já Bárbara foi reabilitada

pelo pontífice no dia 04 de dezembro de 2002, sendo enaltecida pelo papa durante missa em ação de graças à santa, na basílica de São Pedro.<sup>14</sup>

Por mais que a Igreja Católica busque fatos históricos que comprovem a existência dos homens e mulheres que se tornaram santos, a fé ultrapassa a objetividade da ciência e o que importa mesmo para os fiéis é a crença no(s) seu(s) santo(s) de devoção. Nas palavras de Monique Augras (2005), “Medo da morte e do sofrimento, desejo da vida eterna. O cristão comum precisa inventar modelos bem afastados do seu cotidiano para, ao mesmo tempo, reafirmar o valor do santo e fortalecer o seu próprio ânimo. O relato da vida dos mártires se transforma em lenda” (AUGRAS, 2005, p. 17).

Ainda que lendárias, as histórias miraculosas das vidas dos santos exercem um papel fundamental na vida do fiel que sempre invoca santos como Bárbara e Jorge, por exemplo, nos momentos de intempéries (não só climáticas, mas principalmente pessoais) e para vencer os “dragões” que enfrenta na vida. Acredito que foi essa grande fé na santa guerreira que motivou um casal de portugueses a trazer uma imagem e a devoção à Santa Bárbara para a Bahia no século XVII.

## 1.2 Chegada da devoção em Salvador

A história muito antiga e cercada de uma bruma lendária não impediu que o culto à Santa Bárbara chegasse nos dias atuais com devotos espalhados por várias partes do mundo. A devoção à mártir católica foi inserida no continente americano durante o século XVI por influência dos colonizadores europeus. A expansão da fé cristã, através do processo de colonização, trouxe para o Brasil um catolicismo de forte devoção aos santos.

Em Portugal símbolos como as cruzes eram constantes em praças, igrejas, ruas, sepulturas, ao longo dos caminhos, nos cordões, peitorais e escapulários, nas exclamações invocatórias e protetoras, no velame das caravelas. Por toda parte imagens de santos povoavam as vilas, cantos de ruas, altares, oratórios e capelas, interior de casas, cultos à Virgem Maria, festas, romarias e procissões nas ruas que se repetiram no Novo Mundo. (MACEDO, 2008, p. 2)

---

<sup>14</sup> Informação disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI72394-EI312,00-Joao+Paulo+II+reabilita+Santa+Barbara.html>>. Acesso em 03 jan. 2019.

Foi desta forma que o catolicismo popular, incorporando elementos de diferentes matrizes religiosas, se desenvolveu no Brasil. Muitos santos de devoção dos colonizadores portugueses passaram a ser cultuados por indígenas e africanos. Traços dessa religiosidade popular podem ser percebidos até hoje quando santos como Nossa Senhora (sob diversas denominações), Santo Antônio e Santa Bárbara são invocados em situações específicas. Gilberto Freyre (2006) apresentou alguns exemplos do cotidiano religioso do Brasil colonial ao escrever que

No século XVII, mesmo no XVIII, não houve senhor branco, por mais indolente, que se furtasse ao sagrado esforço de rezar ajoelhado diante dos nichos; às vezes, rezas quase sem fim, tiradas por negros e mulatos. (...). Quando trojava forte, brancos e escravos reuniam-se na capela ou no quarto do santuário para cantar o bendito, rezar o Magnificat, a oração de São Brás, de São Jerônimo, de Santa Bárbara. Acendiam-se velas; queimavam-se ramos bentos, recitava-se o credo em cruz. (FREYRE, 2006, p. 520-521).

Protetora contra a morte trágica e contra os perigos de raios e tempestades, Santa Bárbara deve ter integrado o conjunto de santos invocados pelos navegadores durante as intempéries no mar, muito comuns no período das Grandes Navegações (séc. XV-XVII). Considerada uma das santas mais populares do mundo católico desde tempos remotos, na Idade Média, Bárbara esteve entre os quatorze Santos Auxiliares que eram invocados pelos cristãos em momentos de necessidade especial, geralmente por conta de alguma doença.

A relação de proximidade, íntima, entre o devoto e seu santo foi uma das características herdadas do catolicismo proveniente da Península Ibérica. Os colonizadores foram os responsáveis por disseminar uma série de práticas religiosas que se espalharam na colônia. Ainda de acordo com Freyre (2006), o catolicismo português era mais uma liturgia social do que religiosa e acumulava experiências adquiridas na Ásia e na África durante o século XV.

(...) um doce cristianismo lírico, com muitas reminiscências fálicas e animistas das religiões pagãs: os santos e os anjos só faltando tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo; os bois entrando pelas igrejas para ser benzidos pelos padres; as mães ninando os filhinhos com as mesmas cantigas de louvar o Menino-Deus; as mulheres estéreis indo esfregar-se, de saia levantada, nas pernas de São Gonçalo do Amarante; (...) (FREYRE, 2006, p. 84)

Segundo Jussara Nascimento (2010, p. 23), “o que ocorria na Península Ibérica é de particular interesse ao estudo da devoção de Santa Bárbara, já que é por intermédio de espanhóis e portugueses que essa santa vai chegar às Américas, quase mil anos mais tarde, a partir do século XVI”. Para Célio Alves (2017),

O amplo alcance de seu culto é devido, sem dúvida, aos seus poderes de proteção contra um dos males mais temíveis da Idade Média: a morte repentina sem confissão ou extrema-unção (*a mala muerte*), daí o costume de se ver a santa, em algumas de suas representações, carregando um cálice com o santíssimo sacramento, (...). É ainda hábito corrente entre seus devotos, em dias de tempestade com fortes descargas, queimar os ramos bentos no Domingo de Ramos, rogando à Santa que cesse os raios. (ALVES, 2017, p. 87)

Presente atualmente em várias cidades brasileiras, pela antiguidade dos registros, o culto à Santa Bárbara parece ter chegado primeiro na Bahia, em Salvador. O morgado (ou morgadio) de Santa Bárbara foi fundado em 1641, na Cidade Baixa de Salvador, na região do atual bairro Comércio. De acordo com Afonso Costa (1952), poucos morgados foram estabelecidos na Bahia. A Casa da Torre dos Garcia D’Ávila, por exemplo, teria sido o maior morgadio das Américas (BANDEIRA, 2000). O da mártir católica foi um dos mais antigos e funcionava principalmente como um mercado.

O morgado constituía-se em uma forma de organização da linhagem familiar, na qual as propriedades eram inalienáveis e, após a morte do seu instituidor, os bens eram transmitidos ao filho primogênito. Deste modo, representava o acúmulo de propriedades, joias e todo tipo de bem que garantisse a estabilidade financeira do herdeiro do morgado, possibilitando que o poder de determinadas famílias fosse perpetuado através deste vínculo. “No caso presente a finalidade não se ajustou com exatidão, nos moldes tradicionais, pois que o [morgado] de S. Bárbara era apenas em favor da primeira filha do casal, de vez que do mesmo não houvera filho varão” (COSTA, 1952, p. 09).

De acordo com Nívea Alves dos Santos (2010), no dossiê de registro da Festa de Santa Bárbara pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC),

Francisco e Andressa tiveram apenas duas filhas: Madalena e Francisca Pereira do Lago, em favor de quem foi reunido o patrimônio, composto de

prédios e capela. Dois anos antes de instituído o Morgado de Santa Bárbara, em 1639, Francisco havia sido nomeado, pelo então governador Conde da Torre, capitão de infantaria e, em 1649, assumiu o posto de general. A primeira referência a Francisco Pereira do Lago é de 1624, quando lutou como capitão contra a invasão dos holandeses na Cidade de Salvador. (SANTOS, 2010, p. 45)

Membro de uma família portuguesa, o coronel Francisco Pereira do Lago nasceu por volta de 1590/1600 e chegou à Bahia antes de 1620<sup>15</sup>. Para Costa (1952, p. 9), ele “teria sido português de nascimento, de acôrdo com a afirmativa de mestre Jaboatão (*Catálogo Genealógico*, pág. 51), não podendo entretanto duvidar de sua naturalidade baiana, à vista de fatos precedentes, que tão bem se ajustam à suposição”. Deixando de lado tal incongruência quanto à nacionalidade do coronel, certo é que, devotos da santa, ele e sua esposa Andressa de Araújo instituíram o referido morgado na Cidade Baixa. “Na fala da Presidência da Província da Bahia, de 1860, descreve-se o Morgado de Santa Bárbara como um *edifício composto de quatro quarteirões de casas, cujo local é o verdadeiro centro da parte commercial da cidade.*”<sup>16</sup>

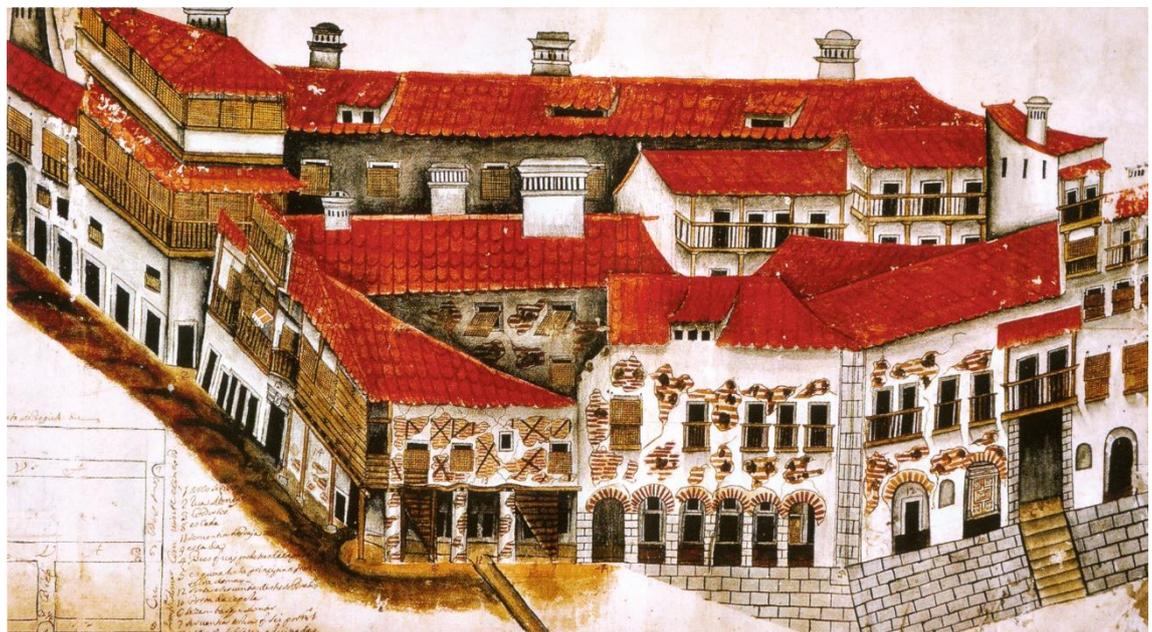


Figura 1: Ilustração do antigo Morgado de Santa Bárbara, feita por autor anônimo, entre 1764 e 1785, original no Arquivo do Estado da Bahia.

<sup>15</sup> Informação disponível em: <<http://genealogiasertaneja.blogspot.com/2019/01/familia-pereira-do-lago-portugal-e.html>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

<sup>16</sup> Informação extraída do site: <<http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/santa-barbara/igreja-morgado.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na Cidade Baixa, era uma área predominantemente comercial em função do porto de Salvador. Criada em 1623 pelo bispo D. Marcos Teixeira, a freguesia possuía a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição e mais duas capelas: a de São Pedro Gonçalves (Corpo Santo) e a de Santa Bárbara, que fazia parte do morgado em honra à mártir. Devido à proximidade com o porto, concentrava também um intenso mercado de africanos escravizados.

Além de quartéis, alfândega e trapiches, por ser a sede do comércio, a freguesia da Conceição da Praia contava com estabelecimentos diversos: mercados, livrarias, farmácia, lojas de tecidos, entre outros. Sobre os gêneros alimentícios encontrados na região, Anna Amélia Nascimento (1986) escreveu:

Era a Conceição da Praia uma das freguesias mais movimentadas da cidade, durante o dia. Na Praça do Mercado, que se localizava na Praça São João, existiam duas quitandas para o abastecimento de gêneros: uma do lado de Santa Bárbara, onde se vendia carne seca do Rio Grande, “alguns cereais e verduras de toda qualidade”, tendo no seu interior os “talhos” de carnes de todas as espécies: boi, porco, carneiro, e a parte externa rodeada de lojas de fazendas e de miudezas. A outra quitanda continha os gêneros que vinham do Recôncavo: inhames, cebolas, galinhas, perús, patos, pombos, coelhos, leitões, ovos, frutas, tendo também no seu exterior algumas lojas de variadas mercadorias. (NASCIMENTO, 1986, p. 75)

De acordo com Cecília Soares (1994, p. 17), “nesse local encontravam-se dois grandes mercados<sup>17</sup>, sendo o principal o de Santa Bárbara. Ali trabalhavam as negras vendendo diversos produtos, mas elas também comercializavam nas ruas e no cais frutas, verduras e principalmente comida pronta”. A farinha de mandioca e a carne (seca, no caso dos escravizados) eram os dois componentes básicos da dieta soteropolitana durante o período colonial. Ingredientes como azeite de dendê, pimenta e coco foram artigos incorporados pelos africanos na mesa da população.

Luís dos Santos Vilhena, professor de grego que viveu na Bahia durante o século XVIII, detalhou os produtos encontrados nas ruas da Salvador colonial.

---

<sup>17</sup> O outro grande mercado que funcionava na Cidade Baixa era o Mercado de São João e, junto com o de Santa Bárbara, cumpria a função de abastecer a cidade até meados do século XIX. O Celeiro Público da Bahia, fundado em 1785, gradativamente, assumiu o papel de abastecer a cidade com gêneros de primeira necessidade (farinha, arroz, feijão e milho).

Não deixa de ser digno de reparo ver que das casas mais opulentas desta cidade, onde andam os contratos e negociações de maior porte, saem oito, dez e mais negros a vender pelas ruas, a pregão, as coisas mais insignificantes e vis; como sejam, mocotós, isto é mãos de vaca, carurus, vatapás, mingaus, pamonhas, canjicas, isto é, papas de milho, acaçás, acarajés, abarás, arroz de coco, feijão de coco, angus, pão-de-ló de arroz, o mesmo de milho, roletes de cana, queimados, isto é, rebuçados a oito por um vintém e doces de infinitas qualidades, ótimos, muitos, pelo seu asseio, para tomar como vomitórios; o que mais escandaliza é uma água suja feita com mel e certas misturas que chamam de aluá, que faz por vezes de limonada para os negros. (VILHENA, 1921 [1802], p. 130)

Os vendedores ambulantes, especialmente mulheres negras, estavam presentes nas ruas de Salvador desde o século XVII. Boa parte do abastecimento da província se dava através dos escravizados que vendiam alimentos de porta em porta ou tinham suas barracas instaladas em esquinas ou praças de Salvador. Habilidosas no comércio de alimentos, a arte de mercar era uma atividade que as negras dominavam há muito tempo na África Ocidental e Central.

Como destacou Pierre Verger e Roger Bastide (2002), o protagonismo feminino no comércio de rua era visível nos mercados nagôs do Baixo Daomé. Uma diversidade de produtos, inclusive comidas prontas, eram vendidas pelas mulheres nagôs, sempre preocupadas com a própria independência.

Todas as mulheres são “comerciantes” e deixam suas casas, sobretudo se são jovens, para fazer o circuito dos mercados. Quando ficam idosas mandam suas filhas em seu lugar e ficam dentro das próprias casas, ocupando-se de uma pequena banca num canto de rua onde vendem produtos que variam de acordo com as diferentes estações, ou então montam um pequeno mercado “permanente”. Assim, a divisão entre os sexos, o homem produtor, a mulher vendedora, traduz-se ecologicamente pela mobilidade da mulher que percorre a rede tradicional dos quatro mercados e pelo sedentarismo do homem, que trabalha nos campos. Mesmo que a mulher venda os produtos da fazenda, não o faz para o marido; ela compra de seu marido o que ele colhe para revender no mercado e ficar com o ganho. (VERGER; BASTIDE, 2002, p. 177)

Além da comercialização dos gêneros de primeira necessidade pelos escravos de ganho, o mercado de Santa Bárbara era um dos principais centros de abastecimento da cidade. O morgado era administrado pela família do casal instituidor e os pontos comerciais costumavam ser alugados, conforme descreveu Edilece Couto (2015).

A festa de Santa Bárbara é um bom exemplo de homenagem que se expandiu independentemente do clero. O culto a Mártir teve início em Salvador, no século XVII, por iniciativa de um casal português, Francisco Pereira Lago e Andressa Araújo. Eles compraram um imóvel e um terreno à Rua Portugal, na cidade baixa, e estabeleceram vários pontos comerciais que funcionavam em regime de aluguel. No mesmo espaço, construíram uma capela para Santa Bárbara. (COUTO, 2015, p. 132).

O vespertino Diário de Notícias de 06 de dezembro de 1911 trouxe mais alguns detalhes sobre a administração do morgado fundado pelo casal português:

(...) em 1641, construíram a capella de Santa Barbara, e como estes instituidores não tivessem herdeiros forçados, passou aos necessarios; e desaparecendo estes com o tempo, extinguiu-se o vinculo passando depois para o dominio e posse da fazenda publica.

Porém, segundo consta, alguém esteve no usufructo, por 30 annos, a pretexto de procurador dos intitulados herdeiros, e quando apertado a dar conta dos rendimentos, abandonou o vinculo, dando logar a que apparecessem herdeiros litigando com a Fazenda Publica o dominio do vinculo instituído pelo coronel acima citado.

Este mercado é celebre por ter em uma das suas casas, contigua á capella, principiado a imprimir-se a *Idade de Ouro*, primeira gazeta que se imprimiu na Bahia em 1811. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/12/1911, p. 1)

Mesmo J. Barros (1930) afirmando que a festa da santa era realizada com “muita pompa e enorme regozijo dos pretos africanos”, são poucos os registros das comemorações à Santa Bárbara durante o período em que sua devoção era celebrada na freguesia da Conceição da Praia. Primeiramente, pela antiguidade da devoção e, em segundo lugar, pela inexistência de veículos de comunicação que pudessem registrar o festejo (o primeiro jornal baiano só passou a circular em Salvador no início do século XIX).

Quando os jornais baianos começaram a aparecer, os relatos sobre a festa foram escassos e, quando ocorreram, eram bem sucintos. As matérias do jornal A Tarde dos anos 1920-1930, por exemplo, falam basicamente da missa festiva e procissão de uma tradição que resistia ao tempo. O periódico Diário de Notícias, fundado em 1875 e que circulou até 1979, traz poucas informações sobre os festejos à mártir cristã no morgado dedicado a ela.

Na edição de 04 de dezembro de 1880, por exemplo, ao invés de citar as comemorações à Santa Bárbara, o referido jornal veiculou o convite da irmandade do SS. Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia para a festividade da sua padroeira, no dia 08 de dezembro. O

Diário de Notícias reproduziu na íntegra o convite enviado pelo escrivão da irmandade, detalhando os horários das missas, o trajeto da procissão e o pedido “aos moradores da freguesia para também illuminarem e ornarem as frentes de suas casas, para maior brilhantismo da festividade da SS. Virgem e Excelsa Padroeira do Imperio”.

Na edição de 04 de dezembro de 1885, o mesmo aconteceu e apenas os preparativos e convite para a festa da Conceição da Praia foram noticiados. Quando há referência à festa de Santa Bárbara, como no Diário de Notícias de 06 de dezembro de 1909, a nota se resumiu a dizer que: “As locatarias do mercado de Santa Barbara mandaram, no sabbado, celebrar, na igreja do Corpo Santo, missa festiva em louvor à sua Gloriosa Matriarcha. ”, e finalizou dizendo que “houve diversões” no mercado, mas sem maiores detalhes.

Acredito que a participação maciça dos escravizados, a data de celebração da festa e a organização dos festejos pelos populares do morgado ajudem a explicar a invisibilidade da festa de Santa Bárbara durante o período em que acontecia no morgado. Cada um desses três motivos será analisado a partir de agora, levando em consideração as informações encontradas nos jornais da época e na bibliografia produzida sobre a festa durante este período.

Ainda de acordo com Barros (1930), as comemorações à santa eram bastante festejadas pelos africanos. Tendo em vista que a principal atividade do morgado era o mercado e que a escravidão só foi abolida no Brasil no final do século XIX (1888), é correto pensar que muitos negros escravizados circulavam nas suas instalações. E até depois do fim da escravidão, a presença negra na festa de Bárbara era preponderante já que era “feita a expensas das creoulas, que commerciavam no mercado e nos quiosques, figurando no primeiro plano entre ellas, Maria do Carmo, Damiana, Martinha da ‘Farinha’ e outras...” (A TARDE, 04/12/1930).

Pierre Verger (1999) reafirmou essa declaração do periódico baiano ao escrever que

Ela é celebrada, sobretudo, pelos africanos e pelas pessoas que trabalham no mercado de Santa Bárbara na cidade baixa.

A devoção a Santa Bárbara é reforçada, entre os pretos, pelo sincretismo estabelecido entre ela e uma divindade conhecida na África sob o nome de “Oya” ou “Iansan” cujo culto é discretamente celebrado por alguns deles. A festa católica consiste em uma missa e uma procissão em torno do mercado dos Arcos de Santa Bárbara. Os devotos dessa santa organizam regozijos no interior do mercado, onde sambam e bebem cachaça em abundância. (VERGER, 1999, p. 73)

Tratando da festa na segunda metade do século XIX, Jocélio Teles dos Santos (2005, p. 34) também afirmou que: “Na sua celebração destacava-se a participação de africanos e dos que trabalhavam no mercado dos Arcos de Santa Bárbara. Por lá, vendia-se de tudo e ‘o que mais se pensasse’”.

Como o morgado foi fundado em meados do século XVII e o culto a Iansã só chegou na Bahia entre os séculos XVIII e XIX, acredito que os primeiros africanos celebravam a santa apenas pelo fato dela ser a padroeira do morgado onde trabalhavam. Em Salvador, Santa Bárbara estava ligada ao comércio, ao mercado e esses africanos também estavam atrelados à atividade comercial. Ademais, muitos deles sequer conheciam o orixá Iansã, uma deusa iorubana. Certamente, a associação de Santa Bárbara com Oiá-Iansã só deve ter começado com a chegada dos africanos nagôs (iorubás), concentrada no século XIX, na última etapa do tráfico negro.

Embora o sincretismo afro-religioso com o catolicismo já tenha sido discutido por vários pesquisadores no Brasil<sup>18</sup>, é importante pontuar que considero o sincretismo afro-católico mais do que uma mera estratégia encontrada pelos negros escravizados para louvar suas divindades ou “ilusões da catequese”, como definiu Nina Rodrigues (2014 [1896]). Para ele, entre os africanos e seus descendentes, “a conversão religiosa não fez mais do que justapor as exterioridades muito mal compreendidas do culto católico às suas crenças e práticas fetichistas que em nada se modificaram” (2014 [1896], p. 125).

Para pensar a questão do sincretismo religioso na Bahia (e no Brasil), é fundamental problematizar essas formulações feitas por Rodrigues (2014 [1896]), superando seus argumentos de que a tentativa de conversão dos africanos não foi exitosa simplesmente por não se enquadrar nos moldes do catolicismo oficial. Ao invés disso, concordo com a visão de Vilson Caetano de Sousa (2003) quando escreveu que

O sincretismo afro-católico vai além das relações exteriores estabelecidas com o catolicismo, exaustivamente exploradas pelos trabalhos anteriores. Este não pode ser explicado como imposições do sistema colonial, mas de modos ou estilos de viver e sobreviver inventados pelos africanos, a partir de brechas encontradas no próprio catolicismo. (SOUSA, 2003, p. 11)

---

<sup>18</sup> Para mais informações sobre as pesquisas e as fases/tendências nos debates sobre sincretismo afro-religioso no Brasil, consultar FERRETTI, Sérgio (2013); SOUSA, Vilson (2003); e CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (1999), entre outros.

Em verdade, o sincretismo religioso sempre existiu na história das civilizações humanas e se dava de variadas formas: assimilação de práticas religiosas dos povos conquistados, contatos entre grupos culturais distintos, catequização de povos nativos durante a colonização de novos territórios, tráfico de escravizados, etc. Ainda que todas as religiões sejam sincréticas, no Brasil, o termo sincretismo religioso foi historicamente aplicado para, de forma pejorativa, tratar as religiões de matriz africana.

É difícil precisar quando o sincretismo religioso teve início no Brasil, mas é bem provável que tenha começado ainda no século XVI com as missões dos padres jesuítas para catequizar os indígenas. Com relação ao sincretismo afro-católico, as práticas religiosas sincréticas também devem ter iniciado pouco depois que os primeiros navios negreiros atracaram na colônia e os negros escravizados começaram a ser batizados.

Receber o sacramento do batismo era uma condição irrevogável para os africanos que chegavam no Brasil. Somente após ser batizado e receber um novo nome é que o escravizado era considerado parte da sociedade.

Se o batismo abria o céu para o branco, sem dúvida para o negro abria-lhes a sociedade, dando-lhes condições de movimentar-se no seu interior e interagir ao lado de outros indivíduos que a compunham. (...) As Constituições estipulavam um tempo que variava de três a seis meses para os senhores ministrarem o batismo a seus escravos. (SOUSA, 2003, p. 84)

Além do mais, antes do século XIX, a Igreja Católica não sabia distinguir bem as práticas religiosas ditas sincréticas e apenas considerava os indígenas, africanos e o povo em geral como seres ignorantes, que acreditavam em superstições e credices populares.

Até o século XVIII, as características dos principais orixás ainda não estavam claras para os senhores de escravos e o clero português. Mesmo na época da visitação do Santo Ofício, a religião africana ainda não era bem definida. Os padres falavam de feitiçaria e superstições, com base em alguns rituais que tinham observado, mas não conheciam profundamente o culto. Por outro lado, os africanos também não tinham muito conhecimento da vida dos santos.

Era do interesse do clero e dos senhores os escravos serem catequizados. (...) Acreditava-se que o sucesso da evangelização seria alcançado por meio da adaptação cultural. Era preciso “permitir” e “tolerar” determinadas práticas religiosas do povo conquistado, fazer desaparecer lentamente alguns costumes e, principalmente, substituir o culto dos antigos deuses pela devoção à Santíssima Trindade e aos santos. (COUTO, 2010, p. 57)

Em se tratando das comidas à base de azeite de dendê, a postura da Igreja Católica extrapolou a “tolerância”, já que elas circulavam nas ruas desde o século XVII e eram parte integrante dos jejuns, por exemplo. Além dessas comidas que estavam nas ruas e festas religiosas populares de Salvador, no caso de Santa Bárbara, o fato da festa ser organizada diretamente pelo povo e contar com a participação de um padre apenas na celebração da missa e durante a procissão, possibilitou que os batuques, o samba e a capoeira fossem incorporados aos festejos.

Com isso, mesmo tendo sido criado por um casal português, o morgado e conseqüentemente a devoção à Santa Bárbara conquistou novos adeptos entre os frequentadores do mercado, sendo os negros uma parcela considerável desses fiéis. Paralelo a isso, a festa da mártir cristã é celebrada no dia 04 de dezembro, no mesmo período em que se festeja Nossa Senhora da Conceição da Praia, padroeira da Bahia.

Assim sendo, além da proximidade de datas, a localização das capelas/igrejas na mesma freguesia acabou invisibilizando as comemorações de Santa Bárbara comparadas aos festejos de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Prova disso pode ser percebida no seguinte trecho de Odorico Tavares (1951), quando ele fala das festas religiosas baianas:

Quem quiser conhecer as festas populares da Bahia – as maiores festas populares do Brasil – que chegue a Salvador nos últimos dias de novembro e não tenha pressa de voltar (...). Do último dia de novembro até oito de dezembro – o dia da Santa – temos a festa da Conceição da Praia. Logo após, santa Lusía, o Natal, Ano-Bom, com a festa de Nosso Senhor dos Navegantes. (TAVARES, 1951, p. 15)

Mesmo citando o novenário preparatório para o dia 08 de dezembro, o escritor sequer refere-se à data da celebração de Santa Bárbara. Segundo Verger (1999, p. 73), ao abordar o ciclo de festas da Bahia em meados do século XIX, “A festa de Santa Bárbara que cai no meio da novena de Nossa Senhora da Conceição, passa um pouco despercebida do grande público”. Ao analisar os periódicos do final do século XIX e início do XX, percebi que as breves referências aos festejos e/ou à história de Santa Bárbara parecem ser de iniciativa própria do jornal que optou por citar as comemorações no bairro comercial ou fazer um relato sucinto da vida da mártir.

No caso das festividades da Conceição da Praia, observei que a irmandade responsável pela devoção sempre enviou convite ao editor do jornal Diário de Notícias, o que resultava na divulgação sobre a realização do festejo, bem como uma cobertura da novena preparatória e da data festiva pelo periódico. Já a festa de Santa Bárbara, além de não ser organizada por uma irmandade leiga católica (que possui uma estrutura administrativa e está interessada na visibilidade da festa), os mercadores do morgado pareciam estar mais preocupados em organizar os preparativos para saudar Santa Bárbara do que divulgá-los nos jornais da época. Sem falar que a festa sempre teve um caráter popular e, especialmente nesse período, contava com a participação maciça de pretos e pobres.

Essas impressões puderam ser comprovadas no relato produzido por Hildegardes Vianna (1983), que evidenciou a necessidade de uma arrecadação coletiva para a realização da festa da padroeira do morgado.

Todos os anos, no Mercado que integrava o citado Morgado, bem como no Mercado São João, que lhe ficava fronteiro, os encarregados dos festejos se movimentavam para uma cotização geral (grifo meu). Os negociantes do Comércio da Cidade Baixa davam a sua contribuição, sem exceção, o nicho era reformado, fazia-se uma rigorosa limpeza no Mercado de Santa Bárbara, cordões de bandeirinhas coloridas, palmas de coqueiros, palmeirinhas, folhas de pitanga eram arrumados à guisa de ornamentação. (VIANNA, 1983, p. 37)

Sendo assim, não é de se espantar que na edição de 04 de dezembro de 1911 o Diário de Notícias não tenha feito referência à festa promovida pelos barraqueiros do mercado de Santa Bárbara, mas sim aos festejos do Rio Vermelho, organizados por senhoritas de famílias tradicionais baianas.

Conforme noticiamos foram muito concorridas as festas de hontem no Rio Vermelho, havendo musica até as 10 horas da noite, iluminação e outros folguedos.

Em uma linda kermesse, dirigida pelas senhoritas Noelia Machado, Elvira e Hilda de Sá, houve grande procura de bilhetes, sendo distribuidos lindos brinquedos.

Foi notavel a concorrência e o movimento de bondes para aquelle arrabalde. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/12/1911, p. 2)

Independentemente de ser noticiado nos periódicos da época, todos os anos, até o final do século XIX, Santa Bárbara era saudada no bairro comercial, na capela do morgado que levava seu nome. Desde os primórdios da sua criação, o culto à mártir católica ganhou novos elementos devido à participação preponderante dos africanos, crioulos e populares nos festejos, que celebravam à sua maneira seus santos de devoção. No morgado, tanto o culto quanto a própria Santa Bárbara foram africanizados graças aos frequentadores/devotos que circulavam pelo local.

Ou seja, além de missa e procissão, desde a época em que a festa acontecia no morgado, havia também distribuição de comidas, comercialização de bebidas e muito samba de roda. Com isso, o “povo do mercado” tornou o dia 04 de dezembro uma devoção popular, uma celebração sagrada e profana logo depois que o culto à mártir se estabeleceu na Bahia. E nesse processo de encontros e relações culturais, com a chegada dos iorubás em Salvador, a própria Santa Bárbara foi associada aos orixás do fogo, em especial Oiá-Iansã.

“O culto a Oyá, sem sombra de dúvida, foi trazido para o Brasil pelos yorubás chegados aqui a partir do século XVIII. Este ancestral do Rio Níger foi popularizado através de seus títulos: Iansã” (SOUSA, 2003, p. 130). Divindade de origem africana, Oiá é cultuada nas religiões afro-brasileiras, em especial o candomblé e a umbanda. Orixá do fogo, Iansã também domina o vento e as tempestades e era inicialmente conhecida como Oiá. Tornou-se Iansã, “*Iyá omo mésàn*” (que em iorubá significa mãe nove vezes) depois de sacrificar um carneiro e, finalmente, conseguir dar à luz nove filhos (PRANDI, 2001, p. 294). Há, ainda, uma outra explicação para o nome Iansã que significaria “mãe do entardecer” ou “mãe do céu rosado”. Tal título foi dado por Xangô à sua primeira esposa por considerá-la tão bela e radiante como o crepúsculo.

Em África, ela é a deusa do rio Níger, chamado em iorubá de Odô Oiá (*Odô Oya*). Além de ter sido mãe nove vezes, o número 9 está relacionado a Iansã por ser considerada a mãe dos nove oruns (espaços do céu) e em “alusão aos supostos nove braços do delta do Níger” (VERGER, 2002, p. 168). Ela também foi dividida em nove partes por Ogum, na luta travada entre eles quando Oiá estava fugindo com Xangô (PRANDI, 2001, p. 305). Além de que, de acordo com os adeptos das religiões de matriz africana, são nove as qualidades do orixá<sup>19</sup> Iansã: Oiá Onira, Oiá Kará, Oiá Bagan, Oiá Petu...

---

<sup>19</sup> Qualidade do orixá é o termo usado para designar diferentes momentos/características da divindade, de acordo com determinados caminhos e/ou a relação dele(a) com outros orixás.

Segundo uma lenda africana, “Iansã era bela, muito bela, era a mais bela mulher do mundo. Sua beleza era tal que se um homem a visse, logo a desejaria” (VERGER, 1997, p. 37). Com tamanha beleza e cheia de sedução, Iansã teve vários amantes: Ogum, Oxaguiã, Exu, Oxóssi, Logum Edé... até conhecer Xangô.

Iansã usava seus encantos e sedução para adquirir poder. Por isso entregou-se a vários homens, deles recebendo sempre algum presente. (...). Ao final de suas conquistas e aquisições, Iansã partiu para o reino de Xangô, envolvendo-o, apaixonando-se e vivendo com ele para a vida toda. Com Xangô, adquiriu o poder do encantamento, o posto da justiça e o domínio dos raios. (PRANDI, 2001, p. 296-297)

É bem provável que o raio, domínio que Iansã ganhou de Xangô, tenha sido um dos motivos que levou os seguidores das religiões de matriz africana a sincretizarem o orixá que teve tantos amantes com a virgem Bárbara. Além do raio que fulminou o pai da mártir, mais dois elementos em comum podem ajudar a explicar a associação da santa cristã com a deusa iorubana: a cor vermelha e a espada.

No caso de Santa Bárbara, o vermelho da sua túnica representa o seu martírio, o sangue derramado pela própria virgem que teve os seios cruelmente cortados antes de ser decapitada por seu pai/algoz. Em geral, a Igreja Católica costuma utilizar essa cor para representar os mártires e a paixão de Cristo, que derramou seu sangue na cruz pela salvação da humanidade. Já Iansã, apesar de vestir outras cores como marrom, rosa e branco (a depender da qualidade do orixá), é comumente simbolizada com os tons vermelhos por ser um orixá quente e compartilhar com seu esposo Xangô o domínio sobre o fogo.

Em relação à espada, na iconografia cristã, é comum representar a virgem mártir com uma espada nas mãos. Instrumento do seu martírio, a espada de Santa Bárbara simboliza também sua fé inabalável em Deus. No caso de Iansã, esse paramento demonstra a sua personalidade de deusa guerreira, mulher-búfalo de temperamento impetuoso. Arma que ganhou após seu relacionamento com Ogum, Iansã aprendeu com ele a manuseá-la e utiliza essa espada curva (alfanje) em defesa própria e dos que precisam de auxílio.

Outra hipótese para a ligação dos africanos e crioulos escravizados com Santa Bárbara é a experiência do cárcere. Assim como a mártir cristã, os africanos trazidos ao Brasil

---

vivenciaram o cativeiro, os maus-tratos e castigos. Nesse sentido, a torre do castelo onde Bárbara foi aprisionada poderia simbolizar para os africanos a casa-grande, a morada do opressor. Isto é, a experiência do cativeiro pode ser um elemento importante para nos ajudar a compreender a identificação dos escravizados com a santa, para além da sua correlação com o orixá Oiá-Iansã.

No Brasil colônia, era comum os padres contarem as histórias dos santos católicos durante as missas. Isso também pode ter contribuído para facilitar a associação entre a história de Santa Bárbara e os mitos de Iansã. De acordo com José Ramos Tinhorão (1972),

Para começar – e como a aceitação de neófitos, pela Igreja, dependia da sua ostensiva conversão à fé cristã, o que valia dizer aos conceitos da superestrutura dominante – os negros foram procurar na [h]agiografia disponível exatamente aquelas figuras de santos com que mais se identificavam pela cor, ou por outra particularidade mais aproximável dos símbolos da sua cultura, da sua religião original ou dos seus interesses. (TINHORÃO, 1972, p. 45)

Assim sendo, mesmo possuindo elementos em comum, mas com simbologias distintas, Bárbara e Iansã sintetizam o arquétipo da mulher valente que à sua maneira lutou pelo que acreditava. Embora sejam de tempos diferentes e realidades distantes, a articulação de uma divindade com a outra encontrou nos traços muito fortes da vida de ambas razões para celebrá-las juntas no dia 04 de dezembro. E por mais óbvia que possa parecer, é importante salientar que essa identificação santa/orixá não foi estabelecida pelas divindades, mas sim pelos seus devotos.

Não são os Orixás que se encontram com os santos católicos ou vice versa, mas os devotos que se encontram com os Orixás e seus santos num mesmo sentimento religioso, num momento particular capaz de, como sugere Mary del Priori, (1994, p. 19) misturar estilos, sons e corpos. Momento em que não é obrigatório o vivido histórico corresponder à representação que se faz dele. (SOUSA, 2003, p. 122)

No caso de Santa Bárbara e Iansã, para alguns devotos, elas formam uma mesma divindade; para outros, elas são duas divindades diferentes que devem ser separadas; e há ainda os que consideram que ambas são divindades distintas, mas que estão sempre próximas. Fato é que, no dia 04 de dezembro, os devotos que costumam comparecer à festa são aqueles que

fazem essa forte associação entre as duas, fundindo a figura de Santa Bárbara com a do orixá Iansã.

Para além da grande festa anual, ao longo do tempo, a relação próxima entre santa e orixá faz com que até hoje seus fiéis mandem celebrar missas em louvor à Santa Bárbara nos dias de quarta-feira. É por causa dessa articulação entre santos católicos e divindades africanas que, na Bahia, São Lázaro (sincretizado com Omolu) é saudado nos dias de segunda-feira, Santo Antônio (sincretizado com Ogum) é celebrado às terças, São Jorge (sincretizado com Oxóssi) é comemorado às quintas e Senhor do Bonfim (sincretizado com Oxalá) é reverenciado nos dias de sexta-feira.

Ao tratar do culto de Iansã em África e no Brasil, Verger (2002) explicou que

A quarta-feira é o dia da semana consagrado a ela, o mesmo dia de Xangô, seu marido. Seus símbolos são como na África: os chifres de búfalo e um alfanje, colocados sobre o seu “peji”. Ela recebe sacrifícios de cabras e oferendas de acarajés (*ákàrà* na África). Ela detesta abóbora e a carne de carneiro lhe é proibida. (...) No Brasil, Oiá é sincretizada com Santa Bárbara e, em Cuba, com Nuestra Señora de la Candelaria. (VERGER, 2002, p. 170).

Desde que respeitadas as quizilas<sup>20</sup> de Iansã com abóbora e carne de carneiro, uma variedade de comidas podia ser oferecida para homenagear a “dona dos mercados”. Muitos quitutes sempre estiveram à disposição dos devotos não só no dia de Santa Bárbara, mas em inúmeras festas religiosas populares que começaram a ser realizadas em Salvador ainda nos tempos em que era capital da colônia.

### 1.3 As festas religiosas populares na “Bahia de outrora”<sup>21</sup>

De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, escritas em 1707 por D. Sebastião Monteiro da Vide, os jogos, comidas, bebidas e bailes estavam proibidos no interior e nas redondezas das igrejas baianas desde o início do século XVIII. O documento

<sup>20</sup> Quizilas (ou ewós) são interdições alimentares, proibições rituais determinadas pelo orixá/vodum/inquice da pessoa que foi iniciada nos cultos de matriz africana. Em geral, as quizilas proíbem o consumo de determinadas comidas, bebidas, folhas, entre outros.

<sup>21</sup> “A Bahia de outrora” é o título do livro de Manuel Querino, originalmente publicado em 1916, sobre as tradições baianas e fatos populares observados por ele entre o final do século XIX e início do XX.

episcopal determinou que “sob pena de excomunhão maior, e de dez cruzados, que nem-umas pessoas Ecclesiasticas, ou seculares, tanjão, ou bailem, nem fação danças, ou jogos profanos nas Igrejas, nem em seus adros, nem se cantem cantigas deshonestas, ou cousas semelhantes” (VIDE, 1853, p. 269).

Quando essas regras foram publicadas, a festa de Santa Bárbara era realizada em Salvador há mais de meio século e o povo do morgado já devia ter incorporado nas comemorações à sua padroeira os atos considerados profanos. Além disso, a participação da Igreja Católica era bastante pontual nesse festejo que tinha sua parte profana realizada no mercado de propriedade particular. É bem provável que, para o clero baiano, a festa de 04 de dezembro era uma celebração menor, uma festa organizada por negros e que não merecia atenção especial da Igreja Católica.

Com a chegada dos iorubás, além de Iansã, Bárbara foi também associada com o orixá Xangô. A mártir cristã parece ter se tornado tão popular entre os africanos e seus descendentes que frequentavam o morgado, que se tornou secundária a diferença de gênero entre a santa católica e o orixá de Oió. Nas palavras de Nina Rodrigues (2014 [1896]),

Assim, em todos os *terreiros* e para todos os negros que conhecem os santos africanos, *Sango* é equivalente de Santa Bárbara ou é a própria Santa Bárbara. Mas *Sango* sendo masculino e Santa Bárbara do sexo feminino era preciso que entre eles houvesse de comum um ponto de contacto tão capital que tornasse secundária a diferença de sexo. *Sango* é o deus do trovão e é representado por meteoritos, machados de pedra ou pedra de raio. Santa Bárbara é por sua vez a padroeira das tempestades e dos raios de que foi vítima. Como é o sentimento de terror provocado pelo fenômeno físico do trovão e do raio, que constitui o elemento fundamental da crença e a origem da invocação do patrono, a identidade mental dos protetores foi mais forte do que as suas diferenças individuais de sexo. (RODRIGUES, 2014 [1896], p. 129)

Já para Carla Bahia (2010), a identificação da santa católica com o orixá Xangô teria outra explicação.

Ainda na época em que se fazia necessário cultuar os santos católicos na intenção dos deuses africanos, Santa Bárbara (trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses) era associada tanto a Oiá, quanto a Xangô. Dizia-se que os devotos nagôs de Bárbara, quando eram homens, cultuavam, na verdade, o Rei de Oió, enquanto as mulheres seriam filhas de Iansã. (BAHIA, 2010, p. 39)

Anterior à associação Santa Bárbara-Iansã e/ou Santa Bárbara-Xangô, ocorrida ao longo do século XIX, as comidas feitas com azeite de dendê já eram encontradas nas ruas da colônia e outras comidas (além do caruru) também eram servidas no morgado, no dia 04 de dezembro, para saudar a santa e o(s) orixá(s). Efó<sup>22</sup>, acarajé, vatapá, caruru... eram algumas das comidas afro-baianas encontradas não só nos festejos da mártir Bárbara, como em várias festas religiosas populares que aconteciam durante os períodos colonial e imperial.

Até o início do século XX era comum ingerir algumas comidas de azeite com acaçá<sup>23</sup>. Conforme detalhou Manuel Querino (2006 [1928], p. 27), o caruru era ingerido com acaçá ou farinha de mandioca. De acordo com Vianna (1973, p. 120), “Quem comeu caruru ou efó com acaçá dificilmente se terá esquecido da delícia do gosto. Caruru, efó, vatapá, chichin, feijão de azeite, todas as comidas pediam acaçá”. Nas festas populares, essa variedade de comidas era encontrada nas barracas montadas nas imediações da igreja onde celebrava-se o santo de devoção.

Para Sousa (2003), os nomes dessas barracas demonstram a tentativa de aproximar as manifestações externas ao ritual realizado no interior das igrejas. No processo de romanização do catolicismo brasileiro (séc. XIX), houve uma busca por afastar a liturgia oficial da Igreja Católica dos costumes populares dos leigos.

Já nos finais do século XVIII, foi difícil para a população entender que dali por diante, os bailes ao lado de outros divertimentos como os jogos, por exemplo, estariam definitivamente proibidos de ser realizados dentro das Igrejas. A busca desta continuidade interrompida, no entanto, continuou. Os nomes das barracas, sobretudo dos barraqueiros mais velhos, que circulam nas festas de largo da cidade de Salvador como “Fé em Deus”, “Deus é Amor”, “Filha de Maria”, “Rei das Flechas”, “Ogun de Ronda”, “Filho da Luz”, “Cabocla Jurema”, revelam o esforço de continuar algo interrompido por um

---

<sup>22</sup> Efó é uma comida feita com uma folha popularmente conhecida como língua de vaca, podendo ser substituída pela folha da mostarda ou taioba. Preparada de forma similar ao caruru, com o passar do tempo, tornou-se uma comida “esquecida” pela população soteropolitana/baiana, sendo dificilmente encontrada nos dias de hoje.

<sup>23</sup> Segundo Manuel Querino (2006 [1928], p. 25), o acaçá era feito da seguinte maneira: “Deita-se o milho com água em vaso bem limpo, isento de quaisquer resíduos, até que lhe altere a consistência. Nestas condições, rala-se na pedra, passa numa peneira ou urupema e, ao cabo de algum tempo, a massa fina adere ao fundo do vaso, pois, nesse processo, se faz uso de água para facilitar a operação. Escoa-se a água, deita-se a massa no fogo com outra água, até cozinhar em ponto grosso. Depois, com uma colher de madeira, com que é revolvida no fogo, retiram-se pequenas porções que são envolvidas em folhas de bananeira, depois de ligeiramente aquecidas ao fogo”. Em meados do século XX, a comida que era facilmente encontrada nas ruas da cidade, vendida geralmente por mulheres, entrou em decadência. Nos dias de hoje, o acaçá parece ter se tornado exclusivo dos preceitos e rituais do candomblé, já que todos as divindades recebem acaçá como oferenda.

discurso que mais do que dividir a realidade, compreende o sagrado e o profano como antinomias. (SOUSA, 2003, p. 120)

Mesmo com o processo de padronização das barracas pelos poderes públicos, até hoje, elas continuam presentes nas festas religiosas soteropolitanas. Historicamente, a relação entre religião, música e lazer para as camadas populares esteve associada ao desenvolvimento da Igreja Católica no Brasil, pois “foi a Igreja que forneceu ao povo durante pelo menos duzentos anos a maior oportunidade de lazer, através do grande número de dias santos respeitados com a suspensão do trabalho” (TINHORÃO, 1972, p. 34).

Ignorando a proibição do arcebispo para durante as festas religiosas não haver danças e folias nos adros das igrejas (VIDE, 1853, p. 269), na Bahia, além de música e diversão, as comidas à base de azeite de dendê também estavam presentes nas barracas dessas festas populares. No caso do festejo de Santa Bárbara, a missa acontecia em uma das igrejas da Cidade Baixa e depois a festa continuava no mercado. Ou seja, as “ações muito indecentes” não aconteciam nos arredores da igreja, e sim nas instalações do morgado dedicado à santa. Conforme descrição pormenorizada feita por Vianna (1983),

Quando o grande dia chegava, havia missa na Igreja do Corpo Santo ou na matriz da Conceição da Praia, com a presença da Santinha do Mercado levada em procissão entre foguetaria, vivas e música apropriada. Após o retorno da pequena Santa Bárbara para o seu nicho no Mercado, era servido, à farta, caruru acompanhado de aberém, acarajé e outros quitutes. Corria muito aruá<sup>24</sup> de milho maduro, gengibirra<sup>25</sup> e a inevitável cachaça. Formavam-se rodas de samba e de batuque, interrompidas por pequenas arruaças. (VIANNA, 1983, p. 37)

No relato de Odorico Tavares sobre a festa da Conceição da Praia, localizada na mesma freguesia do antigo mercado de Santa Bárbara, ele assinalou a presença das comidas à base de azeite de dendê nesse festejo. O texto foi escrito inicialmente em 1947, para uma série de reportagens que Tavares fez para a revista *O Cruzeiro*.

---

<sup>24</sup> Aruá (ou aluá) é uma bebida refrigerante feita a partir da fermentação de grãos de milho ou cascas de frutas, como o abacaxi. Até meados do século XX, era uma bebida facilmente encontrada nos candomblés e nas festas populares de Salvador.

<sup>25</sup> Gengibirra também é uma bebida refrigerante, fermentada, obtida a partir da raiz de gengibre.

... Conceição da Praia é a festa da padroeira, e também a festa da comida baiana (...) É o império do azeite-de-dendê, da pimenta, do camarão. E nestas filas de barracas, com seus nomes os mais belos, desde “Tudo com Deus”, “O que é que a baiana tem”, “Barraca Vitória”, “Recreio São Jerônimo”, até o africano “Cosi odé canifá olorum” (...) todas estas barracas são como que cada uma delas um templo à cozinha afro-brasileira. É o caruru, com as múltiplas variedades; é o vatapá, a cada hora, a cada instante, profanado em restaurante de outras terras, mas que na Conceição da Praia é esta maravilha de gosto e de cor; é o acarajé, dourando-se ao calor do óleo fervente; é a galinha de xinxim; é o abará; é o efó... (TAVARES, 1951, p. 17-18)

Sobre essa variedade de carurus encontrada na festa da Conceição da Praia (e provavelmente na festa de Santa Bárbara também), a descrição de Manuel Querino (2006 [1928]) não deixa dúvidas sobre as possibilidades de preparo do caruru, considerado por ele como um “dos alimentos puramente africanos”:

Em seu preparo observa-se o mesmo processo do efó, podendo ser feito de quiabos, mostarda ou de taioba, ou de oió, ou de outras gramíneas que a isso se prestem, como sejam as folhas dos arbustos conhecidos, nesta capital, por *unha de gato*, *bertalha*, *breda de Santo Antonio*, *Caçaba*, etc., às quais se adicionam a garoupa, o peixe assado ou a carne de charque e um pouco d’água que se não deixa secar ao fogo. (QUERINO, 2006 [1928], p. 27)

Na Salvador de hoje, a receita do caruru que se popularizou não leva mais esses ingredientes (com exceção do quiabo) nem os acompanhamentos do passado. Herdeiros de uma tradição onde os deuses dançam e comem com os humanos, a culinária sempre teve um papel de destaque na identidade cultural dos africanos. Em verdade, celebrar com comida é uma prática comum na maioria dos grupos humanos e os africanos do morgado também festejavam a santa padroeira com comidas à base de azeite de dendê.

Além de missa e procissão, os africanos agregaram elementos mais condizentes à sua cultura na celebração anual à patrona do morgado. Sobre esse processo de encontro de culturas, ao discorrer sobre as comidas preferidas de cada orixá, Roger Bastide (2001) salientou que

Em primeiro lugar, devemos observar que o sincretismo introduziu-se na cozinha como no restante da vida religiosa. O lugar ocupado pelo milho ameríndio, ao lado da mandioca, prova-o claramente. Há uma mistura das sobrevivências místicas da África, em particular o azeite-de-dendê e a pimenta-da-costa, com os elementos tomados de empréstimo à cozinha dos brancos e dos índios. (BASTIDE, 2001, p. 333)

Aproveitando que a festa de Santa Bárbara em Salvador não estava sob o total controle da Igreja Católica, já que sua devoção não integrava nenhuma irmandade e um padre era convidado apenas para celebrar a missa festiva, o samba, a capoeira e os comes e bebes foram incorporados à festa, momento propício para extravasar e romper (ainda que temporariamente) com a estrutura social imposta.

Como disse, as comidas à base de azeite de dendê estavam presentes em várias festas religiosas populares, em especial, naquelas que concentrava uma maior participação do povo negro. Ao tratar das festas da mãe d'água (sereia), por exemplo, que aconteciam em Itapagipe e “à qual compareciam para mais de 2.000 africanos”, Querino (1955 [1916], p. 127) relatou que “Durava a festa quinze dias, nos quais abundavam os batuques (candomblés), o efó, o abará, o carneiro, o bode, etc., com azeite de dendê”.

No caso da festa de 04 de dezembro, comidas como caruru e acarajé eram servidas no mercado por já fazerem parte do cotidiano, por serem comidas africanas que circulavam no morgado de Santa Bárbara e nas ruas de Salvador o ano inteiro. Prova disso é que até na festa da padroeira da Bahia e do Império, Nossa Senhora da Conceição da Praia, eram encontradas comidas como caruru, vatapá, galinha de xinxim... (TAVARES, 1951, p. 17-18), demonstrando como de fato essas comidas estavam integradas à vida da sociedade baiana.

Analisando o histórico da festa de Santa Bárbara, a presença negra parece realmente ter afastado o restante da população das comemorações no morgado. Com isso, mesmo tendo começado em meados do século XVII, por muito tempo, a devoção à Santa Bárbara em Salvador passou despercebida para a maioria dos soteropolitanos que não frequentava o bairro comercial. A festa comemorada de forma espontânea pelos comerciantes e populares do mercado, ganhou não apenas a adesão dos africanos e crioulos, como também elementos da sua cultura e religiosidade.

Uma vez que tinham espaços específicos nas igrejas e ocupavam lugares diferentes nos cortejos, não raro os negros exerciam sua fé em certas ruas da cidade. De acordo com Roger Bastide (1971, p. 170), haviam nichos nas ruas onde as imagens dos santos poderiam ser cultuadas. Segundo Manuel Querino (1955 [1916], p. 96), “grande, porém, era o número de pequenos nichos encravados nas paredes dos edifícios, e, bem assim, nas diversas casas particulares onde se armavam grandes oratórios, franqueados à vista do público, nos dias de

procissão”. Além de procissões com danças e cânticos (muitas vezes em suas próprias línguas), os africanos e crioulos reverenciavam os santos nesses altares e nichos espalhados pela cidade.

Em Salvador, existia uma imagem da Imaculada Conceição no nicho do mercado Modelo, na rampa do cais Cairu e próximo à Igreja da Conceição da Praia. Uma imagem de Santa Bárbara era venerada na capela do mercado, que levava o seu nome, localizado na Cidade Baixa, e ainda nos nichos de Santa Bárbara e Nossa Senhora da Guia, presentes no mercado da Baixa dos Sapateiros. Nesses espaços, os negros tinham mais liberdade para camuflar o culto aos orixás. (COUTO, 2010, p. 61)

Outro nicho de Santa Bárbara existente na cidade e que sobreviveu às transformações urbanas está localizado no Elevador do Taboão. A imagem fica na fachada do equipamento inaugurado em 1896 para fazer a ligação entre o Pelourinho e o Comércio. Após mais de 60 anos fechado, o Elevador do Taboão foi reativado em 2021, preservando o nicho da santa guerreira.

Além dos altares públicos e domésticos, no passado, a devoção aos santos era mantida pelas irmandades católicas sediadas nas igrejas das diversas freguesias. Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, essas irmandades que eram tão ativas durante os períodos colonial e imperial começaram a se enfraquecer. A separação entre Igreja e Estado corroborou o processo de decadência dessas associações leigas. Com a proclamação da República, os políticos estavam mais preocupados em modernizar a cidade do que dar suporte às confrarias católicas.

Isso porque Salvador colonial cresceu de modo desordenado e até o século XIX não possuía um projeto urbanístico que organizasse o espaço público. Para as elites soteropolitanas, o espaço privado era o ambiente privilegiado para o desenvolvimento da vida social. Com isso, a rua se tornou o local dos excluídos socialmente.

Escravos de ganho, libertos, pobres, mendigos, prostitutas, ladrões e vagabundos faziam do espaço da rua, quando sujeito à intervenção das autoridades, um caso de polícia, uma vez que a preocupação básica dos poderes públicos era punir os infratores que nela se encontravam, esquecendo de submetê-los às políticas disciplinares mais sistemáticas. (FERREIRA FILHO, 1999, p. 239-240)

No ambiente da rua, importante destacar os escravos de ganho que aproveitavam a distância da fiscalização dos seus senhores para tirar proveito e conseguir um valor excedente à quantia diária que deveria repassar ao seu senhor. Outra figura que se apresentou bastante hábil na convivência das ruas foram as mulheres pobres. Além de diversificar o comércio informal da cidade, essas mulheres libertas realizavam trabalhos domésticos e garantiam o sustento de suas famílias. “Agenciadoras das resistências culturais e dos encontros sincréticos, (...) foram as mulheres pobres e trabalhadoras, na República, um alvo privilegiado das políticas de ordenação e disciplinarização de um sedimentado e resistente mundo das ruas” (FERREIRA FILHO, 1999, p. 240-241).

As tentativas de ordenação do espaço público começaram no século XIX, mas foi no período republicano que ganharam um caráter mais sistemático. Em verdade, antes da Proclamação da República, a elite baiana já desejava ver Salvador longe do atraso colonial e desenvolvida como as metrópoles europeias. Embora houvesse esse desejo de modernização, “a cidade e seus habitantes viviam das glórias passadas, do prestígio de antiga metrópole colonial e primeira capital do Brasil, de sua importância como centro administrativo e religioso” (COUTO, 2010, p. 39).

Com a abertura dos portos, no início do século XIX (1808), a primeira capital do país que até então era pouco conhecida entrou na rota dos estrangeiros. Entretanto, o deslumbramento inicial dos viajantes que chegavam ao Porto de Salvador dava lugar à decepção quando desembarcavam na cidade. A exuberância da paisagem e a localização privilegiada na Baía de Todos os Santos contrastavam com as ruas mal calçadas e esgotos expostos, com a iluminação precária e as vias irregulares.

Vários viajantes escreveram sobre a situação insalubre da parte baixa de Salvador. Nos seus relatos, eles destacaram, por exemplo, o cheiro forte de rapé que impregnava toda a região, bem como as ruas estreitas, sujas e repletas de vendedores ambulantes. O oficial inglês James Prior, que visitou Salvador no ano de 1813, escreveu que na Cidade Baixa “Os homens de negócios se misturam com os negros semi-nus, arrastando fardos e tonéis. Uns e outros parecem, por sua indiferença, desprovidos do sentido do olfato” (*apud.* VERGER, 1999, p. 17). Nesse contexto de confusão e sujeira, alguns lugares da Cidade Baixa (como o Mercado de Santa Bárbara) pareciam ser exceções já que o francês Jean-Baptiste Douville, que esteve na Bahia entre os anos de 1833 e 1837, relatou: “Há a pequena praça Santa Bárbara, onde se encontra o mercado, lá se pode começar a respirar, as ruas são estreitas é verdade, mas enfeitadas de lojas bem bonitas” (*apud.* VERGER, 1999, p. 18-19).

No início do século XX, os governadores José Joaquim Seabra e Góes Calmon foram responsáveis por várias ações de reforma urbana e intervenção sanitária no estado. Além da ampliação e construção de novas ruas, era preciso melhorar as condições de higiene e de saúde da população. Para modernizar a cidade, durante seu primeiro mandato (1912-1916), o governador Seabra buscou medidas para afastar a capital do atraso representado pelos séculos do período colonial.

As elites letradas baianas apoiavam o governador e sua proposta de intervenção urbana, por reconhecer que a modernidade era o caminho para tornar Salvador uma metrópole evoluída como as cidades europeias. Vale ressaltar que o ideal de modernidade estava intimamente relacionado ao ideal de civilização. Ou seja, além de melhorar o saneamento básico das ruas, a iluminação e o transporte público, era preciso eliminar os costumes africanos tão difundidos entre os negros e pobres. Segundo Couto (2010),

Civilizar significava regulamentar o uso do espaço, mas implicava na necessária mudança de hábitos da população e na “modernização dos costumes”. Tentava-se impedir a mendicância, os cultos místicos ou religiosos não católicos e as diversas formas de manifestações lúdicas populares. (COUTO, 2010, p. 42)

Ao discorrer sobre a participação popular nas festas religiosas de Salvador e a identificação de práticas de origens diversas do povo negro - a exemplo da lavagem das igrejas, que foi um hábito trazido de Portugal, Sousa (2003) ressaltou que

Associar certas danças, cantigas ou outros gestos realizados nesses momentos a algo imoral, pervertido, diabólico ou contrário à “civilização”, herdado da população negra, fazia parte do processo de embranquecimento que, se apoiando num discurso discriminatório construído gradativamente em estereótipos, lutava para transformar o negro e suas tradições culturais em marginais, negando-lhes sua participação na sociedade em que viviam. (SOUSA, 2003, p. 116)

Além disso, a circulação das famílias abastadas pelo espaço público dependia de melhores condições urbanísticas. Como bem pontuou Alberto Ferreira Filho (1999), essa proposta redefiniu o papel das mulheres das classes médias e altas, acostumadas a permanecer no ambiente doméstico durante o período colonial. “A ‘moça’ e a ‘senhora de família’ seriam

os novos modelos de mulher que passariam a compor o cenário urbano republicano” (FERREIRA FILHO, 1999, p. 243).

Em oposição às damas da aristocracia, as mulheres pobres que viviam nas ruas eram um empecilho para o desenvolvimento civilizatório tão almejado para a capital baiana. A maioria delas era preta e se dividiam basicamente entre as trabalhadoras de rua e prostitutas. Enquanto as prostitutas vendiam seus corpos, o principal comércio desempenhado pelas vendedoras de rua, como já dito, eram as comidas populares.

Em 1912, uma comissão do Conselho Municipal criou uma série de regras para a comercialização de alimentos na rua. Além da exigência de matrícula para trabalhar, a legislação controlava o horário de trabalho, condenava a comercialização de comida em tabuleiros e bandejas, a ocupação das calçadas, entre outras restrições.

A qualidade da comida de rua passou a ser uma preocupação obsessiva. O suor despreendido na rotina profissional, particularmente dos pretos, pelo seu “odor nauseabundo”, o contato manual com as iguarias vendidas e as condições de fabricação das comidas de rua, segundo o pensamento higienista em voga, era a porta de entrada para os miasmas e, posteriormente, dos micróbios e dos vírus, que tanto debilitavam a precária saúde dos baianos. Por outro lado, eram comidas gordurosas, fortemente condimentadas, em cujo preparo muitas vezes utilizavam-se partes pouco recomendáveis dos animais, como as vísceras, a genitália e as patas. (FERREIRA FILHO, 1999, p. 245)

A forma de mercar os produtos e o traje utilizado pelas negras durante o trabalho também foram alvo das críticas à época. Os pregões gritados em nagô e as longas saias e camisas das vendedoras eram associados a África, à escravidão e ao atraso. Além da fiscalização constante às trabalhadoras de rua, os batuques à moda africana também foram proibidos com o objetivo de civilizar as festas de rua e afastar a cidade da ascendência étnica negra que marcou todo o período colonial.

Um grande empecilho para alcançar tal patamar de civilidade eram as religiões de matriz africana. Para as elites, os terreiros de candomblé que existiam em Salvador era uma marca irrefutável do atraso cultural da cidade. Com isso, mesmo a liberdade de culto estando prevista na Constituição de 1891, os terreiros foram perseguidos e constantemente eram alvos da sanha policial. No início do século XX, as batidas policiais em casas de candomblé tornaram-se recorrentes e muitos terreiros foram invadidos. Mais do que divulgar tais acontecimentos, a imprensa local desempenhou a função de liderar a campanha de repressão aos candomblés já

que incitava as invasões policiais que, segundo os periódicos, deveriam ser mais severas para pôr fim aos cultos de matriz africana.

Outro aspecto que se apresentou como um complicador nessa tentativa de desafricanização da cidade e extermínio das práticas religiosas consideradas primitivas foi que, no início do período republicano, não só os africanos e crioulos eram adeptos das religiões afro-brasileiras. Os jornais das primeiras décadas do século XX deixaram evidente isso, conforme sinalizou Ferreira Filho (1999) a partir de notícias do periódico *A Tarde* ao longo dos anos 1920.

“Inspetores de quarteirões ogãs” rebelando-se contra a investida policial aos terreiros que frequentavam, “soldados de polícia” e “gente de automóvel” de “todo o canto da cidade que caem no santo”, “moça elegante” que despacha ‘bozó’ na porta Rio Branco ilustram o heterodoxo quadro de devotos da “primitiva religião africana” na cidade, pintado pelos jornais da época. (FERREIRA FILHO, 1999, p. 251)

Ou ainda, como destacou Couto (2010) a partir da leitura do editorial do jornal *Diário de Notícias*, de 09 de dezembro de 1912,

O mais grave era o fato do culto africano ser frequentado por senhoras educadas da alta sociedade, que sabiam falar francês, estudavam Geografia e História, tocavam piano, discutiam transcendentais questões filosóficas, além de política nacional e estrangeira, iam à missa, ouviam os sermões do padre, contra as superstições e feitiçarias, e na volta, “com a mesma contrição, com a mesma fé”, procuravam “[...] a casa da *mulher das cartas*, do africano que *bota a mesa*, do explorador que cura por meio do *espiritismo*” e ainda realizavam oferendas. (COUTO, 2010, p. 43)

Para as elites letradas, a imprensa jornalística e a Igreja Católica, o candomblé sujava as ruas (com os ebós), atrapalhava o silêncio público (com o barulho dos atabaques), praticava medicina ilegalmente, prendia e torturava pessoas durante os tratamentos realizados, sem falar na promiscuidade entre os seus frequentadores. Na visão dessas instituições, muitas orgias aconteciam no interior dos terreiros, onde as mulheres serviriam de prostitutas para ogãs e pais de santo, e jovens moças eram seduzidas para participar dessas práticas libidinosas. Tais argumentos reforçaram o estigma do candomblé como uma religião primitiva, que não

respeitava os valores da família e que ia de encontro aos anseios de modernizar e civilizar a capital baiana.

Mesmo com a disseminação da ideia de que a modernização de Salvador deveria passar pelo embranquecimento cultural da população, os terreiros de candomblé resistiram à perseguição policial e se multiplicaram. Algumas ialorixás baianas foram responsáveis pela negociação que garantiu a sobrevivência das casas de axé.

O prestígio social e a forte expressão comunitária de muitas sacerdotisas não podiam ficar alheios ao jogo político da República. O oferecimento do título de ogã a autoridades e intelectuais, do qual Nina Rodrigues foi pioneiro, foi um elemento importante para a construção de laços de solidariedade e proteção entre os terreiros, o Estado e demais pessoas de prestígio social, viabilizado por essas mulheres. (FERREIRA FILHO, 1999, p. 253)

Foi nesse contexto de desafricanização das ruas, modernização da cidade, repressão e resistência dos candomblés baianos que um acontecimento inesperado daria início ao processo de mudanças na festa de Santa Bárbara. Coincidentemente, foi o fogo, elemento que é dominado por Iansã e Xangô, o responsável por fazer Santa Bárbara mudar de abrigo.

#### **1.4 O fim do morgado de Santa Bárbara**

Como dito, o morgado de Santa Bárbara funcionava na área comercial da Cidade Baixa. Ao longo do tempo, o prédio passou por algumas reformas, mas sempre preservando na fachada suas portas em formato de arcos. Por esse motivo, o local ficou conhecido como Mercado dos Arcos de Santa Bárbara. O conjunto de estabelecimentos localizava-se exatamente na esquina que separa a Rua Portugal da Rua Pinto Martins, atual via que dá acesso à Ladeira da Montanha. Ao lado direito da rua Pinto Martins (conhecida antigamente como Rua Santa Bárbara), o morgado ocupava vários quarteirões do bairro que hoje é chamado de Comércio.

Sobre a localização exata do morgado, Costa (1952) escreveu:

Entre os poucos morgados que se instituíram na Bahia, ao tempo da colônia, teve fama até nossos dias o de S. Bárbara, transformado com os séculos em mercado e que ficava situado na parte baixa da cidade do Salvador, no local

fronteiro ao edifício dos Correios<sup>26</sup> e entre êste e o sopé da montanha. (COSTA, 1952, p. 9)



Figura 2: Antiga Rua Santa Bárbara. Parte do morgado à direita e Hotel das Nações ao fundo.

(Fotografia de Rodolpho Lindeman, cerca de 1885)

Em 15 de setembro de 1899<sup>27</sup>, um incêndio no Hotel das Nações (prédio vizinho ao morgado) atingiu a estrutura da edificação, comprometendo a capela de Santa Bárbara. Antes desse incidente, outros incêndios (muito comuns na Salvador do século XIX) atingiram o mercado. “Temos notícias, por exemplo, de que nos anos de 1868 e 1869 o Mercado de Santa Bárbara foi atingido pelo fogo e perdeu algumas barracas pertencentes à Câmara Municipal” (COUTO, 2010, p. 97-98).

Quanto ao incêndio de 1899, Mons. Manoel de Aquino Barbosa (1970, p. 145) explicou que “A uma hora da manhã verifica-se um incêndio no grande prédio á rua de S. Barbara onde

<sup>26</sup> Nota do Autor: “Hoje edifício da Viação Férrea Leste Brasileiro, com frente para a praça da Inglaterra”.

<sup>27</sup> Apesar de Mons. Manoel de Aquino Barbosa (1970) afirmar que o incêndio ocorreu em 1899, há autores que atribuíram outras datas ao ocorrido, variando entre os anos de 1889 (FELIX, 1982) e 1898 (OLIVEIRA, 2005), por exemplo. Como os periódicos dos referidos anos estavam sem condições de uso nos arquivos visitados, não pude averiguar tal divergência e optei por utilizar a data informada por Manoel Barbosa, já que foi o autor que apresentou maior precisão e mais detalhes sobre o incêndio.

estava estabelecido o Hotel das Nações. A igreja de S. Barbara que, com o prédio incendiado, formava um quarteirão, tem o telhado atingido”.

Milagrosamente, a imagem da santa não foi alcançada pelas chamas, sendo necessário fazer o traslado de Bárbara e dos demais santos que ficavam na capela para a Igreja do Corpo Santo (capela de São Pedro Gonçalves), no mesmo bairro. Depois de retirada as imagens e alfaias, a capela foi demolida. Segundo Barros (1930),

Em 11 de Janeiro de 1900, começou a demolição dessa capella, que havia ficado muito arruinada com o incêndio, manifestado no prédio contíguo, onde era estabelecido o antigo *Hotel das Nações*.

As imagens de Santa Bárbara, S. Jeronymo e Santa Ephigenia foram recolhidas á capella de S. Pedro Gonçalves, onde continuam veneradas.

A festa da padroeira realizava-se com muita pompa e enorme regosijo dos pretos africanos, devotos de Santa Barbara. (BARROS, 1930, p. 343)

Como o incêndio de 1899 não comprometeu toda a estrutura do morgadio, além do prédio do hotel, apenas a capela da santa precisou ser demolida. Com isso, os festejos passaram a ser realizados em dois espaços distintos: a Igreja do Corpo Santo e o mercado de Santa Bárbara. De acordo com o Diário de Notícias de 06 de dezembro de 1909, as comerciantes do mercado mandaram celebrar missa na referida igreja, enquanto “Durante o dia, no mercado, que estava vistosamente enfeitado, houve diversões”.

Após a transferência da imagem (e parte dos festejos) para a Igreja do Corpo Santo, a festa da padroeira do morgado perdeu um pouco de brilho e de adesão dos fiéis do antigo mercado, como comprova a matéria do jornal A Tarde de 04 de dezembro de 1930: “A Santa que se festeja agora tão pobrememente (grifo meu) tinha a sua capella no pavimento térreo do lendário edifício do ‘Hotel das Nações’ e que fora antes a sede do morgado com o nome de ‘Santa Bárbara’”.

Aliado a isso, a morte do instituidor do morgado (provavelmente, na segunda metade do século XVII)<sup>28</sup> e a posterior renúncia da administração dos imóveis pelo suposto procurador<sup>29</sup> dos herdeiros levou o morgado a ser destituído. De acordo com Costa (1952),

O processo nasceu de uma representação, em 1852, de certo funcionário da Fazenda Pública, avisado de que estavam cobrando taxas indevidamente no morgado de S. Bárbara, em proveito de um morgadio de existência caduca e desde mais de cem anos mantido sem apoio legal. E entra o funcionário a historiar os acontecimentos, enquanto os advogados o completam e os representantes da justiça se fecham em dilações de prazos, tanto quanto se abrem em diligências, até que enfim o ministro da Fazenda, Barão de Cotegipe, em 1876, cogita de encerrar a questão, ordenando providências contra os usufrutuários, embora a sua ordem não tenha logrado andamento burocrático definitivo. (COSTA, 1952, p. 14)

Em verdade, o direito sobre o morgado havia sido extinto desde o final do século XVII já que Francisca Pereira do Lago, primeira filha do instituidor do morgado, faleceu em 1696 sem deixar herdeiros nem sucessores. Contudo, os herdeiros de Madalena, segunda filha do instituidor do morgado, “entraram indevidamente a administrar o morgado, e o fizeram por cerca de século e meio” (COSTA, 1952, p. 15), até que o processo na Fazenda Pública pôs fim ao litígio. Para Couto (2010), “após o morgado ter o seu título de propriedade transferido aos herdeiros por cadeia sucessória, foi vendido e transformado em centro comercial, com barracas e armazéns de secos e molhados, e passou a se chamar Mercado de Santa Bárbara” (2010, p. 97).

O mercado continuou funcionando, sob posse da Fazenda Pública, até que o processo de modernização do bairro do Comércio resultou na sua demolição. A esse respeito, o Diário de Notícias de 30 de novembro de 1911 publicou a seguinte nota sobre as melhorias na cidade baixa:

O engenheiro-chefe da fiscalização das Obras do Porto dirigiu ao conselheiro intendente do município o officio seguinte: “De conformidade com o que ficou estabelecido na ultima conferencia que v. exa. se dignou me conceder, e autorizado pelo aviso n. 3558 de 04 de Novembro de 1907, do exmo. sr. Ministro da Viação, peço a v. exa. a fineza de dar as providencias necessarias

<sup>28</sup> Infelizmente, o inventário de Francisco Pereira do Lago não se encontra disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>29</sup> Segundo o Diário de Notícias de 06/12/1911, p. 1: “alguem esteve no usufructo, por 30 annos, a pretexto de procurador dos intitulados herdeiros [do morgado], e quando apertado a dar conta dos rendimentos, abandonou o vinculo”.

para que seja ultimado a entrega a esta repartição do mercado de Santa Barbara. Como v. exa. sabe, esse mercado deve, pelo accordo feito, ser entregue logo que sejam iniciadas as obras do 'Mercado Modelo', junto a doca do Arsenal de Marinha, condição que já se acha preenchida.

Será mais um serviço prestado por v. exa. ao commercio, pois logo que esta repartição esteja de posse tratar-se-á de proceder a sua demolição e ao leilão para venda desses terrenos, afim de facilitar a accomodação das casas commerciaes desalojadas pelos melhoramentos da cidade baixa." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30/11/1911, p. 1)

Cinco dias depois, em 05 de dezembro de 1911, o assunto voltou a ser pauta do referido vespertino. O editorial foi dedicado à reforma do bairro comercial com a discussão sobre qual lado da rua do mercado deveriam ser priorizadas as melhorias. Tratando sobre o alargamento da rua de Santa Bárbara, o jornal destacou que

Effectivamente nenhuma parte do bairro commercial está a exigir maior cuidado da hygiene do que a comprehendida entre as ruas Santos Dumont, Grades de Ferro e Morgado de Santa Barbara.

Nem é de crer que, com espirito de economia, se pretenda fazer reformas no bairro commercial, despresando a parte delle que está a carecer de maiores cuidados prophylaticos, conforme é visivelmente demonstrado pela historia da peste negra na Bahia. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1911, p. 1)

Finalmente, em 1913, o antigo mercado de Santa Bárbara foi totalmente demolido para ampliação e modernização do Porto de Salvador. Como visto, tal medida fazia parte do processo de renovação do bairro do Comércio. A imagem da santa que já havia sido transferida para a Igreja do Corpo Santo continuou sendo venerada nesta capela mesmo com a extinção do mercado, já que Santa Bárbara também era considerada padroeira dos marítimos e dos carregadores.

A transferência da imagem e a demolição do mercado deram início a uma nova fase na história das celebrações à Santa Bárbara em Salvador, marcada por algumas inconstâncias. No próximo capítulo, trarei mais detalhes sobre a mudança do local de culto bem como os espaços por onde a devoção passou antes de se estabelecer no Pelourinho.

## **CAPÍTULO 2: A inconstância da festa**

Com o fim do mercado no bairro do Comércio e a transferência da imagem de Santa Bárbara para a Igreja do Corpo Santo, a devoção à virgem mártir passou por um período de declínio em Salvador. A reforma desse templo no início do século XX e a grande devoção a São José ali estabelecida, ajudaram a enfraquecer o culto à Santa Bárbara naquela região. Com isso, a primeira imagem da santa ficou “esquecida” nessa pequena capela.

Concomitantemente, os comerciantes do antigo mercado foram realocados para um centro comercial que havia sido inaugurado na Baixa dos Sapateiros. Junto com eles, a devoção à Santa Bárbara foi para esse novo mercado e os vendedores deram continuidade à organização da sua festa anual. Nesse período, a procissão mudou o percurso algumas vezes, bem como a missa festiva que foi realizada em distintas igrejas do Centro Antigo de Salvador.

Se, ao longo do tempo, a missa de Santa Bárbara foi celebrada em templos diferentes e outros santos foram incluídos (ou suprimidos) da sua procissão, tal inconstância não foi observada na comida que se estabeleceu como um dos principais símbolos da festa: o caruru. Depois de consolidado na Baixa dos Sapateiros, o caruru de Santa Bárbara extrapolou os limites do mercado e se propagou pela cidade.

E quais as diferenças entre o caruru de Santa Bárbara e o caruru dos santos Cosme e Damião? Em quais igrejas a celebração solene de Santa Bárbara já foi realizada? Por que outros santos foram agregados à procissão de 04 de dezembro? Antes de responder essas perguntas, vou esclarecer a questão da “imagem esquecida” que teve início com o seu traslado para a Igreja de São Pedro Gonçalves.

### **2.1 Transferência da imagem para a Igreja do Corpo Santo**

Conforme detalhado no capítulo anterior, após o incêndio de 1899 que danificou o telhado da capela do mercado, a imagem de Santa Bárbara foi transferida para a Igreja do Corpo Santo, também localizada na cidade baixa. Na verdade, esse templo é dedicado ao dominicano São Frei Pedro Gonçalves, mas ficou popularmente conhecido como Igreja do Corpo Santo por estar localizado na esquina da rua de mesmo nome.

De acordo com João da Silva Campos (2001), a capela deve ter sido construída no século XVI pelo capitão espanhol que possuía o mesmo nome do seu santo de devoção. Após ter sobrevivido a uma tempestade, por intermédio de São Pedro Gonçalves, o comandante resolveu construir uma pequena capela em honra ao santo no mesmo local onde aportaram com segurança.

Como se fora impelido por estranha força, o navio, que trazia as velas em farrapos, ganhou o canal da barra, indo dar à costa nas proximidades do sítio onde hoje se vê a capela do Corpo Santo, o qual era ao tempo completamente ermo, vendo-se ali tão somente miserável choupana duma velha africana.

Sem tardança, baixou o capitão à terra, entendendo-se com a negra, cujo casebre adquiriu, tratando logo de edificar no terreno uma ermidasinha dedicada ao seu milagroso salvador. (CAMPOS, 2001, p. 367)

Prova da antiguidade do templo pode ser encontrada no relato do viajante inglês William Dampier que passou por Salvador em 1699 e registrou em seu livro a existência de “*a chapel for seamen close by the seaside, where boats commonly land and the seamen go immediately to prayers*”<sup>30</sup> (DAMPIER, 1709). Anualmente, a imagem do santo percorria as principais ruas da Freguesia da Conceição da Praia e parte da Baía de Todos os Santos, em procissões terrestre e marítima que conduziam São Pedro Gonçalves no seu andor em formato de barco. Até o final do século XIX (1897), a festa era organizada pela irmandade que existia na capela. Com o fim da irmandade, a festa também desapareceu, só sendo reavivada em 1938 (CAMPOS, 2001, p. 367-369).

Ou seja, quando as alfaias e imagens de Santa Bárbara, São Jerônimo e Santa Efigênia foram levadas até a Igreja do Corpo Santo, em janeiro de 1900, o culto ao orago da capela estava enfraquecido. Somado a isso, as mudanças urbanas visando o abandono ao atraso colonial e modernização da cidade resultaram no corte de parte da igreja e alteração da sua fachada. As reestruturações no templo de São Pedro Gonçalves aconteceram nos anos de 1902 e 1903, resultando na capela que existe hoje. Segundo Couto (2015),

As intervenções urbanas não se restringiam apenas a cidade alta. A área comercial da cidade baixa, especialmente a parte portuária e os distritos da Conceição da Praia e Penha, foi modificada. A Igreja do Corpo Santo foi a

---

<sup>30</sup> “uma capela para marinheiros próxima à beira-mar, onde os barcos geralmente aterram e os marinheiros vão imediatamente às orações” (tradução minha).

que mais sofreu cortes para facilitar o alargamento de ruas. (COUTO, 2015, p. 127)

Durante o período em que a Igreja do Corpo Santo passava por intervenções urbanísticas, suponho que a imagem de Bárbara e dos demais santos foram abrigadas na matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Essa igreja matriz foi construída em meados do século XVIII, em frente à Baía de Todos os Santos, para substituir a antiga capela de taipa e palha que havia sido erguida no mesmo local, a mando de Thomé de Sousa, em 1549.

Recentemente, no início dos anos 2000, em função do estado de abandono em que se encontrava a Igreja do Corpo Santo, o fato se repetiu e a imagem de Santa Bárbara foi novamente transladada para a matriz da Conceição da Praia. Ela permaneceu lá durante todo período em que a referida igreja passava por obras de restauração.

Após nove anos fechada (2010-2018), tendo sido recuperada apenas a partir de 2016, a Igreja do Corpo Santo foi reinaugurada em maio de 2018 e a antiga imagem de Santa Bárbara retornou à sua segunda casa (já que o morgado foi o seu primeiro abrigo). A igreja é também conhecida como São José do Corpo Santo devido à grande devoção ao pai adotivo de Jesus que se desenvolveu entre os fiéis desse templo. A irmandade de São José do Corpo Santo, fundada em 1891, é a atual responsável pela igreja.

A devoção à São José parece ser tão forte nesse templo que nos tapetes de entrada da igreja é possível ler a frase “Viva São José Gonçalves”. Já que não encontrei registro de tal santo na Igreja Católica e levando em consideração o histórico da capela, deduzi que se trata de uma ressignificação que fundiu o nome do atual santo cultuado no local (São José) ao sobrenome do antigo orago que nomeia o templo (São Pedro Gonçalves). Com isso, o culto ao primeiro padroeiro da capela parece ter sido esquecido, conforme comprovou o depoimento de Sousa (2003).

A Igreja de São Pedro Gonçalves localizada na esquina da Rua que lhe dá o nome de Corpo Santo é uma tímida capela que mal abre as suas portas. Certa ocasião, perguntando ao sacristão daquela Igreja quem era o seu padroeiro, ele sacrificou até o santo de devoção do castelhano que construiu a dita Igreja, São Pedro Gonçalves, e me respondeu que a Igreja era de São José. Talvez por conta da irmandade desse santo, a única que resta ainda ali. (SOUSA, 2003, p. 115)

Com a reabertura da igreja totalmente restaurada em 2018, o templo passou a funcionar regularmente, tendo missas duas vezes na semana e estando aberto diariamente para visitação. Além das imagens de São Pedro Gonalves e São José, pode-se também contemplar Santa Bárbara e São Nicodemos. Padroeiro dos portuários soteropolitanos, São Nicodemos   celebrado todos os anos, no mês de novembro, com missa, procissão e caruru no Cais do Porto de Salvador<sup>31</sup>.

Mas voltando ao início do século XX, logo após a transferência da imagem de Santa Bárbara para a Igreja do Corpo Santo, os fatos relatados acima parecem ter contribuído para um certo enfraquecimento da sua devo o em Salvador. Se na época do morgado a festa organizada pelos pretos e pobres do mercado não tinha visibilidade, com a mudana para o Corpo Santo, o contexto de declínio do culto   São Pedro Gonalves e as obras na capela para melhoria urbana fizeram com que a devo o   Santa Bárbara fosse arrefecendo.

Prova disso são as raras referências   festividade nos periódicos que circulavam na capital àquele período. Na coluna “Ecclesiasticas” do Diário da Bahia de 04 de dezembro de 1904, entre informes sobre celebra es para Nossa Senhora da Conceio, Senhor Bom Jesus do Bonfim e até uma peregrinao de Maragogipe a Salvador,   possível ler a breve nota: “Em louvor da gloriosa Santa Barbara celebra-se, hoje, na igreja do Corpo Santo, missa festiva”.

Durante as primeiras décadas do século XX, mesmo não sendo constantes, essas pequenas notas nos vespertinos da época são os poucos registros que identifiquei sobre as comemora es   Santa Bárbara. O periódico A Tarde, mais antigo jornal impresso ainda em circulao na cidade, praticamente não noticiou a festa de Santa Bárbara durante as décadas de 1910 e 1920<sup>32</sup>. A maior parte das notas encontradas se restringe a pontuar a realizao de missa festiva na Igreja do Corpo Santo; outras apresentam os principais acontecimentos da hagiografia da santa; e apenas uma nota localizada (Diário de Notícias, 06/12/1909) registra que, além de missa no Corpo Santo, houve diversões no mercado, “que estava vistosamente enfeitado”.

Pela escassez de informa es, fica difícil afirmar, mas parece que nesse período não havia procissão para Santa Bárbara no bairro comercial. Somente a missa festiva e as “diversões” no mercado (até 1912, já que ele foi totalmente demolido em 1913) marcavam as

---

<sup>31</sup> Embora seja comemorado em novembro, a festa de São Nicodemos não tem a mesma popularidade da festa de Santa Bárbara. Por esse motivo, o dia 04 de dezembro é considerado o marco inicial do calendário de festejos populares de Salvador.

<sup>32</sup> Ao longo das primeiras décadas do século XX, apenas três registros (duas notas e uma pequena matéria) foram encontrados no jornal A Tarde sobre a festa de Santa Bárbara, nos seguintes anos: 1918, 1925 e 1929.

comemorações à mártir cristã. Pelo menos, na década de 1930, o único resquício da devoção à Santa Bárbara no Comércio era a missa celebrada na Igreja do Corpo Santo, como pontuou o jornal A Tarde:

...com a remodelação do bairro Commercial, arrefeceu os entusiasmos dessa festa popular da qual nada mais resta, senão u'a missa que a firma Antonio Franco e Cia. manda celebrar, annualmente, em honra de Santa Barbara, porque o seu estabelecimento ficou situado no lugar da antiga e pittoresca capella. (A TARDE, 04/12/1930, p. 2)

Minha suposição ganhou mais embasamento depois de consultar o livro *Procissões tradicionais da Bahia*, de João da Silva Campos (2001). Nele, o autor que viveu entre 1880 e 1940 não descreve a festa de Santa Bárbara. Nem mesmo na parte destinada às procissões extintas, o “historiador dos sinos baianos” elencou a procissão da padroeira do antigo morgado.

Sinal do declínio dos festejos à Santa Bárbara no bairro do Comércio, durante as primeiras décadas do século XX, a obra que teve sua primeira edição lançada em 1941 apenas mencionou a mártir cristã nas páginas destinadas à procissão de São Pedro Gonçalves. Ao tratar do ressurgimento da referida festa, Silva Campos (2001) sinalizou que no ano de 1938 a procissão terrestre de S. Frei Pedro Gonçalves contou também com os andores de Santa Bárbara e São José.

Sobre a participação de Santa Bárbara na festa do patrono dos homens do mar, Silva Campos (2001) escreveu:

Teve empolgante aspecto a procissão marítima, que vogou até a altura de Santo Antônio da Barra, com pinturesco acompanhamento de velas e de motores. E foi mui concorrida a terrestre, sendo assaz admirada a linda imagem de Santa Bárbara, que pertenceu à demolida capelinha de sua invocação, no bairro comercial, mais ou menos onde está agora a Loja Matos. (CAMPOS, 2001, p. 375-376)

No Diário da Bahia de 04 de dezembro de 1917, ao invés de falar da festa de Santa Bárbara, o periódico preferiu dar destaque à inauguração da nova igreja matriz de São Pedro<sup>33</sup>,

---

<sup>33</sup> Atendendo ao projeto modernizador da cidade, a Igreja de São Pedro Velho, erguida em 1785, foi derrubada em 1913 para a construção da Av. Sete de Setembro. No local do antigo templo, foi instalada uma coluna com quatro relógios importados de Paris. O monumento que ficou popularmente conhecido como “Relógio de São Pedro” era um símbolo de progresso da capital baiana.

situada à Praça da Piedade, que tinha ocorrido dois dias antes. Em 1920, por exemplo, o jornal *A Tarde* (04/12/1920, p. 4) informou que o santo do dia era S. Pedro Chrysologo e apresentou alguns detalhes da vida do bispo que nunca foi cultuado na Bahia. Nesse período, Santa Bárbara recebia homenagens tanto na Igreja do Corpo Santo como em um mercado que existia na rua dr. J. J. Seabra.

Em relação ao novo local de culto e à transferência dos mercadores do antigo morgado, Couto (2010) explicou que

Os mercados da Cidade Baixa entraram em decadência. Os comerciantes foram aos poucos se transferindo para um mercado na Baixa dos Sapateiros, que funcionava desde 1º de março de 1874, e também recebeu o nome de Santa Bárbara. A constante mudança de local da celebração dos ritos litúrgicos em honra da mártir contribuiu para os negociantes e trabalhadores do novo mercado optarem por levar a imagem da santa para o nicho construído no local. (COUTO, 2010, p. 99)

Ao contrário do que muitos historiadores e antropólogos afirmam, a partir de considerações imprecisas feitas por Anísio Felix (1982, p. 7) e Waldir Freitas Oliveira (2005, p. 103), a antiga imagem de Santa Bárbara não foi transferida para o mercado da Baixa dos Sapateiros e continua até os dias de hoje na Igreja do Corpo Santo. Além de participar anualmente da procissão de Nossa Senhora da Conceição da Praia, pelo menos desde a década de 1950<sup>34</sup>, essa imagem de Bárbara só deixou a Igreja do Corpo Santo nos períodos em que o templo esteve em obras.

Cheguei a tal conclusão a partir de vários indícios encontrados ao longo da pesquisa. O primeiro deles foi a foto de uma imagem de Santa Bárbara (Figura 3) publicada no jornal *A Tarde* de 04 de dezembro de 1930, em que a matéria dizia que

O pavoroso incendio que destruiu o quarteirão onde hoje é a Loja Mattos e demais estabelecimentos, devorou tambem, a capella de Santa Barbara, cuja imagem foi salva, heroicamente pelo povo com os demais bens da capella, sendo ella transferida para a matriz da Conceição da Praia e depois para a

---

<sup>34</sup> A primeira referência encontrada sobre esta participação foi no jornal *A Tarde* (04/12/1953, p. 2): “No dia 8 de Dezembro a veneranda imagem de S. Bárbara tomará parte na grande procissão de N. Senhora da Conceição da Praia”. Desde então, todos os anos, as imagens de Santa Bárbara, São José, São Nicodemos e São Pedro Gonçalves (pertencentes ao acervo da Igreja do Corpo Santo) integram o cortejo de 08 de dezembro.

Capella do Corpo Santo onde ainda se encontra. (grifo meu) (A TARDE, 04/12/1930, p. 2)



Figura 3: “A imagem de Santa Barbara que está no Corpo Santo”. Jornal A Tarde, 04/12/1930, p. 2.

O segundo indício foi encontrado em Silva Campos (2001), quando ele afirmou que, em 1938, essa imagem de Santa Bárbara também participou da procissão terrestre da festa de São Pedro Gonçalves, reavivada pelo padre Manoel Barbosa, então vigário da Freguesia da Conceição da Praia. Ele destacou que se tratava da mesma imagem “que pertenceu à demolida capelinha de sua invocação, no bairro comercial” (CAMPOS, 2001, p. 376).

Com a restauração da Igreja do Corpo Santo, pude visitar o pequeno templo no bairro do Comércio e constatar que a imagem de Santa Bárbara (Figura 4) continua abrigada nessa capela, sendo a mesma imagem que foi veiculada pelo jornal A Tarde nos anos 1930. Conforme salientou esse vespertino em 03 de dezembro de 1954, “Trata-se de antiga e notável escultura, uma das mais belas imagens existentes nesta cidade”.



Figura 4: Imagem de Santa Bárbara na Igreja do Corpo Santo. Foto tirada por mim em 10/04/2019.

Mais dois indícios me levaram a concluir que, além dessa imagem ser oriunda do antigo morgado, ela nunca foi levada para o mercado da rua dr. J. J. Seabra, como afirmam vários pesquisadores e se tornou a versão oficial da história da devoção à Santa Bárbara em Salvador.

O terceiro indício foi uma foto divulgada no periódico *A Tarde* de 04 de dezembro de 1934. Com o título “Tradições Que Resistem”, a matéria abordou os festejos no mercado da Baixa dos Sapateiros, bem como publicou uma foto do altar de Santa Bárbara e da barraqueira responsável pela organização da festa no mercado (Figura 5). Nela, é possível constatar que a imagem da mártir cristã não é a mesma da Igreja do Corpo Santo e trata-se da imagem que até hoje sai em procissão no dia 04 de dezembro, no Pelourinho.



Figura 5: “Santa Barbara em seu altar todo enflorado, no Mercado da rua J. J. Seabra – Ao lado, a barraqueira Izidra Valeriana, que mantém acceso o lume da tradição”. Jornal A Tarde, 04/12/1934, p. 2.

O último indício foi encontrado no termo de doação da imagem de Santa Bárbara à irmandade do Rosário dos Pretos (ANEXO A), datado de 04 de dezembro de 1987. Na primeira cláusula do documento, ao descrever a imagem a ser doada, o texto explicitou que se tratava de uma imagem “com idade aproximadamente de 40 (quarenta) anos, venerada por seus devotos no Mercado da Baixa dos Sapateiros”. Ou seja, se em 1987 essa imagem tinha cerca de 40 anos, com certeza não era a mesma imagem que foi retirada da capela atingida pelo incêndio em 1899.

Sobre o esquecimento da santa, o jornal A Tarde de 04 de dezembro de 1953 assinalou o ocorrido. Ao relatar os esforços de um grupo de senhoras para, naquele ano, reavivar a festa de Santa Bárbara no bairro comercial, a matéria deixou claro que a antiga imagem foi recolhida

na Igreja do Corpo Santo, logo após o incêndio, e “Desde então, foi interrompida a sua festa anual e a tradicional imagem ficou esquecida pelos seus devotos”.

Importante destacar essa questão da “imagem esquecida” na Igreja do Corpo Santo e da nova imagem que assumiu o protagonismo da festa na Baixa dos Sapateiros para mostrar como as tradições podem também ser criadas. Conforme definiu Eric Hobsbawm (2015, p. 11), “a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.

Ademais, esse fato mostra como até hoje a centenária festa de Santa Bárbara continua revelando detalhes e aspectos a serem pesquisados e melhor esclarecidos. A rigor, se a questão da antiguidade (argumento tão utilizado quando tratamos de tradições religiosas) fosse aqui considerado, no dia 04 de dezembro, a imagem que deveria percorrer as ruas em procissão seria a que se encontra hoje “esquecida” na pequena igreja localizada no bairro onde sua devoção começou.

Por outro lado, este fato demonstra também que, embora a primeira imagem de Santa Bárbara tenha ficado esquecida, de certa forma ela não fez falta justamente porque o vínculo dos fiéis não estava restrito à imagem barroca guardada no Corpo Santo. Em Salvador, o culto à santa sempre aconteceu de forma independente da oficialidade católica. Tanto assim que as representações construídas pelos devotos em torno dela são inúmeras e resultaram inclusive na sua associação com Oiá-Iansã.

Outro detalhe interessante é que, assim como a Santa Bárbara que está na Igreja do Rosário dos Pretos, a “imagem esquecida” na Igreja do Corpo Santo não é retratada vestindo vermelho e branco, mas túnica verde, manto laranja e detalhes em dourado. Ambas imagens são também representadas utilizando um corpete cintado (espécie de armadura no ventre), possivelmente em alusão à fé inabalável e à castidade de Bárbara. Com isso, é possível inferir que a representação da santa conhecida na atualidade só foi remodelada e difundida ao longo do século passado.

Elucidado esse ponto, retornarei à análise sobre os caminhos da devoção à Santa Bárbara em Salvador, no início do século XX. Anualmente, além de missa festiva na Igreja do Corpo Santo, a mártir cristã também passou a ser celebrada em outro bairro da capital baiana, num mercado que havia sido inaugurado na década de 1870.

## 2.2 Surgimento do novo mercado e os caminhos da procissão

Imortalizada na voz de Dorival Caymmi, a Baixa dos Sapateiros não foi apenas o lugar da “morena mais frajola da Bahia”<sup>35</sup>. Com os acontecimentos ocorridos no final do século XIX e início do XX, a devoção à protetora contra os raios e trovões, encontrou terreno fértil nessa região. Na verdade, a Baixa dos Sapateiros é o local por onde passava o Rio das Tripas, que possui registros que remontam ao século XVI.

Durante o período colonial, a região era um brejo que servia de horta para a cidade. Couto (2010) detalhou melhor as características da região ao afirmar que

...funcionou como uma zona de drenagem das águas fluviais, um fosso natural, responsável pela defesa da cidade construída no topo da colina. O primeiro nome recebido por esta área foi Rio das Tripas, pois a corrente do riacho arrastava os miúdos do gado abatido no matadouro do bairro de São Bento, na Cidade Alta. As encostas íngremes e a inundação das margens do rio dificultavam o povoamento. Por isso, o local foi utilizado para a construção de hortas que abasteciam os moradores da cidade. (COUTO, 2010, p. 35)

Apesar do aspecto de pântano, no século XVIII já existiam algumas edificações na região, inclusive a Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe<sup>36</sup>. A partir do século XIX, a área começou a ser urbanizada e, em 1862, a Rua da Vala foi totalmente aterrada. Com isso, tornou-se a primeira grande avenida de vale de Salvador.

Originalmente, a sua denominação se referia ao curto trecho existente entre a parte baixa da Ladeira do Taboão e a então Rua da Vala, este último um batismo da primeira metade do século XIX, que fora antecedido ainda pela denominação de Rua do Brejo. Conforme se lê em *A Fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos*, durante muito tempo, “a Baixa dos Sapateiros era um vasto charco”. (DOREA, 2006, p. 63)

Com o processo de urbanização da região, no final do século XIX, foi inaugurado na Rua da Vala um mercado dedicado à Nossa Senhora da Guia. Era o dia 28 de fevereiro de 1874

<sup>35</sup> Referência à canção “Na Baixa do Sapateiro”, composta por Ary Barroso em 1938.

<sup>36</sup> Construída no século XVIII, no local da atual Praça dos Veteranos, a Igreja de N. S. de Guadalupe foi demolida em 1858 para a instalação do chafariz da Companhia do Queimado. À época da demolição, a capela já estava em ruínas e suas imagens foram recolhidas à matriz da Sé.

e a região já apresentava um intenso comércio de diversos produtos. Como muitos artesãos trabalhavam nas imediações do mercado, em especial os artesãos de calçados, a região da Baixinha passou a ser conhecida como Baixa dos Sapateiros.

Durante o século XX, além dos mercados, armarinhos e lojas de sapatos, a Baixa dos Sapateiros abrigou três cines-teatros da cidade. Foi nesse período que a via principal da região deixou de chamar-se Rua da Vala, sendo batizada de Rua J. J. Seabra em homenagem ao governador responsável pelas obras de urbanização do local. Por ser uma região de comércio popular, era o local preferido das classes menos abastadas não apenas para compras, mas também para o lazer.

A “Baixinha”, como é também conhecida, é o centro de diversões da classe pobre, pois aí estão situados os cinemas de “segunda linha”, que fazem o baiano se lembrar do velho *Olímpia*, com suas “matinéés” de 35 partes de filmes, sessões cinematográficas “proibidas para menores de 21 anos”, que são recordadas com sorrisos e saudades. No Aliança, Jandaia e no Pax, assiste-se a dois filmes e mais “uma série” de amor e porrada. (BRANDÃO; SILVA, 1958, p. 168)

Sobre o início da devoção à Santa Bárbara no mercado da Baixa dos Sapateiros, não se sabe ao certo em que ano aconteceu nem quando começaram os festejos no local. De acordo com Jocélio Teles dos Santos (2005), a partir de notícia do Jornal da Bahia (04/12/1978),

O dia quatro de dezembro de 1907 foi uma referência para a secular festa de Santa Bárbara. Uma negra chamada Balbina, fateira muito conhecida na cidade do Salvador, filha de Iansã, convidou pais e mães-de-santo “afamados” para reverenciar a santa e a orixá no mercado de Santa Bárbara. Este ano foi considerado o “ponto alto” da festa de Santa Bárbara. (SANTOS, 2005, p. 33)

Já Nívea Alves dos Santos (2010), provavelmente depois de ter consultado o artigo de Anísio Felix (1982), escreveu que algumas feirantes do mercado organizaram por conta própria uma festa para a santa no ano de 1912.

Os louvores à mártir católica só começaram na Baixa dos Sapateiros com esse formato que conhecemos hoje no século seguinte às transferências dos mercadores para o local. Em 1912, por iniciativa de três mulheres que comercializavam ali, Bibiana, Luzia e Pinda, todas devotas de Bárbara, uma

feita para marcar a passagem do 04 de dezembro foi organizada, independente da Igreja. Pinda, no primeiro ano dessas homenagens, cedeu uma parte do seu açougue para que ali fosse colocada a imagem. (SANTOS, 2010, p. 49)

Como a demolição do antigo mercado no Comércio só aconteceu em 1913, tudo indica que os mercadores começaram a se transferir, gradativamente, para esse novo ponto comercial anos após o incêndio de 1899. Fato é que o mercado ganhou uma nova padroeira e passou a ser chamado de Mercado de Santa Bárbara. Mesmo sem saber precisar quando a mudança de nome ocorreu, é certo que em 1919 as duas santas eram festejadas no mercado, conforme nota do Diário de Notícias daquele ano:

Os negociantes da Baixa dos Sapateiros promovem para os dias 3 e 4 deste mez, pomposas festas em homenagem ás suas padroeiras N. S. da Guia e Santa Barbara.

O programma está assim organizado, não tendo a commissão pougado esforços para o maior brilhantismo.

No dia 3, ao meio dia terá uma salva de 21 tiros, e serão queimadas diversas gyrandolas de foguetes. Em um lindo coreto, tocará uma banda de musica da Brigada Policial, e ás 6 horas subirão aos ares foguetes e foguetões.

Dia 4 – Ás 9 horas sairão as respectivas imagens, subindo a Ladeira do Carmo, em demanda á Matriz da Rua do Paço, onde serão celebradas as missas festivas; após os actos da egreja, voltarão as imagens pelo Carmo, Cruz do Paschoal, Rua dos Marchantes, Ladeira do Aquidaban e Rua Dr. J. J. Seabra até o Mercado, sendo ahi, depositada em suas Capellas.

Nesta ocasião, tocará no coreto, outra banda de musica e serão queimados muitos foguetões, bombas, gyrandolas de foguetes, tracaños e continuarão muitas outras diversões agradarão ao publico, as quaes serão terminadas no dia 8 de Dezembro, com uma surpresa ao publico e á nova commissão. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03/12/1919, p. 2)

Já pelo título da nota transcrita acima, “N. S. da Guia e Santa Barbara”, fica evidente que o processo de transição da primeira para a segunda padroeira do mercado da Baixa dos Sapateiros não foi imediato e, durante algum tempo, não só Santa Bárbara como também Nossa Senhora da Guia eram homenageadas no dia 04 de dezembro. Na descrição detalhada dos dois dias de “pomposas festas” organizadas pela “comissão”, pode-se constatar que as celebrações à Santa Bárbara ganharam novo fôlego depois que sua devoção chegou ao mercado da Baixinha.

Além de destacar a queima de muitos fogos de artifício e a participação de bandas de música, a nota evidenciou o trajeto da procissão da mártir cristã no Centro Antigo de Salvador.

O préstito não passava pelo Pelourinho e se encerrava no mercado da Baixa dos Sapateiros. Pela leitura do periódico, é possível observar também que, após a data festiva, a programação se estendia até o dia 08 de dezembro, quando as atenções se voltavam para a celebração de Nossa Senhora da Conceição da Praia.

Nos anos 1920 e 1930, as breves notícias sobre a festa de Santa Bárbara continuaram a aparecer nos periódicos e “A idéia de uma Bahia moderna, que mantinha uma tradição popular, era ressaltada. Afinal, tratava-se de um período marcado pela intervenção física na cidade, com a construção de prédios e ruas...” (SANTOS, 2005, p. 38). Entretanto, é importante observar que a “tradição” valorizada é a que se relacionava com a festa de origem cristã-católica, trazida à Bahia por um casal português. Os elementos negros presentes no festejo continuavam sendo vistos como “práticas primitivas”, “misticismo”, “resquícios de africanismo”.

Assim como o antigo morgado da Cidade Baixa, o mercado da Baixa dos Sapateiros também era um espaço que concentrava gente preta e pobre. O local era bastante movimentado o ano inteiro, mas no dia 04 de dezembro aumentava consideravelmente a circulação de pessoas, em especial aquelas que praticavam o animismo fetichista<sup>37</sup>.

No dia de Santa Bárbara, os barraqueiros, estivadores, marítimos, oleosas negras e mulatinhas chibantes realizam no mercado a festa de Iansã, com sambas, capoeiras e ondas de boa pinga. O portão do mercado apresenta enorme movimento diário, com o burburinho de vozes, cheirumes, roçaduras e tabuleiros com doces e pimentas. (BRANDÃO; SILVA, 1958, p. 170)

Em verdade, de forma similar ao que acontecia no morgado, os negros do Mercado de Santa Bárbara se juntavam para angariar os recursos necessários à realização do festejo da sua padroeira. Felix (1982) ressaltou como aconteciam os preparativos para a festa de 04 de dezembro.

Os festejos tradicionais de Santa Bárbara são programados com grande antecedência, desde os seus primórdios. Inicialmente é escolhida uma comissão organizadora que se encarrega de angariar fundos e recolhê-los ao cofre próprio. Escolhe-se o orador oficial, as pessoas que serão homenageadas, mas o grosso do trabalho só vem mesmo nos dias que antecedem a festa e fica com a equipe de restauração e limpeza. Esta equipe

---

<sup>37</sup> “O animismo fetichista dos negros baianos” é o título de um livro de Nina Rodrigues, publicado pela primeira vez em 1896, que apresenta o resultado de suas pesquisas em terreiros de candomblé da Bahia, no final do século XIX.

se encarrega de transformar o local onde se vende peixe em salão de dança. (FELIX, 1982, p. 7)

Até pelo menos os anos 1950, as comemorações à Santa Bárbara aconteciam nos dois bairros: Comércio e Baixa dos Sapateiros. De acordo com o Diário de Notícias de 04 de dezembro de 1926, houve “fogueterio na rua de Santa Barbara [Comércio] e no mercado da rua dr. J. J. Seabra”. O jornal A Tarde de 04 de dezembro de 1936 deixou registrado que as celebrações aconteceram tanto na Igreja do Corpo Santo quanto no mercado da Baixa dos Sapateiros, que estava “todo enbandeirado, reinando ali a maior alegria”.

Um fato curioso: na edição de 04 de dezembro de 1930, do periódico A Tarde, depois de relatar que haveria missa festiva na Igreja do Corpo Santo, o vespertino destacou que, naquele ano, a festa no mercado da Baixa dos Sapateiros seria transferida do dia 04 de dezembro para o dia 24 de janeiro do ano seguinte. Apesar de não explicitar as razões de tal mudança, fica evidente que o culto que chegou a Salvador como uma devoção particular ganhou um caráter popular tão forte que a festa de Santa Bárbara não precisava necessariamente seguir o calendário litúrgico da Igreja Católica.

Essa característica popular da religiosidade dos comerciantes do mercado era vista como misticismo pelos jornais da época. Ao tratar das comemorações e das comidas servidas na festa de 04 de dezembro, o jornal A Tarde sinalizou que eram resquícios de valores africanos.

É certo que, na Bahia, a tradição a tudo resiste. E se animada pela chama do misticismo, inda maior é a sua força. Entre os remanescentes do africanismo que se manifesta em expressões materiais semi-barbaras, em que apparecem batucadas doidas e comezainas enxarcadas de azeite, ao som monótono dos ganzás e cucumbis, o culto de Santa Bárbara, santa e martyr, victima da vindicta do próprio pae, apparece com um sabor característico, avultando o dia a dia os seus devotos e praticantes fervorosos. (...)

E toda uma culinária própria, admiravelmente condimentada, é exhibida sob as denominações já conhecidas: abará, efó, acarajé, caruru, molho nagô...

Santa Barbara, do alto do seu nicho iluminado, a tudo preside com um sorriso manso de complacencia e gratidão, porque ella decerto bem vê que os seus devotos fazem tudo aquillo pelo desejo de agradar a santa... (A TARDE, 04/12/1934, p. 2)

Mesmo tendo chegado ao Brasil no século XVIII (por intermédio dos iorubás), nos periódicos baianos, a primeira referência explícita a Iansã sendo relacionada com Santa

Bárbara, na festa do 04 de dezembro, só foi aparecer no jornal A Tarde de 1944. “Não somente os católicos a cultuam. Os descendentes africanos incluem-na nos seus ritos fetichistas, sob a denominação de Yassã” (A TARDE, 04/12/1944, p. 2).

Com o passar dos anos e o fortalecimento do culto à santa na Baixa dos Sapateiros, os festejos ali organizados ganharam destaque na cidade, em detrimento dos resquícios da devoção que ainda existiam no Comércio, representados apenas pela missa rezada na Igreja do Corpo Santo. No decorrer da década de 1930, parece que o mercado da rua J. J. Seabra assumiu o protagonismo da festa até porque a matéria supracitada do jornal A Tarde (04/12/1934) priorizou as celebrações do local, somente pontuando que a santa era festejada “no mercado de seu nome e em outros pontos da cidade”, sem listar quais eram esses pontos de devoção.

De fato, o culto à Santa Bárbara se enfraqueceu no bairro do Comércio, o que permitiu que o mercado da Baixa dos Sapateiros assumisse a centralidade dos festejos. A devoção só foi reavivada na Igreja do Corpo Santo a partir dos anos 1950, conforme notícia de 03 de dezembro de 1954 de A Tarde:

O fervor dos seus devotos foi cada ano amortecendo e cessou a comemoração anual. Em 1952 um grupo de senhoras bahianas tomou ao seu encargo a celebração anual da festa de S. Barbara na Igreja do Corpo Santo e, graças a essa iniciativa, reviveu no bairro comercial a antiga devoção. (A TARDE, 03/12/1954, p. 2)

Mesmo com as interrupções da celebração anual no bairro do Comércio, os devotos do mercado da Baixinha não deixaram de festejar sua nova padroeira um ano sequer, desde que o culto à Santa Bárbara chegou no local. A falta de uma capela no mercado para a virgem mártir não impediu seus festejos anuais. Parece que a imagem cultuada na Baixa dos Sapateiros ficou um período na Igreja do Santíssimo Sacramento do Passo<sup>38</sup> até ser construído um abrigo definitivo para a santa no mercado. Sobre isso, Oliveira (2005) escreveu que

Tudo indica, porém, haver permanecido, por algum tempo, na igreja do Passo, de onde era levada, anualmente, em procissão, até aquele mercado, a cada 4

---

<sup>38</sup> Conforme a explicação do historiador Cid Teixeira, em seu programa de rádio *Toponímia da Cidade do Salvador* (IRDEB, 1975), “a igreja que está na Rua do Passo é do passo, mas pelo amor de Deus, repito isto aqui: passo com dois ‘s’. Não é paço de palácio; passo de andar, passo de via sacra”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FRNzDsN8SjY>. Acesso: 17 abr. 2019. Ainda assim, não corrigi a escrita da palavra nas citações extraídas de livros e jornais, mantendo a forma original escolhida pelo autor de cada texto.

de dezembro, após missa solene nela rezada, permanecendo exposta, naquele mercado, durante todo o dia, à visitação dos fiéis. Em dezembro de 1946, teria sido abrigada, definitivamente, em um altar para ela ali construído. (OLIVEIRA, 2005, p. 103)

Contudo, ao contrário do que afirmou Oliveira (2005), o jornal Diário de Notícias de 03 de dezembro de 1919 divulgou que as imagens saíam do mercado em direção à referida igreja. Independentemente desta pequena divergência, é fato que durante algumas décadas, na região do Centro Histórico, os ritos litúrgicos do dia 04 de dezembro foram realizados na Igreja do Passo, o que causou certa confusão em alguns devotos que passaram a chamá-la de “Igreja de Santa Bárbara”.

Quanto à edificação de um local específico para a imagem, o periódico A Tarde de 04 de dezembro de 1946 pontuou que “a santa ocupa um novo altar recém construído”, bem como a transferência da procissão para o turno da tarde daquele mesmo dia, em função das chuvas. A missa festiva, como sempre acontecia desde que a devoção se instalou no mercado da Baixa dos Sapateiros, foi realizada normalmente na Igreja do Passo.

Além da construção de um novo nicho para a santa no mercado, as comemorações na década de 1940 foram marcadas pela participação de atrações variadas. Segundo o A Tarde de 05 de dezembro de 1947, “Hoje, amanhã e depois, haverá festejos populares no Mercado da Baixinha, com distribuição de prêmios a batucadas e escolas de samba”. De fato, desde a época do morgado que a festa de Santa Bárbara contava com outros divertimentos além do samba de roda, maculelê e capoeira, a exemplo de um concurso organizado pelos comerciantes portugueses<sup>39</sup>.

Até início dos anos 1950, a parte religiosa da festa continuou acontecendo na Igreja do Passo onde a missa da nova padroeira do mercado era celebrada. No filme *O Pagador de Promessas* (direção de Anselmo Duarte, 1962), baseado na obra teatral homônima de Dias Gomes, é possível assistir algumas cenas da procissão em honra à santa, subindo as escadarias em direção à Igreja do Passo. A popularidade do filme (ganhador da Palma de Ouro no Festival de Cannes) somada às décadas em que a missa anual foi realizada nessa igreja justifica a equivocada associação desse templo como dedicado à Santa Bárbara.

---

<sup>39</sup> Ao relembrar detalhes do período em que festa acontecia no bairro do Comércio, o jornal A Tarde (04/12/1930, p. 2) escreveu: “...havia ainda o concurso da ‘portuguezada’ – Antonio Niger, Manoel Mattos – Felipe Mello – Souza Vianna – Manoel J. Godinho, Manoel ‘Meu Bem’ – Manoel ‘Queixadas’ – Bernardo Ferreira da Rocha, Alexandre da Banca, Joaquim Manso – e muitos outros e também dos embarcações generalizando-se os festejos que eram pomposos na capella até os pontos distantes do commercio, durante o dia e à noite”.

Em 04 de dezembro de 1939, o periódico A Tarde ressaltou a devoção do povo do mercado que se organizava para festejar com brilho a sua padroeira: “Na Igreja do Paço, foi celebrada pela manhã missa solemne, saindo em seguida a imagem da santa, em procissão, para o Mercado, onde foi posta em um altar, bellamente ornamentado”. Na verdade, a procissão saía do mercado e era acompanhada pela imagem de Nossa Senhora da Guia (antiga padroeira), até chegar na Igreja do Passo. Depois da missa festiva, a procissão continuava e percorria algumas ruas do Centro Antigo até retornar à Baixa dos Sapateiros. Ao chegar no centro comercial que leva seu nome, a imagem da santa tinha que entrar pela segunda porta do mercado e ainda passar três vezes pelo mercado, conforme descreveu Santos (2005):

O rito continuava com a imagem de Santa Bárbara tendo que dar três voltas no interior do mercado, momento em que as pessoas jogavam flores e arroz. Após o cumprimento do ritual sagrado, começava o profano: caruru, cachaça, capoeira e samba-de-roda animavam a festa para a santa católica e a orixá Iansã ou Oiá. (SANTOS, 2005, p. 34)

O ritual de dar três voltas pelo mercado talvez tinha alguma relação com a história da virgem mártir, aprisionada pelo pai em uma torre que possuía três janelas. Ou ainda uma saudação à Santíssima Trindade que Bárbara passou a cultuar depois que se tornou cristã. Certo é que o número três é considerado perfeito em várias mitologias e religiões, simbolizando unidade.

Sobre os devotos lançarem flores e arroz na imagem, de acordo com o Correio da Bahia de 05 de dezembro de 1984 (Cidade, p. 5), era comum “Em todo o trajeto, manifestações de apreço à Santa Bárbara ou Iansã, como banho de água de cheiro<sup>40</sup>, pétalas de rosas e papel picado jogado pelas pessoas que estavam nas janelas e varandas dos prédios”. Ciente dessa prática de muitos fiéis, na festa de 1990, antes mesmo de começar a procissão de Santa Bárbara, o padre advertiu os presentes para que

“Não tirem as flores do andor, não deturpem a imagem. Não joguem perfume porque vai estragar a pintura da imagem. Pelo amor de Deus, deixem a imagem como está”, dizia o padre Hélio. Suas palavras não surtiram efeito e ele, impaciente, foi grosso com uma mulher, ainda dentro da igreja: “Minha

---

<sup>40</sup> A água de cheiro é também chamada de amassi pelos adeptos das religiões de matriz africana. Preparada com ervas aromáticas maceradas em água, pode conter também água de lavanda ou alfazema. Na Lavagem do Bonfim, a água de cheiro é utilizada pelas baianas para lavar o adro e a escadaria do templo.

filha, eu estou falando português. Você está entendendo, mas está teimando. *Mas, êta mulherzinha teimosa*". (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1990, p. 5)

Apesar dessas manifestações contrárias à vontade do padre, ao final do séquito, depois da imagem adentrar o mercado, muitos devotos ainda incorporavam seu orixá. Segundo o jornal Diário de Notícias de 27 de novembro de 1974, "Antigamente, quando a procissão retornava ao mercado, a maioria das pessoas presentes entrava em transe, a santa era colocada no altar central e tinha lugar o famoso candomblé organizado pelo Pai-de-Santo de Angola, Rafael Boca-Torta".

Deste modo, tudo indica que o mercado da Baixa dos Sapateiros reafirmou o caráter negro da devoção à Santa Bárbara, inclusive destacando a importância dos afroreligiosos para a manutenção do festejo popular, pois, como evidenciou Darwin Brandão e Motta e Silva (1958),

Junto ao Cinema Jandaia, encarando o Taboão, está o Mercado de Santa Bárbara, intimamente ligado à vida dos negros e da gente dos candomblés.

O dono de uma barraca, o português Cardeal, mantinha até 1948 o comércio com a África, vendendo ao pessoal do candomblé, búzios e outros objetos vindos do continente negro. (BRANDÃO; SILVA, 1958, p. 169)

Como explicitado no primeiro capítulo, foi durante o período em que a devoção estava na região do Comércio que Santa Bárbara passou a ser associada ao orixá Iansã. Não à toa, na obra de Dias Gomes, ao tentar explicar ao padre sobre a promessa feita, o personagem Zé do Burro considera que as duas divindades são "a mesma coisa" e diz: "É que na capela do meu povoado não tem uma imagem de Santa Bárbara. Mas no candomblé tem uma imagem de Iansã, que é Santa Bárbara..."<sup>41</sup>

Nesse processo histórico de identificação das divindades, os adeptos das religiões de matriz africana também passaram a homenagear Iansã no dia 04 de dezembro. E não somente nos festejos dedicados à Santa Bárbara que aconteciam na Baixa dos Sapateiros, mas nos seus próprios terreiros. A partir dos anos 1950, vários jornais baianos (especialmente o vespertino A Tarde) noticiaram que casas de candomblé de Salvador tocaram para o orixá Iansã no mesmo

<sup>41</sup> Trecho da obra "O pagador de promessas", 36ª edição, 2002, p. 48. Texto completo disponível em: <[http://www.unicerp.edu.br/ensino/vestibular/vestibular2016/o\\_pagador\\_de\\_promessa.pdf](http://www.unicerp.edu.br/ensino/vestibular/vestibular2016/o_pagador_de_promessa.pdf)>. Acesso: 22 abr. 2019.

dia da festa de Santa Bárbara. Nesse período, as religiões de matriz africana e a cultura afro-brasileira começavam a ganhar visibilidade simbólica nos meios de comunicação, até mesmo como um incentivo ao turismo no estado.

Mas nem sempre foi assim. Décadas antes, esse mesmo periódico contribuía com o processo de perseguição dos candomblés pela imprensa baiana. Em 1931, por exemplo, ao noticiar uma festa de Iansã em um terreiro da Cidade Baixa, o jornal escreveu que o candomblé não deixou a vizinhança dormir.

No distrito dos Mares, em uma avenida, na rua do Meio, há um “candomblé”, que, quando funciona é um inferno, com os seus batuques e cânticos africanos.

Ontem, dia de Santa Bárbara, esse candomblé festejou-o com uma “função” de gala até alta madrugada, e, de vez em quando, um foguete, para variar...

Mas a vizinhança, que não tem nada com isso, pede uma providência enérgica de parte de quem de direito. (A TARDE, 05/12/1931)

Analisando matérias como a transcrita acima e sua relação com a repressão policial aos candomblés, Santos (2005) acertadamente pontuou que

Não se tratava de uma participação de adeptos do candomblé em uma festa popular eminentemente católica, como a do Centro da cidade, em que, após o rito católico, as pessoas se deslocavam para o mercado e faziam uma festa profana, pelo “misticismo” e em louvor à santa católica. Mas, sim, de uma festa de origem exclusivamente africana, portanto, bárbara. (SANTOS, 2005, p. 39)

A partir dos últimos anos da década de 1950, o jornal A Tarde começou a abordar de outra forma as celebrações religiosas do povo de santo em louvor a Iansã. A matéria do ano de 1966 ilustra bem o fato que se tornou recorrente desde então.

Êste ano, nada menos de 51 terreiros estão realizando desde o dia 2 até 10 do corrente mês as obrigações de Iansã, com o comparecimento de milhares de adeptos, inclusive escritores e artistas, pessoas de relevo da nossa sociedade e muitos visitantes. Um dos terreiros mais concorridos é o de Menininha, no alto do Gantois, na Federação mas, dum modo geral, de Itapajipe a Itapoã, Santa Bárbara e Iansã estão sendo bastante festejadas. (A TARDE, 05/12/1966, p. 3)

Desde o ano de 1976, quando as lideranças afroreligiosas passaram a não ter mais obrigatoriedade de solicitar licença na Delegacia de Jogos e Costumes para “tocar candomblé”, os terreiros começaram a experimentar uma maior liberdade de culto. Na edição de 05 de dezembro de 1981, por exemplo, o periódico *Tribuna da Bahia* assinalou até as oferendas realizadas em via pública e escreveu que “O tradicional festejo começou na noite de quinta para sexta-feira nas casas de candomblé onde muitas obrigações foram realizadas e nas encruzilhadas das ruas os despachos aos escravos de Yansã se fizeram com muita intensidade e magia”.

Segundo o *Jornal da Bahia* de 05 de dezembro de 1979, não apenas os adeptos das religiões de matriz africana reverenciavam Iansã com oferendas nas ruas. “A enfermeira Sandra Ferreira, residente na Graça, há dois anos que compra o acarajé para colocar ‘em qualquer mata’. Ela diz que nunca foi a um candomblé, mas o respeita e sempre leva flores a Iemanjá e acarajé para Iansã”. O depoimento dessa mulher é representativo da religiosidade de muitos soteropolitanos que se dizem católicos (não praticantes) ou sem religião, mas não veem problema em transitar pelos credos religiosos, inclusive os de matriz africana.

Ainda assim, as práticas religiosas de origem negra continuaram (e continuam) sofrendo discriminação de vários segmentos da sociedade. E mesmo tendo passado a registrar com frequência os rituais afro-brasileiros, os periódicos dos anos 1960 oscilavam entre a valorização e depreciação dos candomblés. Nas palavras de Santos (2005),

O tempo era de paradoxos. O candomblé aparece na imprensa tanto como espaço de violência quanto espaço do sagrado a ser visitado. A valoração positiva e/ou negativa da religiosidade negra é constante nas páginas dos jornais. Racismo e angústias de intelectuais apresentam-se na definição de um projeto regional em que a simbologia negra é ressaltada. (SANTOS, 2005, p. 42)

Ao contrário da vinculação de Santa Bárbara com Iansã, a associação da Igreja do Passo como “Igreja de Santa Bárbara” foi paulatinamente sendo esquecida a partir do momento que a missa festiva passou a ser celebrada em outra igreja do Centro Histórico. Segundo Felix (1982, p. 8), “Até 1935 a tradicional missa era realizada na igreja do Passo, transferindo-se posteriormente para a da Saúde”. Mas, na verdade, existem registros da missa festiva na Igreja

do Passo até início dos anos 1950. No jornal A Tarde, a primeira referência encontrada à Igreja de Nossa Senhora da Saúde e Glória como local da celebração para Santa Bárbara foi em 1957.

Ainda que os motivos que levaram à transferência do templo escolhido para a missa festiva de 04 de dezembro não sejam conhecidos, o fato acarretou a mudança nos caminhos percorridos pela procissão de Santa Bárbara. Se antes, o préstito saía do mercado, rezava missa no Passo e seguia pelo Carmo, Cruz do Pascoal e ladeira do Aquidabã (até retornar ao mercado), a partir desse ano a procissão passou a seguir pela rua J. J. Seabra rumo à Igreja da Saúde, de lá retornando para o mercado.

Entretanto, as missas festivas em honra à Santa Bárbara foram celebradas durante poucos anos na Igreja da Saúde, pois em 04 de dezembro de 1966 os ritos litúrgicos aconteceram na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Com isso, mais uma vez, a procissão precisou mudar o seu trajeto. Segundo o jornal A Tarde de 05 de dezembro daquele mesmo ano, além de Santa Bárbara, as imagens de Nossa Senhora da Guia e Santo Antônio saíram em cortejo do mercado rumo à missa solene.

Sobre as mudanças no trajeto da procissão, Geraldo Leal (2000) relatou o período em que o cortejo fazia o percurso no sentido contrário ao que é realizado atualmente.

Conhecemos as festividades já instaladas na Baixa dos Sapateiros, no Mercado de Santa Bárbara. Logo ao amanhecer, extensa área do centro da cidade do Salvador era despertada por alegre alvorada de foguetes. Gradativamente o movimento naquela rua ia se intensificando. No próprio mercado havia a missa em louvor a Santa Bárbara e a seguir, a procissão que saía dali com grande acompanhamento, atravessando toda a Baixa dos Sapateiros, estacionando em frente ao quartel do Corpo de Bombeiros, em seguida subia Ladeira da Praça, entrava nas Ruas da Misericórdia e do Colégio, chegando ao Terreiro de Jesus e daí descia o Pelourinho. As imagens de Santa Bárbara e de Deus Menino eram recolhidas na igreja do Rosário dos Pretos. (LEAL, 2000, p. 94-95)

Tudo indica que foi na década de 1970 que o trajeto da procissão foi modificado pela quarta vez, adotando o mesmo roteiro que é seguido até hoje. Quanto ao cortejo, o Diário de Notícias de 05 de dezembro de 1972 escreveu que “Quando deixou a Igreja do Rosário, a procissão desfilou pela rua Alfredo Brito, Terreiro, Praça da Sé, Misericórdia e Ladeira da Praça, parando no Quartel do Corpo de Bombeiros, onde foi homenageada pelos soldados do fogo”. Nessa época, quando a procissão chegava ao Corpo de Bombeiros, a imagem da

padroeira era colocada numa viatura da corporação e seguia em direção ao Mercado de Santa Bárbara, encerrando o préstito.

Não encontrei registros nos periódicos de missa sendo realizada no próprio mercado, nem da participação da imagem do Deus Menino na procissão. Com relação à celebração no mercado, acredito que Leal (2000) tenha confundido algum momento de louvor/oração com a cerimônia religiosa, haja vista que, de modo geral, a Igreja Católica Apostólica Romana não autoriza seus padres a celebrarem missas fora do templo. Ou então, foi uma missa realizada por algum sacerdote da Igreja Católica Apostólica Independente, que permite ao seu clero celebrar liturgias em outros espaços além de suas igrejas.

Ainda no ano de 1966, em artigo para o jornal A Tarde, Hildegardes Vianna relembrou as comemorações à santa no antigo mercado da Cidade Baixa, considerado por ela “praticamente uma pocilga”. No texto, a cronista destacou a importância das mulheres na manutenção da devoção e o título de Santa Bárbara como padroeira dos mercados de Salvador.

Animação também sobrava no Mercado da Baixa dos Sapateiros. Tia Balduína, Tia Marcolina, Maria Pequena, Sinhá Luzia, Conceição do Peixe e outras vendedeiras, tomavam conta de sua devoção com a mesma disposição das suas companheiras da Cidade Baixa. Santa Bárbara era a santa dos Mercados. (A TARDE, 05/12/1966, p. 2)

Assim como acontece nas demais devoções leigas católicas, o culto à Santa Bárbara sempre foi predominantemente feminino. Até hoje, com exceção das homenagens prestadas pelo Corpo de Bombeiros da Barroquinha, nos demais espaços de devoção à Santa Bárbara (igrejas e mercado), é inquestionável a centralidade das mulheres na organização da festa. Inclusive, na procissão de 04 de dezembro, havia um costume restrito às devotas que era repetido todos os anos, mas que foi sendo relativizado ao longo do tempo. “O andor de Santa Bárbara tem que ser carregado por senhoras e as verdadeiras razões disso não estão bem delimitadas. Mas é tradição e o povo faz questão de preservá-la” (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1970, p. 3).

Infelizmente, no festejo de 1966, um fato inesperado deixou consternado o grande número de fiéis presentes na procissão do Pelourinho. O periódico A Tarde relatou com detalhes o incidente:

Por falta de um guarda de trânsito no local, 2 kombis sempre apressadas, que não respeitam o povo nem as suas tradições, invadiram a procissão, bem defronte à Igreja do Rosário, obrigando a que os condutores do andor de Santa Bárbara tivessem que atravessar entre um e outro veículo, ocasião em que a imagem inclinou-se e caiu, quebrando-se no chão. Presente o escultor Bonfim, após lamentar o ocorrido, assim como todos os presentes, prontificou-se a restaurar a imagem, o que fará no Museu de Arte Sacra, onde trabalha. (A TARDE, 05/12/1966, p. 3)

Já para o Jornal da Bahia, o acidente foi um aviso da virgem mártir. De acordo com a sua edição de 06 de dezembro de 1966,

A tradicional imagem de Santa Bárbara levou um tombo domingo, durante sua procissão e, em consequência, quebrou o braço esquerdo, deixando muita gente intrigada e certa de que a santa não anda muito satisfeita com as coisas daqui debaixo, embora se mantivesse, com algum constrangimento o brilho da festa. (JORNAL DA BAHIA, 06/12/1966, p. 2)

Ao contrário do que afirmou o vespertino A Tarde, a notícia acima explicou que o conserto do braço da imagem ficou a cargo da Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador (SUTURSA), para preservar a pintura original da escultura. A matéria ressaltou ainda que existia outra imagem de Santa Bárbara no mercado, de tamanho maior, doada por uma comissão de barraqueiros em 1946. Mesmo tendo zelo pela “Imagem Grande” (forma como se referiam à imagem maior), os mercadores tinham maior cuidado e carinho pela “Imagem Padroeira”, a mais antiga e menor, que caiu do andor.

Conforme escreveu Anísio Felix para o Jornal da Bahia de 04 de dezembro de 1968, “Os comerciantes do Mercado de Santa Bárbara possuem duas imagens de sua Santa padroeira, uma das quais recentemente confeccionada em São Paulo. Ambas vivem na mesma capela e durante todo o decorrer do ano são zeladas pelos que ali trabalham”. Sobre o reparo da pequena imagem, tudo indica que levou menos de um ano, pois na festa do ano seguinte Santa Bárbara seguiu em procissão do mercado para a Igreja do Rosário dos Pretos, onde ocorreu a missa festiva.

Contudo, o acidente sofrido com a imagem gerou uma alteração na ordem dos andores durante a procissão. D. Toninha, umas das organizadoras da festa naquele período, disse que a padroeira do mercado não iria mais abrindo o cortejo. A partir do depoimento dela, o jornal A Tarde de 02 de dezembro de 1970 escreveu que “No dia, Santa Bárbara não irá na frente da

procissão, ‘porque no último ano que fizemos isto a imagem caiu e foi aquele reboiço’, Nossa Senhora da Guia é que vai na frente, seguida por Santo Antônio e Santa Bárbara”.

Esculpida em madeira, a “Imagem Padroeira” teve o braço esquerdo reparado, mas continuou sofrendo com a ação do tempo e de ladrões. Segundo a edição de 03 de dezembro de 1981 do Correio da Bahia, a santa do mercado chegou até a ser roubada certa vez. Leopoldo Martinez, então presidente da festa, explicou o ocorrido ao jornal que publicou que a imagem estava “avaliada em muitos mil cruzeiros, que ele não revela quanto é para não despertar interesses negativos, como no ano passado, quando foi roubada por um maluco, sendo achada dias depois no Rio Vermelho”<sup>42</sup>.

De acordo com o jornal A Tarde de 05 de dezembro de 1981, alguns fiéis disseram que a imagem do mercado da Baixa dos Sapateiros estava sendo consumida pelos cupins. Pelo visto, as condições precárias do mercado nos anos 1980, aliadas ao desconhecimento das técnicas de conservação, acabaram deixando a imagem da santa sem cuidados específicos, sujeita à insalubridade do local.

Em uma fotografia do periódico Correio da Bahia (04/12/1979), por exemplo, é possível ver a pequena imagem entre caixas de papelão e uma balança, provavelmente no balcão de um dos boxes do mercado, cercada por outros santos de devoção dos barraqueiros. Finalmente, nos preparativos para a festa de 1986, a Empresa de Turismo Salvador (Emtursa) providenciou a recuperação da imagem e da capela existente no interior do mercado (CORREIO DA BAHIA, 03/12/1986, p. 6).

Mas as melhorias pontuais realizadas pela Emtursa não foram suficientes para resolver a situação do local. Se os problemas estruturais no mercado se intensificaram a partir dos anos 1980, as instabilidades na realização da festa já eram noticiadas décadas antes. Em 1937, o jornal Estado da Bahia publicou uma notícia intitulada “Mais uma tradição que desaparece...” e relatou que naquele ano, no mercado da Baixa dos Sapateiros, não teve as comemorações de anos passados.

Este ano, porém, as coisas mudaram. Não houve foguetes anunciando a alvorada, não houve batuques e capoeiras, não houve acarajés nem abarás,

---

<sup>42</sup> Seis anos depois, o mesmo periódico relatou outra ocorrência de roubo da imagem venerada na Baixa dos Sapateiros, que foi reencontrada em 1985. Também nessa edição do jornal foi noticiado o incidente com a imagem da santa do mercado do Rio Vermelho, “que foi encontrada queimada hoje pela manhã, e ninguém querendo dar parecer sobre a possível causa” (CORREIO DA BAHIA, 05/12/1987, Cidade, p. 5).

nada enfim. Apenas no altar da santinha, elevado numa esquina do mercado foram collocadas algumas flores e posto à visita publica. Pela manhã celebrou-se uma missa na Igreja do Paço e uma comissão de vendedores trouxe para o mercado a imagem. Nada mais. O mesmo aspecto dos dias communs foi o de hoje. (ESTADO DA BAHIA, 04/12/1937, p. 8)

Na edição de 05 de dezembro de 1967, o jornal A Tarde ressaltou que o festejo aconteceu “em hora sem o brilhantismo dos anos anteriores”. Esse discurso de uma tradição que resistia ao tempo e/ou acontecia com menos pompa do que antes é recorrente nos jornais impressos baianos do século XX, ainda que, em determinados anos, os mesmos periódicos registrassem que o número de fiéis presentes na festa tinha superado a quantidade de outros anos. O quadro produzido por Cleidiana Ramos (Quadro 1) sintetiza bem as oscilações na festa, a partir das notícias do jornal A Tarde.

Quadro 1: Variações da Festa de Santa Bárbara



(RAMOS, 2017, p. 193)

Em 1969, exatamente no mesmo ano em que Santa Bárbara foi “cassada” pela Igreja Católica Apostólica Romana (conforme exposto no capítulo anterior), o título da matéria do periódico A Tarde chamou minha atenção. Pela primeira vez, a santa não apareceu encimando a notícia. Ao invés dela, o orixá ganhou destaque: “Iansã teve festa com samba, procissão e batida de limão”. A partir de então, a referência à deusa iorubana se tornou recorrente nas matérias da festa de 04 de dezembro.

Nesta matéria, por exemplo, além de tratar ambas divindades como uma só, “Yansã’ ou Santa Bárbara” (grifo meu), o texto informou que houve capoeira e samba de roda no mercado da Baixa dos Sapateiros e, também com ineditismo, abordou o fenômeno da

incorporação das iniciadas presentes na festa. “E já por três vêzes Yansã desceu em suas filhas – conta seu Tônio Queimado, mestre saveirista. Desceu mesmo na procissão, desceu aqui no mercado. Pois não havia de descer se era sua festa?” (A TARDE, 05/12/1969, p. 3).

Na foto que ilustrou a referida matéria, de uma senhora negra acendendo velas no altar de Bárbara, o jornalista ainda escreveu que “Apesar da ‘cassação’ da Santa, seus fiéis não a desprestigiaram”. De fato, o episódio dos “santos cassados” não afetou a devoção dos baianos à santa protetora contra os perigos dos raios e tempestades. Tanto assim que, no ano seguinte ao ocorrido, a edição de 05 de dezembro de 1970 do vespertino A Tarde pontuou: “Ninguém procurou saber se Santa Bárbara era cassada ou não. O Mercado da Baixa dos Sapateiros ficou todo embandeirado e o altar de Iansã cheio de velas”.

Referindo-se ao caso da cassação de Santa Bárbara e o sentimento religioso do povo baiano, Ordep Serra (2005) bem sintetizou que

Santa Bárbara foi expulsa do calendário católico oficial, mas encontrou abrigo inexpugnável no calendário religioso da Bahia negra, onde Oiá reparte com ela os esplendores do fogo místico. Essa luz que jorra de sua festa dá testemunho de sua realidade eterna. Eparrei, Bárbara! (SERRA, 2005, p. 18)

Alheio às decisões do Vaticano, o povo do mercado queria mesmo era sambar, comer e beber para festejar sua santa/orixá de devoção. Os capoeiristas também se faziam presentes no Mercado de Santa Bárbara, bem como figuras conhecidas da época, a exemplo de Maria Comprida (ou Maria Compridinha).

Já nesse tempo os grandes mestres de capoeira se faziam presentes. O caruru era servido mesmo no dia 4, ao som de atabaques, pandeiros, berimbaus. Capoeira era jogada para valer. São desta época os capoeiristas Pedro Porreta, Pedro Piroca, Chico Três Pedacos e Brocoió, além de outros temidos valentes que nem mesmo com a presença da polícia se intimidavam.

Uma figura que por muitos anos se destacou durante os festejos populares da Bahia, principalmente no de Santa Bárbara, foi Maria Comprida, mulher do povo que bebia cachaça como gente grande e onde havia arruaça ela estava presente dando pernada. (FELIX, 1982, p. 8)

Até pelo menos a década de 1950, o Mercado da Baixa dos Sapateiros era um dos pontos de concentração dos capoeiristas da cidade nos períodos festivos. Mesmo tendo sido liberada

nos anos 1930, a prática da capoeira ainda carregava o estigma de luta de preto e era vista como pretexto para briga entre valentões. Em depoimento para o jornal *Correio da Bahia* de 07 de dezembro de 1979, um ex-barraqueiro do mercado relembrou esse tempo: “Antes era a Festa do Peixeiro. Isto há coisa de 25 anos. Naquela época só frequentava o Mercado os valentões como Xico Porreta, Buruxê e Xico Preto. Havia muitas brigas, mas hoje a situação melhorou e os brancos já começam a frequentar as festividades”.

E não só os capoeiristas como também os peixeiros reverenciavam Santa Bárbara. Mais uma prova da dinâmica própria, da grande devoção popular e da espontaneidade das celebrações à virgem mártir em Salvador pôde ser observada quando um novo espaço de culto à santa surgiu na cidade. O jornal *A Tarde* de 05 de dezembro de 1961 registrou que “Também no Rio Vermelho, onde a colônia de pescadores é grande, a Santa que os protege dos perigos do mar foi lembrada com uma festa cujo ponto alto foi farto e gratis caruru, oferecido a que dêle quizesse se servir, na porta do mercado local”.

Como irei tratar mais detidamente sobre o caruru no próximo tópico, com relação à matéria acima transcrita, saliento apenas o fato da santa ter sido associada como protetora dos perigos do mar. No primeiro capítulo, cogitei a possibilidade de Bárbara ser um dos santos invocados pelos “homens do mar” durante o período das Grandes Navegações. Tal hipótese parece ser comprovada aqui, já que ela também passou a ser celebrada pela colônia de pescadores do Rio Vermelho.

No Mercado do Peixe, as celebrações para Santa Bárbara não se restringiam a samba e caruru, mas contava também com uma procissão. “Enfeitado com fitas vermelhas e brancas, o seu andor percorreu as principais ruas do Rio Vermelho e do Nordeste de Amaralina, ao mesmo tempo que no mercado da Mariquita era servido um caruru de 23 mil quiabos” (*A TARDE*, 05/12/1974, p. 3). Na realidade, a festa no Rio Vermelho começava no dia 03 de dezembro e contava com duas procissões.

A festa do Rio Vermelho começou ontem à noite, com a procissão que saiu do Nordeste de Amaralina às 19h, até o mercado do peixe (junto ao municipal), onde a imagem de Santa Bárbara ficou em um altar. Hoje, às 5h haverá alvorada, depois procissão às 17h, até a Igreja de Santana (a nova). Em seguida retorno ao mercado e distribuição de caruru a partir das 19h 30min. (*CORREIO DA BAHIA*, 04/12/1979)

Quando o cortejo chegava na Igreja de Santana, uma missa festiva era celebrada no local. Como frisou o Correio da Bahia de 05 de dezembro de 1981, “[Na procissão] O sincretismo religioso esteve presente todo o tempo e em meio as rezas católicas, ouvia-se toques de candomblé e cantigas de orixá”. Além do Mercado do Peixe, o Mercado Municipal do Rio Vermelho também era pintado e enfeitado para a festa de Santa Bárbara. Os comerciantes dos dois locais se juntavam para festejar a santa venerada em alguns mercados de Salvador. Assim como acontecia na Baixa dos Sapateiros, um livro de ouro era passado pelos barraqueiros e moradores do Rio Vermelho para arrecadar os recursos necessários à realização da festa.

O jornal Correio da Bahia, na sua edição de 01 de dezembro de 1980, explicou os motivos das duas procissões e do deslocamento da santa para o Nordeste de Amaralina.

A mudança da imagem do mercado para o Nordeste de Amaralina, é um hábito ligado à festa desde a sua fundação. Na verdade, ela começa no Nordeste, segundo conta Zildo da Silva: “Foi numa época que faltava água no bairro até para cozinhar, dona Zulmerinda Maria Nascimento estava aflita porque não tinha com que fazer a papa da criança pequena, e resolveu pegar a imagem de Santa Bárbara para fazer uma procissão.

Bastou ela pegar a santa, continua Zildo, e sair pelo bairro, descendo até o Rio Vermelho, para, na mesma hora, começar uma trovoadas e muita chuva. “Daí em diante, não tem um ano que não haja a homenagem, organizada por dona Zulmerinda e contando com o apoio de toda a comissão. Além do caruru do dia quatro, quinta-feira, os organizadores promovem, ainda, no dia seguinte, sexta-feira, uma “Bacalhau a Martelo”, para autoridades e o pessoal do Mercado. (CORREIO DA BAHIA, 01/12/1980, Cidade, p. 5)

Reminiscência da devoção no Mercado do Rio Vermelho é um oratório que existe até hoje no estacionamento do local. Com o título de “Capela de Santa Bárbara”, a ermida possui duas imagens da padroeira e só costuma ser aberta no dia da sua festa anual. Apesar de não saber quem é o atual responsável pelo pequeno templo, sua presença sinaliza para o festejo que ocorreu no Mercado do Peixe durante as décadas de 1960 e 1990<sup>43</sup>. Transformado em espaço gourmet de bares, restaurantes e lanchonetes, a atual Vila Caramuru nem parece com o antigo Mercado do Rio Vermelho, local onde os populares também celebravam a “santa dos mercados”.

---

<sup>43</sup> O último registro encontrado dos festejos para Santa Bárbara no Mercado do Rio Vermelho foi no jornal Correio da Bahia, de 05 de dezembro de 1994.

Na década de 1970, a virgem mártir ganhou mais um local de devoção na capital baiana com a fundação da Igreja de Santa Bárbara, no bairro da Liberdade. Vinculada à Igreja Católica Apostólica Independente, anualmente, o templo inaugurado em 1973 também começou a festejar a santa com missas e procissão. Mais detalhes sobre o histórico e as peculiaridades do culto à Santa Bárbara nesta capela serão tratados no último capítulo.

Voltando ao Centro Histórico de Salvador, a missa festiva da santa continuou sendo celebrada na Igreja do Rosário dos Pretos, mas, no ano de 1973, as declarações do padre chocaram a maior parte dos fiéis presentes na cerimônia religiosa. Durante a celebração, o sacerdote disse “que jamais se deve confundir Santa Bárbara com Yansã, divindade considerada pela Igreja como demoníaca, enquanto a Santa é a ‘deusa do bem’, que morreu para não renegar a Cristo” (A TARDE, 05/12/1973).

A postura intolerante desse padre, provavelmente durante o sermão da missa, refletia as tentativas de reforma na religiosidade popular empreendidas pela Igreja Católica brasileira desde o século XIX. De acordo com Couto (2010, p. 84), em Salvador, a interferência dos bispos reformadores na vivência religiosa dos leigos começou a partir de 1839.

Na Bahia, percebe-se a mesma preocupação em reformar os costumes do povo. O clero reformador considerava que o catolicismo dos baianos, sobretudo da população negra e de baixa renda, restringia-se a um nível puramente exterior, sem atingir a alma. Frequentemente misturava-se a fé católica com outras crenças religiosas, a superstição e o sincretismo. As festas em homenagem aos santos tradicionais – Santa Bárbara, São Gonçalo, São Jorge, São Cosme e São Damião, São Jerônimo, Santo Antônio, São Lázaro, São Roque, São Sebastião, Sant’Ana, Nossa Senhora e o Senhor do Bonfim – apropriados pelos descendentes de africanos em seus terreiros de candomblé, na impossibilidade de serem extintas, deveriam ser aos poucos substituídas. (COUTO, 2010, p. 83-84)

Fato similar às tentativas do clero baiano em purificar os costumes e impor a liturgia oficial da Igreja Católica aconteceu durante a celebração festiva do ano de 1978.

Em seu sermão, o padre Palmeira narrou passagens da vida de mártir de Santa Bárbara e justificou as restrições feitas pela Igreja aos festejos, alegando não serem elas contra a Santa, e sim contra os excessos que são praticados por alguns devotos. Um exemplo dessas restrições referidas pelo padre foi a permanência, do lado de fora da Igreja, durante toda a missa, de um grupo de baianas do “Centro Espírita de Ubanda Ogum Estrela”. Eles não tiveram permissão para entrar com seus atabaques. (A TARDE, 05/12/1978, p. 3)

Demonizada pela Igreja Católica, o orixá dos ventos e das tempestades continuou sendo reverenciada com a mesma devoção, no dia 04 de dezembro, pelos adeptos das religiões de matriz africana. Todavia, na festa de 1975, o periódico A Tarde noticiou que os umbandistas não respeitaram a tradição dos festejos e que “houve quebra da tradição: a presença de pessoas de Umbanda vestidas de branco (a cor de Santa Bárbara-Yansã é vermelho) à frente do andor”.

Na verdade, o referido jornal cometeu um equívoco ao generalizar a cor da santa e do orixá. Como dito no primeiro capítulo, ainda que seja geralmente associada à cor vermelha, Iansã também pode vestir outras cores conforme a qualidade do orixá. Por exemplo, Iansã Balé (ou Iansã de Balé), qualidade de Oiá que tem poder sobre os eguns/mortos, costuma vestir branco. Todos os anos, alguns devotos comparecem à festa no Pelourinho completamente vestidos dessa cor justamente por serem filhos de Iansã Balé.

Quanto aos desentendimentos entre os afroreligiosos, ao menos no âmbito da festa de Santa Bárbara, as desavenças continuaram acontecendo. No ano de 1979, com o título “Ubanda e candomblé brigam na Sta. Bárbara”, o jornal A Tarde relatou o seguinte:

Dois fatos marcaram ontem o início dos festejos em louvor a Santa Bárbara, no mercado da Baixa dos Sapateiros. Primeiro foram as desavenças, que vem se acirrando de ano para ano, (grifo meu) entre os adeptos do candomblé e da umbanda e que contribuíram para impedir que os umbandistas do “Centro Ogum Estrela” ficassem sequer nas proximidades da Igreja do Carmo, onde foi celebrada a missa festiva.

O segundo fato, inédito na história da festa e logo interpretado como uma demonstração de descontentamento da Santa, foi o incêndio irrompido em Portão e que foi comunicado ao quartel central do Corpo de Bombeiros, no exato momento em que estes homenageavam a sua padroeira. O incêndio obrigou a saída de três guarnições do quartel, causando confusão e apressando o término da homenagem. Segundo alguns fiéis “foi uma forma da santa protestar contra as brigas entre seus adoradores e contra o tumulto que se forma em torno de seu andor, provocada por pessoas estranhas a qualquer culto religioso”. (A TARDE, 05/12/1979, p. 3)

De acordo com o Jornal da Bahia, foi o presidente da comissão dos festejos, Leopoldo Martinez, quem barrou a entrada dos umbandistas na Igreja do Carmo. Além da questão religiosa, o periódico deixou subentendido que a proibição foi também motivada por questão política.

Martinez não permitiu a entrada do grupo, o que causou protestos. Afirmava se tratar de umbanda, e, além do mais, “todo mundo de vestido branco, colares e conchas”. E chegou a segredar a um colega ao perceber a pretensão dos umbandistas em assistir à missa: “Lá vem eles. Estão aí cheios de retratos de Antônio Carlos Magalhães, mas aqui não entram”. (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1979, p. 2)

Santos (2005) apresentou mais alguns elementos que ajudam a entender as tensões que envolviam os candomblecistas e umbandistas no referido período.

A disputa simbólica na festa em louvor a Santa Bárbara não era algo pontual e de exclusividade daquele espaço. A visibilidade da umbanda na imprensa tornou-se significativa nos primeiros anos da década de 1970. Em 30 de outubro de 1974, o Centro Espírita Ogum Estrela Umbanda foi reconhecido como sociedade civil pela Câmara de Salvador. No mês anterior, o jornal A Tarde de 10 de setembro de 1974, publicava uma matéria em que a Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro combatia aqueles “que fazem exposições para turistas bem como os que mesclaram com a umbanda”. A tensão entre lideranças afro-brasileiras do candomblé e da umbanda manifestava-se em espaços diversos, desde a imprensa até a festa de Santa Bárbara. (SANTOS, 2005, p. 45)

Além dos conflitos entre os religiosos de matriz africana, a festa de 04 de dezembro registrou uma confusão envolvendo a corporação militar da qual Santa Bárbara é madrinha. De acordo com o periódico A Tarde de 02 de dezembro de 1970, “Da igreja a imagem seguirá para o Corpo de Bombeiros, onde os ‘soldados do fogo’ a homenagearão com tiros de festins e foguetório. Certamente Iansã descerá num dos seus cavalos<sup>44</sup> prediletos para abraçar os bombeiros”. Entretanto, em 04 de dezembro de 1975, um fato inédito à festa impediu que o orixá se manifestasse no quartel da Barroquinha.

Naquele dia, quebrando uma tradição de 25 anos, o comandante Humberto Sturaro proibiu a entrada dos devotos no prédio da corporação. Após a imagem sair do mercado e ouvir missa na Igreja do Rosário dos Pretos, o andor seguiu em procissão. Ao chegar no quartel, todos foram surpreendidos pela ordem do coronel.

No portão do Corpo de Bombeiros, porém, a surpresa: “ninguém pode entrar, somente a santa”. E foi o que aconteceu sob protesto geral. (...) O coronel

---

<sup>44</sup> “Cavalo do santo” é uma expressão utilizada para se referir a(o) iniciado(a) das religiões de matriz africana no momento em que incorpora um orixá/vodum/inquice. Quando a divindade “baixa” no(a) rodante, se diz que o santo montou em seu cavalo.

Humberto Sturaro, não permitiu a entrada dos fiéis, colocando uma camioneta no portão principal. Quando a procissão se aproximou, soldados do CB arrebatarem a santa do povo e a levaram para dentro do quartel, devolvendo-a pouco depois. Houve protesto, choro, tudo, mas o comandante manteve a ordem. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1975, p. 3).

A justificativa do comandante para a proibição era de que a multidão atrapalharia o trabalho da corporação, caso ocorresse algum chamado de urgência, além da confusão e dos danos materiais causados pelo povo. Ademais, demonstrando preconceito contra as religiões de matriz africana, anos depois, o coronel afirmou que “as mulheres costumam ‘dar santo’ dentro do quartel ‘descambando para a profanação’” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1979, p. 3). Para além da intolerância religiosa do então comandante do Corpo de Bombeiros, o quartel continuou sendo um dos principais locais das incorporações durante a procissão de Santa Bárbara.

No ano seguinte ao episódio da proibição dos devotos no prédio dos bombeiros, uma década depois das missas solenes para a santa estarem sendo realizadas na Igreja do Rosário dos Pretos, o templo da celebração principal do dia 04 de dezembro foi substituído. Naquele ano (1976), a procissão saiu do mercado em direção à Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo. A missa solene para Santa Bárbara foi celebrada nesta igreja até 1980, e depois nos anos de 1982 e 1986.

Embora houvesse mudança de igreja para a celebração festiva, a parada da procissão no quartel da Barroquinha já havia se tornado tradicional. Ainda assim, ao longo dos anos 1970, os militares tentavam conter o povo e suas demonstrações de fé, o que acabava gerando certos tumultos. Em 1978, por exemplo, mais uma pequena confusão marcou o cortejo ao chegar no Corpo de Bombeiros, pois alguns soldados tentaram impedir a entrada do povo no quartel, mesmo sem terem recebido esta ordem do comandante (A TARDE, 05/12/1978, p. 3).

Na festa de 1979, muitos fiéis também reclamaram da grande confusão em torno do andor de Santa Bárbara, por pessoas que “sem pertencer a qualquer seita ou religião, fingiam estar em transe contribuindo para que as pessoas que estavam de fato possuídas fossem olhadas com desconfiança” (A TARDE, 05/12/1979, p. 3). Apesar desse tumulto no momento da procissão, dos desentendimentos entre candomblecistas e umbandistas e da ocorrência de um incêndio durante as homenagens no Corpo de Bombeiros, ainda segundo essa edição do jornal A Tarde, a festa de 1979 voltou a ter o “brilhantismo dos anos anteriores, com a participação de milhares de adoradores”.

A reportagem do jornal Correio da Bahia, na edição de 05 de dezembro de 1979, também destacou: “No local [Corpo de Bombeiros] verificou-se um clima de quase histeria entre as pessoas que em determinados momentos entravam em transe. A emoção tomou a maioria dos presentes e a multidão que olhava o ritual...”. De acordo com outro periódico, quando a santa chegou ao quartel, “o ‘espírito’ de Yansã se fez presente e algumas de suas filhas e devotas não contiveram suas emoções e várias se manifestaram, sendo recolhidas pelas mães-de-santo” (TRIBUNA DA BAHIA, 05/12/1981, p. 3).

Ainda sobre o transe durante a procissão, não só o referido comandante do Corpo de Bombeiros era contra tal manifestação no interior do quartel da Barroquinha. A Igreja Católica Apostólica Romana também não concordava com essas práticas, mesmo sendo tão recorrentes ao longo do cortejo. Na festa de 1990, o padre Hélio Rocha falou bem alto no carro de som: “Na procissão não pode haver frescuras de receber santo. Lugar de dar santo é no abaitolá, não na igreja” (TRIBUNA DA BAHIA, 05/12/1990, Cidade, p. 1).

Mas como o padre nem o coronel têm poder para controlar isso, Iansã continuou montando em seus cavalos, como faz todos os anos no decorrer da procissão de Santa Bárbara. O jornal Correio da Bahia destacou esse perfil destemido da deusa africana, ao citar as incorporações no quartel: “Como Iansã não tem medo de nada, nem sequer esperou um terreiro mais discreto, menos profano, para tomar conta das cabeças das suas “zeladoras” e desceu ferosa e estridente dando gritos e cantando pontos de candomblé” (CORREIO DA BAHIA, Cidade, 05/12/1984, p. 5).

Marcada por diferentes manifestações religiosas, essa festa popular também foi objeto de atenção de algumas produções artísticas nacionais. Se no filme (1962) e na minissérie da Globo (1988) baseadas na peça teatral *O Pagador de Promessas*, de Dias Gomes, a festa de Santa Bárbara foi recriada para as gravações, no ano de 1980, a TV Bandeirantes resolveu filmar cenas da sua novela *Rosa Baiana*, no próprio dia 04 de dezembro, durante a celebração festiva na Igreja do Carmo. De acordo com o jornal A Tarde,

A festa da rainha dos raios, entretanto, trouxe muita reclamação por parte dos que se acotovelavam na porta da Igreja do Carmo, já que a TV Bandeirantes, para fazer algumas filmagens envolvendo a personagem “Rosa Baiana”, que dá título à novela que está sendo gravada na Bahia, trouxe certa interferência na participação popular que se viu entre policiais. (A TARDE, 05/12/1980)

Um ano depois, a missa solene mudou mais uma vez de local e foi celebrada na Igreja do Passo, já que a Igreja do Carmo passava por reforma. São Miguel, patrono de outro mercado na Baixa dos Sapateiros e que havia participado pela primeira vez da procissão de Santa Bárbara em 1980, foi esquecido pelos barraqueiros e teve que ser buscado depois, atrasando a programação. “É que, só quando o cortejo chegava à metade da Ladeira do Carmo, os membros da comissão organizadora dos festejos perceberam a grande gafe de terem esquecido o andor de São Miguel Arcanjo, que tradicionalmente acompanha a procissão” (A TARDE, 05/12/1981, p. 3).

Interessante observar como, mesmo tendo integrado o préstito apenas no ano anterior, a participação de São Miguel na procissão já foi considerada “tradicional” no ano seguinte. Conforme ressaltou Hobsbawm (2015, p. 7), há tradições inventadas que se estabelecem com enorme rapidez. No caso específico, tendo em vista que vários santos de devoção popular já participavam da procissão de Santa Bárbara, os organizadores devem ter considerado justo incluir também o padroeiro do outro centro comercial da Baixa dos Sapateiros, inaugurado na década de 1960. Nesse sentido, essa “nova tradição” (da mesma forma que acontece, na medida do possível, com todas as tradições inventadas) utilizou “a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBBSAWM, 2015, p. 20-21).

Na festa de 1981, chamou atenção também o fato das baianas de candomblé não terem comparecido em grupos, tendo poucas representantes na festa. Tudo indica que a rixa entre os afrorreligiosos no dia 04 de dezembro, já destacada nos anos de 1975 e 1979, levou ao afastamento das baianas adeptas do candomblé naquele ano. Segundo um vespertino, “Até parece que tinham sido avisadas, pois uma das poucas presentes, Maria José, do Terreiro da Goméia, foi preterida por uma umbandista quando tentava subir no carro do Corpo de Bombeiros que conduziu o andor” (A TARDE, 05/12/1981, p. 1).

Ainda sobre os festejos de 1981, o Tribuna da Bahia salientou a grande presença de gays no dia 04 de dezembro. De acordo com o jornal, “A Igreja ficou superlotada enquanto do lado de fora um considerável contingente gay, as filhas-de-santo e devotas de Yansã promoviam um ‘espetáculos’ a parte distraindo a atenção da platéia para o que se passava no interior do templo” (TRIBUNA DA BAHIA, 05/12/1981, p. 3).

Nos periódicos, a primeira referência que encontrei quanto à participação dos homossexuais na festa de Santa Bárbara foi no Correio da Bahia de 01 de dezembro de 1980. Ao abordar a festa na Baixa dos Sapateiros, o jornal destacou que “Uma curiosidade da

procissão é a participação dos grupos ‘gays’, vindo até do Rio de Janeiro, segundo conta o organizador da festa. A contribuição do pessoal, quase todos devotos de Iansã, é significativa para a festa” (CORREIO DA BAHIA, Cidade, 01/12/1980, p. 5).

Esse mesmo jornal voltou a registrar a presença dos homossexuais na festa de 1984. Desta vez, a referência remetia a uma disputa entre gays e outros devotos para carregar o andor da santa durante o cortejo.

QUASE CAI – Nas proximidades da Secretaria de Finanças do Município, na Ladeira da Praça, faltou pouco para que a imagem de Santa Bárbara caísse no chão porque gays, mães-de-santo e católicos disputavam aos empurrões, tapas e gritinhos um espaço para segurarem o andor. O incidente levou um fiel a comentar que “Iansã é uma santa forte que adora uma fechação”. (CORREIO DA BAHIA, Cidade, 05/12/1984, p. 5)

Até hoje, na festa do 04 de dezembro, é muito comum encontrar no Pelourinho grupo de homossexuais devotos da santa/orixá. Sobre a participação de LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e mais outras identidades de gênero e orientações sexuais) na festa de Santa Bárbara, a partir da matéria do *Tribuna da Bahia* (05/12/1981), Santos (2005) teceu algumas considerações.

Por fim, saliento a participação de um grupo, durante a procissão, que até os anos 80 não tinha visibilidade na espetacularização da festa. Refiro-me aos travestis que também elegeram Santa Bárbara/Iansã como sua padroeira. Ao longo dos anos, a *Tribuna da Bahia* foi o único jornal a registrar a presença de “um considerável contingente gay”. Isso aconteceu na festa de 1981. Se a santa e a orixá confluíram, exclusivamente, em termos de gênero feminino, apareceria no espaço público outra reivindicação, pois os transgêneros transmutaram para a festa papéis sociais até então reservados às mulheres. A festa, portanto, passou a incorporar novos discursos, novos gêneros... (SANTOS, 2005, p. 49)

Apesar da grande devoção popular à “rainha dos raios”, nos anos 1980, os comerciantes começaram a temer que o Mercado de Santa Bárbara fosse vendido pelo seu proprietário. Na edição de 05 de dezembro de 1986, o *Correio da Bahia* relatou a situação degradante do local.

Apesar dos esforços da Emtursa em arrumar o mercado, enfeitando com bandeirolas, os fiéis não deixaram de notar o estado de decadência das

barracas fechadas e destelhadas. Leopoldo Martins [Martinez] contou que os proprietários do mercado, da família Correia Cunha, não permitiram nem que as dependências fossem pintadas pela Prefeitura. (CORREIO DA BAHIA, 05/12/1986, p. 6)

O mercado era mantido apenas pelo condomínio pago pelos comerciantes das barracas de comida, bebidas, folhas, carne, etc., e necessitava de uma reforma estrutural. “Segundo Fausto, único barraqueiro que irá vender bebida na festa, o mercado começou a decair quando os barraqueiros começaram a deixar de pagar corretamente os aluguéis” (TRIBUNA DA BAHIA, 03/12/1986, p. 7). O estado de abandono do mercado era tão grande que, em 1984, os vendedores acharam que a festa de Santa Bárbara não aconteceria mais nos anos seguintes. O título da matéria do A Tarde deixou evidente a preocupação dos barraqueiros: “Caruru de Santa Bárbara poderá ter sido o último” (07/12/1984).

Nesse período, não só o velho mercado estava em decadência, mas a própria festa de Santa Bárbara. Assim como aconteceu no bairro do Comércio, após o incêndio no antigo morgado, os festejos no Centro Histórico começaram a se enfraquecer ao longo da década de 1980. No mercado da Baixa dos Sapateiros, o dia 04 de dezembro já não tinha mais o brilhantismo de antes. Em 1984, o número de devotos caiu muito se comparado a anos anteriores. A procissão que chegou a contar com milhares de fiéis teve menos de 200 participantes no ano de 1985. A então comissão organizadora lamentava “que a tradição esteja morrendo aos poucos, por falta de iniciativa dos poderes públicos” (A TARDE, 05/12/1985, p. 1).

Quanto ao declínio da festa nos anos 1980, Ramos (2017) elencou alguns motivos que ajudam a compreender a situação vivenciada naquele momento.

Em meados dos anos de 1980, a festa foi perdendo prestígio. Talvez a situação de abandono do Centro Histórico de Salvador, especificamente do Pelourinho, com o deslocamento cada vez mais acentuado do cotidiano da cidade para a região da rodoviária, onde se consolidava o maior shopping da cidade no período, tenha ajudado a enfraquecer a festa. No centro de Salvador também apareceram novos empreendimentos comerciais que afastavam os clientes da Baixa dos Sapateiros e Barroquinha, locais soberanos até os anos de 1970 para o comércio de roupas e outros artigos. (RAMOS, 2017, p. 203)

Todavia, embora o mercado estivesse em ruínas e com poucos boxes em funcionamento, a festa voltou a ser concorrida em 1986 e inúmeros fiéis compareceram à celebração solene na

Igreja do Carmo. A chuva que caiu naquele dia 04 de dezembro de 1986, quando o cortejo se dirigia à missa, parecia uma bênção divina para fortalecer a fé do povo na superação dos problemas. No decorrer da procissão, os sinos das igrejas do Centro Histórico repicaram para saudar Santa Bárbara.

Com relação à chuva, as condições climáticas no dia 04 de dezembro sempre tiveram atenção especial dos veículos de comunicação impressa ao longo do século XX. Como tanto Santa Bárbara como Iansã estão relacionadas aos fenômenos meteorológicos (chuvas, raios, relâmpagos e trovoadas), a ocorrência de qualquer desses eventos no dia da sua festa era (e ainda é) visto como um sinal divino. Exemplo disso pôde ser observado na edição de 05 de dezembro de 1981, do jornal Tribuna da Bahia, ao falar da ausência desses elementos naturais na festa daquele ano: “Não choveu e nem roncou trovoadas e segundo a mãe-de-santo do terreiro de Joãzinho da Gomeia, Maria José é sinal de que a orixá não gostou muito da festa não dando o seu sinal”.

Ao reforçar a associação entre Santa Bárbara e Iansã, os periódicos também destacavam sua relação com os fenômenos meteorológicos. Sobre essa espetacularização sincrética, Santos (2005) fez algumas observações.

A mitificação da relação sincrética santa/orixá espetaculariza-se nas páginas dos periódicos. Não se trata mais de narrar o mito católico, mas de destacar a presença de Iansã e suas características femininas. Além da sensualidade, o dom do fogo, do relâmpago, da trovoadas e de fazer chover. Em plena época de Guerra Fria envolvendo as grandes potências mundiais, os jornais chamavam a atenção para o poder dos elementos da natureza. As forças da natureza em contraponto ao poder dos homens. “Valei-nos Santa Bárbara!”. (SANTOS, 2005, p. 43)

Como bem evidenciou Vianna (1983, p. 38), “Existe a crença que se roncar trovoadas em 4 de dezembro, o ano seguinte será bonançoso”. Deve ser por esse motivo que a matéria do Jornal da Bahia de 05 de dezembro de 1979 começou discorrendo sobre as condições climáticas daquele 04 de dezembro, além de pedir chuva para o Nordeste brasileiro.

As chuvas da madrugada de ontem, embora fracas, deram o primeiro sinal. Previam-se trovoadas, relâmpagos, mas a santa não se excedeu. Permaneceu serena, aguardando, como todos os seus fiéis, a festa em sua homenagem que começaria ao raiar do dia. Todos fizeram seus pedidos e agradeceram sua proteção. Rainha dos raios, guerreira, sensual, mulher bonita e forte. “Eparrêi

lansã”, explodem seus seguidores, logo após o pedido de clemência para salvar os que sofrem os efeitos da seca nordestina: “Chegou a seca no Norte/ O povo romeiro em prece/ Pede cantando/ à Deusa dos astros/ Que chuva lhe desse”. (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1979, p. 2)

A ocorrência de chuva e demais fenômenos meteorológicos na festa de Santa Bárbara também era interpretada das formas mais diversas pelos fiéis, a depender da situação vivenciada no momento. No ano de 1985, quando chovia insistentemente na cidade desde o dia 1º de dezembro e o mercado da Baixa dos Sapateiros estava arruinado, a chuva que continuou caindo no dia da festa foi vista como as lágrimas de Santa Bárbara. “Segundo alguns devotos, a chuva é o pranto da Santa ‘porque querem acabar com o seu mercado. Ela está pedindo misericórdia pela triste situação do local’” (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1985, p. 3).

Apesar da fase difícil pela qual passava o mercado (e a festa) de Santa Bárbara, os barraqueiros mantiveram a procissão e o caruru para a sua padroeira. Em 1986, até o capelão do Corpo de Bombeiros faleceu, enfraquecendo as comemorações no quartel.

Mesmo com todos os problemas, os barraqueiros que restam parecem não querer desistir da festa. Até o Corpo de Bombeiros, que todo ano recebe a imagem da Santa com flores e festas, teve seus ânimos esfriados por uma determinação do seu comandante impedindo qualquer tipo de comemoração no quartel. “Mesmo porque este ano estamos sem o nosso capelão, que faleceu, e não poderíamos celebrar a missa que já era tradição há muitos anos”, explicou o tenente Dernizardo Xavier, do Corpo de Bombeiros. (TRIBUNA DA BAHIA, 03/12/1986, p. 7)

A partir de 1987, a festa de Santa Bárbara iniciou uma nova fase no seu longo processo de devoção baiana. Antes disso, quero salientar que, durante a maior parte do século XX, as sucessivas trocas de igreja para a celebração festiva à Santa Bárbara denotam a fluidez de uma devoção eminentemente popular. Para os comerciantes do mercado da Baixa dos Sapateiros, o mais importante era celebrar sua santa padroeira, independentemente do templo escolhido para a realização dos ritos litúrgicos. Com isso, no Centro Histórico, as missas para Santa Bárbara acabaram sendo celebradas em quatro igrejas distintas: Passo, Saúde, Rosário dos Pretos e Carmo.

Ao assinalar as mudanças nas celebrações litúrgicas para Santa Bárbara, desde o morgado e a capela do Corpo Santo, passando pelas igrejas do Centro Histórico, Couto (2010) observou que

Seus fiéis estavam, portanto, concentrados nos mercados em função da atividade comercial, mas religiosamente dispersos pela cidade.

Em segundo lugar, o culto a Santa Bárbara era praticado principalmente pelos comerciantes brasileiros e africanos, população de baixo poder aquisitivo, que não possuía grandes recursos para festejar com fausto. (COUTO, 2010, p. 100)

Além disso, outra característica que aponta para a religiosidade popular que permeava o culto à Santa Bárbara é o fato de vários santos católicos terem sido agregados aos festejos. Contrariando a ortodoxia da Igreja Católica Apostólica Romana, que prevê na sua liturgia oficial a devoção a santos específicos em determinados dias do ano, o povo do mercado não parecia estar preocupado com isso e incluiu outros santos populares na procissão anual de Santa Bárbara.

Como dito, quando a devoção chegou na Baixa dos Sapateiros, o mercado possuía outra padroeira que passou a acompanhar Santa Bárbara no cortejo do dia 04 de dezembro. Com o tempo, novos santos também começaram a integrar o préstito da atual patrona do mercado da Baixinha. Ao longo das décadas (século XX), como houve uma variação de igrejas e imagens na festa anual, a partir das informações colhidas nos periódicos (principalmente o jornal A Tarde), optei por construir um quadro para listar os templos e santos que participaram da procissão até o ano em que a “Imagem Padroeira” saiu definitivamente do Mercado de Santa Bárbara.

Quadro 2: Igrejas e Santos na Festa de Santa Bárbara

(Início do séc. XX até 1986)

<b>Período</b>	<b>Igreja</b>	<b>Santos na procissão</b>
Início do séc. XX até 1956	Passo	Santa Bárbara e Nossa Senhora da Guia.
1957-1965	Saúde	Santa Bárbara e Nossa Senhora da Guia.
1966-1971	Rosário dos Pretos (1966-1975)	Santa Bárbara, Nossa Senhora da Guia e Santo Antônio.

1972-1975		Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio, São Lázaro e São Cosme e São Damião.
1976-1977	Carmo (1976-1980)	Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, São Lázaro e São Cosme e São Damião.
1978		Santa Bárbara, Santo Antônio, São Lázaro, São Cosme e São Damião e Santa Luzia.
1979		Santa Bárbara, Nossa Senhora da Guia, Santo Antônio, São Lázaro e São Cosme e São Damião.
1980		Santa Bárbara, Nossa Senhora da Guia, Santo Antônio, São Lázaro, São Cosme e São Damião e São Miguel.
1981		Passo
1982	Carmo	Santa Bárbara, Nossa Senhora da Guia, Santo Antônio, São Lázaro, São Cosme e São Damião e São Miguel.
1983	Passo (1983-1985)	Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio, São Lázaro, São Cosme e São Damião e São Jerônimo.
1984		Santa Bárbara, Nossa Senhora da Guia, Santo Antônio, São Lázaro, São Cosme e São Damião e São Miguel.

1985		Santa Bárbara, Nossa Senhora da Guia, Santo Antônio, São Lázaro, São Cosme e São Damião e São Miguel.
1986	Carmo	Santa Bárbara, Nossa Senhora da Guia <sup>45</sup> , Santo Antônio, São Lázaro, São Cosme e São Damião e São Jerônimo.

Desde o início, a devoção à Santa Bárbara no mercado da Baixa dos Sapateiros foi um período marcado por oscilações na organização da festa, quer seja pela substituição da igreja escolhida para realização da missa solene, quer seja pelo horário e os santos que participaram da procissão, ou ainda pela mudança no percurso do cortejo. Tais variações são uma característica forte dessa religiosidade popular em torno da figura de Santa Bárbara em que o mais importante era celebrar a padroeira do mercado, independentemente da procissão ser pela manhã ou à tarde, com dois ou mais santos integrando o cortejo, seguindo pela Baixa dos Sapateiros ou pelo Largo do Pelourinho.

Se por um lado a festa tinha essa espontaneidade, por outro lado as comemorações à Santa Bárbara ao longo do século XX serviram para consolidar um elemento crucial da celebração, tornando-o aspecto constituinte e indissociável do 04 de dezembro. Atualmente, é impossível pensar na festa de Santa Bárbara em Salvador e não lembrar do seu caruru de promessa.

### 2.3 O caruru do mercado que se espalhou pela cidade

Conforme assinala no primeiro capítulo, as comidas à base de azeite de dendê circulavam pela cidade e eram servidas nas barracas das festas religiosas populares desde o período do Brasil Colônia. Na festa de Santa Bárbara, o caruru deixou de ser vendido e passou

<sup>45</sup> Segundo o jornal A Tarde (05/12/1986, p. 2), quem participou da procissão naquele ano foi a imagem de Nossa Senhora do Carmo, mas para o jornal Tribuna da Bahia (03/12/1986, p. 7) foi a imagem de Nossa Senhora da Guia. Como ambas invocações de Maria possuem iconografias semelhantes, acredito que a imagem que integrou o cortejo foi a de Nossa Senhora da Guia, antiga padroeira do mercado e que já acompanhava a procissão em anos anteriores. Quanto à participação de Nossa Senhora da Conceição no préstito, nos anos de 1972-1977 e 1983, como não encontrei referência em outros periódicos, mantive a informação fornecida pelo jornal A Tarde.

a ser distribuído gratuitamente no mercado justamente por ser uma das comidas de origem africana que fazia parte do cotidiano.

A posterior associação de Santa Bárbara com o orixá Iansã só fez reforçar a presença dessa comida na festa de 04 de dezembro. Tanto assim que, até hoje, o caruru continua sendo oferecido até mesmo pelos devotos que diferenciam Santa Bárbara e Iansã. Como bem frisou Ferretti (2012),

São correspondências por analogias ou semelhanças entre fatos diferentes, entre fenômenos distintos. Na Casa das Minas do Maranhão, diz-se que o vodum Toi Averequete adora São Benedito, mas os devotos fazem a distinção entre a divindade africana e o santo católico. A existência da distinção não implica que não haja sincretismo, pois consideramos que o sincretismo se manifesta justamente no uso desta analogia ou representação. A constatação desta semelhança e do sincretismo não implica em negar a autenticidade ou a pureza das crenças e práticas. (FERRETTI, 2012, p. 291)

Se antes, os dois orixás do fogo (Xangô e Iansã) eram sincretizados com Santa Bárbara, isso passou a mudar a partir do século XX. De acordo com Jocélio Teles dos Santos (2005, p. 37), “Nos anos 30 começou a se solidificar entre os adeptos uma correspondência exclusiva ao gênero feminino. Santa Bárbara passou a ser associada a Iansã e a Oiá e, ‘ocasionalmente’, a Xangô, como foi registrado por Pierson<sup>46</sup>”.

De certa forma, o caruru de Santa Bárbara está vinculado ao amalá de Xangô. Na festa de 1982, um jornal baiano chegou a escrever que em Lauro de Freitas, no Terreiro de Zé de Ogun, “além do acarajé, foi servido o amalá de Iansã (grifo meu), feito com quiabo e camarão” (A TARDE, 05/12/1982, p. 3). O periódico Correio da Bahia, de 06 de dezembro de 1986 (Cidade, p. 5), também se referiu ao caruru dessa forma e noticiou que, no mercado da Baixa dos Sapateiros, “o povo compareceu para prestigiar Iansã, Santa Bárbara no sincretismo religioso e provar do seu amalá, a comida preparada com muita fé pelos seus devotos”.

Nas cerimônias públicas dos orixás do fogo, é comum servir amalá ou caruru aos presentes. Tratando das celebrações em honra a Xangô no Ilê Axé Opô Afonjá, Fábio Lima

---

<sup>46</sup> No livro *Branços e prêtos na Bahia: estudo de contacto racial*, ao tratar do que chamou de fusão entre santos e orixás, Donald Pierson (1971, p. 332) escreveu: “Mesmo Xangô, o orixá do relâmpago e do trovão, julgado por alguns prêtos como sendo distinto de todos os santos católicos, era adorado em várias das mais representativas seitas de gêge-nagô, sob o nome de São Jerônimo e, ocasionalmente, de Santa Bárbara”.

(2005) explicou como acontece o ritual nesse terreiro de candomblé e os ingredientes que compõem o amalá.

No calendário das festas, durante o ciclo de Oxalá, Xangô é celebrado com uma grande festa o *ajabalá*. A festa ocorre em uma quarta-feira do mês de outubro, quando se faz uma deferência especial a Xangô no barracão, com uma enorme gamela, vasilha de madeira talhada, contendo *amalá*, o cortado de quiabo temperado com cebola, camarão seco e azeite-de-dendê. (LIMA, 2005, p. 40-42)

Vivaldo da Costa Lima (2010), ao analisar as comidas rituais informadas por Olga do Alaqueto, então ialorixá do Ilê Maroialaji, destacou que o amalá é um prato composto por angu ou pirão, coberto com um caruru. O amalá de Xangô descrito por Olga, por exemplo, “não tem conta de quiabo”. Segundo Lima (2010),

O amalá é uma comida preferida de Xangô e de sua corte e, no candomblé da Bahia, observa-se com ele mais um processo curioso de metonímia. Muitos autores dizem que o amalá “arriado” para Xangô e outros orixás tem sempre o quiabo na sua feitura; que o nome amalá significa um “prato feito basicamente com quiabo”. Muitos autores o descrevem assim, “como um prato de quiabo”.

Olga do Alaqueto chega a dizer, falando do amalá de Xangô, que o mesmo “não tem conta de quiabo”, e explica devidamente: “em cima do angu de inhame, ou de farinha ou de acaçá. Não pode ser é puro”. Isto é, o angu – que é propriamente o amalá – deve ser sempre acompanhado, coberto com quiabo na forma de caruru. (...)

A palavra *amalà* (amalá) é o iorubá para pirão de inhame<sup>47</sup>. (RÉGIS; LIMA, 2010, p. 64)

Ou seja, amalá não é o quiabo, mas o pirão de inhame que serve de base à comida ritual de Xangô. Já o caruru é o prato feito de quiabos e que se popularizou em Salvador e na região do Recôncavo Baiano, ainda que nem sempre tenha sido preparado com esse fruto. Lima (2011) frisou os problemas linguísticos envolvendo o nome do prato, especialmente no que se refere à

<sup>47</sup> De acordo com William R. Bascom (1951, p. 128), em Ifé, *amala* ou *oka* é o mesmo que mingau de inhame. A receita iorubá é preparada da seguinte forma: “A farinha de inhame é adicionada gradualmente à água fervente, mexendo com uma vareta de madeira para que não fique grumoso e cozido (*se*) até estar homogêneo. O sal grosso (*kaun*) é adicionado para engrossar somente se for utilizada uma farinha de baixa qualidade; se a farinha for boa, o sal não deve ser adicionado. A espessura do mingau varia de acordo com o gosto do indivíduo pela quantidade de farinha que é adicionada. É servido em um prato e pode ser comido com um dos ensopados” (tradução minha).

etimologia da palavra. Depois de apresentar a explicação para o prato africano que foi introduzido e modificado no Brasil, Lima (2011) resumiu:

Caruru era pois o nome que se dava a certas folhas comestíveis, em geral da família das amarantáceas (V. Huascar Pereira), e como o seu equivalente iorubá, o efó, o nome foi estendido à comida com elas preparada. A rigor, o caruru e o efó se equivaliam, originalmente, sendo a forma caruru a mais antiga no Brasil. Está consignada em autores antigos como Vilhena, o Padre Pires e outros. (LIMA, A TARDE/ ESPECIAL CONSCIÊNCIA NEGRA, 18/11/2011, p. 12)

Originário do continente africano (provavelmente da região entre o Egito e a Etiópia), o quiabo chegou ao Brasil durante o período da escravidão e logo foi incorporado aos pratos da culinária local. Similar ao preparo do caruru brasileiro, o quiabo também é consumido sob a forma de ensopado pelos iorubás da África Ocidental<sup>48</sup>. Ao descrever as comidas da dieta iorubá, William R. Bascom (1951) apontou que

A variety of leafy vegetables, both cultivated and wild, are used in the preparation of stews, either with or without meat, and are classed under the general terms *efo* or *ewebe* (leaves of stew). (...) Dalziel and the *Yoruba Dictionary* list *aje fowo* (*ajitan*) *Celosia spp. Ilasa*, the leaves of ochra, also fall into this category, but ochra itself, (*ila*) *Hibiscus esculentis* is classed as a fruit (*eso*), although it serves much the same function in cooking.<sup>49</sup> (BASCOM, 1951, p. 47)

Ainda que o quiabo esteja presente nas suas receitas, é importante ressaltar que a palavra caruru não é de origem iorubá. Conforme destacado por Lima (2011),

De todo modo não existe em iorubá a palavra calulu ou caruru, mas na língua fon do Dahomey, o termo há longo tempo assimilado, mas reconhecidamente

<sup>48</sup> Em verdade, na receita de ensopado de quiabo informada por Bascom (1951, p. 135), os ingredientes e modo de fazer aproximam-se mais do preparo da quiabada baiana, mas sem colocar camarão defumado. Os quiabos, depois de cortados em pedaços e aferventados, são misturados a uma espécie de ensopado de carne. Essa receita iorubá é finalizada com o acréscimo do óleo de palma, semelhante à preparação do caruru que é concluída adicionando azeite de dendê.

<sup>49</sup> “Uma variedade de vegetais folhosos, cultivados e silvestres, são usados na preparação de ensopados, com ou sem carne, e são classificados sob os termos gerais *efo* ou *ewebe* (folhas de guisado). (...) Dalziel e o *Yoruba Dictionary* listam *aje fowo* (*ajitan*) *Celosia spp. Ilasa*, as folhas do quiabeiro, que também se enquadram nesta categoria, mas o quiabo em si, (*ila*) *Hibiscus esculentis* é classificado como uma fruta (*eso*), embora tenha a mesma função na culinária” (tradução minha).

estrangeiro, é sempre referido como tal pelos autores dahomeanos, que o grafam caloulou, como Hazoumé ou calalou como Alapini. (...)

Na língua iorubá, o prato a que chamamos de caruru de quiabo, é conhecido como obé-ilá, cuja tradução literal nos fornece a denominação brasileira: obé = caruru; ilá = quiabo. Já vimos que o efó é também chamado entre os nagôs de obé-buê ou obé-êúê, de obé = caruru e euê = folha. (LIMA, A TARDE/ESPECIAL CONSCIÊNCIA NEGRA, 18/11/2011, p. 12-13)

De acordo com a etnolingüista Yeda Pessoa de Castro (2005, p. 203), a palavra caruru tem origem nas línguas bantos, cujas variantes são os termos calulu e cariru. Além de sinalizar a existência das palavras *kalulu* (quicongo) e *kalalu* (quimbundo), Castro (2005) frisou a ocorrência do caruru-de-quiabo e caruru-de-folha (“espécie de efó”), salientando que, no português do Brasil, caruru é “prato típico à base de folhas, tipo bredo (*nlulu*) ou quiabo, dendê, camarões e peixe”, e também “nome genérico para várias espécies de folhas da família das amarantáceas” (CASTRO, 2005, p. 203).

Tendo registrado outras variações do prato como o caruru-azedo (feito com vinagreira), Castro (2005) destacou ainda expressões do falar corrente da Bahia que utilizam o termo caruru:

*“quem não tem quiabo, não oferece caruru”, quem não pode, não faz; “café, caruru e casamento, só quente”, não perder oportunidades inadiáveis; “panela que muitos mexem ou fica insossa ou derrama o caruru”, não dar ouvidos a opiniões alheias; “cadê o angu prá comer com caruru?”, diz-se de alguém que conta bravatas. (CASTRO, 2005, p. 204)*

Conforme sinalizou Querino (2006 [1928], p. 27), ainda no início do século XX, na Bahia, essa comida já foi preparada com vários tipos de folhas, até o quiabo prevalecer como o ingrediente principal do prato. Além do caruru servido no cotidiano soteropolitano, há também os chamados carurus de promessa ou preceito. Em geral, esses carurus são para os santos Cosme e Damião ou para Santa Bárbara. Apesar de algumas divindades compartilharem da mesma comida, o modo de preparo varia de acordo com o santo.

Enquanto o amalá tem os quiabos lascados em tira, cortados na diagonal, o caruru de Santa Bárbara (Iansã) é cortado em rodela e o de São Cosme e São Damião em pedaços pequenos porque os Ibejis são crianças e foram relacionados aos erês no candomblé. Tanto Iansã (esposa) como os Ibejis (filhos) comem quiabo em função deste vínculo familiar e real, que une a corte de Oió em torno da mesa.

Sobre o fato do caruru de Santa Bárbara/Iansã ser “cortado em rodas como moedinhas” (SOUSA, 2003, p. 130), Ramos (2017) apontou uma explicação para este preceito:

Assim como Xangô come o seu amalá, no encontro com Oyá-Iansã, Santa Bárbara ganha o seu caruru com um cuidado importante: o quiabo tem que ser cortado em rodela. O símbolo remete, possivelmente, à forma das moedas, afinal a divindade iorubana é padroeira dos mercados e esse rito atrai boa sorte, segundo os mais velhos. O mercado, portanto, ganha mais uma atribuição para festejar sua patrona: local capaz de sacralizar a comida tanto no preparo como na distribuição. (RAMOS, 2017, p. 214)

No caso dos Ibejis, há um mito que explica como os gêmeos enganaram Exu e ganharam o direito de comer amalá sem pimenta. No livro *Cozinhando História: receitas, histórias e mitos de pratos afro-brasileiros* (2015), as autoras descrevem que, diariamente, Xangô ficava irado porque Exu sentia o cheiro do amalá, entrava em seu palácio, arrebatava a gamela de comida das mãos da moça que servia o rei de Oió e comia tudo sozinho. Certo dia seus filhos gêmeos foram visitá-lo, souberam do ocorrido e disseram ao pai que poderia ajudá-lo. Orientaram que o rei fizesse um tambor Batá pequeno e organizasse uma festa, convidando todos os orixás. Quando o amalá ia ser servido aos convidados, Exu entrou rapidamente para roubá-lo, mas um dos gêmeos o conteve, propondo um trato: “Vou tocar aquele Batá e você vai dançar. Se você não aguentar, nunca mais vai entrar aqui e comer toda a comida do meu pai” (FREGONEZE; COSTA; SOUZA, 2015, p. 26).

Como Exu não sabia que havia dois meninos gêmeos, aceitou o desafio certo de que iria ganhar do erê. Só que, quando um menino cansava de tocar o tambor, seu irmão rapidamente trocava de lugar com ele e assim revezaram várias vezes até Exu cair exausto no meio do salão. Concordando que não iria mais roubar o amalá de Xangô, Exu apenas pediu para deixar um pratinho para ele, na porta do palácio, sempre que o rei de Oió fizesse uma festa.

Em memória deste evento, todos os anos os Ibejis são homenageados com o caruru, que é muito parecido com o amalá mas não leva carne nem pimenta. Todos os orixás participam desta festa e a comida de cada um também é servida. Acompanhando o caruru, tem o feijão preto e a pipoca de Omolú, a banana-da-terra frita de Oxumaré, o acarajé de Iansã, o abará e mulukun de Oxum e o inhame cozido de Oxalá. Também faz parte da tradição que, antes de todos comerem, sete meninos recebam o caruru completo em memória dos Ibejis, Taiwo, Kehinde, Idhouí, Alabá, Talabí, Adoká e Adosú. (FREGONEZE; COSTA; SOUZA, 2015, p. 27)

Nesse sentido, o caruru é motivo de festa e está para além do ensopado de quiabos. Ao reunir essa família mitológica num banquete real, o caruru fortalece os vínculos de coesão, unidade e celebração. No caso das homenagens aos santos gêmeos, o hábito de servir caruru para reverenciá-los é uma tradição antiga na Bahia e que não ficou restrita às famílias afrodescendentes. Conforme registrou Nina Rodrigues (1945 [1932]), no final do século XIX,

IBEJI, os Gêmeos, sob a invocação de São Cosme e São Damião, é dentre as divindades africanas uma das de culto mais popular e disseminado nesta cidade. Sei de famílias brancas, da boa sociedade baiana, que festejam Ibeji, oferecendo às duas pequenas imagens de São Cosme e São Damião sacrifícios alimentares. Numa capela católica muito rica, de um dos primeiros palacetes desta cidade, encontrei eu, uma noite, no exercício da profissão médica, em bandeja de prata e em pequena mesa de charrão, as imagens dos santos gêmeos, tendo ao lado água em pequenas quartinhas douradas e esquisitos manjares africanos. (RODRIGUES, 1945 [1932], p. 363)

Ao passo que Santa Bárbara é celebrada no dia 04 de dezembro, com uma comida que começou sendo servida nos mercados (espaço público), São Cosme e São Damião são festejados no dia 27 de setembro, numa tradição familiar de servir caruru em casa (espaço privado). Como escreveu Édison Carneiro (1987, p. 68-69), “Cosme e Damião - os Ibêje nagôs - são objeto de grande culto essencialmente doméstico, familiar, na Bahia”.<sup>50</sup>

Além de serem associados aos Ibejis, na Bahia, os médicos gêmeos são identificados com outra dupla de santos irmãos: Crispim e Crispiniano. Não à toa, os mártires sapateiros integram o grupo dos sete meninos que têm a prerrogativa de comer o caruru em primeiro lugar, relembrando os sete irmãos informados pela senhora Aurora Martins a Odorico Tavares (1951, p. 74-75): “Cosme, Damião, Douú, Alabá, Crispim, Crispiniano e Talabi, todos mabaças, e é por isso que se torna necessário dar o caruru em honra de sete meninos, especialmente convidados, aplacando assim possíveis cóleras dos santos”.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Para mais informações sobre o culto aos santos gêmeos na Bahia e na África, consultar LIMA, Vivaldo da Costa (2005).

<sup>51</sup> Segundo um mito registrado por Monique Augras (1994, p. 79), os Ibejis seriam da prole de Oxóssi e Oiá, que tiveram dezesseis filhos juntos. “O primeiro a nascer chama-se Togun. É ele quem abre os caminhos para outros nascimentos. Nascem em seguida os gêmeos e, na sequência, Douú ou Idowu (é o nome que se dá ao menino que vem logo após os gêmeos), Alabá (nome da menina que nasce após os gêmeos) e Idobé (nome do menino que vem em segunda posição depois dos gêmeos)”.

Enquanto no caruru de setembro, sete crianças têm a prerrogativa de comerem primeiro, muitas vezes na mesma bacia, no caruru de dezembro não há esse preceito. Contudo, fui em alguns carurus de Santa Bárbara onde observei uma adequação do que é praticado nos carurus de São Cosme e São Damião: antes de servir todos os presentes, a anfitriã convidou nove mulheres para comerem o caruru. Somente depois que elas foram servidas, os demais convidados receberam seus pratos. O motivo da quantidade e gênero das pessoas escolhidas (nove mulheres) para comerem primeiro tem relação direta com a santa/orixá homenageada, como explicado no primeiro capítulo.

Em geral, o caruru dos santos Cosme e Damião é oferecido para pagar promessa por alguma graça alcançada (por intercessão dos santos) e também por pessoas que nasceram gêmeas ou ainda por famílias que tiveram filhos gêmeos. De acordo com Carneiro (1987), além de servir o caruru, as famílias devotas mandavam celebrar uma missa especial para “os meninos”.

No dia da festa, a família, amigos e aderentes assistem uma missa para os *meninos*, contratada de antemão, numa igreja qualquer. Uma criança – em geral do sexo feminino – leva a imagem particular da família e a deposita no altar, para receber a bênção do padre. Esta missa deve ser mandada celebrar todos os anos, a fim de não *atrasar* o devoto.

Em casa, desde a véspera, os fogões disponíveis estão ocupados no cozimento dos petiscos que constituem o *caruru dos meninos* – caruru, feijão fradinho, abará, acarajé, galinha de xinxim, acaçá, banana da terra em azeite de dendê, milho branco, inhame, farofa de azeite de dendê com camarão, pipocas. De faca em punho, as mulheres cortam roletes de cana, pedaços de coco. Outras fazem *aluá*, uma garapa de cascas de abacaxi em infusão ou de gengibre com rapadura. De tudo isso, porém, só é indispensável o caruru. De todas essas comidas se deve pôr um pouco aos pés dos santos, antes de que alguém se tenha servido delas, e mais, os pés e a cabeça da galinha. (CARNEIRO, 1987, p. 69-70)

Enquanto Carneiro (1987) descreveu os preceitos para a festa de São Cosme e São Damião, Hildegardes Vianna (1955) registrou como o caruru era preparado na Bahia em meados do século XX. A folclorista apresentou de forma detalhada o modo de preparo do prato, que era feito da seguinte forma:

Quiabo cortado miudo e cozido em caldo de peixe sêco e temperado com sal, um dente de alho, cebola ralada, camarão sêco batido no pano, pimenta ralada,

quiôio, castanha assada e moída, catassol<sup>52</sup> torrado e azeite de dendê. Alguns colocam pevide de abóbora torrada e moída como tempero, substituindo o egossi. Não se cozinha carurú em panela de alumínio nem panela de esmalte quebrado, pois fica escuro com os caroços arroxeados.

Os quiabos devem ser cortados em cruz no sentido longitudinal e depois então em rodelinhas bem finas. O quiabo deve-se ser bem enxuto antes de ser cortado, para não babar. Se depois de fervido persistir de babar, corta-se a baba com pingos de limão. As cozinheiras antigas cortavam a baba com colher de pau numa técnica toda especial.

O carurú está bom de tirar do fogo quando o caroço do quiabo fica côr de rosa. Joga-se uma poeira de farinha de mandioca ou flor de milho por cima e mexe-se bem para engrossar. Despeja-se numa tijela ou deixa-se na própria panela de barro, pondo-se mais azeite por cima. Come-se com arroz, acaçá, angú, bola de inhame, farinha sêca, etc.

O carurú pode ser feito de quiabo, jiló, folhas, etc.

O caldo além do peixe sêco, de preferencia garoupa, pode ser de siri, carne do sertão, etc. (VIANNA, 1955, p. 58-59)

Tudo indica que o modo de fazer caruru no dia a dia, informado por Vianna (1955), também era seguido nos terreiros, desde que observado o preceito no corte dos quiabos. Segundo Lima (2005, p. 48), “Nos candomblés que fazem obrigações para Ibêji, e falo dos terreiros mais associados à tradição nagô, Ibêji come de tudo, mas, como as pessoas e os outros santos, ele tem suas comidas preferidas”. Além de tratar do caruru, ele explicou as mudanças de gosto percebidas na dieta dos santos gêmeos.

Este, o caruru ortodoxo, que, com algumas variáveis próprias de cada casa, encontramos nos terreiros de santo da Bahia. Como disse, o caruru servido no dia de hoje - ou durante o mês de setembro e mesmo em outubro - como que se abrandava um pouco nos temperos e na feitura. E a crescente associação dos santos gêmeos com a figura dos erês, portanto, a crescente infantilização dos Ibêjis nos terreiros de santo levam, também, à mudança na dieta ou nas preferências dietéticas de Cosme e Damião - distribuição de balas industrializadas, predominância de doces, mesmo refrigerantes - tudo isto vem, naturalmente, aparecendo e se integrando no processo de um culto que sempre foi mais secular do que sagrado. (LIMA, 2005, p. 49)

No caso de Santa Bárbara, ainda que outras comidas tenham sido servidas aos devotos ao longo das suas celebrações anuais, foi o caruru que se consagrou como o prato ícone desta

---

<sup>52</sup> Nota da autora: “CATASSOL – Catassol e quiôio são dois elementos que as boas quituteiras não desprezam para dar gosto a um bom Carurú. O catassol (bicho de buzio) depois de torrado é batido e adicionado ao Carurú. A fôlha de quiôio bem pisada é posta a cozinhar com os quiabos de forma a não deixar traços de sua presença a não ser pelo sabor”.

feira. No jornal Correio da Bahia de 04 de dezembro de 1979, “Totonha”, uma ex-barraqueira do Mercado de Santa Bárbara disse que só fazia o caruru a seu modo.

Por exemplo, todo mundo gosta de quiabo cortadinho ou então passado no liquidificador. Eu não, corto tudo miudinho, depois bato no pano. Fico com a mão me doendo, mas bato tudinho e depois o caruru sai outra coisa. Segredo mesmo é o tempero. A cebola, bem colocada, dá outro gosto à comida. (CORREIO DA BAHIA, 04/12/1979)

Nessa mesma edição do periódico, a cozinheira responsável pelo caruru do mercado do Rio Vermelho garantiu que “O segredo para o caruru sair gostoso é colocar o leite de coco, que ninguém bota em caruru”. Mas, deixando um pouco de lado as particularidades no modo de fazer, quando falamos em caruru de promessa (ou preceito) não nos referimos somente à comida feita com quiabos e azeite de dendê, mas a um conjunto de comidas de origem africana que foram reunidas no mesmo prato.

Caruru, na verdade, é apenas maneira de falar. Atualmente, o prato servido nos carurus de promessa costuma ter caruru, vatapá, feijão fradinho, arroz, xinxim de galinha, feijão preto, farofa de dendê, banana da terra frita, abará e acarajé. Tudo regado à azeite de dendê, numa combinação que sintetiza a culinária afro-diaspórica no Brasil. Já que as chamadas “comidas de azeite” estavam presentes nas feiras, barracas e festas desde o período colonial, imagino que não foi difícil reuni-las no mesmo prato para homenagear a protetora contra os raios (Bárbara) e a senhora dos mercados (Iansã).

Em se tratando do caruru de Santa Bárbara, além da especificidade no corte dos quiabos, um componente do prato sempre chamou minha atenção: pequenos pedaços de abóbora cozida. Pouco encontrada nos carurus dos santos Cosme e Damião que participei, a presença da abóbora é bastante recorrente nos carurus de Santa Bárbara. E, conforme pontuei no capítulo anterior, a abóbora é uma das quizilas de Iansã. Na realidade, quem tem quizila com esse fruto não é o orixá, mas os seus filhos.

Segundo um mito difundido em algumas casas de candomblé, numa determinada ocasião, Iansã foi traída por um carneiro (sua outra quizila) que chamou seus inimigos para matá-la. Na fuga, Iansã se escondeu em uma plantação de abóboras, passando uma noite no local. Em sinal de gratidão por ter se livrado da morte, Iansã prometeu nunca mais comer o fruto da aboboreira. Com isso, a abóbora se tornou um tabu do orixá que seus filhos herdaram.

Sua presença em muitos carurus de Santa Bárbara, antes de ser uma divergência, indica que a abóbora é um alimento para a santa e não para o orixá.

Desse modo, festejar com comida o dia 04 de dezembro, ou melhor, festejar com caruru é fazer memória dos mitos que envolvem a deusa dos iorubás e sua família, mas também prestar reverência à mártir cristã. É fortalecer a relação estreita que Bárbara e Iansã estabeleceram através dos seus devotos, desde quando a santa branca se africanizou (entre os séculos XVII e XIX) e depois se enegreceu (a partir do século XX) na Bahia. De certa maneira, essa forma particular de celebrar Santa Bárbara transgride a ortodoxia da Igreja Católica Apostólica Romana, já que mescla elementos de outras religiões.

Assim sendo, o ato de cortar quiabos e preparar o caruru para ser servido em homenagem à santa/orixá funciona como uma reatualização do banquete que reúne a família do rei de Oió. Todos os anos, ao oferecer o caruru em honra à Santa Bárbara, mesmo sem saber, seus devotos reatualizam esse repasto real. Se quiabo representa fartura para Xangô, “aquele que come mil quiabos de uma só vez”, o caruru é a festa da abundância que, na capital baiana, tem seu ponto alto entre os meses de setembro e dezembro.

Além do caruru, o acarajé em forma de acará (sem acompanhamentos) também está presente na festa oficial da santa. Nos terreiros de candomblé, na cerimônia de Iansã, esse alimento é distribuído pelo próprio orixá aos participantes da festa, conforme assinalou o jornal A Tarde de 05 de dezembro de 1972 (p. 3): “À noite, em algumas casas de candomblé, a Santa distribuiu acarajés milagrosos em tijelas de cobre e de barro”. Alguns devotos comem, outros guardam no bolso e tem aquelas pessoas que passam o bolinho no corpo e depois o despacham, num pedido de limpeza e proteção. Os acarajés distribuídos durante a festa de Santa Bárbara, no Pelourinho, recebem o mesmo tratamento pelos fiéis.

O acarajé é um elemento tão presente no dia 04 de dezembro que, durante a missa festiva do ano de 2004, o celebrante falou do quitute em sua homilia. Ao criticar a postura dos segmentos religiosos que transformaram o acarajé em “bolinho de Jesus”<sup>53</sup>, o padre Josival Lemos Barbosa declarou: “O acarajé pertence à cultura afro, é a comida dos orixás. Não pode ser esvaziado do seu significado” (CORREIO DA BAHIA, 05/12/2004, p. 13).

Sobre a relação do acarajé com a festa de Santa Bárbara, entre tantas baianas de tabuleiro, uma delas se destacou e ficou conhecida pela distribuição gratuita dos bolinhos, todos

---

<sup>53</sup> Para mais informações sobre o surgimento do “bolinho de Jesus” e as tensões entre baianas de acarajé adeptas do candomblé e evangélicas (neopentecostais), na cidade de Salvador, consultar SANTOS, Vagner (2013).

os anos, no dia 04 de dezembro. Por mais de uma década (anos 1970 e 1980), a baiana Eulina Maria dos Santos, filha de Iansã Balé, servia gratuitamente cerca de 2 mil acarajés e abarás (sem recheios), além de caramelos, para os clientes que se aproximavam do seu ponto no bairro da Graça.

O Jornal da Bahia explicou quando Eulina começou a fazer isso e os detalhes na arrumação do seu tabuleiro de acarajé.

Há 12 anos com tabuleiro na esquina da avenida Euclides da Cunha com a rua Rio de São Pedro, Eulina, 42 anos, sete filhos e três netos, faz essa distribuição a sete anos, como pagamento de uma promessa feita a Iansã. Ela frequenta o Terreiro de Oxosse Amburana, de Mãe Linalva, em Sete de Abril, o qual rendeu durante a noite de ontem homenagens à “deusa”.

Vestida em traje típico de baiana (bata e saia rendada branca, grossos colares e torço bordado de fios prateados) Eulina a todo instante solicitava aos curiosos, fregueses, que não permanecessem em frente ao tabuleiro todo ornamentado de flores vermelhas e com as imagens de Santa Bárbara e Santo Antônio – é que a seita não permite. (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1979, p. 2)

Já o vespertino A Tarde apresentou mais informações sobre a promessa paga anualmente pela baiana de acarajé.

A “festa” de Eulina, além de ser uma homenagem entre muitas que os baianos oferecem a Santa Bárbara no seu dia, é também o pagamento de uma promessa que ela fez para que seu irmão, o motorista Antônio Santos, fosse recuperado de uma doença, depois de ter sido desenganado por cinco médicos. Completamente recuperado, Antônio é um dos primeiros a chegar no local da festa. (A TARDE, 05/12/1980, p. 3)

Na festa de 04 de dezembro, os traços culturais dos negros aparecem não só na expressão religiosa (stricto sensu), mas também nessa tradição de servir acarajé e caruru de promessa. Mesmo sendo branca e de origem europeia, desde o início, Santa Bárbara ganhou uma devoção africanizada que aproximou os africanos e seus descendentes desta festividade, num sentimento de identidade e pertencimento reinventados na Bahia. Anualmente, ao servir o caruru de Santa Bárbara, os fiéis baianos rememoram os primeiros devotos do morgado, que se organizavam para oferecer “comidas de azeite” ao povo que comparecia ao antigo mercado no bairro do Comércio.

Pela antiguidade da devoção e invisibilidade do festejo no período do morgado, há poucos registros da festa de Santa Bárbara durante os séculos XVII e XIX. A partir do século XX, com a transferência dos comerciantes para o mercado da Baixinha e a expansão dos veículos de comunicação impressa, não só a procissão passou a ser regularmente noticiada, como também a presença dos capoeiristas e a distribuição de caruru.

Anteriormente, o novo mercado da Baixa dos Sapateiros, arrendado pela Família Pompilho, tinha como padroeira Nossa Senhora da Guia que deu lugar à Santa Bárbara. Já nesse tempo os grandes mestres de capoeira se faziam presentes enfatizados e o caruru era servido mesmo no dia 4, ao som de atabaques, pandeiros, berimbaus. (Jornal da Bahia, 04/12/1968, Caderno 2, p. 1)

Além de registrar a participação dos grupos de capoeira da cidade, a notícia supracitada frisou que “o caruru era servido mesmo no dia 4”. Ou seja, a comida de Santa Bárbara era distribuída no próprio dia dedicado à santa, da mesma forma como faziam os comerciantes do Mercado do Peixe (Rio Vermelho). A mudança para servir o caruru dois dias após a data festiva só aconteceu na década de 1960, como escreveu Anísio Felix para um periódico da época (Jornal da Bahia, 04/12/1968, Caderno 2, p. 1), tendo depois reeditado o mesmo texto para seu livro de crônicas sobre a Bahia.

Somente há bem pouco tempo o caruru oferecido ao povo foi transferido para o dia seis. Era no dia 4, visando os organizadores da festa o seu prolongamento. Durante o dia cinco, todas as mulheres ficam encarregadas de cortar quiabos e da preparação dos pratos da culinária baiana, enquanto os homens se dedicam aos trabalhos mais pesados, sem que ninguém demonstre o menor sinal de cansaço, apesar de ter enfrentado mais de quarenta e oito horas de samba-de-rodá entre uma e outra “batida”. Durante os festejos os comerciantes se esquecem das suas obrigações para irmanar-se aos visitantes de todos os níveis sociais. É a confraternização. (FELIX, 1982, p. 7)

Essa iniciativa de prolongar a festa talvez representasse uma tentativa da então comissão organizadora de aproximar as comemorações do formato em que ela acontecia logo no início, anos depois da devoção ser transferida para o mercado da Baixa dos Sapateiros. Pois, de acordo com o Diário de Notícias de 03 de dezembro de 1919, a festa daquele ano iria durar seis dias (de 03 a 08 de dezembro). Sendo assim, ampliar de um para três dias de festejo seria uma forma de potencializar as comemorações, assim como já havia acontecido em décadas passadas.

Da mesma forma como acontecia no morgado da Cidade Baixa, a presença feminina das feirantes e filhas de santo desempenhava papel de destaque na organização da festa anual. Fateiras, quituteiras e vendedoras de panos, palhas e búzios, essas mulheres eram as responsáveis pela preparação das comidas oferecidas ao povo. Nas palavras do jornal A Tarde (04/12/1929, capa), “A festa que a data de hoje relembra e que tanta animação dava ao bairro commercial, tinha o seu valor local até porque, os pretos do mercado improvisaram formidáveis sambas com fartas mesas”.

A repercussão de certos carurus, muitas vezes relacionada à enorme quantidade de quiabos envolvida no seu preparo, acaba por trazer prestígio a determinadas pessoas e instituições, a exemplo do famoso caruru servido pelo Corpo de Bombeiros, no bairro da Barroquinha. “Na Bahia, contar os quiabos que serão utilizados na preparação do caruru é uma forma de se medir a importância da festa e a intensidade da fé no santo ou orixá homenageado” (COUTO, 2010, p. 130). Lendo matérias de vários periódicos sobre as comemorações para Santa Bárbara, é possível encontrar registros de carurus que foram feitos com 50, 77 e até 154 mil quiabos!

Na edição de 05 de dezembro de 1972, por exemplo, o Diário de Notícias destacou que um “caruru-monstro” encerraria os três dias de festa. A matéria terminou dizendo que “Os vários litros de batida estarão animando o caruru, que este ano promete ser o mais alegre e concorrido de todos. A Comissão Organizadora promete que não faltará comida para ninguém. É só levar prato ou vasilha e encher, porque não há prato para todo mundo”.

Já o título da matéria do Correio da Bahia de 06 de dezembro de 1979 não deixou dúvidas quanto à dimensão do caruru daquele ano: “Quarenta mil quiabos no caruru hoje, às 17h”. Sete anos depois, o mesmo periódico destacou a enorme quantidade de quiabos envolvidos no preparo do prato, bem como uma regra que deveria ser seguida. A notícia dizia que

Além dos 45 mil quiabos, foram utilizados 90 quilos de galinha, 15 de camarão, dez de bacalhau e seis de miraguaia, temperados com três latas de azeite de dendê, cada uma com 18 litros. Obedecendo o antigo preceito, todo o prepar[a]do do caruru foi realizado dentro do mercado e de lá não pode sair. (CORREIO DA BAHIA, 05/12/1986, p. 6)

Com o surgimento dos “carurus de encomenda”<sup>54</sup>, parece que esse antigo preceito foi aos poucos sendo esquecido. Lembro de já ter ido a carurus de alguns devotos que preparavam todas as comidas em casa e não permitiam que os convidados fossem embora com quentinhas, justamente para respeitar essa norma. Atualmente, além dos terreiros de candomblé, acredito que apenas os devotos mais conservadores observam essa regra.

Outro preceito adotado no preparo dos carurus de promessa diz respeito à colocação de alguns quiabos inteiros na panela do caruru, antes de finalizá-lo. Até hoje esse gesto é repetido em muitos carurus dos santos Cosme e Damião e Santa Bárbara. Enquanto na comida dos santos gêmeos são colocados sete quiabos inteiros, no caruru da virgem mártir a quantidade aumenta para nove. A explicação para esses números de quiabos encontra fundamento na relação mitológica dos respectivos orixás com os quais tais santos foram sincretizados. Como já assinalado, o número nove é sagrado para Iansã, assim como o sete remete à quantidade de irmãos que participam do banquete dos Ibejis.

Ainda segundo o preceito, o convidado que for contemplado com um quiabo inteiro em seu prato deve também oferecer um caruru para a(os) santa(os) homenageada(os). Acontece que, no passado, na maioria dos carurus de promessa, os convidados já recebiam o prato pronto. Hoje, nos carurus em que há a opção do próprio convidado se servir, muitos desviam a concha do quiabo inteiro no momento de colocar essa comida no prato. Mesmo assim, do que observei, a prática de adicionar os quiabos inteiros continua sendo seguida pela maioria dos devotos.

Chama a atenção também o processo de corte dos quiabos que sofreu influência dos avanços tecnológicos na cozinha. Atualmente, há pessoas que recorrem ao auxílio de cortadores de legumes para facilitar o trabalho. Antes, esse processo era bem mais demorado, assim como a preparação dos demais itens do caruru de promessa. Um registro dessa maneira de cozinhar em tempos idos foi feito pelo jornal *A Tarde*, no mercado do Rio Vermelho, na festa de 1981. “Também neste mercado [do Peixe] foi preparado o caruru, cozido em fogo de lenha na beira do passeio e chamando a atenção dos transeuntes pela originalidade do fato” (*A TARDE*, 05/12/1981, p. 3).

---

<sup>54</sup> Em Salvador, o “caruru de encomenda” é um serviço oferecido tanto por cozinheiras especializadas em “comidas de azeite” como por empresas de buffet. Ao contratar o serviço, o cliente recebe em casa o caruru completo (com todas as comidas que compõem o prato) já pronto para servir aos seus convidados. Se desejar, é possível contratar também uma baiana de acarajé para fritar e servir os quitutes do tabuleiro no local do evento, bem como baianas caracterizadas para fazer o receptivo.

Outra característica do passado, registrada pelos periódicos que circulavam em Salvador durante a segunda metade do século XX, diz respeito ao modo como a população fazia para comer o caruru de Santa Bárbara que era oferecido nos mercados. Como a popularização (e conseqüente barateamento) das embalagens plásticas descartáveis é algo recente, no mercado do Rio Vermelho, por exemplo, no início dos anos 1980, o caruru foi “disputado por centenas de pessoas que tentavam alcançar pratinhos, folhas de banana e mamona onde foi servida a comida” (CORREIO DA BAHIA, 05/12/1981, Cidade, p. 5).

Já os frequentadores do mercado da Baixa dos Sapateiros traziam seus recipientes de casa. Muitos eram carentes e passavam por dificuldades financeiras, conforme apontou o jornal A Tarde (07/12/1984, p. 3): “Trazendo nas mãos pratos, latas, vasos e sacos plásticos ou caixas de papelão, muita gente aproveitou a oportunidade para matar a fome e não foram raros os que levaram um pouco do caruru para os filhos deixados em casa...”

Se caruru é comida que rende, a inclusão dos demais acompanhamentos faziam (e ainda fazem) do prato um verdadeiro banquete. O tradicional caruru de Santa Bárbara já teve menos itens, assim como acompanhamentos que foram excluídos da sua composição, resultando no prato com os itens que conhecemos hoje. De acordo com o Correio da Bahia (05/12/1981, Cidade, p. 5), no Mercado Municipal do Rio Vermelho, o caruru foi servido apenas com vatapá, feijão fradinho e arroz. No dia seguinte à festa de Santa Bárbara, a comemoração continuou no mercado “com a tradicional bacalhoadá que vai ser servida ao meio-dia para o pessoal da comissão organizadora e os presentes”.

Já no caruru de 1970, no mercado da Baixa dos Sapateiros,

D. Toninha, devota e guardiã hereditária de Santa Bárbara não descansará até a hora da festa. Ela que não quis esperar nem a chegada da véspera da festa para limpar e dar as últimas ordens para preparar os andores da procissão do dia quatro, já tomou tôdas as providências para que não falte comida no dia seis, quando a festa terminará: 6.000 quiabos, 100 quilos de farinha, 50 quilos de bacalhau, 20 galinhas, e outros ingredientes estão encomendados. (A TARDE, 02/12/1970, p. 13)

Segundo o Correio da Bahia de 04 de dezembro de 1980 (Cidade, p. 5), além de 40 mil quiabos e demais ingredientes para o caruru, a comissão do mercado comprou inclusive “dez quilos de bacalhau com que se prepara a salada das baianas”. Em notícia do vespertino A Tarde, o bacalhau também apareceu entre os itens do prato, no caruru oferecido pelos barraqueiros do

Mercado de Santa Bárbara, na festa de 1984. “Apesar dos sinais de melancolia, teve força e depositou fé em Santa Bárbara para que no início da tarde estivessem prontas as seis panelas de caruru, uma bem grande de vatapá, duas bacias de farofa de dendê, salada de bacalhau, galinha ensopada e arroz” (A TARDE, 07/12/1984, p. 3).

Suponho que o aumento no preço do bacalhau e a redução no custo do frango, devido ao crescimento da indústria aviária, influenciaram na substituição dos pratos à base de bacalhau pelo xinxim de galinha<sup>55</sup> nos carurus de Santa Bárbara. Dos vários carurus de promessa que eu participei nos últimos anos, somente em um deles eu recebi um prato que continha frigideira de bacalhau, além do xinxim de galinha. Acredito que tal fato seja uma reminiscência desse período em que o caruru de Santa Bárbara era servido com bacalhau, pois a anfitriã me explicou que o referido caruru já está na terceira geração da família, sendo uma tradição herdada dos seus avós.

Quer tenha mais ou menos acompanhamentos, certo é que o único item indispensável na composição do prato é o caruru. Tanto assim que é o ensopado de quiabos que representa toda a variedade de comidas que o integram, sintetizando a refeição que é habitualmente chamada pela abreviatura “caruru” (de Santa Bárbara ou de São Cosme). É por isso também que a quantidade de quiabos utilizada na sua preparação é sempre motivo de destaque.

Mas nem sempre foi assim. De acordo com Felix (1982, p. 7), “No primeiro ano [1912] a festa foi bem concorrida, não existindo – ao contrário do que se diz – número determinado de quiabos para o caruru que é oferecido ao povo”. Com o passar do tempo, além de evidenciar a quantidade de quiabos, os periódicos ajudaram a consolidar a importância do caruru para a festa de 04 de dezembro. Tanto assim que, para grande parte dos devotos baianos, as homenagens à Santa Bárbara/Iansã não estariam completas sem o oferecimento desta comida que se tornou uma marca indissociável da festa.

Esta tradição ganhou tanta força que, em Salvador, ninguém consegue imaginar a festa de Santa Bárbara sem a distribuição do seu caruru. Mesmo que alguns considerem o oferecimento do caruru como um momento profano da festa, já que acontece geralmente após a missa e procissão da santa, para muitos fiéis, o caruru é um prolongamento dos atos sagrados da celebração que começa na Igreja do Rosário dos Pretos/ Largo do Pelourinho, mas que segue

---

<sup>55</sup> O xinxim é uma das comidas listadas por Manuel Querino (2006 [1928], p. 28) como um “dos alimentos puramente africanos”. Na sua preparação, além de galinha, leva sal, alho, cebola, camarão seco e azeite de dendê.

pelas ruas, alcança os mercados da Baixa dos Sapateiros e chega até as casas de vários devotos espalhados por Salvador e municípios do interior da Bahia.

Com isso, a comensalidade solidificou-se enquanto um dos aspectos estruturantes desta devoção e marca indelével da festa de 04 de dezembro. Podemos dizer que o caruru de Santa Bárbara é o “cimento social”<sup>56</sup> que congrega os devotos numa mesma energia. E, quando tratamos das particularidades da festa de Santa Bárbara, é interessante observar o fortalecimento do ritual religioso a partir da prática alimentar. O caruru em honra à santa se tornou um componente fundamental na dinâmica da festa e está na memória dos devotos, na “consciência coletiva” propiciada pela festa.

Importante salientar que é uma comida que difere dos carurus do cotidiano, até porque nenhum soteropolitano come caruru (e os demais alimentos que compõem o prato) diariamente. Nem os restaurantes que costumam vender “comida baiana” às sextas-feiras dispõem de todos os itens que fazem parte dos carurus de promessa. Além de todas as comidas de azeite já citadas, os carurus dedicados aos santos/orixás levam também pedaços de cana, rapadura e inhame, rodelas de ovo cozido, lascas de coco seco e pipoca. É por isso mesmo que comer um caruru de Santa Bárbara ou São Cosme e São Damião é bem diferente de comer o caruru do dia a dia, já que esse prato se apresenta como uma comida especial, servida apenas em momentos específicos do ano. Logo, o caruru de promessa é mais que comida, é uma celebração.

Nesse sentido, ainda que o caruru (ou melhor, “a comida baiana”) esteja entre os pratos consumidos com certa frequência pelos soteropolitanos, o caruru de promessa difere dele já que se sacraliza e rompe com a lógica do cotidiano em que comer serve principalmente para alimentar o corpo. Ao “teatralizar” esse símbolo da vida, comer passa a ser um ritual que ressalta a importância da alimentação nas experiências religiosas que valorizam a comida como instrumento eficaz na comunicação entre homens e deuses.

Se pensarmos no início da devoção à Santa Bárbara em Salvador, de acordo com o relatado pelos periódicos do século passado, outras comidas à base de azeite de dendê também eram servidas na festa da padroeira do morgado. A edição de 04 de dezembro de 1926, do jornal Diário de Notícias, descreveu como acontecia a festa no antigo mercado: “Antigamente, a festa era animada. O Mercado de Santa Barbara (desaparecido sob a picareta da remodelação do

---

<sup>56</sup> Conceito apresentado pelo sociólogo Michel Maffesoli (2000) para tratar a comunicação como instrumento de integração. Aqui, utilizo o termo para sintetizar a sociabilidade propiciada a partir da prática alimentar do caruru de promessa.

bairro commercial em 1913) enchia-se de fieis. Fazia-se batuque, a banquinha corria folgada; o caruru e o efó sumiam na guela dos commensaes”.

Lendo esta notícia, pode-se constatar que o caruru foi conservado ao longo do tempo, em detrimento de outras comidas que quase desapareceram das mesas soteropolitanas, a exemplo do efó. Faz parte da lógica própria da festa (e da vida) que alguns elementos sejam selecionados para representá-la e outros sejam paulatinamente esquecidos. “Nenhuma cultura existe sem tal destruição e nenhuma destruição se define sem os referenciais de uma cultura. A festa nos lembra o que se deve demolir para continuar existindo” (DUVIGNAUD, 1983, p. 233).

Para dar continuidade à tradição de servir caruru de promessa, antes de chegar o momento de servir a comida, o devoto precisa cumprir uma série de obrigações que passa pela escolha e compra dos produtos (geralmente nas feiras livres) e preparação cuidadosa de cada comida que compõe o prato. Em geral, tal tarefa é desempenhada por um grupo de pessoas e o corte dos quiabos é a atividade que mais demanda tempo. São nesses encontros que a sociabilidade também aparece já que nas reuniões da cozinha as pessoas conversam sobre vários assuntos e aproveitam inclusive para rezar. Durante o corte dos quiabos, é momento oportuno para “conversar com o santo”, fazer novos pedidos e agradecer pelas graças já alcançadas. Cortar quiabos torna-se um exercício de paciência e fé.

Além disso, de acordo com o Jornal da Bahia (03/12/1986, p. 3), “Diz a lenda das baianas que as moças solteiras que cortam quiabo para o carurú de Santa Bárbara, arranjam sempre um bom casamento”. Em depoimento para esse mesmo periódico, uma devota confidenciou que Santa Bárbara não só arranjou “o amor de sua vida” como também iria trazê-lo de volta.

Como todas as outras devotas de Santa Bárbara, Rita Bárbara se vestiu de vermelho em homenagem a sua padroeira. Moradora do bairro de Santo Antônio, há 28 anos, ela não perde uma festa, principalmente depois que conheceu “o amor de sua vida”, acompanhando uma procissão de Santa Bárbara.

Casada há 17 anos, ela pede a Santa Bárbara que a proteja, mas que, acima de tudo traga seu marido de volta, já que estão separados há seis meses. “Assim como me deu ele há 17 anos, vai trazê-lo de volta, com fé em Deus”, afirmou Rita Bárbara. (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1986, p. 9)

Intercessora nas questões sentimentais, Santa Bárbara também é invocada pelos seus fiéis (a maioria mulheres) para alcançar graças relacionadas à saúde, trabalho, etc., a exemplo de uma jovem estudante que desejava passar no vestibular, conforme relatou o jornal A Tarde:

Muito tímida, num canto da igreja próximo ao altar, Ana Rosa Castro, não fugindo a regra, estava de vermelho. Ela contou ter prometido assim se vestir e seguir a procissão caso passasse no vestibular para o curso de Administração de Empresas da Universidade Católica. Além disso, ela ofereceu ontem em sua casa, um caruru aos amigos, tanto para comemorar a aprovação como para pagar promessa. (A TARDE, 05/12/1982, p. 3)

Geralmente, os devotos de Santa Bárbara agradecem as dádivas recebidas com o oferecimento de um caruru. E caruru de promessa, caruru “de obrigação” não pode ser vendido, deve ser distribuído de forma gratuita para todos os convidados e demais pessoas que aparecerem no local, pelo menos enquanto tiver comida. Caso não seja um “caruru de encomenda”, os familiares e amigos mais próximos auxiliam o pagador da promessa tanto na preparação das comidas quanto na hora de servir o caruru.

Deste modo, a sociabilidade vivida na festa de Santa Bárbara começa bem antes, no momento de preparação das comidas, e se estende até o fim da celebração. Por ser de promessa, cada caruru carrega também desejos de saúde, prosperidade e bem-estar para quem o consumir. Ao reunir os devotos da santa, as comidas à base de azeite de dendê celebram a fé que vai além das orações e se materializa numa comida dos deuses que alimenta os homens.

Hoje, a festa centenária que abre o ciclo de festejos populares da Bahia tem no caruru de promessa um dos seus pilares. É impossível desassociar a festa de Santa Bárbara do caruru que é oferecido não apenas no Corpo de Bombeiros da Barroquinha, no Mercado da Baixa dos Sapateiros e na Igreja do Rosário dos Pretos, mas em vários terreiros de candomblé e casas de devotos (especialmente mulheres) que oferecem caruru para pagar promessa à santa, saudar seu orixá de cabeça ou, simplesmente, celebrar com comida a figura da mulher forte e destemida que para alguns é Bárbara, para outros é Oiá-Iansã e para muitos é uma só divindade.

Assim como a articulação entre Iansã e Santa Bárbara remete aos tempos do morgado da Cidade Baixa, o caruru também era uma das comidas servidas pelos vendedores do mercado desde essa época. Para os primeiros devotos da santa/orixá, celebrar com comidas à base de azeite de dendê não só os aproximava da sua cultura como ressignificava uma devoção branca

e de origem europeia. Como sabemos, a comida é um dos aspectos responsáveis pelo nosso sentimento de identidade e pertencimento a uma comunidade.

A cada ano, ao reverenciar a santa com a distribuição de pratos afro-brasileiros, esses fiéis acabaram por criar uma tradição hoje consolidada. Se no final da década de 1980 o caruru já havia se consagrado como algo intrínseco à festa, a situação deplorável do mercado da Baixa dos Sapateiros resultou no seu fechamento. A partir de 1987, algumas mudanças trouxeram transformações significativas na festa de Santa Bárbara, como abordarei no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3: A ascensão da festa**

O culto de origem portuguesa, que ganhou uma devoção africanizada ao chegar na capital baiana, conquistou ainda mais força depois que passou a ser de responsabilidade da Irmandade dos Homens Pretos (Pelourinho), no final dos anos 1980. O período de 10 anos em que o mercado da Baixa dos Sapateiros ficou fechado para reforma foi tempo suficiente para consolidar a transferência da festa para esse novo local, ainda que a devoção à Santa Bárbara permaneça entre os comerciantes do mercado que leva seu nome.

Com a mudança da imagem, a procissão de 04 de dezembro consagrou também o trajeto que é repetido todos os anos até hoje. Entretanto, apenas santos do sexo masculino acompanham a virgem mártir nas ruas do Centro Histórico. A festa que estava ameaçada de se extinguir ao longo da década de 1980 ganhou mais proeminência e novos contornos desde então. Os elementos afro-católicos já presentes na festa centenária encontraram terreno fértil na Igreja do Rosário dos Pretos, favorecendo o reavivamento da devoção à Santa Bárbara.

Para compreender melhor as circunstâncias que contribuíram para a ascensão da festa e os demais aspectos citados acima, considero necessário apresentar um breve histórico da irmandade negra mais poderosa da Bahia desde o período colonial. Será que a festa de Santa Bárbara seria o que é hoje se sua imagem não tivesse sido doada à Irmandade dos Homens Pretos?

#### **3.1 Transferência da imagem para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos**

Em dezembro de 1986, a prefeitura de Salvador estava “estudando a possibilidade de desapropriar o mercado [de Santa Bárbara], tornando-o uma área municipal” (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1986, p. 9). Segundo os periódicos da época, os proprietários do mercado não demonstravam interesse em revitalizar o local. Em entrevista para o jornal Correio da Bahia de 19 de novembro de 1987, um membro da família proprietária do mercado confessou: “Não temos interesse em promover qualquer tipo de reformas, porque economicamente não seria rentável”.

Em 04 de dezembro de 1987 a imagem que se encontrava no mercado da Baixa dos Sapateiros foi doada à Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do

Carmo (Irmandade dos Homens Pretos). Durante a missa festiva para Santa Bárbara naquele ano, o termo de doação foi assinado pelo filho do dono do mercado, o senhor Geraldo Correia da Cunha. Conforme evidenciado no capítulo anterior, isso aconteceu no período em que o Mercado de Santa Bárbara estava bastante deteriorado, necessitando de uma reforma. Tanto assim que, de acordo com os jornais baianos, se não fosse a intervenção da Empresa de Turismo Salvador (Emtursa) não haveria o tradicional caruru nem flores para decorar a Igreja do Rosário dos Pretos.

Mas antes de apresentar mais detalhes sobre a doação da imagem, considero importante contextualizar o papel das irmandades negras no processo afro-diaspórico e a história da referida irmandade que conseguiu certa autonomia e resistiu às dificuldades encontradas na Bahia colonial, deixando de ser uma confraria de altar lateral e construindo sua própria igreja no início do século XVIII.

Como pontuado no primeiro capítulo, durante o período da escravidão, o catolicismo foi um dos aspectos dominantes impostos aos negros escravizados no processo de formação da sociedade brasileira. Contudo, a religião cristã que aqui prevaleceu sofreu influência tanto das crenças indígenas quanto das religiões africanas. A “conversão” dos africanos em cristãos foi um processo lento, mas, aos poucos, os escravizados foram incorporando os padrões do colonizador e as organizações fraternais dos “homens de cor” auxiliaram bastante nesse processo de adaptação.

Na cidade os contatos entre negros e brancos eram maiores e mais íntimos, nas ruas, nas procissões, na casa de morada, etc., e, em tais circunstâncias, gradualmente perdiam seus costumes e tradições africanas e assumiam cada vez mais as ideias, atitudes e pontos de vista europeus. (BACELAR; SOUZA, 1974, p. 10)

Apesar de discordar desse ponto de vista sobre a “perda de costumes e tradições africanas”, concordo que as adaptações resultantes dessas influências foram especialmente percebidas nas irmandades<sup>57</sup> de leigos criadas no Brasil colonial, seguindo o modelo herdado da Europa. Segundo Renato da Silveira (2006, p.135-136), a primeira confraria portuguesa foi fundada em 1229 e, quando do “descobrimento” do Brasil, “já existia em Portugal uma tradição

---

<sup>57</sup> Ao longo do texto, utilizarei irmandade e confraria como termos sinônimos, ainda que alguns pesquisadores adotem “confraria” para associações mais pobres (criadas por um grupo de escravizados, por exemplo) e “irmandade” para associações maiores (como as fundadas pela elite branca). Historicamente, esta não é uma forma de divisão e, na Idade Média, eram chamadas de confrarias os grupos profissionais que se reuniam em função do culto ao santo padroeiro daquele ofício. Já no Brasil, a admissão em uma associação religiosa sempre esteve muito relacionada à cor da pele e o ideal é levar em consideração a forma como o grupo se auto intitula.

de mais de um século em que irmandades religiosas da plebe livre também eram suas legítimas representantes políticas”.

Para Julita Scarano (1975, p. 24), as irmandades brasileiras estavam vinculadas à tradição medieval das confrarias e se preocupavam muito mais com as categorias raciais e sociais, não se relacionando com qualquer finalidade profissional. Nesse sentido, as irmandades serviam para distinguir as populações de acordo com a cor da pele, origem étnica, sexo, etc.

Para além da manutenção e/ou adaptação de práticas religiosas e culturais, as confrarias negras reproduziam a hierarquia social, auxiliavam na compra das cartas de alforria, nos custos dos funerais, entre outras ações assistencialistas. Ou seja, “o homem de cor transformou gradualmente esse catolicismo do qual se queria fazer um meio de controle e integração numa sociedade que o maltratava, num instrumento de solidariedade étnica” (BACELAR; SOUZA, 1974, p. 08).

Através das anuidades e “joias” doadas à associação, além de manter a confraria e custear os gastos para celebração do seu santo patrono, as irmandades inauguraram as caixas de empréstimo para seus membros, chamadas de juntas.

Ainda não existiam as caixas econômicas, pois que a primeira fundada na Bahia data de 1834, não se cogitava ainda das caixas de emancipação e das sociedades abolicionistas, antes mesmo de se tornar tão larga como depois se tornou a generosidade dos senhorios, concedendo cartas de alforria ao festejarem datas íntimas, e já havia as caixas de empréstimo, destinadas pelos africanos à conquista de sua liberdade e de seus descendentes, caixas a que se denominavam - "Juntas". (QUERINO, 1918, p. 154)

Os negros (africanos e crioulos) começaram a ter suas irmandades a partir da segunda metade do século XVII. Na verdade, essas organizações civis dentro da Igreja permitiram conservar as particularidades das diversas nações africanas que chegaram no Brasil. As irmandades negras serviam de estratégia de organização política, só permitindo a entrada de outras pessoas depois de muito tempo.

Duplamente exclusivistas, pois se formavam apenas de homens, e todos da mesma nação, as Irmandades do Rosário relutaram muito antes de condescender em abrir as portas a negros de outras terras da África, a negros e mulatos brasileiros e, finalmente, por motivos de prestígio ou de riqueza, a homens brancos... passando, porém, da intransigência à tolerância, as Irmandades do Rosário mudavam de caráter - já não eram instrumentos de catequese - e caíam na rotina. (CARNEIRO, 1964, p. 89)

A criação de irmandades negras possibilitou que os africanos e crioulos pudessem participar de forma dinâmica da vida da Colônia, principalmente através das festas religiosas de rua, como procissões. Nesses dias, o trabalho era suspenso e as pessoas celebravam com grande pompa os festejos. “Assim, apresenta-se uma sucessão contínua de oportunidades para que as pessoas reúnam a devoção ao prazer, o que é ansiosamente aproveitado, particularmente pelas damas” (LINDLEY, 1969, p. 179). Nas palavras de Gilberto Freyre, “foi este cristianismo doméstico, lírico e festivo, de santos compadres, de santas comadres dos homens, de Nossas Senhoras madrinhas dos meninos, que criou nos negros as primeiras ligações espirituais, morais e estéticas com a família e com a cultura brasileira” (FREYRE, 2006, p. 438).

Historicamente, a relação entre religião, música e lazer para as camadas populares esteve associada ao desenvolvimento da Igreja Católica no Brasil, pois “foi a Igreja que forneceu ao povo durante pelo menos duzentos anos a maior oportunidade de lazer, através do grande número de dias santos respeitados com a suspensão do trabalho” (TINHORÃO, 1972, p. 34). E as irmandades desempenhavam papel fundamental na organização desse calendário anual de festividades. Segundo Silveira (2006),

No século XIX a cidade da Bahia chegou a ter uma centena de confrarias e irmandades de leigos que sustentavam uma intensa programação anual e uma dinâmica economia religiosa. (...) A irmandade era uma produtora de eventos piedosos e enquanto tal promovia as artes visuais, a música, as artes performáticas. Mesmo a confraria mais humilde conseguia arrecadar alguma poupança para investir neste mercado simbólico. (SILVEIRA, 2006, p. 145)

Ao compreender que a “conversão” à religião do colonizador funcionava como uma possibilidade de participação na estrutura social vigente, os africanos começaram a se batizar, recebendo nomes portugueses e buscando alguma proteção no contexto da escravidão. Até mesmo porque, como bem assinala Bacelar e Souza (1974),

a igreja que defendera com tanto vigor a causa dos indígenas contra os colonos, aceitou a escravidão dos negros. No entanto, não abandonou o escravo a sua ‘triste sina’, já que ao senhor branco interessava apenas o quanto podia lucrar com a mão-de-obra servil, a igreja vai substituí-lo no interesse pelos deveres religiosos dos negros africanos. (BACELAR, SOUZA, 1974, p. 06).

A integração do africano à sociedade passava pela sua inserção no sistema religioso vigente que, buscando o seu fortalecimento, permitia que os negros convertidos tivessem representatividade na Igreja. Como dito, foi nesse contexto, que a partir do século XVII foram formadas as primeiras irmandades de negros católicos do Brasil. Inspiradas na organização medieval das corporações e misteres, as irmandades negras permitiram também uma afirmação étnica-identitária, já que “essa oportunidade de organização oferecida pela Igreja chegou a ser usada muito politicamente como uma forma de conservação das particularidades tribais das várias *nações* africanas trazidas ao Brasil de cambulhada” (TINHORÃO, 1972, p. 39).

De acordo com Célia Borges (2005),

No caso da Bahia, Bastide demonstrou que as tradições religiosas africanas, ao cavar um nicho na estrutura da religião dominante, sobreviveram através dos rituais, imagens e símbolos católicos. Nisso, as confrarias desempenharam um papel *sui generis*: porque facilitaram a preservação das religiões africanas. Depois de frequentarem as irmandades, os negros iam para os terreiros onde celebravam os cultos aos orixás, realizando dessa forma o trânsito entre dois mundos. (BORGES, 2005, p. 135).

Houve caso, inclusive, em que a irmandade negra serviu para acobertar a fundação de um candomblé. Foi o que aconteceu com a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios que, após a saída da Igreja do Rosário dos Pretos às Portas do Carmo, fundou o terreiro que hoje conhecemos como Ilê Axé Iyá Nassô Oká (Casa Branca).

O culto de Nossa Senhora do Rosário, como vimos, depois da Batalha de Lepanto, tornou-se oficial e extremamente popular, pois tinha a vantagem de organizar rezas coletivas públicas que facilitavam a evangelização. Com este objetivo, foi simultaneamente introduzido na África e no Brasil, tornando-se a Senhora do Rosário a protetora dos escravos, exaltada por Antônio Vieira, sendo sua primeira igreja baiana o abrigo inicial da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios dos Crioulos Naturais da cidade da Bahia, de onde saíram os fundadores do Candomblé da Barroquinha. (SILVEIRA, 2006, p. 135)

Foi a partir daí que um imbricado sistema de dissimulação, simbolismos e reinterpretção de práticas africanas ganhou força para manter os valores culturais dos negros, ainda que inseridos na religião oficial. Os sistemas simbólicos foram sendo paulatinamente ressignificados e elementos parecidos de tradições diferentes puderam ser reabsorvidos dentro

de uma mesma lógica simbólica. Ao tratar dessas práticas sincréticas, Borges (2005) defende que o sincretismo é algo dinâmico e não exclusivo das religiões.

O sincretismo é visto como um processo dinâmico envolvendo uma relação intelectual e emocional dos agentes. Um fluxo de comunicação ocorre com base na criação de uma 'homologia entre os sistemas de interação'. Esse processo não está restrito à religião, explica-nos Sanchis, estende-se à cultura, a partir de uma relação desigual entre os dois termos em contato; sendo a reinterpretação a componente que vai tornar possível a relativa convivência entre dois universos diferentes. (BORGES, 2005, p. 132).

Para a criação dessas irmandades, os negros buscaram na hagiografia existente os santos que mais se identificavam pela cor ou outros símbolos próximos à sua cultura, religião ou interesse. Com exceção de Nossa Senhora do Rosário, a cor da pele dos santos negros não apenas resultava em uma associação imediata, mas também reafirmava um princípio muito comum entre os povos africanos: o culto aos ancestrais divinizados.

Além da afinidade epidérmica, a questão geográfica também não pode ser desconsiderada entre os diversos fatores que motivaram a escolha dos santos patronos. De acordo com Lucilene Reginaldo (2011, p. 139), no século XVII, "já circulava entre os conversos africanos a crença no santo-parente. Testemunhou Cadornega que, naquele tempo, corria em Angola uma 'lenda' de que São Benedito era natural daquele reino, mais precisamente da cidade de Quissama".<sup>58</sup>

Logo, o imaginário religioso construído no interior das irmandades negras deve-se sobretudo aos santos escolhidos para sua devoção. Em geral, os pregadores contavam milagres e poderes dos santos durante as homilias. As histórias da vida dos santos auxiliavam no processo de conversão dos negros ao catolicismo, criando venerações aos santos católicos, em especial os santos negros.

Talvez a identificação epidérmica e a história de vida de alguns dos santos, e seus dons miraculosos, expliquem por que os negros das Irmandades do Rosário os adotaram tão bem. A padroeira era branca e a quase totalidade dos santos de devoção negros. Talvez estes fossem mais confiáveis que os santos brancos. É sabido que, para os brancos, Santo Antônio era de grande ajuda para encontrar negro fugido. De modo que, tal como os brancos tinham os seus santos de predileção no mercado de bens simbólicos, os negros também

---

<sup>58</sup> A noção de santo-parente apresentada por Reginaldo (2011, p. 140) destaca que a cor da pele é o mais importante na determinação do laço familiar, pois "o parentesco com o santo se desvincula das complicadas relações sociais de parentesco e ganha moldes aparentemente mais simples".

reverenciavam os seus e os poderes de cada santo não se confundiam. (BORGES, 2005, p. 156)

Além de São Benedito, Santo Elesbão, São Gonçalo Garcia, Santo Onofre e Santa Efigênia<sup>59</sup>, a maior parte das irmandades negras do Brasil foi consagrada à Nossa Senhora do Rosário, uma santa branca, cuja imagem é sempre representada com uma coroa real. “A mais famosa dentre as inúmeras irmandades de pretos é a de Nossa Senhora do Rosário. Desde os séculos XV e XVI era sob essa invocação que em Portugal se congregavam os homens de cor” (SCARANO, 1975, p. 38).

Para Tinhorão (1972),

Até hoje, mais de trezentos anos passados dessa devoção, ninguém se preocupou em encontrar uma explicação para essa escolha, que à primeira vista poderia indicar uma aceitação subconsciente da superioridade da raça dominante, representada simultaneamente pelo fato de Nossa Senhora do Rosário ser branca e ostentar sobre a cabeça um signo de realeza. (TINHORÃO, 1972, p. 45)

Ainda segundo esse autor, uma das hipóteses para a grande devoção dos negros à Nossa Senhora do Rosário é a sua associação a Ifá: “os negros fixaram-se em Nossa Senhora do Rosário pela ligação estabelecida com o seu orixá Ifá, através do qual era possível consultar o destino atirando soltas ou unidas em rosário as nozes de uma palmeira chamada *okpê-lifá*” (TINHORÃO, 1972, p. 46). Mas do ponto de vista historiográfico, tal suposição não é adequada já que Ifá é uma divindade iorubana e, conforme destacado no primeiro capítulo, os nagôs ainda não tinham chegado ao Brasil no século XVII - período em que os africanos bantos iniciaram o culto à Senhora do Rosário.

De acordo com Borges (2005),

Ainda que branca [Nossa Senhora do Rosário] assumia o papel de mediadora, pois era a protetora deles; por isso, integrada ao universo católico dos negros. Em paralelo com os santos negros, ela compunha uma grande família na qual cada um detinha poderes diferenciados, solicitados em ocasiões distintas. (BORGES, 2005, p. 159)

---

<sup>59</sup> Santa Efigênia, assim como Santa Bárbara, é considerada patrona dos bombeiros, pois, segundo a tradição cristã, foi através da sua intercessão que o convento do qual era abadessa foi salvo de um incêndio.

Para Carlos Ott (1968, p. 121), “o elo de união de todos era o rosário, mas não tanto como meio de orientar as suas orações e sim como amuleto”. Seguindo este mesmo raciocínio, Borges (2005, p. 135) acredita que “carregar um rosário e recitar o terço passava por ser uma arma poderosa para aqueles que acreditavam na eficácia daquela prática”. Já para Scarano (1975, p. 39), “não nos parecem bastante claras as razões de escolha de Nossa Senhora do Rosário para protetora dos pretos. Nenhuma explicação oferecida é realmente satisfatória”.

Independente disso, enquanto os brancos constituíam irmandades chamadas de “associações de altar-mor”, sediadas em igrejas ricas e centrais, os negros e pardos ocupavam os altares laterais ou igrejas situadas em locais mais afastados dos centros urbanos (SCARANO, 1975, p. 30). Sendo assim, a construção de uma capela própria garantia aos membros da irmandade uma participação mais ativa na vida da sociedade, além de que, ter um templo próprio representava status e uma maior liberdade de atuação.

A maioria destas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, reservadas à gente de cor, funcionavam, porém, em altares laterais de matrizes ou de igrejas de conventos. Não tinham salas próprias para as suas reuniões; sempre se sentiam observados. Já estavam cansados de verem atrás de si, durante a semana toda, a fisionomia de um feitor; queriam ver-se livres dos olhos vigilantes de um fiscal, ao menos no domingo. Por isso, o sonho de cada irmandade desta gente de cor era conseguir capela própria para não serem fiscalizados em suas reuniões e poderem conversar à vontade. (OTT, 1968, p. 120)

A cidade da Bahia, durante o período colonial, possuía várias irmandades negras: a do Senhor Bom Jesus dos Martírios da Igreja da Barroquinha, a do Rosário dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora da Penha de França de Itapagipe, a de São Benedito no Convento de São Francisco, a do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo (atual Pelourinho), entre outras<sup>60</sup>. Uma das mais antigas e prestigiosas, a confraria negra das Portas do Carmo ficou popularmente conhecida como a Irmandade do Rosário dos Pretos de Salvador, sendo uma das poucas associações negras que não foi extinta e que continua atuante até hoje.

A Irmandade dos Homens Pretos de Salvador foi criada no século XVII por africanos bantos. Assim como a maioria das confrarias negras brasileiras, a associação foi consagrada à Senhora do Rosário e os membros deveriam observar fielmente as regras previstas no seu

---

<sup>60</sup> Para mais informações sobre as irmandades negras na Bahia Setecentista, consultar REGINALDO, Lucilene (2011).

estatuto. A irmandade coletava contribuições dos seus associados e cuidava do patrimônio adquirido ao longo do tempo. “Os irmãos pretos das Portas do Carmo tinham prestígio, patrimônio, eram considerados a elite negra da cidade da Bahia, donde sua ambição de representar politicamente toda a população afro-baiana” (SILVEIRA, 2006, p. 151).

Ainda que a data de fundação da irmandade seja imprecisa, de acordo com o blog da Rosário dos Pretos<sup>61</sup>, a confraria foi fundada em 1685 e elevada à categoria de Ordem Terceira apenas em 02 de julho de 1899. Contudo, Luiz Monteiro da Costa (1958) informa que em 1604 a Nossa Senhora que dá título à irmandade já era venerada pelos negros.

Sobre essa imprecisão de datas, Julita Scarano ressaltou que

As datas dos compromissos não correspondem às da criação das respectivas irmandades. Indicam apenas o momento em que se oficializaram, ou melhor, em que efetivamente se organizaram. Muitas vezes, grupos de devotos reuniam-se para fazer uma associação e passavam-se anos até que tivesse ela seus estatutos escritos. (SCARANO, 1975, p. 48)

Certo é que, segundo o Compromisso de 1820<sup>62</sup> da irmandade, no final do século XVII, ela “foi erecta, e confirmada na Santa Sé Catedral desta Bahia por antigo compromisso de 1685”. O estatuto, mais conhecido como “compromisso”, era o documento oficial de reconhecimento da irmandade junto à Igreja Católica e ao Estado.

Paralelo a isso, com o desenvolvimento dos centros urbanos, surgiram outras ocupações para os negros que trabalhavam na condição de escravizado, alforriado ou semi-livre. Deste modo, a vinculação a uma irmandade não gerava necessariamente uma elevação social dos negros perante a sociedade marcada por divisões de raça e classe, mas propiciava ao menos uma ascensão horizontal entre seus pares. Nesse sentido, para os negros, a religião oficial (através das irmandades negras católicas) funcionava muito mais como uma organização, uma instituição social do que uma expressão de fé.

Já para a sociedade branca, as irmandades negras representavam uma forma de controle social dos escravizados, pois estava subordinada à Igreja Católica. Logo, um africano ou crioulo que integrava uma confraria católica demonstrava para a sociedade ter um bom comportamento. Para Bacelar e Souza (1974, p 13), “A confraria dos homens de cor funciona como um canal para a ascensão social do negro, pois a imagem de ‘bom procedimento’ dos seus membros,

<sup>61</sup> Endereço: <irmandaderosariodospretosalvador.blogspot.com>. Acesso em 22 fev. 2020.

<sup>62</sup> O Compromisso de 1820, infelizmente, não se encontra mais disponível no Arquivo da Igreja do Rosário dos Pretos. Citação extraída do livro de Jeferson Bacelar e Maria Conceição de Souza (1974).

implicava, conseqüentemente, na valorização profissional e qualificação social no sistema escravocrata”.

De acordo com Édison Carneiro (1964), as primeiras irmandades do Rosário eram compostas exclusivamente por negros provenientes de Angola. Durante o século XVII, os bantos dominavam a Bahia e a irmandade de pretos do Pelourinho também adotou essa exigência, admitindo apenas africanos de Angola e seus descendentes.

Na segunda metade do século XVIII, a rivalidade entre as ordens terceiras e confrarias de diferentes evocações, refletindo a estratificação social da cidade, se torna uma ‘luta de prestígio’. (...) O número de participantes torna-se de vital importância para a manutenção econômica e prestígio social das confrarias. Por este motivo, quando surgiu a dificuldade de preencher o quadro da Irmandade do Rosário dos Pretos, somente com negros de Angola, pois o número destes africanos diminuía sensivelmente, os membros da confraria do Pelourinho tornaram-se condescendentes em abrir as portas a africanos de outras nações. Foram forçados a passar da intransigência à tolerância, para que a Irmandade não entrasse em decadência. (BACELAR; SOUZA, 1974, p. 16)

Talvez a admissão de africanos de outras nações deveu-se ao fato, por exemplo, dos jejes serem a maioria dos escravizados que chegou ao Brasil entre a primeira metade do século XVIII até aproximadamente 1820, além da superioridade numérica dos jejes entre os africanos libertos em Salvador no início do século XIX (PARÉS, 2006, p. 74). Tanto assim que, a partir de meados dos Setecentos, mesmo tendo admitido jejes, crioulos, mulatos e até homens brancos na irmandade, os dados escassos sobre a origem étnica no livro de entrada dos irmãos da Rosário às Portas do Carmo indicam que nesse período os jejes representavam a maioria africana na irmandade.

Sem falar que, mesmo em menor número, os bantos continuaram a desembarcar na Bahia até o fim do tráfico de africanos no Brasil<sup>63</sup>. Ou seja, a entrada dos jejes na irmandade da Rosário dos Pretos pode ter sido uma estratégia dos confrades angolas para conter os nagôs, aliando-se ao então grupo numericamente majoritário para garantir a permanência dos bantos na mesa administrativa. Através das redes de solidariedade interétnicas, a negociação com os jejes parece ter sido a forma encontrada pelos angolas para lidar com as disputas e conflitos internos da irmandade.

Inclusive, ainda de acordo com Luis Nicolau Parés (2006), foram os jejes libertos que forneceram o modelo organizacional do candomblé baiano, reunindo o culto de várias divindades num mesmo local. Nesse sentido, as irmandades negras, organizadas de forma

---

<sup>63</sup> Para mais informações sobre o tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil, consultar PARÉS, Luis Nicolau (2006) e REIS, João José (2003).

semelhante ao modelo das confrarias dos brancos, buscaram conservar o legado africano utilizando a religião oficial.

A partir das relações de poder existentes, a dinâmica do sincretismo afroreligioso estabeleceu um diálogo com a religião dominante, que resultou em possibilidades diversas a depender das práticas sociais em que tais relações estavam inseridas. Conforme sinalizou Amurabi Oliveira (2013, p. 76), “o sincretismo não é um movimento de mão única, ao contrário coloca-se em meio às relações conflituosas de poder postas, numa dada sociedade”.

Para além das relações colonialistas, prova da complexidade que envolve as práticas sincréticas e a dinâmica das identidades religiosas no Brasil pode ser encontrada até hoje no interior das confrarias. Nelas, era (e ainda é) muito comum a presença do povo de santo que se vincula às irmandades negras por diversas razões. Na Rosário dos Pretos do Pelourinho, vários membros também são adeptos das religiões de matriz africana e a irmandade lida com isso de forma bastante natural<sup>64</sup>.

Se no início (século XVII) os irmãos da Rosário se reuniam na Catedral da Sé, com o passar do tempo sentiram a necessidade de ter a sua própria igreja para realizar reuniões, organizar festas e discutir assuntos com mais privacidade. Foi então que solicitaram ao Rei de Portugal a doação de um terreno para a construção do templo. O alvará foi concedido e em 1696 eles tiveram autorização para edificar uma capela no terreno próximo ao Castelo das Portas do Carmo (BACELAR; SOUZA, 1974, p. 43).

A igreja foi construída à noite, com pedras que eram retiradas de uma pedreira próxima, na região do Taboão. Ainda que modesta, os negros finalmente conseguiram realizar o sonho de ter uma igreja própria. Tendo gasto a maior parte das economias da irmandade para a compra do terreno, os membros tiveram que utilizar sua força física para construir a capela entre 1703-1704.

Construíram o templo diz-nos a tradição e velho documento da antiga Sé negros escravos que a isso se dedicavam durante a noite, depois de cumpridas suas tarefas roubando horas de repouso reunindo o material comprado por eles próprios enquanto oficiais de carpinteiro, pedreiros, escravos e forros, usavam de sua arte segundo o traço por eles mesmo feito. (FREITAS, 1966, p. 6)

---

<sup>64</sup> Entre os integrantes da Irmandade dos Homens Pretos, há aqueles que falam abertamente sobre o seu pertencimento a uma casa de axé e há membros que nunca comentaram comigo da sua vinculação às religiões afro-brasileiras, mas pude constatar através de alguns elementos, como: uso de expressões comuns entre o povo de santo, utilização de acessórios característicos (fios de contas, idés/pulseiras, pingentes, etc.), ou ainda por possuir alguma tatuagem alusiva aos orixás. Não quero dizer com isso que todos os membros da irmandade também são adeptos do candomblé, até porque conheci pessoas na Rosário dos Pretos que afirmaram seguir somente a religião católica.

A construção noturna da igreja foi descrita de forma poética por Ott (1968, p. 121): “Em noites de luar subiam e desciam fileiras de negros suados, cantando melodias cristãs, e africanas. Seus ombros estavam cansados pelas fadigas do dia a serviço de seu patrão. Mas de dia faziam trabalho forçado, de noite trabalho livre; e este não cansava”.

Com a criação de uma nova freguesia desvinculada da Sé, em 1718, os paroquianos do Passo se instalaram temporariamente na igreja do Rosário do Pelourinho, já que ainda não tinham construído outro templo na nova freguesia.

No entanto, as componentes da Irmandade do SS. do Paço tentaram apoderar-se definitivamente da igreja do Rosário, os negros então apelaram para o rei. A sentença pronunciada foi favorável aos mesários da Irmandade do Rosário dos Pretos, sendo a execução da Régia confiada ao governador da Bahia, o Conde de Sabugosa. Os paroquianos do Paço foram obrigados a construir sua própria matriz. (BACELAR; SOUZA, 1974, p. 44)

Como bem analisou Ott (1968), o pedido de justiça ao rei demonstra que a irmandade contava com o apoio de algumas pessoas de influência política que fizeram o requerimento chegar até a Corte. Além disso, os membros da confraria do Passo eram mulatos, figuras detestadas pelos brancos. Ao conceder a reintegração de posse aos irmãos da Rosário, a Coroa Portuguesa tinha consciência de que era prudente garantir algumas liberdades aos negros para evitar rebeliões, fugas, etc.

Tendo em vista que a primeira capela construída era pequena, após décadas juntando economias, “por volta de 1780 acharam um mestre-de-obras de recursos, Caetano José da Costa, que lhes fez a nova fachada, na qual estavam incluídos os dois corredores laterais, anteriormente inexistentes, e as torres” (OTT, 1968, p. 123), conforme conhecemos hoje.

Na igreja construída pela irmandade, além de Nossa Senhora do Rosário, os santos negros também passaram a ser venerados. A negociação com os santos, através de promessas e sacrifícios, foi outra prática recorrente nas tradições cristãs europeias importada para o Brasil. Esse “toma lá, dá cá”<sup>65</sup> também já estava presente no arcabouço religioso dos africanos. A prática do sacrifício aos deuses, inclusive de animais, de acordo à preferência da divindade, era recorrente entre os povos africanos.

---

<sup>65</sup> Expressão adotada por Laura de Mello e Souza (1993) para se referir aos pedidos feitos aos santos e pagos em troca da graça alcançada.

A oferta aos santos católicos como aos orixás, embora com formas diferenciadas, inseria-se numa estrutura de trocas, que possibilitava aos confrades africanos uma reorganização simbólica. Frente aos perigos da vida cotidiana e da necessidade de conseguir uma segurança transcendental, os grupos procuraram apoio dentro de um conjunto que lhes era familiar. (BORGES, 2005, p. 158)

Corroborar tal prática o fato de que a realização de banquetes nas festas dos santos padroeiros é uma herança das irmandades europeias. Catherine Vincent (1988) mostrou como as refeições festivas estavam previstas em vários estatutos das confrarias da Europa. “Também no Brasil as associações fraternais conservaram a tradição do banquete em suas reuniões anuais. As Irmandades do Rosário não negligenciaram com relação a este aspecto. Dependendo da capacidade financeira de cada uma, fazia o banquete com mais ou menos fartura” (BORGES, 2005, p. 193).

Conforme relataram alguns cronistas e viajantes da época do Brasil Colônia, as festas das irmandades costumavam chegar ao espaço público através de procissões que eram verdadeiros desfiles, com máscaras, música e dança. De acordo com a pesquisadora Sara Farias (1997, p. 107-112), os negros se identificavam com o “catolicismo frouxo” praticado na Bahia e, embora as máscaras tivessem desaparecido das procissões ao longo do século XIX, quanto mais luzes e brilho na festa da padroeira, maior o prestígio da confraria negra<sup>66</sup>. Ademais, esse “teatro a céu aberto” era uma ótima oportunidade para os africanos exercitarem sua cultura, conservando suas tradições. A Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho, por exemplo, há séculos tem a tradição de encerrar com comida os festejos dos seus santos de devoção.

Atualmente, a irmandade possui cerca de 170 membros e três devoções formalizadas. Importante salientar que alguns irmãos participam de mais de uma devoção (ou até mesmo das três), ao passo que alguns membros da irmandade não estão vinculados à nenhuma devoção, e que integrantes de devoção não são necessariamente membros da irmandade. As três devoções formalizadas são em honra de Santo Antônio de Categeró, São Benedito e Santa Bárbara.

O calendário festivo da irmandade começa em janeiro, no segundo domingo do ano, com missa festiva para Santo Antônio de Categeró. No mesmo dia em que se celebra o batismo de Jesus, a irmandade do Pelourinho festeja o primeiro negro a ser canonizado pela Igreja Católica Apostólica Romana. Na verdade, as comemorações começam com um tríduo

---

<sup>66</sup> Para mais informações sobre a organização interna, conflitos, economia, festas e funerais da Irmandade dos Homens Pretos durante o século XIX, consultar FARIAS, Sara Oliveira. **Irmãos de cor, de caridade e de crença: A Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX.** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

preparatório e, no domingo festivo, acontece a missa seguida de procissão pelas principais ruas do Centro Histórico. Na terça-feira seguinte à festa, os membros da Pia União de Santo Antônio de Categeró (nome oficial da devoção que reúne mais de 200 fiéis) oferece uma feijoada para os presentes. O prato é servido por volta do meio-dia, em prato de nagé (louça de barro cozido) e deve ser comido de mão.

O almoço em homenagem ao santo que foi escravizado e mulçumano, antes de se converter ao catolicismo, acontece no mesmo dia da semana dedicado ao orixá Ogum, senhor do ferro e da agricultura, divindade guerreira e destemida. Na Bahia, o sincretismo religioso que aproximou Santo Antônio (de Pádua) do orixá Ogum, homenageando-o às terças-feiras com feijoada, também encontrou neste Santo Antônio negro similitudes para cultuá-lo nesse mesmo dia da semana. Ao longo do ano, todas as terças-feiras têm missa para Santo Antônio de Categeró, encerrando com distribuição de pães aos devotos.

A missa das terças-feiras é a mais concorrida na Igreja do Rosário, frequentada por muitos baianos e turistas. A grande frequência nessas celebrações deve-se também à programação da “Terça da Bênção no Pelourinho”, que a partir dos anos 1980 ganhou destaque através dos ensaios de verão do bloco afro Olodum e, no início dos anos 2000, com o show semanal “O Pagador de Promessas”, do cantor Gerônimo Santana, na escadaria da Igreja do Passo. Para os frequentadores do Centro Histórico, a missa de Santo Antônio de Categeró abre a programação das terças da bênção<sup>67</sup>.

Já na última semana de abril, a irmandade celebra a vida de São Benedito, o santo cozinheiro que estava sempre preocupado em alimentar os mais pobres. Não à toa, durante os três dias (tríduo) de preparação para a sua festa, a devoção responsável distribui sopa para pessoas em situação de rua. No domingo festivo, no momento do ofertório, membros da devoção de São Benedito levam até o altar cestas com pães, verduras, legumes e vários ramos de salsa, elementos alusivos à antiga profissão do santo franciscano. Após a missa solene e a procissão pelo Centro Histórico com as imagens de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, os raminhos de salsa são entregues aos devotos e várias panelas de sopa também são distribuídas na rua, no horário do almoço.

Também a Escrava Anastácia, personalidade negra de devoção popular no Brasil, é homenageada com comida pelos confrades da Rosário dos Pretos do Pelourinho. Anualmente,

---

<sup>67</sup> No capítulo ‘Festa e religião no Centro Histórico’, do livro *Lessé Orixá = Nos pés do Santo*, Vivaldo da Costa Lima (2010) explicou as origens da bênção às terças-feiras no Pelourinho, que era realizada na Igreja de São Francisco e marcada pela distribuição do pão devocional de Santo Antônio aos mais necessitados e carentes. Na Rosário dos Pretos, nas missas de terça-feira, os pães oferecidos pelos devotos e abençoados no momento do ofertório são distribuídos a todos os presentes ao final da celebração.

no dia 12 de maio (véspera da data em que foi assinada a Lei Áurea), a irmandade celebra uma missa em memória da escravizada cultuada no Brasil e em África e, após a celebração, serve um farto café da manhã no quintal da igreja.

A partir de 2018, com a chegada de uma réplica de “Mama Muxima” doada pessoalmente à irmandade por uma comitiva que saiu de África, a padroeira do povo angolano também começou a ser venerada na Igreja do Rosário dos Pretos. Primeira imagem da santa a chegar no Brasil, Nossa Senhora da Conceição da Muxima passou a ser homenageada anualmente no dia 01 de setembro. Em 2019, para ajudar nos custos do festejo e encerrar a celebração festiva em honra à Mama Muxima, a irmandade realizou um evento no quintal da igreja onde houve samba e caruru.

Ainda no segundo semestre, mais precisamente no mês de outubro, começam as comemorações em honra à Nossa Senhora do Rosário, padroeira da irmandade dos homens pretos. Liturgicamente, a data oficial da santa é 07 de outubro, mas costuma ser celebrada no último domingo de outubro, quando é oferecido um café da manhã logo após a celebração. Já na segunda-feira seguinte à festa, há a cerimônia para os antepassados. Depois de caminhar com velas e flores pelo Largo do Pelourinho, lembrando os irmãos já falecidos, a irmandade se dirige ao quintal da igreja para oferecer o tradicional bacalhau com toucinho.

Servido ao meio-dia, o bacalhau com toucinho é o almoço mais antigo e concorrido entre todos os pratos oferecidos pela irmandade durante seu calendário de festas. Cerca de 500 pessoas degustam o ensopado que remonta à Revolta dos Malês (1835), conforme a história reafirmada oralmente pelos membros da Rosário. Na época dessa rebelião, a irmandade precisou provar às autoridades que não acobertava os insurgentes nas instalações da igreja. Como os malês (mulçumanos) não comem carne de porco, a inclusão do toucinho na preparação do prato era prova incontestável de que não haviam mulçumanos escondidos no templo dos pretos do Pelourinho.

Encerrando o calendário anual de festejos da irmandade, no dia 04 de dezembro, acontece a celebração em honra à Santa Bárbara. Festa mais disputada da Rosário dos Pretos, atualmente, a missa é celebrada no lado de fora da igreja, no Largo do Pelourinho, reunindo milhares de devotos. Durante a missa campal, no momento do ofertório, o celebrante abençoa também os acarajés, abarás e acaçás que compõem a procissão das ofertas. São elementos simbólicos da cultura afro-diaspórica e que representam a importância do povo negro na reformulação dessas experiências de fé.

Ao contrário da maioria dos devotos que serve o caruru de Santa Bárbara no próprio dia 04 de dezembro, por questão de logística, os membros da devoção oferecem seu caruru na quarta-feira seguinte à data festiva. Também no quintal da igreja, no horário do almoço, a comida é servida para todos os presentes. Segundo informações de membros da Rosário dos Pretos, o caruru da Devoção de Santa Bárbara começou em 1996, quando o almoço foi preparado para a reunião de avaliação da festa. A partir daquele ano, para marcar o encerramento do festejo, cada um levou uma comida que compõe o prato ou deu uma importância financeira para auxiliar na compra dos ingredientes. O caruru que era para confraternização interna da irmandade, restrito aos membros da Devoção de Santa Bárbara, foi crescendo e hoje é aberto à comunidade. Atualmente, o caruru é feito com três mil quiabos e serve centenas de pessoas.

Enquanto a Devoção de Santa Bárbara encerra suas obrigações anuais com o oferecimento do caruru, a Pia União de Santo Antônio de Categeró já está nos preparativos para a festa do santo que acontece em janeiro próximo. E o ciclo se renova numa fé que alimenta não só a alma, mas também o estômago, e que reforça os vínculos entre os membros da irmandade negra mais poderosa da Bahia desde o século XVIII.

De todas as comidas servidas pela irmandade para homenagear seus santos de devoção, o caruru é o mais recente. Além de Santa Bárbara, em 2019, Mama Muxima também foi reverenciada com o oferecimento dessa comida. Ao contrário do caruru de Santa Bárbara que é distribuído gratuitamente, o caruru de Mama Muxima foi vendido por um valor simbólico, para ajudar nos festejos da santa. De acordo com os membros da irmandade, o caruru foi escolhido para mudar um pouco o cardápio, já que a feijoada é uma comida recorrente nos almoços e festas da Rosário do Pelourinho<sup>68</sup>.

No caso do caruru de Santa Bárbara, como mencionado acima, o hábito de servir o caruru começou no final dos anos 1990, quase uma década após a chegada definitiva da imagem à igreja. Os herdeiros da família Pompílio de Bittencourt, proprietários do mercado, registraram em cartório a doação da imagem que ficava no estabelecimento comercial à Irmandade dos Homens Pretos, que deveria assumir a organização da festa em louvor à santa.

---

<sup>68</sup> Nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia do novo coronavírus, os almoços das festividades da Rosário não foram realizados para evitar aglomerações. Os tríduos e missas solenes para os “santos da casa” foram mantidos apenas nos períodos em que a igreja pôde funcionar, mas com público reduzido e seguindo os demais protocolos sanitários exigidos pelos órgãos competentes.

O jornal Tribuna da Bahia de 05 de dezembro de 1990 escreveu que a Santa Bárbara doada à Rosário dos Pretos era de origem portuguesa (Cidade, p. 1). Suponho que essa afirmação se baseou nos relatos de que a pequena imagem seria oriunda do morgado, fato já esclarecido no capítulo anterior. O termo de doação (ANEXO A) não registrou a origem da imagem, mas descreveu que ela foi “esculpida em madeira, medindo aproximadamente 40cm (quarenta centímetros)” e deveria ficar em local de fácil acesso da igreja, “a fim de que seus devotos possam fazer as suas orações e pedir as graças a alcançar”. Seguindo essa recomendação, atualmente, a imagem encontra-se exposta no altar lateral direito do templo, na mesma redoma em que está uma grande imagem de Santo Antônio de Categeró.

O termo de doação espontânea explicitou ainda que a irmandade ficaria obrigada a zelar pela imagem, responsabilizando-se por trabalhos de restauração ou outros que forem necessários. As despesas para custear esses serviços poderão ser da própria irmandade ou de devotos da santa. Além do representante dos herdeiros de Numa Pompílio de Bittencourt, o documento foi também assinado pelos então capelão e prior da irmandade.

É bem provável que o senhor Numa Pompílio de Bittencourt tenha falecido até meados do século passado, pois, de acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR), em 29 de setembro de 1961, o prefeito de Salvador sancionou um decreto, alterando o nome de uma rua do atual bairro Pernambués para homenagear o antigo proprietário do mercado da Baixa dos Sapateiros. Além do Mercado de Santa Bárbara, Numa Pompílio também era dono da Chácara Girão, localizada na região de Jardim Brasília, o que justificou a mudança no nome do logradouro.

O documento de transferência da “Imagem Padroeira” não deixa dúvidas de que a doação foi feita de forma espontânea e definitiva. Nas palavras da atual responsável pela capela no mercado, “a santinha foi doada de tinta e papel, documentada”. Tanto assim que, mesmo após a conclusão da reforma do Mercado de Santa Bárbara (1997), a imagem continuou na Igreja do Rosário dos Pretos, apesar dos protestos de alguns comerciantes que queriam a devolução da santa.

De acordo com Leal (2000),

Há aproximadamente cerca de 20 anos, houve uma transformação total na organização daquela festa registrada no sincretismo religioso em que a parte profana era destacada, como já vimos. O edifício do Mercado de Santa Bárbara ficou arruinado e, sem condições de funcionamento, foi fechado. A

imagem da santa foi colocada na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pelourinho. Há alguns anos, o sentido da procissão tinha se invertido. Neste ano, em 4 de dezembro de 1997, com muitos fiéis, após a missa, a Santa foi às ruas. Aquele velho mercado, velho mesmo, ocupado por açougueiros, peixeiros, verdureiros, barraqueiros que forneciam alimentos, vendedores de beiju, tapioca, goma de gomar, charuteiros, vendedores de rapé, de ervas medicinais, de afrodisíacos, pontos para aperitivos, baianas de acarajé e de abará, tabuleiros de doces e cocadas, já não iria ocupar o mesmo local. Ali tinha sido construído o Centro Empresarial Santa Bárbara, diferente totalmente, com 62 lojas e certamente não seriam comercializados os antigos produtos. Naquele dia de Santa Bárbara, embora não estivesse programada sua inauguração, convites foram distribuídos aos amigos dos novos comerciantes. (LEAL, 2000, p. 96)

A reinauguração do Mercado de Santa Bárbara, no dia 04 de dezembro de 1997, gerou grande polêmica entre os frequentadores da festa. Naquele dia, o local só abriu as portas às 18h e, ainda assim, o acesso foi restrito apenas aos convidados dos novos proprietários. De acordo com os periódicos baianos, o velho mercado havia se transformado num shopping center. Talvez o letreiro na fachada com a inscrição “Centro Comercial Santa Bárbara” tenha reforçado a ideia de que, após as obras de recuperação, o mercado popular teria se convertido em um ambiente de compras para a classe média soteropolitana.

Além da santa não ter adentrado o espaço quando a procissão passou pela frente do local, seguranças foram contratados para impedir a entrada dos não-convidados ao caruru servido na noite daquele dia 04 de dezembro. Segundo noticiou o jornal A Tarde,

Protestos, pragas, denúncias de racismo e tentativas de invasão marcaram o caruru de Santa Bárbara, servido no início da noite de ontem, no mercado que leva o nome da padroeira, na Baixa dos Sapateiros. Quebrando uma tradição que se perde na memória dos devotos mais fiéis, os novos proprietários do mercado, ontem reinaugurado sob a forma de minishopping, serviram o caruru apenas para convidados, deixando de fora o “povão”, que se manifestou agressivamente contra o que foi chamado de discriminação, gerando um tumulto que exigiu a presença de policiais de choque e deixou constrangidos os próprios convidados. (A TARDE, 05/12/1997, p. 5)

E não só os acontecimentos na reabertura do Mercado de Santa Bárbara foram alvo de protesto dos soteropolitanos. O processo de revitalização do próprio Centro Histórico também rendeu muitas críticas aos governos carlistas que estavam na gestão estadual naquele período. Cleidiana Ramos (2017) resumiu bem o histórico da situação que, de certo modo, permanece até hoje.

O projeto de revitalização do Pelourinho começou no governo de Antônio Carlos Magalhães do período 1991-1994 e foi continuado por outras gestões do mesmo grupo político: Paulo Souto (1995-1998), César Borges, 1999-2002 e Paulo Souto (2003-2006). Desde o começo houve muitas críticas, principalmente devido à retirada de moradores que foram levados para conjuntos habitacionais distantes da região. Até o momento a questão continua em debate, pois os comerciantes do Pelourinho vivem reclamando da crise de esvaziamento do local, fenômeno que para alguns especialistas é resultado da alteração do cotidiano de bairro. Em 2010, a Unesco, em parceria com os governos federal e estadual, lançou o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador. A ação envolveu a consultoria de especialistas em áreas como urbanismo, arquitetura, patrimônio, saúde e outras. O projeto parece ter novamente estacionado. (RAMOS, 2017, p. 204)

Foi no ano seguinte à reinauguração do Mercado de Santa Bárbara, com o apoio do padre Alfredo Dórea, então vigário da Igreja do Rosário dos Pretos, que foi criada uma Devoção à Santa Bárbara no interior da irmandade. Antes disso, uma década antes, os primeiros passos para a formação dessa Devoção foram dados quando a irmandade organizou uma comissão responsável pela festa de 04 de dezembro. Conforme registrou André Nascimento (1990),

Também no ano passado [1989], por iniciativa e estímulo do capelão, é criada a Comissão de Festejos de Santa Bárbara, cuja principal atribuição é zelar pelo bom andamento dos festejos. A comissão ficou encarregada, também, de procurar arrecadar recursos financeiros junto a órgãos públicos e parlamentares para a realização da festa.

Foi nesse sentido que a comissão de festejos resolveu procurar a Câmara de Vereadores de Salvador para pedir ajuda financeira, recebendo desta a quantia de Ncz\$0,50 (cinquenta centavos de cruzado). “Uma falta de respeito”, reagiram os integrantes da comissão de festejos. (...)

A comissão de festejos é composta por cerca de 15 pessoas. No dia da festa, estavam todos devidamente identificados através do uso de crachás e espalhavam-se no meio da multidão. (NASCIMENTO, 1990, p. 23-24)

Mesmo sem o apoio da Câmara Municipal e da Emtursa em 1989, a festa que corria o risco de desaparecer ao longo da década de 1980, ganhou novo fôlego a partir do momento que passou a ser organizada pela irmandade negra do Pelourinho. De acordo com Ramos (2017), o reavivamento do festejo aconteceu a partir dos anos 1990 e resultou no deslocamento da celebração para a parte externa do templo.

Na revitalização da festa, a partir da metade da década de 1990, verifica-se maior ênfase dos elementos afro-brasileiros. As baianas também ganharam protagonismo e os festejos saíram da parte interna da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos para o Largo do Pelourinho. Na edição de 2015, o comandante do patrulhamento da festa pela Polícia Militar calculou, informalmente, em 30 mil pessoas o público que passou pelo Pelourinho de 8 horas da manhã até por volta das 13 horas, quando a procissão já havia retornado para a igreja depois de fazer o trajeto pela Ladeira da Praça, Barroquinha e Baixa dos Sapateiros. (RAMOS, 2017, p. 204)

Historicamente, a Igreja do Rosário dos Pretos é um espaço de acolhimento da religiosidade afro-brasileira e acomodou bem o culto a essa santa que foi sendo enegrecida pelos devotos baianos. Desde o surgimento da devoção à Santa Bárbara na capital baiana, o fato dela não sofrer influência direta do clero católico nem de irmandades leigas, conforme demonstrei no primeiro capítulo, possibilitou que os próprios comerciantes, negros escravizados e libertos organizassem as homenagens à santa protetora contra os raios e trovões.

Entretanto, mesmo sendo reconhecida como um espaço histórico de resistência afro-diaspórica, a Igreja (e a irmandade) do Rosário dos Pretos acabou de alguma forma tentando disciplinar a festa centenária de cunho popular. Se antes a devoção à Santa Bárbara se concentrava no mercado e, uma vez por ano, a imagem visitava uma igreja do Centro Histórico para participar da missa solene e seguir em procissão, a partir do ano de 1987, Bárbara deixou de ser uma “santa visitante” e passou a integrar o rol de devoções da Irmandade dos Homens Pretos.

Com isso, além de ter sido incorporada ao calendário de devoções de uma irmandade leiga, conseqüentemente, a festa de Santa Bárbara passou a sofrer interferência constante da Igreja Católica Apostólica Romana. Prova disso é que a Comissão de Festejos, organizada pela primeira vez em 1989, tinha como principal objetivo reprimir atitudes vistas como inadequadas pela igreja durante o dia 04 de dezembro. Nascimento (1990) apontou isso ao escrever que

A comissão se encarregou, também, de recolher o ofertório dos fiéis na missa do dia da festa e de distribuir um folheto intitulado “MENSAGEM DE ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO” no qual apelava-se para a compreensão e ajuda de todos os presentes, a [fim] de que a festa transcorresse “em ordem, disciplina e com muita fé”.

Essa comissão nasce a partir de esforços empreendidos pelo capelão, no sentido de procurar conter os “excessos”, a “desordem”, a “baderna” e a “bagunça”, que, segundo ele, ocorrem durante a festa. É evidente a preocupação do padre em tentar controlar as manifestações consideradas

ofensivas à religião católica e exercer controle sobre a conduta de fiéis durante as festividades. (NASCIMENTO, 1990, p. 24)<sup>69</sup>

Ao abordar a questão do controle da festa do Círio de Nazaré, Isidoro Alves (1980) também pontuou que o clero paraense buscava moderar a atitude dos fiéis na festa da sua padroeira. Assim como aconteceu na festa de Santa Bárbara em Salvador, pela própria dinâmica da procissão, os religiosos não conseguiram conter as demonstrações de fé dos devotos.

A autoridade eclesiástica procura exercer o seu controle no agenciamento dos bens de salvação, na medida em que utiliza a persuasão discursiva (escrita, oral ou visual), mesmo porque a performance ritual implica uma grande liberdade na conexão entre os domínios do *humano* e do *divino*. Assim, a empreitada da *salvação* perde momentaneamente a sua função agenciadora, pois a relação contratual se faz diretamente entre o santo e o fiel que lhe presta a devoção. (ALVES, 1980, p. 93)

Mais uma prova dessa investida (sem êxito) de controlar certas manifestações durante a festa de Santa Bárbara pode ser percebida num trecho da homilia proferida pelo padre Hélio Rocha, na festa de 1988: “Santa Bárbara nos convida a abandonar toda a superstição e credence, a amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos, por isso sua procissão não pode ter estrebuchamentos nem manifestações espalhafatosas” (A TARDE, 05/12/1988, p. 3).

Ao mesmo tempo que havia essa tentativa de controlar os excessos durante a procissão católica, destacando que “cada exercício de fé tem um dia, seu lugar e sua hora determinada” (trecho da Mensagem de Esclarecimento ao Público – ANEXO B), a Igreja Católica, representada na figura do então capelão da Rosário dos Pretos, demonstrava ter conhecimento das relações históricas dos membros da irmandade com diversas casas de candomblé soteropolitanas. Tanto assim que, em alguma medida, o padre buscava manter um diálogo de tolerância religiosa com os seguidores das religiões de matriz africana. Ainda de acordo com Nascimento (1990),

Apesar dessa postura rigorosa quanto à participação de pessoas de candomblé na festa, existe por parte da Igreja a preocupação em desenvolver uma política de boa convivência com os segmentos ligados à religião afro-brasileira. Na

---

<sup>69</sup> No ANEXO B é possível ler o conteúdo completo do folheto “MENSAGEM DE ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO”, distribuído na festa de 1989.

feira do ano passado [1989], por exemplo, foi feito um convite à Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro para participar da missa em louvor à santa. Esta fez-se representar por um de seus diretores. (NASCIMENTO, 1990, p. 25)

Se as relações dos confrades da Rosário dos Pretos com o candomblé são históricas e remetem, possivelmente, ao período de criação da irmandade, o florescimento da negritude (enquanto pauta político-social) encontrou terreno fértil no país a partir da década de 1970. Na Bahia, esse processo de reafricanização teve início no Centro Histórico de Salvador.

### 3.1.1 Negritude e reafricanização a partir do Pelourinho

Nos primeiros anos de 1970, começava a chegar no Brasil influências dos movimentos negros que aconteciam em várias partes do mundo, a exemplo do Black Power e do Partido dos Panteras Negras, iniciados nos Estados Unidos, na década anterior. As notícias das lutas por independência em países africanos como Angola e Guiné-Bissau também reforçavam nos negros brasileiros o sentimento de busca por direitos e autoafirmação.

Na Bahia, de acordo com Vivaldo da Costa Lima (2010), os movimentos negros da década de 1970 tiveram início no Centro Histórico de Salvador, em encontros ocorridos nas terças-feiras da bênção de Santo Antônio. Conforme detalhou,

No bar de Bráulio e em frente à Prefeitura é que nasceram os grupos que viriam com o tempo, transformar-se nos movimentos negros, mais ou menos unificados. Essa turma é que subia pela Misericórdia rumo à bênção de Santo Antônio – para o namoro respeitoso, as conversas “de fora da igreja”, os planos, os projetos já ideológicos e políticos do que viria a ser, mais tarde, o movimento assumido da “Negritude” dos anos setenta. As mudanças políticas no país; a emergência das nações independentes da África; a crescente conscientização da cultura dos negros; a valorização do Candomblé como uma bandeira também ideológica; o surgimento dos grupos afros; a expansão dos afoxés; o Caribe aportando na Bahia, o *reggae*, o Ilê Aiyê; os movimentos organizados; o Olodum recém-criado no pátio do teatro Miguel Santana; a influência, ainda não devidamente avaliada, do CEAO; uma imprensa incipiente e pequena, em relação à imprensa negra dos movimentos sindicais e operários de São Paulo; as modas; a africanização das roupas e dos penteados – todos esses símbolos pessoais tornados públicos, de procura de identidade étnica e de afirmação política, sem esquecer a proliferação e a profissionalização da capoeira, tudo isso confluía e era discutido, e tinha origem ou divulgação no cruzeiro de São Francisco, depois da bênção de

Santo Antônio. Dali refluíam para seus bairros os grupos que sabiam entender a bênção do santo popular como também um caminho para outras formas de ideologia e de luta. (LIMA, 2010, p. 225)

Neste contexto de reafricanização, a Igreja do Rosário dos Pretos foi sendo legitimada como o templo ideal para os negros católicos de Salvador, especialmente a partir da inclusão de elementos de matriz africana na liturgia das celebrações. Na missa solene da festa de 1987, por exemplo, o padre Hélio Rocha chamou a Igreja do Rosário dos Pretos de “a catedral da negritude brasileira e baiana” (JORNAL DA BAHIA, 05/12/1987, p. 9). De acordo com o vespertino A Tarde, “Segundo o padre, seu ideal é unir todos os negros em torno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ‘sem que eles percam sua identidade racial’” (A TARDE, 05/12/1987, p. 2). Ao se expressar dessa forma, o então capelão demonstrava ter interesse em agregar a população negra na igreja, sem que esta trouxesse junto consigo as religiões afro-brasileiras.

De certo modo, a postura desse padre foi reforçada pela Campanha da Fraternidade do ano seguinte. Com o lema “Ouvi o clamor desse povo”, a Igreja Católica havia escolhido o negro como tema para sua Campanha de 1988, ano do centenário da abolição da escravatura no país. Ao analisar o manual produzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a Campanha da Fraternidade daquele ano, Rosenilton de Oliveira (2011) constatou que

Há uma estratégia da Igreja em não reconhecer as religiões afro-brasileiras como legítimas religiões. Afirma que o negro é religioso por natureza e reduz os cultos aos deuses africanos a aspectos culturais que foram depurados pela fé cristã. (...)

Essa leitura da religiosidade negra deixa transparecer que a preocupação da Igreja Católica é discutir a situação social do negro e não seus valores religiosos, afinal ele deve ser evangelizado e aceitar a verdadeira fé, embora possa preservar traços de sua cultura. (OLIVEIRA, 2011, p. 44)

O debate étnico-racial no âmbito do movimento católico brasileiro começou alguns anos antes, em 1980, quando surgiram os Agentes de Pastoral Negros<sup>70</sup> (OLIVEIRA, 2011, p. 36-37). Entre outros encaminhamentos, esse grupo definiu que a valorização do negro na Igreja

---

<sup>70</sup> Ainda segundo Oliveira (2011, p. 74), em Salvador, os primeiros grupos de Pastoral Afro surgiram nos bairros de Sussuarana e Plataforma, incentivados por Dom Gílio Felício. Autodeclarado negro, Dom Gílio exerceu a função de Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Salvador entre os anos de 1998 e 2002 e, na capital baiana, foi um dos pioneiros na elaboração de uma liturgia católica inculturada para a Igreja do Rosário dos Pretos.

Católica deveria possibilitar a inclusão na liturgia da missa de elementos da cultura africana. Com isso, a utilização de instrumentos de percussão como o atabaque nas chamadas “missas afro” parece ter ganhado força nesse período, quando uma missa voltada exclusivamente para a população afrodescendente foi realizada em Recife, no dia 20 de novembro de 1981. A “missa dos quilombos” contou com cerca de 8 mil pessoas e “teve um tom político de denúncia das injustiças sofridas pela população negra, a morte de Zumbi e a escravidão no Brasil foram muitas vezes comparadas com o martírio de Cristo e o sofrimento do povo hebreu” (OLIVEIRA, 2011, p. 98).

Embora o movimento de africanização da liturgia católica tenha ganhado destaque nacional a partir dos anos 1980, duas décadas antes, a Bahia já havia iniciado este processo com as “missas negras” do Mosteiro de São Bento. Conforme salientou Bacelar (2008, p. 139), a atitude dos monges chegou a ser criticada em fevereiro de 1965 por um leitor do jornal *A Tarde*. A coluna *Opinião do Leitor* publicou a crítica que considerava paradoxal a ordem beneditina ser “a pioneira da aculturação litúrgica e pretenda transformar a nossa Bahia em um povoado selvagem do centro da África”.

Mesmo não tendo encontrado registros sobre até qual período tais celebrações foram realizadas na Igreja Abacial de São Bento, fato é que hoje as missas do mosteiro são caracterizadas pelo canto gregoriano. Já a Igreja do Rosário dos Pretos, demonstra ter assimilado bem este processo de reafrikanização e todas as suas celebrações são caracterizadas pela presença de elementos afro.

Além dos cânticos entoados com o acompanhamento de instrumentos percussivos, ao longo do ano, as danças e as comidas também costumam fazer parte das missas da Rosário. Sendo assim, a distribuição de acarajés e carurus durante a festa de Santa Bárbara é apenas uma das marcas desse processo de encontro afro-católico que, atualmente, resulta em um dos festejos populares mais concorridos da capital baiana. Nesse sentido, a Irmandade dos Homens Pretos teve (e ainda tem) um papel fundamental na manutenção da devoção à Santa Bárbara em Salvador para além do dia 04 de dezembro.

Com a criação da Devoção de Santa Bárbara, em 1998, toda última quarta-feira do mês, às 18h, acontece a missa dedicada à virgem mártir na Igreja do Rosário dos Pretos<sup>71</sup>. No mês

---

<sup>71</sup> Em função da pandemia do novo coronavírus, as missas de Santa Bárbara foram suspensas e só voltaram a ser celebradas em novembro de 2020, com limitação de fiéis. Devido ao agravamento da pandemia em 2021, as atividades na Rosário dos Pretos foram novamente suspensas, só retornando no final do mês de abril.

de novembro, a programação se intensifica e todas as quartas-feiras há missa para Santa Bárbara, como forma de preparação para o tríduo em louvor à santa que acontece sempre nos dias 01, 02 e 03 de dezembro, culminando com a festa solene no dia 04 de dezembro.

O tríduo preparatório também foi uma iniciativa do padre Hélio Rocha que era o capelão responsável pela Rosário dos Pretos em 1989. Ao contrário do que acontece hoje, quando as missas mensais e o tríduo costumam ter um considerável número de devotos, no ano em que foi instituído, as celebrações preparatórias não tiveram a adesão de muitos fiéis.

A partir da festa do ano passado (89), por iniciativa do capelão da igreja, foi promovido um tríduo preparatório nos três dias que antecederam à festa. O objetivo dessa iniciativa foi conclamar os fiéis a participarem das reflexões sobre o significado do culto a Santa Bárbara para os católicos. Apesar do empenho do capelão, o tríduo não conseguiu mobilizar um grande número de fiéis. A frequência foi muito baixa em todos os três dias. (NASCIMENTO, 1990, p. 23)

Acredito que, com o passar dos anos e a realização das missas mensais, os devotos de Santa Bárbara criaram o hábito de frequentar a igreja toda última quarta-feira do mês, o que resultou em uma maior frequência também no tríduo preparatório para a festa de 04 de dezembro. Atualmente, vestidos de vermelho e branco, os devotos da santa guerreira vão chegando aos poucos para a celebração mensal realizada sempre às 18h.

Além da fé na protetora contra os perigos de raios e tempestades, alguns devotos (em especial as mulheres) levam rosas vermelhas e/ou pequenos acarajés embrulhados em papel manilha. As flores são colocadas em vasos e depositadas aos pés da santa no altar lateral do templo. Já os bolinhos são arrumados pelas senhoras da Devoção em cestos de palha decorados com fitas e laços vermelhos, e ficam guardados na sacristia da igreja.

Antes mesmo da missa em louvor à Santa Bárbara começar, o cheiro do azeite de dendê alcança a nave da igreja e fica ainda mais intenso no momento do ofertório. Na procissão das ofertas, após a entrada do rosário, do pão e das uvas, cada devota(o) carrega um balaio com os seus acarajés para depositar no altar. Ao ritmo dos atabaques, agogôs e pandeiros, esses fiéis dançam pelo corredor central da igreja carregando os cestos de acarajé. Ao se aproximar do altar lateral onde está abrigada a pequena imagem de Santa Bárbara, muitos estendem os braços e apontam os baldios em direção ao nicho, como se estivessem oferecendo aquele alimento à própria santa.

Próximo ao encerramento da missa, após a comunhão, os devotos se dirigem ao altar onde está a imagem da mártir e, juntos com o padre, rezam a oração de Santa Bárbara. Antes e depois da oração, músicas como “Surge o Branco” (“Bárbara Mãe vem, Bárbara Mãe traz alegria pra minha alma, isso é bom eu quero mais...”) e “Ó Santa Bárbara” (“Ó Santa Bárbara defende a gente dos inimigos, de toda maldade. Ó Santa Bárbara manda pra gente muita saúde e prosperidade...”) são cantadas com fervor pelos fiéis. Muitos carregam contas de Iansã (e de outros orixás) no pescoço e, ao som dos atabaques, dançam como se estivessem em uma festa pública do candomblé.

Em uma dessas celebrações, presenciei uma senhora que estava ao meu lado dar sinais de incorporação durante o canto final do devocional à Santa Bárbara. Rapidamente, o senhor que auxiliava o padre (membro da irmandade e adepto do candomblé) enfiou a mão no balde de água benta e aspergiu o rosto da senhora, que voltou a si. Em seguida, ele abraçou-a e perguntou se ela estava bem. Os fiéis que estavam em volta continuaram cantando e dançando como se nada tivesse acontecido. As manifestações de fé dos afroreligiosos são vistas com naturalidade pelos membros da irmandade e demais devotos que frequentam o templo.

Mensalmente, após a bênção final e aspersão de água benta pelo padre, os devotos de Santa Bárbara se dirigem ao corredor lateral da igreja onde o pão, as uvas e principalmente os acarajés são distribuídos aos presentes pelos fiéis que agradecem à santa pelas graças alcançadas. O pagamento da promessa é feito com o oferecimento da comida preferida do orixá com o qual a santa é sincretizada. Na Rosário dos Pretos, Santa Bárbara parece já ter se acostumado e aceita de bom grado a comida de Iansã.

Além de organizar as celebrações mensais, a Devoção de Santa Bárbara se reúne todos os meses (geralmente, a partir do segundo semestre de cada ano) para organizar os detalhes da próxima festa. As reuniões acontecem na sacristia da igreja no mesmo dia da missa para Santa Bárbara, cerca de uma hora antes do início da celebração. Sr. Edson Nascimento, coordenador da Devoção em 2018 e 2019, preside a reunião e pede que os membros da Devoção (a maioria mulheres, além de dois ou três homens presentes) tragam propostas de tema para a festa e sugestões de valor para a campanha “Uma rosa para Santa Bárbara”<sup>72</sup>. Ele também dá

---

<sup>72</sup> A campanha consiste em vender santinhos de papel com a imagem de Santa Bárbara para ajudar na compra de rosas que irão decorar o andor. Em 2018 e 2019, cada santinho foi vendido pelo valor de R\$ 3,00 (três reais) e possuía a oração da santa no verso.

informações sobre a confecção da camisa padronizada, circula a lista dos ingredientes para o caruru, além de tratar de assuntos correlatos.

Nessas reuniões, são recorrentes as reclamações em relação à festa do ano anterior: desorganização para coleta das ofertas durante a missa campal, falta de apoio dos homens da irmandade para retirar os andores do interior da igreja para iniciar o préstito, briga entre os devotos para carregar o andor de Santa Bárbara ao longo da procissão, etc.

Sobre o cortejo, com a reabertura do Mercado de Santa Bárbara em 1997, a procissão de 04 de dezembro passou a adentrar o estabelecimento comercial quando chegava na Baixa dos Sapateiros. Mesmo com o peso do andor e a dificuldade para passar pelos corredores estreitos do local, a santa padroeira entrava no mercado para saudar os comerciantes que zelaram por ela durante décadas.

Segundo uma interlocutora da Rosário, a santa deixou de entrar no mercado na primeira década dos anos 2000 por causa de uma confusão entre um grupo de comerciantes e membros da irmandade. Na ocasião, depois que a procissão adentrou o mercado, alguns comerciantes barraram a passagem para a imagem não sair mais de lá. Após muita confusão, a Irmandade do Rosário dos Pretos conseguiu tirar a santa do mercado e desde então a imagem não entra mais no espaço, apenas para por alguns instantes na porta do local em sinal de reverência ao seu antigo abrigo e aos devotos que trabalham no mercado<sup>73</sup>.

Mesmo que alguns comerciantes desejassem o retorno da santa, conforme já assinalado, a referida imagem não teria como voltar ao seu local de origem porque não foi deslocada temporariamente, mas doada de forma definitiva para essa irmandade negra. Na nova capela, que foi construída no interior do centro comercial pela senhora Maria Izabel Batista e inaugurada em 04 de dezembro de 2002, foi colocada outra imagem de Bárbara que mede 01 metro de altura. A nova imagem da santa protetora contra os perigos do fogo ficava cercada por uma fonte, hoje desativada.

Filha de Iansã e devota fervorosa da mártir cristã, a atual presidente da Associação do Mercado de Santa Bárbara custeou com recursos próprios a construção da nova capela para a santa. Antes disso, a imagem anterior de Bárbara ficava num pequeno nicho ao lado do banheiro destinado às pessoas com deficiência. Para construir a nova “capelinha da santa” (forma como dona Izabel sempre se refere ao local), ela solicitou autorização ao dono da construtora

---

<sup>73</sup> O último registro da entrada da imagem no Mercado de Santa Bárbara foi encontrado no jornal A Tarde de 05 de dezembro de 2007, p. 8: “Sob fortes aplausos, a imagem circulou pelo local”.

responsável pela reforma do mercado para utilizar o espaço desse banheiro, sendo prontamente atendida. Para a capela, que remete a uma gruta de pedra, ficar pronta até o dia da festa da santa, os pedreiros contratados por dona Izabel precisaram trabalhar até as primeiras horas do dia 03 de dezembro de 2002.

Ainda de acordo com dona Izabel, no dia 04 de dezembro daquele ano, muitos devotos que visitaram o mercado e viram a capela recém construída atribuíram o feito a Antônio Imbassahy, então prefeito da capital baiana. Durante o período em que o mercado ficou fechado (1987-1997), o caruru continuou sendo servido em frente ao Mercado de Santa Bárbara, no calçadão que liga a Baixa dos Sapateiros ao Taboão. Mesmo sob protestos dos poucos barraqueiros que ainda resistiam no local e que não queriam a transferência da festa para o calçadão e a redução dos festejos de três para um dia, a Emtursa (que já tinha assumido a organização da festa desde 1986) manteve a mudança. “Os três últimos barraqueiros do mercado não estão satisfeitos com a transferência. Entretanto, reconhecem que nada podem fazer, já que não dispõem de recursos para organizar a festa, que tem, na distribuição do caruru, seu ponto mais alto” (CORREIO DA BAHIA, 19/11/1987, p. 6).

Desde a reinauguração do mercado em 1997, o caruru era servido no próprio dia dedicado à Santa Bárbara, mas, devido ao grande tumulto que se formava em torno do boxe de distribuição da comida, durante os anos de 2017 e 2018, dona Izabel passou a servir a “comida de Iansã” – maneira como ela costuma chamar o caruru de Santa Bárbara, um ou dois dias antes da data comemorativa. Em 2019, o caruru voltou a ser oferecido no mercado no próprio dia 04 de dezembro, pois várias pessoas alertaram que o caruru do orixá deveria ser distribuído no dia mesmo da festa, caso contrário “o santo cobraria na saúde”. Como dona Izabel teve alguns problemas de saúde ao longo de 2019, resolveu voltar a servir o caruru no dia 04 de dezembro para não contrariar Iansã e ter sua saúde restabelecida.

Todos os anos, ainda que a movimentação no Mercado de Santa Bárbara comece desde as primeiras horas da data festiva, dia em que cerca de 10 mil pessoas passam pelo centro comercial, o caruru só é servido à tarde, depois que a procissão já terminou. Os devotos que vão reverenciar a santa e o orixá na pequena capela existente no interior do mercado aguardam na fila animados pelo samba de terreiro que toma conta dos corredores do local. Mas muitos fiéis só se dirigem ao mercado depois de cumprir o ritual de assistir à missa campal e participar da procissão que torna as ruas do Centro Histórico um “mar vermelho de gente”.

### 3.2 O Pelourinho se veste de vermelho e branco

No dia 04 de dezembro, o Pelourinho amanhece com uma alvorada de fogos de artifício, às cinco horas da manhã, lançados da porta da Rosário dos Pretos. É como se fosse a abertura oficial do festejo e um chamado para que os devotos comecem a chegar. Nesse dia, na missa campal e ao longo da procissão, é comum encontrar mulheres e homens com imagens de Santa Bárbara dentro de balaio de palha. Alguns carregam o balaio nos braços e a maioria leva a santa na cabeça. De acordo com Sousa (2003, p. 25-26), a diferença dos santos católicos para os “santos de candomblé” é que eles são carregados dentro de balaio e, conforme escutou de uma ialorixá ao orientar uma jovem na entrada de um templo católico, é necessário rodar o balaio na porta da igreja quando o santo for de candomblé.

Resultado do processo histórico afro-católico, os santos de candomblé são imagens de santos católicos que ficam abrigados nos terreiros e só costumam sair do recinto para participar de alguma missa pedida ou procissões específicas como a de Santa Bárbara. Repetindo um ritual realizado há mais de um século, até hoje é comum encontrar adeptos do candomblé percorrendo a cidade com santos dentro de balaio, solicitando doações para a realização de missa pedida. São Lázaro, São Cosme e São Damião e Santa Bárbara foram os santos de candomblé que mais encontrei nas ruas de Salvador, nos últimos anos.

O jornal A Tarde de 05 de dezembro de 1914 registrou essa prática já considerada comum no início do século XX.

De outro lado, as ‘guédes’, acolytas do extranho sacerdocio, percorrem as ruas, esmolando para uma ‘missa pedida’.

É commum na Bahia essa maneira de se fazer dinheiro para um brodio qualquer.

Quasi sempre, mocinhas com uma imagem de um santo, principalmente Cosme e Damião, fazem extensas caminhadas, batendo em todas as portas, falando a todos os transeuntes, esmolando para a missa em acção de graças e a meza lauta; depois a dança, o samba, a folgança, toda a noite...

Hontem, no ‘Mercado Modelo’, o reporter photographico d’ ‘A Tarde’ surprehendeu uma rapariga de côr, quarentona, com um açafate e dentro, entre flores, uma imagem.

- P’ra Santa Barbara! pedia.

- E quando é a festa?

- Vai-se ver. Sou eu e Maria da rua das Campellas, n. 20, e outras mais, as donas.

- Um festão, hein?

- Missa e depois...

- O terreiro, o candomblé.

Ella sorriu, com gestos afirmativos. (A TARDE, 05/12/1914, p. 3)

O Terreiro Bate Folha, por exemplo, tem uma imagem de Santa Bárbara que remonta à fundação da casa. Todos os anos, no último domingo de novembro, a imagem centenária é retirada do seu altar, no barracão do terreiro, e levada dentro de um balaio enfeitado com rosas para assistir missa na Igreja do Rosário dos Pretos. Após a missa, a santa retorna para o terreiro e percorre os cômodos da casa. Quando Santa Bárbara chega ao barracão, os inquices são saudados e Bamburucema (inquice do candomblé angola que corresponde ao orixá Iansã) se manifesta nas filhas de santo presentes.

Além das diversas imagens da mártir cristã em balaios, levadas pelos devotos, até hoje, a procissão de 04 de dezembro não conduz apenas o andor de Santa Bárbara. Assim como acontecia desde o início do século XX, quando o cortejo partia do Mercado da Baixa dos Sapateiros, outros santos de devoção popular foram incorporados na procissão de Santa Bárbara, conforme detalhado no capítulo anterior. O costume repetido anualmente pelos comerciantes do mercado foi mantido pela irmandade da Rosário dos Pretos, depois que a imagem da santa foi doada à igreja.

Além de Santa Bárbara, mais 06 andores compõem a procissão nos dias de hoje: São Cosme e São Damião, São Jorge, São Sebastião, São Miguel, São Lázaro e São Jerônimo. Destes, São Miguel foi um dos últimos santos a ser incluído no préstito, no ano de 1980. Anos antes, a santa já era reverenciada pelos barraqueiros do mercado dedicado ao arcanjo guerreiro, como pontuou um periódico: “[a procissão] percorreu toda a Baixa dos Sapateiros, parando rapidamente na porta do Mercado de São Miguel, onde a Santa foi homenageada outra vez, desta feita pelos barraqueiros locais, seguindo para o Mercado que tem o seu nome” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1972, p. 2).

Posterior ao de Santa Bárbara, o Mercado de São Miguel foi inaugurado em 1965. Contudo, a devoção ao Arcanjo Miguel naquela região remonta ao século XVIII, quando uma igreja foi erguida em sua honra. Segundo Brandão e Silva (1958, p. 168), o pequeno templo foi construído por um rico mercador que o doou à Venerável Ordem Terceira de São Francisco.

Foi nas proximidades dessa igreja (que hoje encontra-se fechada) que foi edificado o Mercado de São Miguel.

Das imagens que participam da procissão de Santa Bárbara, apenas a de São Miguel não pertence ao acervo da Rosário dos Pretos. Chamado de “santo visitante” pelos membros da irmandade, todos os anos, nas vésperas da festa de 04 de dezembro, a imagem é retirada do Mercado de São Miguel e levada até a Igreja do Rosário dos Pretos para ser ornamentada e participar do cortejo<sup>74</sup>. É por esse motivo que, quando a imagem do arcanjo se aproxima do mercado que leva seu nome, o andor é posicionado na entrada principal do local, aguardando a imagem da santa guerreira. Ao chegar no Mercado de São Miguel, o andor de Santa Bárbara é posicionado em frente ao centro comercial e os dois santos se encontram.

Num gesto simbólico, os devotos aproximam a imagem de Santa Bárbara até que o andor dela encoste no andor do “santo visitante”, que encerra sua participação no cortejo adentrando o mercado do qual é patrono, sob aplausos e gritos de “Viva São Miguel!”. Após essa despedida, a santa segue a procissão que fará mais uma parada antes de chegar ao fim.

Assim como a presença de São Miguel no préstito de 04 de dezembro é justificada pela devoção existente na Baixa dos Sapateiros e pelo mercado dedicado a ele na rua J. J. Seabra, os demais santos que compõem o cortejo acabaram por construir outras lógicas que fundamentam suas participações na procissão, extrapolando o fato de serem santos de devoção popular. Prova disso é que a relação familiar de alguns santos presentes na procissão de 04 de dezembro, baseada nas correspondências com orixás do culto afro-brasileiro, foi explicitada por um periódico nos anos 1980. “Na frente [da procissão], baianas carregavam liteiras pequeninas, as imagens de Cosme e Damião, filhos de Santa Bárbara; São Jerônimo, marido da santa; São Roque e a própria Santa Bárbara” (CORREIO DA BAHIA, 05/12/1987, p. 5).

Em Salvador, a associação entre santos e orixás fez com que a mártir que faleceu virgem ganhasse esposo e filhos. Desta forma, para muitos fiéis, a família de Iansã se faz presente na procissão de Santa Bárbara. Como destacado no segundo capítulo, esses santos foram agregados ao cortejo durante a segunda metade do século XX. É por esta razão que, sempre que questionava o motivo de tantos santos na procissão, os membros da Rosário dos Pretos me davam respostas como “já veio assim do mercado” ou “a gente só fez conduzir”.

---

<sup>74</sup> Entre 2019 e 2020, durante o período em que o Mercado de São Miguel passou por obras de requalificação, o “santo visitante” ficou sob a guarda da irmandade.

Ainda que a participação desses santos de devoção popular seja uma tradição herdada do Mercado de Santa Bárbara, é interessante observar a ordem dos andores na procissão. Única santa (feminina) presente no préstito, o andor de Bárbara é precedido por seis santos masculinos que sempre ocupam o mesmo lugar no cortejo. Quem abre a procissão é o andor de São Cosme e São Damião. De acordo com a hagiografia católica, eles eram irmãos gêmeos que praticavam a medicina sem cobrar nada dos enfermos e evangelizavam através dos seus exemplos de caridade. Assim como a mártir Bárbara, por não rejeitarem a fé em Jesus Cristo, os irmãos foram denunciados, torturados e, por fim, decapitados.

Conforme mencionado no capítulo anterior, os santos gêmeos foram identificados com os Ibejis, divindades crianças no candomblé e filhos de Iansã. Na festa de 2017, além de escutar de diversos fiéis a expressão “Bejiró!” (saudação aos Ibejis), pela passagem dos santos Cosme e Damião, o diálogo entre duas amigas chamou minha atenção. Quando elas avistaram o andor dos gêmeos chegando na Praça da Sé, uma delas falou: “Quem tem proteção de erê, tem tudo”, e a outra amiga completou: “Peça um bofe também, mãe!”<sup>75</sup>

Segundo seus devotos, esses dois santos têm fama de atender rapidamente pedidos de naturezas diversas. Em 2019, participando de um caruru de São Cosme e São Damião, ouvi o depoimento de uma mulher que compartilhava com a dona da casa uma graça que tinha acabado de alcançar por intermédio dos santos: pouco tempo depois dela ter acendido uma vela no altar da casa e solicitado a intercessão deles, recebeu uma ligação informando que uma questão de trabalho (que já se prolongava há quase um ano) tinha sido resolvida. A rapidez na resolução de problemas variados e a associação com os Ibejis com certeza contribuíram para a grande devoção popular aos santos gêmeos em Salvador.

Em seguida, vem o andor de São Jorge. Nascido na região da Capadócia (Turquia), Jorge serviu ao exército e, segundo a lenda, chegou a matar um dragão que iria devorar a filha de um rei. Quando conheceu o cristianismo, renunciou a vida de soldado, foi denunciado ao imperador Diocleciano e também acabou sendo degolado. No ano de 2018, a pedido de membros da irmandade, ajudei a carregar o andor de São Jorge para retirá-lo da igreja em direção à procissão. Durante o percurso em que carreguei o santo guerreiro, ouvi muitas vezes a saudação “Okê Arô!”, alusiva ao orixá Oxóssi. Quando o andor passou em frente à sede do Afoxé Filhos

---

<sup>75</sup> Bofe é uma gíria gay utilizada para se referir a um homem, geralmente heterossexual. Com o tempo, a expressão também foi adotada pelas mulheres para falar de alguém do sexo masculino.

de Gandhi, na Rua Gregório de Matos, os músicos da agremiação tocaram para Oxóssi enquanto outros membros do afoxé lançavam milho branco das sacadas.

Se hoje a Rua Gregório de Matos é a via por onde a procissão inicia depois que os andores deixam a Igreja do Rosário dos Pretos, até início dos anos 2000, o cortejo seguia pela Rua Alfredo de Brito (rua paralela à Gregório de Matos) rumo ao Terreiro de Jesus. Essa pequena alteração no itinerário da procissão foi justificada pela Sra. Cosma Miranda, membro da irmandade, em entrevista para o IPAC<sup>76</sup>:

... inclusive aproveitamos isso e [mudamos o roteiro da procissão] por que antigamente a procissão ia pelo lado do antigo Nina Rodrigues, mas o pessoal aqui questionava muito porque, quando passava por lá não tinha nada era aquela rua parada sabe. Sem movimento, é como se não estivesse acontecendo nada e já aqui, na Gregório de Matos, o pessoal se preocupava em arrumar, enfeitar e aí nós decidimos aqui que ficaria esse trajeto da Gregório de Matos e ao longo desses anos é onde tem sido feito. (Trecho da entrevista com Cosma Miranda, em 2017)

A saudação feita pelo Afoxé Filhos de Gandhi a São Jorge (e demais santos da procissão) é uma das demonstrações de fé que comprovam o depoimento da atual vice-priora da irmandade. Proprietários de casarios e estabelecimentos comerciais situados na referida rua também se preocupam em decorar as sacadas com toalhas, flores e balões nas cores vermelho e branco para reverenciar Santa Bárbara.

Seguindo o cortejo, o santo que vem logo depois é São Miguel. Na verdade, Miguel é um arcanjo que, junto com Gabriel e Rafael, compõem a mais alta hierarquia angelical. Como relatado no capítulo anterior, a imagem do arcanjo foi uma das últimas a ser inserida na procissão, em 1980. Além de patrono de outro mercado na Baixa dos Sapateiros, São Miguel Arcanjo é tido como o guardião celeste e invocado para combater as forças do mal. Todos os anos, o Terreiro Casa Branca manda celebrar na Rosário dos Pretos uma missa para São Miguel, na festa de Logum Edé e Ogum. Ele também é bastante cultuado na umbanda, quando muitos adeptos reverenciam São Miguel Arcanjo como Ogum de Lei.

Dando continuidade à procissão, o próximo andor traz a imagem de São Sebastião. Assim como Bárbara, São Sebastião foi um dos mártires dos primeiros séculos cristãos, que

---

<sup>76</sup> Entrevista disponível no Relatório de Reavaliação de Registro Especial da Festa de Santa Bárbara em 2016 (p. 86-106), consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 18 de fevereiro de 2020.

também morreu por não renegar a fé em Jesus Cristo. De acordo com sua hagiografia, o capitão romano foi torturado e açoitado até a morte. A imagem do santo representa o seu primeiro martírio, quando teve o corpo transpassado por flechas. Padroeiro da cidade do Rio de Janeiro, São Sebastião parece não ter tantos devotos na capital baiana e seu andor é o menos concorrido na procissão de 04 de dezembro.

Após a imagem de São Sebastião, vem o andor de São Lázaro. Mendigo e leproso, Lázaro teve sua história contada por Jesus, na parábola O Rico e Lázaro (Lucas 16, 19-31). Sua imagem reproduz a descrição contida na Bíblia, que se refere a Lázaro como “todo coberto de feridas” e que “até os cães iam lambe-lhe as chagas”. Em Salvador, no bairro da Federação, há uma igreja dedicada ao santo protetor dos enfermos e dos animais doentes. Esse templo foi erguido no local onde existia um lazareto e é muito frequentado até hoje por adeptos das religiões afro-brasileiras, que realizam o banho de pipoca na frente da igreja.

O ritual de purificação ligado ao orixá Omolu é repetido no largo da Igreja de São Lázaro em função das semelhanças existentes na vida do santo e do orixá da cura, que resultaram na aproximação de ambos durante o processo de sincretismo religioso. Também por esse motivo, muitos devotos presentes na festa de Santa Bárbara reverenciam a passagem do andor de São Lázaro dizendo “Atotô!”, saudação do orixá Omolu/Obaluaiê.

Ainda que o banho de pipoca não esteja presente na festa de 04 de dezembro, é muito comum encontrar afroreligiosos (geralmente adeptos da umbanda) oferecendo banhos de limpeza e outros rituais de purificação na porta da Igreja do Rosário dos Pretos. Em verdade, essa é uma prática recorrente nas festas religiosas populares de Salvador, sendo mais encontradas em festividades fortemente marcadas pelo sincretismo religioso, a exemplo da lavagem do Bonfim, ou dedicadas a um orixá, como a festa de Iemanjá.

Ritual oriundo das religiões de matriz africana, esse banho de limpeza é composto de folhas conhecidas por trazer prosperidade e retirar o mau olhado: abre-caminho, akoko, aroeira, arruda... Além das folhas que são passadas no corpo da pessoa, o ritual inclui ainda a utilização de grãos como arroz, milho e sementes de girassol, sendo finalizado com o pó de pomba que é cruzado em determinadas partes do corpo. Tal prática é mais uma demonstração da diversidade religiosa e da convivência pacífica experimentada na festa de Santa Bárbara, quando devotos de diferentes credos religiosos se reúnem no mesmo espaço para saudar a força feminina e renovar a fé.

Além dos banhos de limpeza, nas imediações da igreja e do Mercado de Santa Bárbara, é comum encontrar pessoas vendendo flores (rosas vermelhas, principalmente) e objetos religiosos variados, como fitas, velas, imagens e colares de conta. Tais vendedores marcam presença em todas as celebrações do ciclo de festas populares de Salvador e muitos devotos, cientes disso, deixam para adquirir esses produtos minutos antes de fazer suas orações no altar (da igreja) ou na capela (do mercado).

Mas, voltando à procissão, o último santo a sair da Rosário dos Pretos antes da dona da festa é São Jerônimo. De acordo com a Igreja Católica Apostólica Romana, esse monge foi quem primeiro traduziu a Bíblia das línguas originais para o latim. É por este motivo que ele é considerado doutor das Sagradas Escrituras e sempre é representado com um livro nas mãos. Em Salvador, a devoção ao santo que costuma ser invocado contra os perigos de raios e trovões deve-se em parte ao fato dele ter sido identificado com o orixá Xangô.

Mesmo que um trecho do Hino de Santa Bárbara mencione que “Santa Bárbara e São Jerônimo, eles dois lá no céu são irmãos (grifo meu). São Jerônimo manda raio, manda coriscos e trovão”, vi vários fiéis se referirem ao santo como o marido de Bárbara. Na capital baiana, devido aos diferentes referenciais religiosos em torno do culto à santa, ao mesmo tempo que morreu virgem, Bárbara é considerada por muitos fiéis como a esposa de São Jerônimo. A crença dos devotos supera essas divergências analíticas e, pela via da fé e do sincretismo religioso, une Iansã e Xangô, Santa Bárbara e São Jerônimo em um vínculo matrimonial.

A partir do relato feito por J. Teixeira Barros (1930), é possível inferir que, em Salvador, a devoção à Santa Bárbara está ligada ao culto à São Jerônimo desde os tempos em que a santa era venerada na região da Cidade Baixa. Segundo ele, após o incêndio que resultou na demolição da capela do morgado, “As imagens de Santa Barbara, S. Jeronymo e Santa Ephigenia foram recolhidas á capella de S. Pedro Gonçalves, onde continuam veneradas” (BARROS, 1930, p. 343).

Se as crianças (Ibejis/Cosme e Damião) vieram na frente, abrindo a procissão para sua mãe, o marido (Xangô/São Jerônimo) põe fim à corte masculina para que sua esposa reine soberana. Não à toa, a imagem de Santa Bárbara é saudada com gritos de “Eparrei, Oiá!”, quando o andor dela passa pelas ruas do Centro Histórico. Entre os devotos que frequentam a celebração no Pelourinho, a identificação da santa com o orixá é tão forte que, na festa de 2004, o padre Josival Lemos Barbosa chegou a dizer: “Hoje é dia de Santa Bárbara, mas 99% dos que estão aqui acreditam em Iansã. Até eu” (CORREIO DA BAHIA, 05/12/2004, p. 13).

Em entrevista para o jornal A Tarde de 05 de dezembro de 2005, o sociólogo Milton Moura fez as seguintes considerações sobre os ritos da igreja do Pelourinho e a ordem dos andores na procissão de Santa Bárbara:

“As celebrações da Igreja do Rosário dos Pretos são a interface entre o candomblé e o catolicismo que conseguiu se legitimar. Do ponto de vista da oficialidade, é o ponto máximo da interseção das duas matrizes religiosas. Você vê que a procissão inclui diversos outros santos, que normalmente saem na mesma ordem em que os orixás seus associados, no candomblé, entram no barracão. Na liturgia dessa igreja, em particular, alguns aspectos da musicalidade do candomblé são assumidos e legitimados” (A TARDE, 05/12/2005, p. 5)

Ao longo dos anos 2000, de acordo com informações colhidas nos periódicos baianos, imagens de Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Guia e Santo Antônio também chegaram a integrar o cortejo de 04 de dezembro. Por motivos desconhecidos, tais santos não fazem mais parte da procissão de Santa Bárbara e, pelo que tenho observado desde 2017, apenas os seis santos citados acima compõem o préstito, sempre seguindo a mesma ordem dos andores.

Para Carlos Brandão (1989, p. 39), com algumas exceções, “o que torna ritual uma cerimônia devota do catolicismo é sua qualidade de deslocamento, de viagem (...) conduzindo seres simbolicamente sagrados através de espaços profanos, como a *procissão*”. Ou seja, a procissão é o espaço ritual em movimento que sacraliza, ainda que temporariamente, um local público. A rua, comumente associada ao ambiente profano, possibilita experiências sagradas que dialogam com o espaço público, complementando-se e permitindo novas situações que não seriam possíveis no espaço estritamente sagrado da igreja.

No caso de Santa Bárbara, ao contrário do que acontece em todas as procissões católicas de Salvador, quando os devotos conseguem ver e se aproximar da imagem do santo homenageado antes mesmo da saída da procissão, o andor da santa fica guardado no corredor lateral da igreja, longe do olhar dos fiéis. No palco onde acontece a missa campal, no Largo do Pelourinho, outra imagem maior da santa (também pertencente à Irmandade dos Homens Pretos) é colocada no altar e participa da missa festiva.

Todos os anos um palco é armado em frente à Fundação Casa de Jorge Amado, no Largo do Pelourinho. São tantos fiéis que comparecem à celebração que desde 2005 a missa precisou sair da igreja e alcançou a rua, o largo, sacralizando assim um espaço público e tornando

bastante tênues as fronteiras entre sagrado e profano. Da sacada do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), localizada quase em frente à Igreja do Rosário dos Pretos, um grupo de músicos toca os clarins para anunciar o início da celebração.

A missa campal parece potencializar ainda mais as manifestações de fé e um diálogo religioso de dupla pertença que acaba por fundir uma divindade à outra (para muitos devotos, Santa Bárbara é Iansã, e vice-versa). Na festa de 2017, por exemplo, o então capelão da igreja, padre Lázaro Muniz, reforçou essa associação logo no início da celebração. Ao perceber que a multidão presente respondeu de forma tímida ao seu “Viva Santa Bárbara!”, ele imediatamente completou: "O povo parece que não tomou café hoje... Eparrei, Iansã!"

Marcas da herança africana também podem ser percebidas ao longo da missa festiva, já que todos os cânticos são acompanhados de instrumentos como atabaque e agogô. Algumas músicas, inclusive, contêm frases ou palavras em iorubá, a exemplo do canto das ofertas: “Obá, obá, obá, recebe Olorum nossos dons”. Mais elementos desse encontro de religiões são observados no momento do ofertório. Durante a procissão das ofertas, além dos habituais cálices, hóstias, água e vinho, aparecem também os abarás, acarajés e acaçás. Segundo Manuel Querino (2006 [1928]), essas três comidas fazem parte dos “alimentos puramente africanos” encontrados na Bahia desde o período da escravidão. Vale destacar que os acarajés aparecem também em cestos de palha e pequenos tabuleiros de madeira, nas mãos de várias devotas que pagam promessa distribuindo os bolinhos antes, durante e depois da missa festiva.

Edilece Couto (2018) defende que, em Salvador, os elementos dessas diferentes religiões se unem num convívio de crenças que compõe a festa. Ela não acredita em mistura, mas em complementação religiosa.

Os fiéis entendem que, para os católicos, a hóstia é o corpo de Cristo e o acarajé, para candomblecistas e umbandistas, é o alimento de Iansã. Eles ocupam momentaneamente o mesmo espaço, estão presentes na liturgia católica, na missa, mas não se misturam, não se sobrepõem nem se confundem. São alimentos rituais que se complementam no momento em que os fiéis homenageiam Santa Bárbara e Iansã. Eles, respectivamente, representam a santa e o orixá. (COUTO, 2018, p. 210)

No interior da igreja, aberta à visitação dos fiéis durante a celebração campal, os andores dos santos que acompanharão Santa Bárbara no cortejo já se encontram arrumados lado a lado, em frente ao altar mor. Além dos andores de São Cosme e São Damião, São Jorge, São Lázaro,

São Miguel Arcanjo, São Sebastião e São Jerônimo, à frente deles, a irmandade coloca outra imagem de Santa Bárbara para que os devotos possam fazer suas orações, depositar flores e velas, além de tirar *selfies*<sup>77</sup> com a imagem da santa e dos demais andores.

Pelo grande número de pessoas que transitam na igreja no dia 04 de dezembro, seguranças particulares são contratados para guardar a entrada de alguns ambientes do templo, restringindo o acesso a membros da irmandade. Em 2018, já bastante conhecido pelos irmãos da Rosário, fui autorizado a entrar nos espaços reservados apenas à irmandade. Foi então que uma das senhoras da Devoção de Santa Bárbara me pediu para ficar ao lado da mesa onde estava a imagem da santa, para organizar a enorme fila de devotos, recolher as flores (a maior parte eram rosas vermelhas) e as doações dos fiéis.

Naquele ano, uma longa matéria sobre a festa de Santa Bárbara havia sido veiculada no telejornal matinal de maior audiência do estado, tendo eu como o pesquisador convidado para falar sobre a história da festa e da devoção à virgem mártir em Salvador<sup>78</sup>. Com isso, muitos membros da irmandade e devotos vieram me cumprimentar e falar que haviam me visto na televisão. Como outros participantes da Devoção também estavam auxiliando a organização da fila, em determinado momento, deixei temporariamente a função que haviam me dado para beber água e ir ao banheiro.

Quando cheguei ao corredor lateral onde ficam os banheiros, vi no final dele o enorme andor com a pequena imagem de Santa Bárbara. Aproximei-me e pude contemplar a santa que estava mais bela do que nos outros dias, cercada por um arco com centenas de rosas vermelhas. Rosas brancas, lírios e outras pequenas flores finalizavam a decoração. O mistério (por parte da irmandade) e a grande expectativa em torno da ornamentação do andor (por parte dos fiéis) se repetem todos os anos. Minutos antes do início da procissão, já presenciei devotos perguntando entre si “Como será que Santa Bárbara vai sair esse ano?” ou “Como será que ela vem?”. O suspense só termina quando a imagem da santa guerreira aparece na porta principal da Igreja do Rosário dos Pretos, ao final da missa campal.

Das janelas do coro da igreja, pétalas de flores são jogadas para saudar a imagem de aproximadamente 40 centímetros, mas que se torna uma gigante diante da comoção geral dos fiéis que lotam o Largo do Pelourinho. Nesse momento, muitos devotos tentam se aproximar

---

<sup>77</sup> *Selfie* é uma fotografia em que a pessoa faz um autorretrato, podendo incluir outras pessoas, paisagens e/ou objetos na imagem. Em geral, essas fotos são tiradas com a própria câmera do celular smartphone.

<sup>78</sup> Matéria disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7208118/programa/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

da imagem para tocar pelo menos nas rosas que decoram o seu andor. Outros fiéis, em lágrimas, apenas direcionam o olhar e as mãos para a santa, em sinal de gratidão e renovação dos pedidos. E há aqueles que só se conformam depois que conseguem carregar o andor da santa. Em alguns momentos, a disputa por conduzir a imagem é tão grande que resulta em pequenas brigas e confusões similares às relatadas no capítulo anterior.

Analisando a procissão do Círio de Nazaré, na cidade de Belém do Pará, Alves (1980) constatou que a área próxima ao carro da santa se torna perigosa. Guardadas as proporções, assim como acontece lá no Círio, na procissão de Santa Bárbara, os devotos aceitam correr esse risco para pagar suas promessas.

Próxima à berlinda localiza-se uma massa de pessoas que, em sua grande parte, está ali também “para pagar uma promessa”. Pelo menos quase todas as pessoas entrevistadas no dia do Círio assim diziam. É uma área perigosa num duplo sentido: primeiro porque demanda uma disposição devocional que implica em um papel de sacrifício e segundo porque esse sacrifício pode se materializar em empurrões, pisões, quedas, desmaios, cortes nos pés, e, não raro, em discussões pela disputa de um lugar. (ALVES, 1980, p. 44)

Na frente dos sete andores, a procissão é organizada da seguinte forma: uma cruz processional abre o cortejo, sendo levada por um coroinha. Logo após, vem o estandarte da Devoção de Santa Bárbara, carregado por um de seus membros. Nessa bandeira, além de uma imagem da mártir cristã, consta também o número 1998, numa referência ao ano de fundação da Devoção pela Irmandade dos Homens Pretos. Em seguida, uma criança caracterizada como Santa Bárbara integra o préstito.

Através de registros fotográficos da festa, veiculados pelos jornais baianos, foi possível constatar a presença infantil na procissão de Santa Bárbara desde os anos 1940, pelo menos. Assim como ainda hoje acontece em várias procissões católicas, as crianças participavam do cortejo vestidas de anjo e vinham logo no início do séquito. Já a presença de uma criança vestida como Santa Bárbara parece ter sido uma criação posterior, inserida na procissão décadas depois.

Atualmente, a procissão não conta mais com os “anjinhos”, mas a pequena Santa Bárbara continua presente. Em geral, é escolhida alguma neta de uma das integrantes da Rosário para se caracterizar como a jovem mártir. Depois da “Santa Bárbara mirim”, vem o pendão conduzido por irmãs da Devoção.

O pendão é feito de uma toalha branca com bordado rechilieu, costurada em cima de um tecido vermelho. Os devotos costumam depositar cédulas e moedas para ajudar nos custos da festa. De acordo com uma das senhoras que faz parte da Devoção desde o seu início, a inserção dessa toalha na procissão foi uma ideia do padre Alfredo Dórea para que turistas e demais devotos pudessem fazer doações em dinheiro. Ainda segundo ela, no passado, as doações eram mais generosas e conseguiam arrecadar um “bom dinheiro”. Até hoje, ao final da procissão, o pendão com as contribuições é dobrado na porta da igreja e entregue ao tesoureiro da irmandade.

O periódico A Tarde de 05 de dezembro de 1998 apresentou outra explicação para o surgimento do pendão, que era conduzido por baianas estilizadas.

Na subida rumo ao Terreiro de Jesus, a ala de “baianas” ricamente vestidas carregava à frente o pendão (espécie de toalha branca) aberto, esmolando entre os fiéis em nome da santa. Essa é uma tradição que se repete a cada ano, organizada pelo “Tio Juca”, figura que se veste com as cores da santa e usa o espadim da guerreira abrindo alas para a passagem da procissão. (A TARDE, 05/12/1998, p. 3)

Divergências à parte, fato é que a referida toalha continua presente na procissão até hoje, arrecadando as doações dos fiéis. Mas, como atualmente o pendão é levado por senhoras da Devoção de Santa Bárbara, a ala das “baianas” vem logo na sequência. O grupo é formado por mulheres completamente vestidas com o traje típico de baiana nas cores vermelho e branco.

Em Salvador, Santa Bárbara é considerada patrona das baianas de acarajé e muitas delas fazem questão de comparecer à festa, além de trazer balaios com acarajé para distribuir durante a missa campal e ao longo da procissão. A identificação de Santa Bárbara com Iansã ajuda a compreender porque a santa foi escolhida como protetora das baianas que comercializam o alimento votivo desse orixá. Atrás do grupo de baianas, vêm os andores com os santos já mencionados.

Durante o trajeto, o ponto alto da procissão ocorre quando o cortejo chega no Corpo de Bombeiros da Barroquinha. Segundo os periódicos baianos, o costume da procissão entrar no quartel da corporação iniciou na década de 1950. Já a participação do Corpo de Bombeiros nas homenagens à sua patrona começou antes disso. Nos anos 1940, por exemplo, a banda de música dos bombeiros era responsável por animar a procissão do mercado até a Igreja do Passo, onde era celebrada a missa solene (A TARDE, 04/12/1942, p. 2).

De acordo com o site da corporação<sup>79</sup>, a entrada da procissão no quartel do Corpo de Bombeiros começou após o episódio de um incêndio no Mercado de Santa Bárbara<sup>80</sup>.

Há décadas o Mercado de Santa Bárbara, no Centro Histórico de Salvador, pegou fogo, a imagem foi levada então para o quartel da Barroquinha, até a reestruturação do imóvel danificado.

Devotos pediram proteção à santa para que os bombeiros militares conseguissem combater as chamas, o que foi alcançado. Desde então, a imagem entra no quartel durante a procissão, em sinal de respeito e agradecimento. (CBMBA, 2020)

Tudo indica que foi após esse ocorrido que Santa Bárbara se tornou a padroeira do Corpo de Bombeiros da Bahia. O 1º Grupamento de Bombeiros Militar está localizado em uma esquina da ladeira da Praça com a rua J. J. Seabra e até hoje chama a atenção pela imponência da edificação, pintada nas cores vermelho e branco. O projeto inicial para construção do quartel foi do arquiteto italiano Julio Conti, mas a obra foi concluída por Filinto Santoro. Este último também era italiano e foi um dos principais projetistas europeus que atuou na Bahia no início do século XX, sendo responsável pela reforma e ampliação do Mercado Modelo, pelo projeto de construção da Avenida Oceânica, pela reforma dos palácios da Aclamação e Rio Branco, entre outras obras.

De acordo com Nivaldo Andrade Junior (2007), o edital de concorrência pública para construção do Quartel do Corpo de Bombeiros solicitava a entrega do edifício no prazo máximo de seis meses, tendo Filinto Santoro entregue a obra antes do previsto.

As obras se iniciaram em novembro de 1916 e, até a sua inauguração, em 29 de fevereiro de 1917, teriam se passado apenas quatro meses. Este limitado prazo de execução leva o autor do texto laudatório publicado pela Associação Nacional de Engenheiros e Arquitetos Italianos a afirmar que “com esta rápida construção foi batido o *record* nas construções públicas e privadas daquela capital.” (ASSOCIAZIONE..., *op. cit.*, 39-40). Segundo este mesmo autor, “o arquiteto se inspirou para a fachada externa deste edifício nos antigos

---

<sup>79</sup> Endereço: <<http://www.cbm.ba.gov.br/noticias/fieis-participam-da-missa-e-do-caruru-no-cbmba-em-homenagem-santa-barbara>>. Acesso em 10 jan. 2020.

<sup>80</sup> Em matéria veiculada pelo telejornal Bahia Meio Dia (2019), o jornalista informou que esse incêndio ocorreu na década de 1950 e a imagem ficou abrigada no quartel por cerca de dois meses. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/bahia-meio-dia/videos/t/edicoes/v/dia-de-santa-barbara-e-celebrado-com-tradicional-caruru-na-barroquinha/7207519/>>. Acesso em 10 jan. 2020.

monumentos de Siena e especialmente no *Palazzo della Signoria*.” (*loc. cit.*). (ANDRADE JUNIOR, 2007)

Na verdade, o prédio foi inaugurado no dia 29 de março de 1917, data do aniversário da capital baiana. Em estilo eclético, a fachada remete à arquitetura medieval italiana, aos castelos e fortificações europeus, representando um local de defesa. Com mais de 100 anos, desde 2010, o prédio centenário foi tombado pelo IPAC como um marco arquitetônico e histórico da cidade. Coincidentemente, as duas torres que compõem a fachada da edificação possuem formato similar à torre que é bastante encontrada em imagens de Santa Bárbara.

Todo dia 04 de dezembro, depois que os militares da corporação entram com o andor da santa no quartel dos bombeiros, um carro-pipa é responsável por dar um banho de água benta nos milhares de devotos que lotam o pátio. As centenas de litros de água utilizadas na bênção coletiva servem também para aliviar o forte calor característico do mês de dezembro e, em geral, são lançadas pela viatura “Vovó”, veículo mais antigo da corporação, do ano de 1912, trazido da Inglaterra.

Como destacado no capítulo anterior, é também no quartel que muitas filhas de santo recebem o orixá Iansã, que se manifesta em meio aos andores, militares e fiéis. Desde que a procissão passou a entrar no quartel, o espaço se tornou um dos principais locais de incorporação do orixá ao longo do trajeto. Já a aspersão de água benta no carro-pipa é algo mais recente, pois, de acordo com o jornal *Correio da Bahia* (1984),

Enquanto isso, o capelão do Corpo de Bombeiros, de uma das galerias começou a jogar água benta nos fiéis. Ao princípio com uma vassourinha, depois, atendendo os reclamos dos fiéis a água começou a ser atirada em maior quantidade com uma caneca de plástico, o que causou uma grande euforia, pois além de servir para lavar o espírito, o líquido amenizou, um pouco, o calor que àquela altura já estava demais. (CORREIO DA BAHIA, 05/12/1984, p. 5)

No Corpo de Bombeiros da Barroquinha, onde existe uma capela dedicada à padroeira da corporação, também é realizada missa em louvor à Santa Bárbara no dia 04 de dezembro. Como a celebração no quartel acontece no mesmo horário da missa campal, quem assiste à celebração no Pelourinho não consegue acompanhar a missa do quartel, e vice-versa. Depois da procissão, um caruru é servido pelos militares aos presentes. Segundo o jornal *A Tarde*, em 05 de dezembro de 2005, o “caruru dos bombeiros” (como é chamado pelos populares) já era

servido há 31 anos e “começou sendo oferecido apenas aos familiares dos militares, mas acabou crescendo e se tornando um evento da cidade” (p. 5).

Nas palavras do tenente coronel Cláudio Brandão, então comandante do 1º Grupamento do Corpo de Bombeiros, para o periódico *A Tarde*: “O nosso caruru era fechado, mas depois que o Mercado de Santa Bárbara pegou fogo começamos a abrir ao público e a tradição continuou, mesmo com a reabertura do mercado” (*A TARDE*, 05/12/1999, p. 3). O caruru da corporação costumava ser feito pelos próprios brigadistas, nas instalações do quartel, mas cresceu tanto que, atualmente, é preparado com o apoio do Restaurante Escola SENAC Pelourinho. O “caruru dos bombeiros” costuma ser feito com 10 mil quiabos e é distribuído em quentinhas para cerca de mil pessoas.

A comida só é servida depois que a imagem da santa sai do pátio da corporação, dando continuidade à procissão. Se até a década de 1970, depois de chegar ao quartel, a imagem de Santa Bárbara era levada por uma viatura dos bombeiros até o mercado; a partir dos anos 1980, a imagem passou a ser conduzida pelos próprios fiéis. Depois desse ponto alto no prédio da corporação militar, a procissão de Santa Bárbara realiza mais duas paradas antes de se encerrar. Uma é no Mercado de São Miguel, já detalhada acima. A outra é no Mercado de Santa Bárbara.

Como dito, até os anos 2000, a pequena imagem entrava no mercado onde ficou abrigada durante décadas. Devido a um desentendimento ocorrido nesse período e aos corredores estreitos para a passagem do andor, Santa Bárbara deixou de entrar no mercado do qual é padroeira, mas a irmandade da Rosário dos Pretos sempre lembra de parar defronte ao local para saudar os comerciantes. Recepcionada com o toque dos clarins, Santa Bárbara é recebida com enorme emoção por dona Izabel, a atual responsável pela manutenção da devoção à santa no mercado.

Depois dessa terceira e última parada, Santa Bárbara retorna à Igreja do Rosário dos Pretos, encerrando a procissão anual. No interior da igreja e sob vigilância de seguranças contratados, o andor da santa ainda permanece algumas horas à disposição dos devotos que desejem rezar, fazer pedidos, tirar fotos, etc. No início da tarde, a igreja é fechada e no palco do Largo do Pelourinho, onde antes aconteceu a missa campal, tem início as apresentações culturais e shows de samba que só terminam à noite.

Para muitas pessoas, a distribuição do caruru de Santa Bárbara (no mercado, no Corpo de Bombeiros, em sobrados do Centro Histórico, etc.) aliada às apresentações dos grupos de samba e à comercialização de bebidas alcoólicas nas barracas montadas nas calçadas do Largo

do Pelourinho marca o início da parte profana do festejo. Essa ideia também é reforçada pelos veículos de comunicação locais.

Entretanto, compreendo que o sagrado e o profano se complementam na festa de 04 de dezembro (e nas demais festas de largo soteropolitanas), sendo praticamente impossível determinar onde começa um e termina outro. Da mesma forma que há devotos que tomam cerveja enquanto assistem a missa campal e ao longo da procissão, há também fiéis que aproveitam para elevar suas preces ao céu durante o show de sambistas como Mariene de Castro. Não raras vezes, alguma batucada ou samba de roda atravessa e se integra à procissão, fazendo o povo rezar sambando e sambar rezando. Como destacou Ramos (2017, p. 267), “há fronteiras borradas, nas festas de largo, entre o sagrado e o profano”.

Os festejos religiosos populares da capital baiana recebem o nome de festas de largo justamente porque não se restringem ao espaço físico da igreja. Em geral, o templo serve apenas de referência para o desenrolar da festa. As manifestações populares, as barracas de comidas e bebidas, os grupos de música e capoeira se concentram nas imediações da igreja que comemora o(a) santo(a) de devoção. No caso da festa de Santa Bárbara, o grande número de devotos obrigou que o espaço sagrado fosse transferido para o largo, em 2005, para a realização da missa campal.

E ainda que as igrejas concentrem a maior parte dos rituais sagrados (não podemos esquecer que as procissões e cortejos extrapolam o espaço da igreja e ganham as ruas ao entorno do templo), as festas de largo não estariam completas sem as manifestações exteriores da fé<sup>81</sup>. Para isso, as ruas, praças e largos onde acontecerão a festa também recebem um tratamento especial, com a colocação de bandeirolas, gambiarras e enfeites que costumam ser retirados dias após a conclusão dos festejos.

“O tempo de duração da festa de largo é variável, e o principal marcador que define essa duração vem ser o rito sagrado. Este pode limitar-se a um episódio que define o centro festivo de uma data consagrada, mas também pode estender-se por um período maior” (SERRA, 2009, p. 73). Um bom exemplo desse prolongamento de um festejo religioso popular em Salvador pode ser observado na Festa do Bonfim, que se estendeu para além da novena e quinta-feira da lavagem e só termina depois da “Segunda-feira Gorda da Ribeira”.

---

<sup>81</sup> Manifestações exteriores da fé era como a Igreja Católica se referia aos batuques, danças e demais manifestações da religiosidade popular presentes nos festejos dos santos.

Ainda que as festas e eventos no espaço público sejam bastante recorrentes em Salvador, principalmente durante o verão, eles se diferenciam das festas de largo por alguns aspectos. Como bem observou Ordep Serra (2009),

Na Bahia, ninguém admitirá que uma folia realizada numa praça qualquer, sem santo celebrado na ocasião, seja uma “festa de largo”. (...) Por outro lado, claro está que uma celebração encerrada nos limites do templo, sem o complemento de folguedo, não pode ser categorizada como “festa de largo”. (SERRA, 2009, p. 78)

Ademais, a carnavalização/ espetacularização alcançou a maioria das festas de largo soteropolitanas, aprofundando ainda mais o vínculo entre os aspectos sagrados e profanos dos festejos. Mesmo com a proibição dos trios elétricos em festejos populares religiosos<sup>82</sup>, para muitos, as festas de largo funcionam como folias pré-carnavalescas já que acontecem durante o verão e reúnem música, dança, comida e bebida.

De acordo com Vivaldo da Costa Lima (2010),

O apelo à festa é um dos recursos essenciais da valorização da religião popular. Ele se afirma na ideia de um valor humano específico da festa e que ultrapassa ocasionalmente o quadro religioso. E vemos o renascimento da festa, da festa religiosa, nos aspectos seculares – as procissões, as lavagens, as romarias – com a permanência decrescente das festas mais estritamente canônicas da Igreja. (LIMA, 2010, p. 227)

Atualmente, é impossível pensar as festas religiosas populares de Salvador apenas com os rituais católicos e/ou das religiões de matriz africana. Ao romper com a lógica temporal da sociedade, o ato festivo cria um mecanismo que desestabiliza as normas vigentes e ressignifica a noção de tempo, por exemplo. “A festa corresponde a estes momentos de ruptura e de subversão e, por isso, não tem duração” (DUVIGNAUD, 1983, p. 230). Nesse sentido, a festa se apresenta como um modo de transgressão das regras estabelecidas.

---

<sup>82</sup> Na Lavagem do Bonfim, os trios elétricos foram proibidos de participar do cortejo a partir de 1998. Atualmente, nas procissões que utilizam microfones e som mecânico, os cânticos e orações contam com o apoio de carros de som ou micro trios. Na festa de Santa Bárbara no Pelourinho, um micro trio costuma acompanhar a procissão a partir do Terreiro de Jesus até o final do cortejo. Na Liberdade, é o carro de som do vereador Alfredo Manguiera que auxilia na animação dos fiéis ao longo da procissão de Santa Bárbara.

Ela [a festa] implica uma grande concorrência de povo agitado e barulhento. Estes ajuntamentos maciços favorecem eminentemente o nascimento e o contágio de uma exaltação que se prodigaliza em gritos e em gestos, que incita as pessoas a abandonarem-se sem vigilância aos mais irreflectidos impulsos. (...) Seja ela de ontem ou de hoje, a festa define-se sempre pela dança, o canto, a ingestão de comida, o beberete. É preciso que toda a gente se divirta à grande, até se prostrar, até cair doente. É a própria lei da festa. (CAILLOIS, 1979, p. 95-96)

Sendo assim, a festa (inclusive as de carácter religioso popular) não só traz diversão, mas acarreta também a transgressão. É da natureza da festa transgredir e “o esbanjamento e a destruição, formas do excesso, inserem-se por direito na essência da festa” (CAILLOIS, 1979, p. 96). Nesse sentido, enquanto Caillois acredita que a função da festa é regenerar o mundo real, Duvignaud (1983) considera que

Tal “transgressão” não é só uma “missa negra” que só existe quando se acredita na missa verdadeira. A festa importa em distúrbios provindos de fora do sistema, uma descoberta de apelos atuantes sobre o homem por vias externas ao poder das instituições que o conservam dentro de um conjunto estruturado. A transgressão, por ser estranha às normas e regras e, não explicitando a intenção de violá-las, é, por isso, mais forte. (DUVIGNAUD, 1983, p. 223)

Ao abandonar, ainda que provisoriamente, a lógica social cotidiana, as festas agregam as pessoas em torno de um objetivo comum e alcançam uma dimensão espetacular na sociedade. Em se tratando das festas religiosas populares, o encontro das devoções particulares é responsável pelo espetáculo de fé em forma de festa. Ainda de acordo com Duvignaud (1983), festas são

Cavidades onde, por um momento de convivência precível, reagrupam-se homens e mulheres dispostos a despojarem-se, pelo espaço de algumas horas, de suas posições sociais e, por meio deste “conclave mágico”, segundo a expressão de Mauss, alcançarem uma plenitude, uma espécie de desabrochar. (DUVIGNAUD, 1983, p. 22)

Assim como acontece nas demais festas religiosas populares de Salvador, os fiéis que se vestem de vermelho e branco e se dirigem ao Largo do Pelourinho no dia 04 de dezembro parecem estar cientes desse acordo tácito. Naquele momento, todos esquecem temporariamente os papéis que desempenham socialmente para se tornarem mais um devoto de Santa Bárbara.

O dia 04 de dezembro torna-se o ápice dessas várias devoções na mártir cristã que se reúne na data festiva para manifestar a fé que acompanha cada fiel ao longo da vida.

Logo, festas dessa natureza não devem ser consideradas simplesmente como celebrações pontuais que ocorrem em datas específicas do ano. Assim como as demais expressões da vida humana, a festa não pode ser reduzida a uma definição simplista de celebração que altera temporariamente a lógica da sociedade. Além de considerar que cada sociedade possui suas próprias convenções e, por conseguinte, suas festas particulares, a complexidade da festa possui uma característica comum: a busca do êxtase a partir da reatualização do mito. “Elas [as festas] constituem uma ruptura na obrigação do trabalho, uma libertação das limitações e das sujeições da condição do homem: é o momento em que se vive o mito, o sonho” (CAILLOIS, 1979, p. 123).

Desta forma, como dito anteriormente, torna-se impossível separar completamente o sagrado do profano e considerar tais práticas impuras ou deturpadas. Como destacado por Mary Douglas (1966), o conceito de pureza é relativo e a ideia de impureza é simbólica, pois são noções estabelecidas de acordo com os códigos e regras de cada sociedade e correspondem aos seus respectivos valores (culturais). Segundo Roger Caillois (1979), a dialética do sagrado desenvolve o puro e o impuro, categorias fundamentais em qualquer sistema religioso, e a força do sagrado está na ambivalência que é, ao mesmo tempo, antagonica e complementar. A atitude dos fiéis também se revela ambivalente:

No fundo, o sagrado suscita no fiel exactamente os mesmos sentimentos que o fogo na criança: mesmo receio de nele se queimar, mesmo desejo de o acender; mesma emoção perante a coisa proibida, mesma crença em que a sua conquista proporciona força e prestígio - ou ferimento e morte em caso de fracasso. (CAILLOIS, 1979, p. 36-37)

Seguindo essa lógica, para alcançar a pureza da fé, o fiel deve se afastar continuamente do mundo profano para alcançar o divino, pois a mistura/impureza encontra-se nas práticas humanas de comer, dormir, transar, etc. “A concepção religiosa do mundo requer, através dos espaços e dos tempos, um desapego semelhante do homem que deseja aproximar-se do sagrado. Quanto mais forte e viva ela for mais exigentes se mostram as regras de purificação” (CAILLOIS, 1979, p. 39).

Ainda de acordo com Caillois (1979), o sagrado diz respeito ao que está separado, afastado da vida cotidiana. Ou seja, apesar de estar ao alcance de todos, o sagrado exige alguns

procedimentos para ser acessado, evitando qualquer risco de perturbação à ordem imposta. “Na realidade, a festa é frequentemente tida pelo próprio reino do sagrado” (CAILLOIS, 1979, p. 97).

Conforme já destacado, todos os calendários sagrados são reatualizações rituais e a festa é a própria reatualização do tempo de origem por excelência. Ao celebrar a festa, seus participantes são contemporâneos do mito e, por isso mesmo, buscam um comportamento diferente do tempo ordinário. No caso da festa de 04 de dezembro, é comum encontrar devotos que levam enormes imagens da santa trazidas de casa ou brigam até conseguir carregar o andor de Santa Bárbara. Para eles, tais sacrifícios são uma forma de expiação dos pecados e de estarem mais próximos da sua santa protetora. A reintegração ao tempo sagrado de origem é uma tentativa de aproximar o homem dos deuses, nessa busca constante do *homo religiosus* de viver na presença divina.

Segundo Duvignaud (1983, p. 154), “comemorar é, antes de tudo, conservar...” A ideologia da festa prevê o consenso, a ideia de todos juntos exaltando o mesmo símbolo. Com isso, mesmo que desestabilize um pouco a vida social, ao final, a festa acaba reforçando valores, reafirmando ideais e criando novas experiências que são partilhadas socialmente. “Com efeito, a ‘consciência coletiva’ que a festa realiza constitui, a um só tempo, a existência de uma sociedade e um ‘meio efervescente’ onde têm nascimento novas formas de vida” (DUVIGNAUD, 1983, p. 157). O sociólogo francês prossegue, dizendo que

Decerto existe uma festa decorativa que utiliza os símbolos da vida coletiva e com eles ornamenta-se, teatralizando destarte os padrões que representam as instituições e lhes imprimem vigor. É o círculo vicioso de toda a alegoria aprisionada em uma cultura. Este tipo mesmo de festa não é simples e não se contenta em ilustrar ou representar. Ele questiona a própria cultura e, frequentemente, tenta romper a aura que envolve os hábitos do cotidiano. (DUVIGNAUD, 1983, p. 212)

Ao romper com a lógica diária, a festa traduz o ethos de uma determinada sociedade e ratifica o que é realmente importante para aquele grupo social, justificando sua realização todos os anos. Na festa de Santa Bárbara, ao longo dos séculos, novas características foram incorporadas e outros elementos foram paulatinamente sendo esquecidos. Depois de passar por uma fase de invisibilidade e um período de inconstâncias, a festa que corria o risco de desaparecer no final dos anos 1980 ganhou novo fôlego a partir do momento que passou a ser

organizada pela irmandade negra do Pelourinho. Tanto assim que, na primeira década do século XXI, a festa foi reconhecida como patrimônio imaterial da Bahia.

Os fatores que levaram à patrimonialização da festa, bem como os detalhes no seu processo de reconhecimento e os desdobramentos como produto turístico e vitrine política, serão tratados no próximo capítulo. Outros dois espaços de devoção à Santa Bárbara, que extrapolam os limites da festa oficial, também terão destaque no quarto (e último) capítulo da tese.

#### **CAPÍTULO 4: A patrimonialização da festa (e para além da festa oficial)**

Na festa de 04 de dezembro de 2008, os devotos de Santa Bárbara tiveram um motivo a mais para celebrar. Após quatro anos da publicação da notificação provisória do festejo, finalmente, a festa de Santa Bárbara foi registrada como Patrimônio Imaterial da Bahia. Entre outros fatores, a antiguidade e a singularidade da festa levaram a celebração que abre o calendário de festas populares de Salvador a ser reconhecida como patrimônio. Desta forma, estava garantida a salvaguarda das características essenciais de uma das celebrações responsáveis pela reafirmação da diversidade cultural dos baianos.

Antes disso, a divulgação realizada pelos órgãos de turismo fez com que muitos visitantes viessem conhecer a festa de Santa Bárbara, bem como os políticos que passaram a comparecer cada vez mais ao festejo desde o período em que acontecia o “caruru das autoridades”. E sempre que a festa de Santa Bárbara em Salvador é mencionada, a maior parte dos baianos e turistas lembra imediatamente da missa campal no Largo do Pelourinho e da procissão que percorre as principais ruas do Centro Histórico da cidade. A multidão vestida de vermelho e branco e a passagem pelo quartel do Corpo de Bombeiros da Barroquinha são outras lembranças recorrentes na memória de quem já presenciou a festa de 04 de dezembro.

Contudo, para além da festa oficial que anualmente ganha destaque nos veículos de comunicação, na capital baiana, existem mais dois locais de devoção à protetora contra os perigos de raios e tempestades. Ambos mantêm o culto à santa no decorrer do ano e também organizam festa para celebrá-la no dia 04 de dezembro. Como descrevi no segundo capítulo, na Baixa dos Sapateiros, há um mercado dedicado à mártir cristã desde o início do século XX. Além desse centro comercial, existe uma igreja consagrada à santa no bairro da Liberdade. Enquanto a referida igreja celebra a padroeira desde a sua fundação, na década de 1970, o mercado só intensificou a devoção à Santa Bárbara há poucos anos.

Sendo assim, quais circunstâncias favoreceram o reavivamento da devoção no mercado? Há alguma relação entre os dois locais? A patrimonialização da festa gerou algum impacto no mercado e na igreja da Liberdade? Quais as especificidades da Igreja de Santa Bárbara? Antes de esclarecer essas questões, vou explicar o contexto que resultou no reconhecimento da festa como patrimônio imaterial da Bahia.

#### 4.1 Um patrimônio vivo dos baianos

Após mais de 360 anos, a festa que começou na Cidade Baixa e passou para a região do Centro Histórico de Salvador foi finalmente agraciada com um reconhecimento de nível estadual. Em 2004, o pedido para registro da festa foi formalizado pelo antropólogo Júlio Santana Braga, então diretor geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). A partir de uma notificação pública emitida naquele mesmo ano, foi aberto um processo para registro da festa.

Era a primeira vez que o IPAC fazia aplicação do Artigo 40 da Lei Estadual nº 8.895, de 16 de dezembro de 2003 (regulamentada pelo Decreto nº 10.039, de 03 de julho de 2006). Segundo o referido artigo, a abertura de processo para registro especial de um bem cultural de natureza imaterial poderia ser realizada por ato de ocupantes de determinados cargos estaduais, entre eles o diretor geral do IPAC.

O inventário para registro da festa foi elaborado por equipe especializada do IPAC, usando metodologia similar à utilizada no âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Após instrução técnica do órgão, o processo foi submetido à avaliação do Conselho Estadual de Cultura. Este, por sua vez, depois de emitir parecer favorável, encaminhou o processo para apreciação do Secretário Estadual de Cultura, que, por fim, enviou para homologação do Governador e publicação de decreto no Diário Oficial do Estado da Bahia.

Mas, antes mesmo de atender a todas essas exigências, a abertura de processo já garantia à festa de Santa Bárbara um status de “registro provisório”, impedindo que ela sofresse alterações significativas. De acordo com Bahia (2010), no *Cadernos do IPAC, 5 – Festa de Santa Bárbara*,

Assim, em 04 de dezembro de 2004, foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia uma notificação pública, provisória, garantindo à Festa de Santa Bárbara a preservação das características mínimas que a compõem. O documento garantia a salvaguarda da identidade cultural da Bahia naquela cerimônia anual de devoção; de celebração pública da diversidade. (BAHIA, 2010, p. 70)

Depois disso, após quatro anos, no mesmo Diário Oficial do Estado da Bahia, o então governador Jaques Wagner assinou um decreto que inscreveu “no Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações a **Festa de Santa Bárbara**, manifestação cultural da Cidade do Salvador, como um patrimônio imaterial da Bahia” (ANEXO C). Conforme prevê a legislação estadual de proteção ao patrimônio cultural, o decreto só pôde ser publicado depois que os membros do Conselho Estadual de Cultura emitiram parecer favorável ao registro do festejo como bem imaterial.

O reconhecimento da festa centenária como patrimônio vivo dos baianos levou em consideração todas as especificidades da celebração, desde o início do culto à santa em Salvador, ainda no século XVII. Através desse decreto, o IPAC, autarquia da Secretaria de Cultura do estado, ficou responsável pelas medidas necessárias à sua efetivação, como pintura anual do Mercado de Santa Bárbara, disponibilização de recurso financeiro à Irmandade dos Homens Pretos para confecção das camisas, organização das missas, decoração dos andores para a procissão, etc.

Sobre a patrimonialização da festa de Santa Bárbara, Ramos (2017) destacou o ineditismo do título concedido a um festejo desta natureza na Bahia, o que ratifica a sua atual fase de ascensão.

A festa reconstruída ganhou um prêmio em 2008: foi reconhecida pelo Ipac como patrimônio imaterial da Bahia tornando-se a primeira comemoração do tipo a receber esse título no estado. A modalidade de preservação entende que a comemoração é dinâmica e, por isso, prevê as modificações no chamado plano de salvaguarda, embora estabelecendo que determinados elementos não podem ser modificados. Dessa forma, Santa Bárbara resistiu para ganhar a visibilidade que não possuía há quase 100 anos, quando foi mencionada pela primeira vez em A Tarde. (RAMOS, 2017, p. 204)

Por ser um bem cultural intangível, a cada cinco anos, o IPAC deve realizar uma revisão da manifestação cultural para atualizar as informações que constam no dossiê de registro da festa. Tal medida visa verificar possíveis acréscimos e/ou subtrações na realização da festividade, atendendo a uma exigência prevista no Artigo 41 da legislação estadual:

Art. 41 – Os bens culturais protegidos pelo Registro Especial serão documentados e registrados a cada 5 (cinco) anos, sob responsabilidade do IPAC, por meio das técnicas mais adequadas às suas características,

anexando-se, sempre que possível, novas informações ao processo. (LEI 8.895/2003)

No processo de revalidação, costuma-se utilizar os mesmos critérios adotados quando foi feito o registro do patrimônio cultural. No caso da festa de Santa Bárbara, o IPAC produziu um novo estudo com base em etnografia realizada nos anos de 2015, 2016 e 2017. A partir de depoimentos, fotografias, registros do percurso, quantitativo de fiéis, etc., o órgão verificou principalmente se a festa continuava sendo realizada com os mesmos elementos de quando foi registrada.

Além de observar se houve descaracterização da festa, o relatório de reavaliação do título averiguou também se existiam problemas que comprometiam a sua realização. Deste modo, ainda que ocorram mudanças eventuais, o mais importante para o IPAC é certificar que a essência da festa continua preservada, mantendo as mesmas características que a tornam singular. De acordo com o parecer técnico constante no processo de reavaliação da festa<sup>83</sup>, cinco critérios foram observados.

Para que o Bem patrimonializado permaneça com o título de patrimônio cultural ele deverá manter preservadas as características que proporcionaram a sua patrimonialização obedecendo aos critérios de Singularidade, Temporalidade ou Historicidade, Relevância Cultural, Referência Cultural e Dinamismo. (p. 8)

Após a conclusão do estudo de reavaliação do registro, como ainda não existia em 2020 uma legislação estadual sobre os procedimentos para a revalidação dos bens imateriais, os relatórios estavam aguardando a publicação de uma instrução normativa para seguir o processo de revalidação da festa de Santa Bárbara e dos demais patrimônios imateriais da Bahia que foram registrados pelo IPAC há mais de cinco anos.

Importante destacar que, após registrar um bem como patrimônio imaterial da Bahia, o Estado não tem obrigatoriedade de destinar um recurso financeiro para a realização daquela manifestação cultural. A sua obrigação é garantir a salvaguarda do bem (que pode ser feita de

---

<sup>83</sup> Processo nº 0607160000335 consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 29 de janeiro de 2020.

diversas formas) através de ações compartilhadas entre estado, município e os coordenadores do bem cultural que se tornou patrimônio.

Até mesmo pela crescente escassez de recursos públicos, para a equipe que trabalha na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, o ideal é que as festas registradas conquistem sua sustentabilidade para continuar sendo realizadas de forma espontânea, como sempre aconteceram, utilizando recursos próprios ou captados através de editais, além de contar com o apoio da comunidade envolvida, de empresas privadas, etc. Ainda assim, o recurso financeiro repassado pelo IPAC à Irmandade dos Homens Pretos, para realização da festa de Santa Bárbara entre os anos de 2017 e 2019, ultrapassou o montante de R\$ 450 mil.<sup>84</sup>

Segundo informações do Sr. Leomar Borges, então prior da Irmandade dos Homens Pretos, em entrevista ao IPAC<sup>85</sup>, o valor destinado pelo governo estadual desde o registro da festa de Santa Bárbara era insuficiente para cobrir todos os custos.

Nesses últimos anos, o valor está sendo em torno de vinte mil reais, (R\$ 20.000) e a gente gasta mais do que isso, mas, já ajuda em uma parte, a gente trabalha vendendo camisas, produtos; fazemos campanhas, mas, o valor da festa é maior do que isso. Mesmo [o governo] entrando com o palco, a gente tem o custo maior porque a gente faz o caruru, pagamos os Padres todos os dias, tem a ornamentação para os três dias. (Trecho da entrevista com Leomar Borges, em março de 2017)

Antes mesmo da efetivação das políticas estaduais de salvaguarda de bens culturais (de natureza material e imaterial), os órgãos públicos começaram a se interessar pela festa de 04 de dezembro, que ao longo do tempo sempre foi organizada pelos barraqueiros que trabalhavam no morgado e depois no mercado da Baixa dos Sapateiros.

#### **4.1.1 A festa como produto turístico e vitrine política**

---

<sup>84</sup> De acordo com informações obtidas no Diário Oficial do Estado da Bahia, os valores repassados à irmandade para realização do festejo foram os seguintes: R\$ 221.280,00 (2017), R\$ 84.500,00 (2018) e R\$ 145.000,00 (2019).

<sup>85</sup> Entrevista disponível no Relatório de Reavaliação de Registro Especial da Festa de Santa Bárbara em 2016 (p. 107-115), consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 18 de fevereiro de 2020.

Nos periódicos baianos, a primeira referência encontrada à participação de um órgão público no festejo foi em 1960. Talvez por perceber o potencial turístico da festa religiosa popular, o Departamento de Turismo municipal, criado em 1954, contribuiu (possivelmente com algum recurso financeiro) para a realização da festa daquele ano.

Já bem cêdo, bahianas de saias e blusas rendadas, pano da costa e figas de guiné, dirigiam-se ao mercado para o culto a “Yansan”, numa demonstração fiel da conservação daquela festa folclórica, que este ano contou com a colaboração do Departamento de Turismo da Prefeitura. (...)

Amanhã á tarde, com a tradicional lavagem, serão encerrados os festejos, quando novas preces serão feitas á milagrosa santa, padroeira dos barraqueiros no culto africano “Yansan”. (A TARDE, 05/12/1960, p. 2)

A partir do interesse demonstrado na festa de Santa Bárbara e devido ao plano turístico elaborado por esse órgão municipal, com o passar dos anos, muitos turistas começaram a visitar Salvador no período da festividade. Na década de 1970, o “Grande Ciclo de Festas Populares do Verão Baiano” começou a ser difundido com o objetivo de atrair turistas de outras partes do Brasil e do mundo para conhecer a capital baiana durante os festejos que começam com a festa de Santa Bárbara e só terminam no dia 02 de fevereiro com a festa de Iemanjá, semanas antes do início do carnaval.

Na verdade, o debate de que a cultura poderia impulsionar o setor turístico começou a ser aprofundado no Brasil no final dos anos 1960. Após décadas de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937 e voltado para a preservação do patrimônio material, o Estado brasileiro passou a estimular as regiões a investirem em seus atrativos turísticos, através da valorização dos patrimônios cultural e natural, como incremento ao desenvolvimento econômico local.

Aos poucos, os elementos de matriz africana foram sendo ressignificados para compor o conjunto de bens simbólicos da cultura brasileira. Nesse contexto, a Bahia ganhou destaque como espaço privilegiado para conhecer o patrimônio cultural dos povos afro-diaspóricos. Na capital baiana, o Pelourinho se configurou como um importante destino turístico por reunir história, arte e cultura no seu conjunto de igrejas seculares e casarões coloniais.

Ainda nesse período (final dos anos 1960 e início de 1970), a restauração do Pelourinho foi destacada como fundamental para alcançar os objetivos definidos em âmbito nacional. Conforme apontou Jocélio Teles dos Santos (2005),

O Pelourinho se constituía também em uma prioridade da política cultural voltada para o exterior. Ele se inscrevia no programa cultural e artístico, aprovado pela Organização dos Estados Americanos, para a preservação de monumentos históricos, arquitetônicos e artísticos das Américas. Respondia-se, portanto, às demandas externas de valorização do patrimônio nacional com vistas à implementação de um turismo cultural. (SANTOS, 2005, p. 86)

Na esfera estadual, a articulação entre cultura e turismo se efetivou através da criação da Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa), em 1968<sup>86</sup>. Esse órgão foi fundamental no processo de promoção e divulgação dos atrativos turísticos de Salvador, inclusive as manifestações de fé do povo baiano. Além das belezas naturais e arquitetônicas, a Bahiatursa destacava uma “baianidade” presente na culinária, candomblé, capoeira... Ou seja, o incentivo ao fluxo turístico no estado estava apoiado em uma imagem da Bahia fortemente marcada pelos elementos de origem africana.

Ainda de acordo com Santos (2005),

Ao construir textos sobre uma política de turismo, o governo estadual baiano realizava “leituras culturais”. A reflexão oficial partia do princípio de que havia uma “alma negra” que sempre exerceu “fascínio e atração irresistível” para todos aqueles que na Bahia passaram ou aportaram. A idéia é que todas essas características baianas provinham de uma herança africana, e, por consequência, eram eminentemente populares. Por isso, ressaltava-se a baianidade como um resultante de padrões culturais vindos do “povo”. (SANTOS, 2005, p. 88)

Sendo assim, o governo precisava apoiar e divulgar as manifestações populares, as festas de largo, o carnaval. Era função da Bahiatursa publicizar as festividades que aconteciam nas ruas, igrejas e terreiros de candomblé da capital e interior. Para auxiliar na divulgação dessas informações e apresentar a diversidade cultural do estado, o órgão passou a editar a revista *Viver Bahia*, publicada pela primeira vez em novembro de 1973. A revista tinha circulação nacional e era vendida em bancas, hotéis e agências de turismo.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> O primeiro nome do órgão foi Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. Em 1973, passou a se chamar Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa. Em 2014, se tornou Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia, mas continuou sendo conhecido como Bahiatursa.

<sup>87</sup> A revista lançada na década de 1970, durante a gestão de Antônio Carlos Magalhães, voltou a ser editada em 2007, no governo Jacques Wagner (PT), tendo sido publicada até 2011.

A publicação apresentava as belezas naturais e o patrimônio cultural do estado, informava sobre os serviços disponíveis em Salvador, mas também tinha espaço para divulgar o calendário de festejos populares e as festas públicas dos principais terreiros de candomblé. Segundo Silveira (1988, p. 195), a Bahiatursa não só anunciava as datas festivas como também passou a financiar determinados terreiros para tornar suas cerimônias mais espetaculares e até mesmo organizar rituais fictícios para adequar o calendário litúrgico ao período turístico.

Se antes o Estado perseguia os terreiros e, até meados da década de 1970, controlava suas celebrações públicas através da exigência de licença para “tocar candomblé”, gradativamente, esta situação foi mudando. Era interesse da indústria turística adequar e incorporar as expressões afro-brasileiras à “baianidade” propagandeada no país e no mundo. O reconhecimento da importância das manifestações de matriz africana para o fortalecimento do turismo na Bahia fez com que a cultura negra, sempre vista como sinal de atraso e inferioridade, ganhasse o status de singularidade cultural.

Além de utilizar o candomblé como símbolo da Bahia, outras expressões de fé (ligadas ou não às religiões de matriz africana) foram acionadas para promover o turismo baiano no Brasil e no exterior. Na edição de agosto de 1974, por exemplo, a *Viver Bahia* trouxe na capa a foto de Dona Filhinha, integrante da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, e contou com uma matéria sobre a história da confraria negra secular e o calendário da festa anual da irmandade. Com isso, as reportagens da *Viver Bahia* se apresentavam como um convite para turistas do mundo inteiro conhecerem manifestações que “só se vê na Bahia”<sup>88</sup>.

Assim sendo, tais festas foram vendidas como momentos ideais para se observar a mistura do sagrado com o profano, da fé com a alegria, da reza com o samba de roda. Uma matéria bem longa sobre as festas de Santa Bárbara e Nossa Senhora da Conceição da Praia, veiculada no caderno de Turismo do jornal A Tarde, de 02 de dezembro de 1979, demonstra claramente a importância das festas religiosas populares no incremento de turistas interessados em conhecer a cidade e a cultura do seu povo.

Com essas festas o baiano entra no ritmo acelerado de atividades populares que até o período do carnaval transformarão Salvador numa cidade de muita fé e alegria, numa perfeita mistura do profano com o religioso. O samba de roda anima os dias e noites. Esta animação, por sua vez, se espalha pelas barracas instaladas em praças, ruas ou largos da velha Salvador, onde turistas,

---

<sup>88</sup> Referência ao título da música composta pelo santo-amarense Roberto Mendes, que busca destacar as singularidades da Bahia, cantada por ele como “uma nação diferente, toda prosa e poesia”.

populares e curiosos encontram uma variedade de comidas e bebidas típicas para esquentar ainda mais o samba e as brincadeiras. (A TARDE, 02/12/1979, p. 5)

Ressaltar essas características constantemente associadas ao povo baiano foi uma das estratégias encontradas pelos órgãos estadual e municipal de turismo para intensificar o fluxo de visitantes. A Bahiatursa e a Empresa de Turismo Salvador (Emtursa) passaram a contribuir para a realização dessas festas religiosas populares através de recursos financeiros, disponibilização de equipe, serviços, etc. Desde então, os gestores da pasta de turismo começaram a ganhar espaço no 04 de dezembro. Na festa de 1970, até o Superintendente de Turismo fez uma fala quando a imagem de Santa Bárbara adentrou o quartel da Barroquinha. Segundo o jornal A Tarde (1970),

O samba de roda e o maculelê tomavam conta de todo mundo, deixando quem veio de fora assombrado, com tanta espontaneidade e alegria, jamais vista em festejos populares em lugar nenhum. O grande número de turistas que esteve presente este ano, aos festejos de Santa Bárbara, não sabia se fotografava o povo ou se caía no samba. (A TARDE, 05/12/1970, p. 2)

Duas décadas depois, o jornal Tribuna da Bahia também assinalou que “Ainda no Pelourinho, os turistas estrangeiros disputavam os melhores ângulos na intenção de fotografar o cortejo” (05/12/1990, Cidade, p. 1). Se, por um lado, as campanhas turísticas surtiram efeito e muitos visitantes passaram a frequentar a festa de Santa Bárbara desde então, por outro lado, é importante ter cuidado com a mercantilização das festas de largo para preservar o patrimônio cultural nelas existentes. A esse respeito, Ordep Serra (2005) escreveu que

Um corpo de festas como o que temos na Cidade da Bahia não é comum. Tratar este tesouro com ligeireza, considera-lo simples mercadoria turística, não passa de estupidez que acaba se voltando contra o objetivo colimado. Assim se amesquinha um bem precioso, degrada-se um patrimônio cultural significativo, uma reserva de beleza que pode livrar-nos do desencanto. (SERRA, 2005, p. 17)

Além da presença de turistas na festa de Santa Bárbara que, de acordo com os periódicos baianos, começa a aparecer em maior número a partir da década de 1970, outros representantes do poder público (não necessariamente vinculados à pasta do Turismo) passaram a comparecer

todos os anos, ganhando destaque na festa de 04 de dezembro. Em 1970, o orador oficial dos festejos foi o vereador Aurélio Lisboa, que fez um discurso quando a imagem da santa chegou no Quartel do Corpo de Bombeiros (A TARDE, 05/12/1970, p. 02).

A quantidade de políticos parece ter crescido tanto que, a partir dos anos 1960, vários jornais assinalaram a presença dessas autoridades na festa de Santa Bárbara. E a participação deles não se restringia ao dia 04 de dezembro já que um “caruru das autoridades” passou a ser servido aos políticos que compareciam ao Mercado de Santa Bárbara no dia 06 de dezembro, data de encerramento da comemoração anual. De acordo com o jornal A Tarde (1976),

... hoje haverá o ponto alto dos festejos, quando, às 17 horas, será servido o tradicional caruru, feito com mais de 30 mil quiabos. Às 19 horas será servido o caruru das autoridades. Estarão presentes o Governador Roberto Santos e o Prefeito Jorge Hage. A festa de Santa Bárbara será encerrada às 22 horas, com queima de fogos de artifício e a posse da nova diretoria dos festejos. (A TARDE, 06/12/1976, p. 03)

Até o fechamento do Mercado de Santa Bárbara, em 1987, o caruru das autoridades tornou-se uma tradição repetida todos os anos no terceiro dia de comemorações à santa guerreira. Segundo o Diário de Notícias de 07 de dezembro de 1979, a prefeitura de Salvador concedeu cerca de Cr\$ 50 mil cruzeiros para ajudar nos custos do caruru que era distribuído aos políticos e a todas as pessoas que compareciam ao mercado da Baixa dos Sapateiros.

A presença dessas figuras públicas na festa de Santa Bárbara era também uma forma de medir a popularidade e reafirmar o compromisso dos políticos com o povo baiano. Tanto assim que, em 1979, o governador Antônio Carlos Magalhães e o prefeito Mário Kertész foram recebidos com festa no mercado e “entraram também na gandaia”<sup>89</sup>. Mais uma prova dessa busca de aproximação com os eleitores pode ser lida no Diário de Notícias (1979):

Muito emocionado o governador Antônio Carlos Magalhães, disse ao povo presente ao caruru que “tudo farei para que tudo que se relacione com o povo baiano, receba os melhores tratamentos por parte do governo. O importante mesmo é a identificação do povo com o seu governo, e hoje vejo mais uma

---

<sup>89</sup> Nesse mesmo ano, o governador e o prefeito foram distinguidos com o título de “juizes da festa” (Diário de Notícias, 04/12/1979), possivelmente uma forma de agradecimento da comissão de barraqueiros pelo apoio recebido do poder público para cobrir os custos do festejo. No ano seguinte, a homenagem se repetiu e ambos continuaram sendo os juizes da festa (A TARDE, 02/12/1980).

vez esta demonstração de carinho”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07/12/1979, p. 3)

Como o caruru só era distribuído no dia 06 de dezembro e havia festa no mercado durante três dias seguidos, até final dos anos 1980, o “caruru das autoridades” marcou o término do festejo anual. Conforme registrou Vianna (1983, p. 38), “Até o dia 6, há uma verdadeira romaria de devotos ao mercado. O encerramento é com o **Caruru das Autoridades**. Festa que dura 3 dias, com muita música, muita dança e um policiamento severo para evitar distúrbios no pequeno recinto...”

Contudo, o oferecimento de caruru aos políticos parece não ter agradado a todos, em especial às pessoas mais velhas que estavam envolvidas com a festividade. De acordo com Felix (1982, p. 8), “Hoje: os barraqueiros dedicam, quase sempre, os festejos às autoridades. Os mais antigos porém não aceitam muito a ideia por acharem que tal fato tira o cunho popular e espontaneidade das homenagens a Santa Bárbara”.

Fato é que, a partir do momento em que a festa popular passou a ter algum apoio de órgãos públicos, a relação da comissão organizadora dos festejos com os políticos aconteceu de diferentes formas. Ainda na década de 1970, por exemplo, a procissão parou em frente à prefeitura para homenagear o prefeito Edvaldo Brito. Antes disso, ao final da missa solene (que contou com a presença do prefeito), “Os barraqueiros solicitaram ao Sr. Edvaldo Brito a desapropriação da área do Mercado e a decretação de sua utilidade pública, prometendo o prefeito examinar a reivindicação” (A Tarde, 05/12/1978, capa).

Já em 1983, quando o Mercado de Santa Bárbara estava em decadência, o caruru distribuído nas instalações do local precisou ser patrocinado pela Bahiatura, Prefeitura Municipal, lojistas da Baixa dos Sapateiros e os barraqueiros do mercado (Jornal da Bahia, 07/12/1983, p. 04). No ano seguinte, o caruru teve o patrocínio do Azeite de Dendê Tropicana, além do apoio da prefeitura, Bahiatura e a contribuição dos fiéis. Talvez pelo estado de abandono do mercado, naquele ano, as autoridades não apareceram no local, mesmo tendo sido convidadas (A TARDE, 07/12/1984, p. 03).

Ao longo da segunda metade do século XX, em especial a partir dos anos 1970, a presença de políticos se tornou uma constante na festa de Santa Bárbara. Além de aparecer no “caruru das autoridades”, no dia 06 de dezembro, era comum o governador e o prefeito participarem da missa solene e da procissão no dia 04. Na festa de 1979, o prefeito Mário Kertész e alguns vereadores assistiram à celebração festiva na Igreja do Carmo e foram

saudados pelo padre (Jornal da Bahia, 05/12/1979). No ano seguinte, além de participar da missa e carregar o andor da mártir durante a procissão, Mário Kertész aproveitou a oportunidade e discursou na igreja para os milhares de fiéis/eleitores presentes no templo, conforme transcreveu o jornal Correio da Bahia:

“Com a proteção de Santa Bárbara e o carinho de vocês” – disse o Prefeito – “ficará muito mais fácil governar a cidade, pois se as dificuldades são muitas e diversas, com a fé inabalável em Santa Bárbara e no senhor do Bonfim espero poder propiciar ao povo mais condições de ser feliz e alegre para que ele possa viver melhor”. (CORREIO DA BAHIA, 05/12/1980, p. 5)

Segundo o jornal A Tarde de 05 de dezembro de 1986, no último ano da imagem de Santa Bárbara no mercado da Baixa dos Sapateiros, a festa só aconteceu devido ao apoio da Emtursa e da iniciativa privada. O coordenador das Festas de Largo da Emtursa revelou ao periódico que “convidou 16 ‘baianas’ do Terreiro Mutuiçara, do Candeal de Brotas, para acompanhar o cortejo”. Também nesse ano a empresa de turismo contratou 12 baianas para preparar o caruru de 40 mil quiabos que foi servido no mercado de Santa Bárbara (CORREIO DA BAHIA, 03/12/1986, p. 6).

Possivelmente, as baianas “convidadas” pela Emtursa foram contratadas para garantir a presença de um dos símbolos mais representativos da cultura baiana, tanto no Brasil quanto no exterior, na festividade que passava por um momento delicado com a iminência de fechamento do Mercado de Santa Bárbara. Se em décadas anteriores as baianas de acarajé e adeptas do candomblé vestiam-se com o traje típico para comparecer espontaneamente à festa de 04 de dezembro, naquele ano, foi necessária uma intervenção estatal para garantir uma representatividade mínima.

Além da Emtursa, como já assinalado, a Bahiatura também passou a contribuir com certa regularidade para a realização da festa de Santa Bárbara que acontecia na Baixa dos Sapateiros e no Rio Vermelho. Era (e continua sendo) interesse do órgão estadual de turismo que a festa fosse realizada da melhor forma possível para atrair cada vez mais turistas à capital baiana. Inclusive, em 05 de dezembro de 2014, o jornal Correio da Bahia informou que vários integrantes do Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável, que estavam em Salvador, vestiram-se de vermelho para acompanhar a procissão.

Assim como acontece hoje, o recurso financeiro recebido dos órgãos públicos era utilizado para a decoração dos andores e, principalmente, para a compra dos ingredientes do caruru. A prefeitura também colaborava com a limpeza e pintura do Mercado de Santa Bárbara. Segundo o Jornal da Bahia de 04 de dezembro de 1979, “funcionários da Prefeitura colocavam palhas de coqueiro nos postes em toda a extensão da Baixa dos Sapateiros”, indicando que a decoração para a festa de Santa Bárbara não se restringia apenas ao mercado do qual é padroeira. Nesse período, os barraqueiros já possuíam uma comissão organizadora dos festejos, que mudava de diretoria a cada dois anos. Ainda assim, o espanhol Leopoldo Martinez permaneceu à frente da comissão por mais de 20 anos, até que abandonou o posto em 1986 por não ter mais barraca no mercado (A TARDE, 05/12/1986, p. 2).

A relação com os poderes públicos parece ter se intensificado depois que a imagem da santa foi transferida para a Igreja do Rosário dos Pretos. De acordo com o jornal A Tarde de 05 de dezembro de 1998, a procissão chegou a parar em frente ao IPAC para homenagear o então secretário estadual de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi. A partir de 2008, com o registro da festa como patrimônio imaterial do estado, a relação que já era próxima tornou-se ainda mais estreita e, anualmente, a Irmandade dos Homens Pretos recebe apoio financeiro do Governo do Estado para a realização da festa de Santa Bárbara, conforme destacado acima.

Pelo que observei, o valor destinado pelo governo estadual é suficiente para cobrir todos os gastos com a festa: missas, decoração dos andores, camisas, fogos, etc. Além do repasse financeiro à irmandade, anualmente, quando a festa se aproxima, o IPAC costuma pintar o Mercado de Santa Bárbara. Já o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), também ligado à Secretaria Estadual de Cultura, repassa uma verba para a realização do caruru no mercado.

Representantes de todos esses órgãos costumam marcar presença na celebração festiva de 04 de dezembro. No palco onde acontece a missa campal desde 2005, autoridades religiosas e políticas dividem espaço. O capelão da Rosário dos Pretos faz questão de registrar tais presenças no início da celebração e convida os principais representantes políticos para dirigir algumas palavras às centenas de pessoas presentes no Largo do Pelourinho. Nos últimos anos, Arany Santana (Secretária de Cultura da Bahia) sempre fez um breve discurso destacando a importância da festa e transmitindo o abraço do governador Rui Costa. Outros secretários estaduais, deputados e vereadores coligados também costumam falar brevemente e acenar para a multidão alvirrubra.

Nesse sentido, o palco da celebração se torna um palanque onde representantes políticos reafirmam o seu compromisso com a população e ressaltam a importância do poder público para realização da festa que é um patrimônio dos baianos. Ao registrar as presenças das autoridades políticas e conceder espaço de fala para elas, a Irmandade dos Homens Pretos realiza uma espécie de agradecimento público às instâncias que ajudaram a custear o festejo, aumentando também a popularidade das mesmas. Com isso, ambos os lados se fortalecem e estreitam relações para além da festa de 04 de dezembro.

Como visto, o reavivamento da festa de Santa Bárbara ocorrido ao longo das décadas de 1990 e 2000 chegou ao auge com o processo de patrimonialização do festejo. O reconhecimento dos poderes públicos da importância da festa de 04 de dezembro e, conseqüentemente, a garantia de um aporte financeiro para a sua realização possibilitaram uma estabilidade que antes não existia. Ainda que a festa religiosa popular esteja sob a responsabilidade de uma irmandade leiga católica, os membros da Rosário dos Pretos têm consciência de que “a irmandade organiza, mas a festa é do povo”<sup>90</sup>.

É importante salientar que a devoção aos santos no formato que desenvolvemos no Brasil é algo tão íntimo, pessoal, particular que está acima das prescrições impostas pela Igreja Católica. Por isso mesmo, todas as tentativas de disciplinar o cortejo, controlar as demonstrações de fé, impedir a disputa para carregar o andor da santa, entre outras medidas, alcançam pouco ou nenhum êxito porque a multidão de devotos parece compartilhar uma consciência coletiva de que aquela festa é de todos, de que “Santa Bárbara é nossa”. Quem acompanha as comemorações de 04 de dezembro no Pelourinho e suas imediações identifica rapidamente os elementos singulares que tornam a festa de Santa Bárbara um patrimônio vivo dos baianos.

Conforme ponderou Carlos Brandão (1989), ao tratar das celebrações religiosas populares no Brasil,

Apesar dos esforços da Igreja para separar uma parte propriamente *religiosa* das outras, *folclóricas* ou das francamente *profanas*, para o devoto popular o sentido da festa não é outra coisa senão a sucessão cerimonial de *todas* estas situações, dentro e fora do âmbito restrito dos ritos da Igreja (BRANDÃO, 1989, p. 37)

---

<sup>90</sup> Frase sempre repetida por diferentes integrantes nas reuniões da Devoção de Santa Bárbara.

Tanto assim que a fé na protetora contra os perigos dos raios e trovões não se restringe ao dia 04 de dezembro, quando centenas de fiéis se vestem de vermelho e branco e se dirigem ao Centro Antigo de Salvador para saudá-la com gritos de “Eparrei, Oiá!”. Ainda que a festa de Santa Bárbara seja o ponto mais alto da devoção baiana à mártir cristã, o culto à santa (e ao orixá) não se limita ao Pelourinho e vai muito além da festa oficial, como abordarei a seguir.

#### **4.2 A igreja de Santa Bárbara na Liberdade**

Na festa de 1972, a senhora Maria do Socorro, devota e frequentadora da festa de Santa Bárbara há mais de 40 anos, deu um depoimento ao Diário de Notícias (05/12/1972, p. 2) reivindicando em Salvador um templo exclusivo para sua santa de devoção: “Era bom que a nossa Santa tivesse uma bonita Igreja só dela. Está aqui já não cabe tanta gente e também é emprestada”. Ela se referia à igreja do Rosário dos Pretos onde foi celebrada a missa festiva daquele ano.

Coincidência ou não, parece que a virgem mártir ouviu o pedido da sua devota, pois no ano seguinte um templo dedicado a ela foi erguido no bairro da Liberdade. A igreja foi fundada no dia 08 de dezembro de 1973, no local onde funcionava o Armazém Guarany, próximo à Igreja de São Cosme e São Damião. Interessante observar que a Igreja de Santa Bárbara foi inaugurada quatro anos após a publicação da carta encíclica do Papa Paulo VI, que suprimiu do calendário oficial da Igreja Católica Apostólica Romana as celebrações a dezenas de santos, inclusive Santa Bárbara (como explanei no primeiro capítulo).

Entretanto, essa atitude não se configurou como um desrespeito à determinação do Vaticano, pois o templo foi fundado pela Igreja Católica Apostólica Brasileira, uma dissidência da Católica Romana. Conforme salientou Edilece Couto (2012),

Ela [Santa Bárbara] só foi reabilitada pela Igreja no pontificado de João Paulo II. Assim, podemos entender porque Bárbara é cultuada nos altares laterais das igrejas católicas romanas ou em nichos espalhados pelas ruas e mercados. A única igreja em Salvador que tem Santa Bárbara como padroeira não é católica romana, e sim a Igreja Católica Brasileira. (COUTO, 2012, p. 112)

Sobre o histórico da Igreja Católica Brasileira e as principais diferenças entre as duas denominações religiosas, Cleidiana Ramos (2017) sintetizou da seguinte forma:

A Igreja Católica Apostólica Brasileira foi criada em 1945 pelo bispo dom Carlos Duarte Costa, após ter sido excomungado da Igreja Católica por desobedecer a ordens de superiores. Dentre as diferenças em relação ao catolicismo mais antigo, a instituição não reconhece a autoridade do papa, promove casamentos de divorciados e seus sacerdotes podem constituir família. (RAMOS, 2017, p. 199)

Em entrevista concedida ao IPAC, em 2005, durante o processo para patrimonialização da festa de Santa Bárbara, Dom Roberto Garrido Padin (falecido em 24 de março de 2018), afirmou que a igreja dedicada à mártir surgiu do desejo de Monsenhor Waldir Guimarães do Espírito Santo. Ele queria instalar na Liberdade uma igreja enraizada na devoção popular e escolheu Santa Bárbara por ser bastante conhecida e por ainda não haver uma igreja consagrada a ela na capital baiana. Além disso, a Igreja Brasileira só venera os santos da Igreja Primitiva, como é o caso de Santa Bárbara.

À época da fundação, tanto o padre Waldir como o padre Roberto eram vinculados à Igreja Católica Apostólica Brasileira. Depois eles mudaram para a Igreja Católica Apostólica Independente de Tradição Salomoniana. Assim como a Católica Brasileira, a de Tradição Salomoniana também surgiu de uma dissidência. Ela foi criada por Dom Salomão Ferraz, ex-pastor presbiteriano que foi sagrado ao episcopado por Dom Carlos Duarte da Costa (fundador da Católica Brasileira). Anos depois, Dom Salomão organizou o movimento que deu origem à igreja que segue sua tradição. Além de dar ênfase ao Novo Testamento, a Igreja de Tradição Salomoniana permite celebrações fora dos templos, sempre distribui a comunhão nas duas espécies (pão e vinho), o celibato para os padres é opcional e a liturgia segue o Rito Brasiliense (criado pelo próprio Salomão Ferraz).

Como a igreja em Salvador foi fundada dias depois da data comemorativa de Santa Bárbara, a primeira festa dedicada a ela no bairro da Liberdade só aconteceu no ano de 1974. Era da Rua Lima e Silva, nº 71, que saía anualmente a procissão até que a Igreja de Santa Bárbara mudou de endereço, em dezembro de 2009. O templo foi transferido para o mesmo bairro, na Estrada da Liberdade, nº 52. A mudança foi motivada pela impossibilidade de ampliar a antiga igreja, considerada pequena por Dom Roberto. A única exigência do religioso era que o novo local fosse em uma rua principal da Liberdade. Depois que encontrou o imóvel que

atendia suas expectativas, fez uma reforma e transferiu a igreja para o endereço onde funciona até hoje.

No período em que o templo funcionou no antigo local, a procissão do dia 04 de dezembro ia pela Rua Lima e Silva (principal via da Liberdade) até alcançar o bairro Guarani. Depois retornava, entrando na Rua 13 de Maio e voltando novamente para a Rua Lima e Silva. Ao chegar no largo do Plano Inclinado da Liberdade, era celebrada uma missa campal, encerrando as comemorações à Santa Bárbara.

Mas, antes de descrever melhor a programação da data festiva, vale destacar que os preparativos para o dia 04 de dezembro, na igreja da Liberdade, começam com a lavagem do templo. Apesar de não ter acontecido nos anos de 2019 (pois a organizadora estava doente) e 2020 (por conta da pandemia), a lavagem costuma ocorrer no domingo anterior à festa. De acordo com informações encontradas nos periódicos baianos, a lavagem da Igreja de Santa Bárbara é um ritual repetido anualmente desde a fundação do templo.

O Diário de Notícias de 04 de dezembro de 1979 apresentou os detalhes da lavagem.

Com mais de duas dezenas de “baianas” e ajuda de grande número de fiéis, a Igreja de Santa Bárbara, localizada na Liberdade, foi lavada na manhã de domingo, por volta de meio-dia, sob cânticos religiosos. O cortejo da “lavagem” saiu do Largo da Lapinha, às 11:00 horas, acompanhado por blocos e batucadas, além de grande número de fiéis. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/12/1979)

No ano de 1986, por exemplo, mesmo com a chuva que atrasou o início da lavagem, a cerimônia foi realizada pelas ialorixás e filhas de santo tipicamente trajadas. De acordo com um jornal da cidade, a lavagem foi rápida e contou com o apoio de funcionários da prefeitura que, após o ritual das baianas, utilizaram um caminhão pipa para concluir a limpeza (TRIBUNA DA BAHIA, 01/12/1986, p. 6). Assim como acontece até hoje, depois da lavagem das escadarias, foi servido um almoço a todos os presentes.

Outras festas populares de Salvador, além da bastante conhecida Lavagem do Bonfim, também incluem na sua programação o ritual de limpeza dos degraus de uma determinada igreja da capital. A Festa de Itapuã é um desses festejos que possui não uma, mas duas lavagens realizadas no mesmo dia. A primeira é organizada pelos moradores do bairro e acontece às 5h

da manhã; já a segunda conta com a presença de baianas que utilizam água de cheiro para lavar as escadarias da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã.

E seguindo a própria dinâmica social, algumas lavagens também desapareceram do calendário de festejos baianos. Um bom exemplo de lavagem extinta em Salvador é a que acontecia durante a Festa da Pituba. Anualmente, o bairro (que já foi local de veraneio) promovia a lavagem das escadarias da Igreja de Nossa Senhora da Luz. Tudo indica que essa tradição resistiu até a década de 1980, quando mães e filhas de santo saíam de Amaralina, em cortejo, para realizar o ritual no bairro vizinho. A festa contava ainda com duas procissões (terrestre e marítima) e divertimentos em torno das barracas montadas no largo da igreja. Nos dias atuais, apenas os ritos estritamente católicos são realizados para homenagear a padroeira da Pituba.<sup>91</sup>

Em relação à lavagem mais tradicional que acontece em Salvador até hoje, o ritual no interior da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim foi interdito pelas autoridades eclesiásticas desde 1890. A Igreja Católica proibiu tal prática por considerar que ela profanava o espaço sagrado, já que, além de estimular cânticos populares e bebedeiras, era comum encontrar mulheres com roupas decotadas e homens *seminus* (sem camisa) durante a lavagem do templo. Desde então, a lavagem em preparação ao novenário do Senhor do Bonfim passou a ser realizada somente nas escadarias do adro da igreja.

Com o tempo, a expressão “lavagem do Bonfim” deixou de ser utilizada exclusivamente para se referir ao ato simbólico de limpeza dos degraus e passou a significar todo o contexto em que a festa está inserida, do cortejo às demais manifestações que ocorrem após o ritual nas escadarias. Sobre isso, Francisco Nunes Neto (2014) escreveu que

Nesse sentido, o termo/vocábulo *lavagem*, antes dos anos 40 do século XX, foi apenas utilizado para se referir ao ato e ritual simbólico de lavar o interior, o adro e as escadarias da igreja do Senhor do Bonfim. A partir dessa década, passou a ser escrito – nos jornais *Diário de Notícias*, *Diário da Bahia* e *A Tarde* – como sinônimo da Festa e dos festejos de maneira geral, com a inicial maiúscula em substituição à minúscula, como designativo para o conjunto de práticas rituais, litúrgicas e celebrativas dentro e fora dos limites do templo. Assim permanece até os nossos dias. (NUNES NETO, 2014, p. 135)

---

<sup>91</sup> Para mais informações sobre a extinta lavagem da Pituba, consultar RAMOS, Cleidiana, 2017, cap. 10.

Assim como acontece até hoje na Igreja do Bonfim, em geral, os templos ficam fechados durante o ritual de lavagem das escadarias. Isso demonstra uma postura ortodoxa da Igreja Católica Apostólica Romana para se afastar de práticas protagonizadas por pessoas de outros segmentos religiosos, haja vista que as lavagens costumam ser feitas por baianas adeptas das religiões de matriz africana. No caso da lavagem da Igreja de Santa Bárbara, observei um comportamento diferente por parte do então pároco. No dia da lavagem, além de participar do ritual, ele organizava um almoço como forma de agradecimento às baianas.

Essa atitude de Dom Roberto Padin (pároco da Igreja de Santa Bárbara até 2018) representa bem a doutrina da Igreja de Tradição Salomoniana, que adota uma postura tolerante e de respeito aos demais credos religiosos, sempre buscando acolher e respeitar as especificidades de cada comunidade. Tanto assim que Dom Roberto era um dos maiores incentivadores da lavagem do templo. Em entrevista para o IPAC<sup>92</sup>, ele falou sobre o assunto:

Eu faço a lavagem no domingo, antes da festa de Santa Bárbara, vêm as baianas, o povo, elas lavam a igreja, a escadaria da igreja, em um simbolismo de limpeza. A história da lavagem do Bonfim é que as pessoas se reuniam, como aqui também se reúnem, para limpar o templo para a festa de senhor do Bonfim, esse é o simbolismo (...). Então é isso que eu reivindiquei para a Festa de Santa Bárbara, uma lavagem que antecede a todas as festas de largo da Bahia, que seria a abertura dos festejos populares de Salvador. É uma jogada de mestre, mas, eu não sei se entenderam ainda, mas eu espero que cresça isso e a gente chegue um dia a ter uma lavagem de Santa Bárbara bem grande, simbolizando a abertura dos festejos populares dos santos de Salvador. (Trecho da entrevista com Dom Roberto Padin, em 2017)

Infelizmente, Dom Roberto faleceu sem ver a lavagem de Santa Bárbara alcançar a dimensão que esperava. Na realidade, até hoje, o ritual é um evento pequeno, sem repercussão na cidade, contando somente com a adesão de algumas casas de candomblé do bairro e mais uma dezena de frequentadores da paróquia. Nos últimos anos, ao invés de sair do Largo da Lapinha, o cortejo das baianas vinha em sentido contrário, passando pelo Plano Inclinado até chegar à igreja.

No passado, além da lavagem do templo, a programação festiva começava no dia 25 de novembro com um novenário em honra à santa (JORNAL DA BAHIA, 04/12/1979). A última referência à novena preparatória, “que culmina com uma alvorada festiva no dia da procissão”,

---

<sup>92</sup> Entrevista disponível no Relatório de Reavaliação de Registro Especial da Festa de Santa Bárbara em 2016 (p. 116-125), consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 18 de fevereiro de 2020.

foi encontrada no jornal A Tarde de 05 de dezembro de 1996 (p. 2)<sup>93</sup>. Atualmente, a programação se concentra no próprio dia 04 de dezembro, com várias missas celebradas ao longo do dia e a procissão solene que encerra os festejos no bairro.

Em verdade, a data festiva da padroeira é marcada por missas realizadas a cada duas horas, a partir das 6h da manhã, sendo a última ao meio-dia. Assim como acontece na Igreja do Rosário dos Pretos, na paróquia da Liberdade, sempre é definido um tema (em geral, relacionado a passagens bíblicas) para a festa anual. A procissão solene acontece todos os anos às 17h e é acompanhada pelo carro de som do vereador Alfredo Mangueira. Inclusive, há mais de 10 anos, esse parlamentar mantém a tradição de oferecer um caruru em honra à santa, para dezenas de pessoas que comparecem no dia 04 de dezembro ao Plano Inclinado da Liberdade.

Em 2019, pude acompanhar de perto a procissão que contava com aproximadamente 100 pessoas. Saindo da igreja, o cortejo seguiu pela Estrada da Liberdade em direção ao plano inclinado. Diferente do préstito do Centro Histórico, a procissão da Liberdade conduz apenas uma imagem, a de Santa Bárbara. Mas, assim como acontece até hoje na procissão do Pelourinho, a imagem da Liberdade também já teve a companhia de outro santo no cortejo do dia 04 de dezembro.

Segundo as edições do jornal A Tarde de 05 de dezembro de 1995 e 1996, naqueles anos, a procissão de Santa Bárbara foi acompanhada pela imagem de Santo Antônio de Pádua. Provavelmente, a presença do frade franciscano no préstito justificava-se pela devoção que acontecia a ele na Igreja de Santa Bárbara, sempre às terças-feiras, com a distribuição do pão de Santo Antônio<sup>94</sup>.

Seguindo a tradição, os devotos compareceram à procissão da Liberdade vestidos de vermelho e branco. Muitos queriam carregar o andor da virgem mártir, representada em uma imagem de cerca de 01 metro. Entre as orações e músicas católicas entoadas pelo povo, fogos de artifício estouravam no céu para anunciar a passagem do cortejo pelas ruas do bairro. Como

---

<sup>93</sup> Em 2005, em entrevista ao IPAC, Dom Roberto Padin afirmou que realizava um tríduo preparatório para a festa de Santa Bárbara. Tudo indica que, após o seu falecimento, somente a programação do dia 04 de dezembro foi mantida. (Entrevista disponível no Inventário de Referências Culturais da Festa de Santa Bárbara, p. 72-78, consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 29 de janeiro de 2020).

<sup>94</sup> Informação extraída da entrevista de Dom Roberto Padin ao IPAC, disponível no Inventário de Referências Culturais da Festa de Santa Bárbara (p. 72-78), consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 29 de janeiro de 2020.

a festa de Santa Bárbara da Liberdade não costuma ter projeção nos circuitos turísticos e midiáticos, a procissão contava na sua maioria com pessoas da própria comunidade.

Nas proximidades do plano inclinado, uma devota da santa se integrou à procissão para distribuir dezenas de pequenos acarajés que trazia em uma gamela de madeira. Um pouco mais à frente, no Comercial Liberdade, mais uma demonstração de reverência à Santa Bárbara: uma chuva de pétalas de rosas vermelhas foi lançada da sacada do prédio. Ao passar em frente à Igreja Católica Apostólica Ortodoxa, o padre que estava com o microfone no momento fez questão de saudar a senhora responsável pela administração do local (que acompanhava tudo do primeiro andar da igreja), bem como o templo dedicado à São Lázaro.

Tal deferência não foi repetida pelo mesmo padre quando a procissão passou em frente à Paróquia Santos Cosme e Damião, vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana. Dando continuidade ao préstito, pouco depois da Feira do Japão, a procissão avançou pela Rua da Central onde fica o candomblé Ilê Asé Osum Dey Orisalá Muende. Os iaôs da casa estavam incorporados em frente ao terreiro, enquanto o pai de santo jogava milho branco (ebô) nos fiéis que desejassem. Já as equedes da casa, distribuía marmitas de caruru aos devotos que passavam. O religioso que animava a procissão saudou os “irmãos de matriz africana” e o cortejo seguiu o seu percurso.

Cabe destacar que a procissão nem sempre cumpriu esse roteiro. Ao invés de entrar na Rua da Central, o séquito de Santa Bárbara seguia em direção ao Guarani, bairro fronteiro com a Liberdade, e de lá retornava, passando pela Rua 13 de Maio até chegar ao seu ponto inicial. Em 2017, durante entrevista ao IPAC<sup>95</sup>, apesar de não informar o ano dessa alteração, Dom Roberto Padin declarou que a mudança no trajeto “foi arte de Alfredo Mangueira”. Amigo pessoal do religioso e apoiador da festa de Santa Bárbara na Liberdade, o referido vereador explicou a Dom Roberto que a procissão de 04 de dezembro atrapalhava muito o trânsito no bairro e, nas palavras do bispo, Mangueira sugeriu o seguinte: “*Entre na Central, ao invés de ir para o bairro Guarany, você entre na Central, o tempo que você entra na Central o trânsito flui, vá na Central, saia no Duque, entre na Rua 13*”.

A partir dessa informação, é possível constatar a influência do vereador que cresceu e sempre se elegeu no bairro da Liberdade, bem como a autonomia do bispo para alterar o percurso da caminhada sem maiores problemas. Além disso, a mudança surtiu efeitos positivos

---

<sup>95</sup> Entrevista disponível no Relatório de Reavaliação de Registro Especial da Festa de Santa Bárbara em 2016 (p. 116-125), consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 18 de fevereiro de 2020.

(não apenas no trânsito), pois a passagem pela Rua 13 de Maio se tornou um dos pontos altos da procissão. Ainda segundo o finado Dom Roberto,

Na Rua 13 há sempre muitas homenagens à Santa Bárbara. A Rua 13 é uma rua que, entrando ali onde era a A Provedora, onde era o cinema, era cinema São Jorge, eu acho, é que já passou tanto tempo... e ali quando Santa Bárbara entra ali, ela recebe, são balões que soltam, são foguetes, e muita, muita festa. Até os foguetes eu não compro, é o povo que dar, o povo dar pra fazer a festa de Santa Bárbara. Eu gosto disso porque eu não me envolvo muito, só chamo a pessoa para soltar os fogos e aí a gente vem pelo caminho fazendo a folia. (Trecho da entrevista do IPAC com Dom Roberto Padin, em 2017)

É bem provável que a grande festa a que Dom Roberto se referiu na entrevista tenha relação com outro terreiro de candomblé instalado na Rua 13 de Maio, já que o Ilê Segbónrànsi Awo Sàsàrà (Casa dos Segredos e Mistérios de Sàsàrà) também presta homenagens durante a passagem da procissão de Santa Bárbara em frente à casa de axé. Em 2019, os membros desse terreiro recepcionaram o cortejo com muitos fogos de artifício, além de pétalas de flores e milho branco que eram lançados da sacada.

Mais uma vez, o padre que conduzia a procissão saudou os “irmãos de matriz africana” e vários devotos acenaram para os membros do terreiro. O respeito e diálogo entre o clero da Igreja de Santa Bárbara e o povo de santo da Liberdade remontam ao período de fundação do templo no bairro, como comprova a lavagem repetida anualmente. Outro fato que corrobora as décadas dessa relação cordial foi encontrado no Diário de Notícias de 04 de dezembro de 1979, quando “Pela primeira vez, este ano, amanhã, dia 5, haverá caruru na Igreja de Santa Bárbara, atendendo a pedidos de diversos fiéis de ‘Yansã’ que escolheram a Igreja para cumprir suas promessas”.

Até hoje, em todas as quartas-feiras de agosto, mês em que vários terreiros celebram o orixá Omolu, algumas filhas de santo ficam na porta do templo oferecendo banho de pipoca para os devotos que terminaram de assistir à missa de Santa Bárbara. Os padres, bem como a equipe da igreja, respeitam e não interferem no ritual ligado ao candomblé.

Dom Roberto falou sobre sua convivência com adeptos das religiões de matriz africana e o respeito que tinha pela fé de cada um(a). Na sua primeira entrevista ao IPAC<sup>96</sup>, ao tratar do tema, ele deu o exemplo de um frequentador da igreja que era pai de santo e devoto de Bárbara:

... esse rapaz até faleceu; ele vinha muito aqui na igreja, ele era muito devoto de Santa Bárbara, mas ele era Babalorixá. E ele estava vestido com a roupa tradicional do candomblé, com o gorrinho na cabeça, assistindo a missa lá no Plano Inclinado [missa campal]. E ele tirava o gorro, jogava pra cima e dizia: **êparrê...** (risos). E no final da missa, eu fiz referência a isso. Eu disse o seguinte: tem gente que vem aqui e a gente sabe, por causa de Santa Bárbara; então, pra aqueles que vem por causa de Santa Bárbara, **Viva Santa Bárbara!** Mas pra aqueles que vem por causa de Iansã, por que não dizer **êparrê Oyá!** (risos). Aí, o povo aplaudiu, foi aquela coisa toda, mas teve gente que disse: *olhe, o padre deu até santo no altar* (risos). Mas não é isso; eu acho que a gente tem que respeitar; eu acho que o mal do mundo é que nós ainda vivemos nessa disputa por ganharmos fiéis. Eu acho que no dia em que nós nos conscientizarmos que nós temos que batalhar por um mundo melhor, um mundo de paz, um mundo onde todos se respeitem e sejam respeitados, nesse dia nós vamos estar começando a construir a paz. Enquanto isso, a gente vive nessa guerra. (Trecho da entrevista do IPAC com Dom Roberto Padin, em 2005)

Mas, voltando à procissão de Santa Bárbara, o préstito seguiu rumo ao Plano Inclinado. Ainda na Rua 13 de Maio, foi possível presenciar outras demonstrações de fé na santa guerreira através de fiéis que aplaudiram a passagem do cortejo e devotas que arrumaram pequenos altares em frente às suas residências, com imagens da santa cercada de flores e velas.

Quando passou novamente pelo Plano Inclinado da Liberdade, a procissão fez uma pausa para a celebração da missa campal. A missa foi rápida e durou menos de uma hora, pois a imagem da santa ainda precisava retornar ao seu templo. Ao final da celebração, esse percurso foi feito em ritmo mais acelerado e antes das 20h Santa Bárbara já estava de volta à igreja.

Além da festa anual, o culto à virgem mártir no bairro era mantido através da Irmandade de Santa Bárbara da Liberdade. Segundo Dom Roberto, em entrevista ao IPAC em 2005, a irmandade foi criada pouco depois da fundação da igreja no bairro. Ela surgiu a partir de um grupo de fiéis que se reunia para organizar a festa da sua santa de devoção. Ainda de acordo com ele, na época da entrevista, o grupo estava um pouco inoperante e ele iria “dar umas

---

<sup>96</sup> Entrevista disponível no Inventário de Referências Culturais da Festa de Santa Bárbara (p. 72-78), consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 29 de janeiro de 2020.

injeções na irmandade pra ela se desenvolver”. Atualmente, a referida irmandade não está mais em atividade.

Com isso, a Igreja de Santa Bárbara da Liberdade estimula a devoção à sua padroeira através de missas realizadas sempre às quartas-feiras (8h e 19h) e aos domingos (8h). O templo também fica aberto diariamente para os fiéis que desejem visitar o local, fazer orações, agendar celebrações, etc. Após a missa dos domingos, são realizados os batizados. Ao contrário da Igreja Católica Apostólica Romana, que exige um curso prévio de preparação para pais e padrinhos, na Paróquia de Santa Bárbara, os interessados em batizar uma criança só precisam chegar no domingo escolhido e assistir uma breve palestra ministrada por dona Olga Padin, secretária da igreja.

Dona Olga é viúva de Dom Roberto Padin, com o qual teve duas filhas. Inclusive, a filha caçula do casal recebeu o nome de Bárbara em gratidão à santa que livrou a criança de qualquer sequela, após a mãe ter tido rubéola durante a gravidez. Dona Olga é a responsável por abrir diariamente a igreja e cuidar da administração do local, com o apoio da sua cunhada. Após o falecimento do bispo, três religiosos se revezavam para atender as demandas da Igreja de Santa Bárbara: Dom Edson de Deus, Padre Almeida e Padre Ozéas Nascimento. Além de celebrar missas na Liberdade, Dom Edson foi um dos responsáveis por trazer novo vigor à devoção no Mercado de Santa Bárbara.

#### **4.3 O reavivamento da devoção no Mercado de Santa Bárbara**

Conforme detalhei nos capítulos anteriores, o mercado da Baixa dos Sapateiros foi inaugurado no final do século XIX e mudou de nome (para reverenciar Santa Bárbara) no início do século XX. Desde então, o local funcionou ativamente e só parou suas atividades em 1987, quando esteve dez anos fechado até sua reinauguração. A reforma do mercado ficou a cargo da Sampazi Empreendimentos, empresa que comprou o imóvel dos herdeiros da família Pompílio de Bittencourt. Depois da requalificação do centro comercial, a construtora ficou com alguns dos 64 boxes e vendeu as demais unidades aos comerciantes interessados.

Dona Maria Izabel Batista, atual responsável pela capela que existe no interior do Mercado de Santa Bárbara, foi uma das primeiras comerciantes a se estabelecer no local após a reabertura do espaço, em 04 de dezembro de 1997. Ela não tinha nenhum box no mercado

antes do seu fechamento, mas resolveu comprar um ponto comercial no local por influência de uma amiga que lhe informou que o mercado tinha muita fama e era bastante frequentado.

Logo que se estabeleceu na Baixa dos Sapateiros, dona Izabel não participava da organização da festa da padroeira. Ela só começou a se envolver a partir de 2002, quando se tornou síndica do mercado. Durante entrevista para elaboração do inventário de patrimonialização da festa de Santa Bárbara, ela explicou que “O Mercado reformado, mas depois foi pra ruína de novo. Peguei aqui praticamente sem água, não tinha luz, tudo precário mesmo. A vagabundagem imperando aqui dentro, a Santa vivia aí junto de um banheiro, em um cubículo, e aí eu tomei a frente do condomínio” (Trecho da entrevista do IPAC com dona Izabel Batista, em 2005)<sup>97</sup>.

Além de construir uma nova capela para a santa (como expliquei no terceiro capítulo), dona Izabel buscou fazer algumas melhorias nas instalações do centro comercial. Desde que assumiu como síndica, ela cuidava sozinha da festa no mercado. Ainda de acordo com a entrevista concedida ao IPAC, em 2005, ela informou que já havia solicitado apoio de órgãos com a Emtursa e a prefeitura, mas não tinha obtido êxito. A inadimplência dos condôminos era outro agravante que dificultava a manutenção do mercado e uma possível reserva de recursos para bancar a festa anual.

Apesar disso e mesmo com vários boxes fechados (por comerciantes que desistiram de trabalhar no local), há quase 20 anos a senhora septuagenária não mede esforços para realizar a festa de Santa Bárbara no mercado. Ainda que dona Izabel mantenha uma relação de cordialidade com a Irmandade dos Homens Pretos e ambos os espaços (o mercado e a igreja) façam parte do contexto em que a festa está inserida, cada local organiza de forma autônoma os preparativos para o dia 04 de dezembro. Pelos motivos expostos, a atual presidente da Associação do Mercado de Santa Bárbara sempre teve mais dificuldade para custear os gastos com a celebração da padroeira do mercado.

Desde que a festa de Santa Bárbara se tornou patrimônio, em 2008, as condições para a realização dos festejos no mercado da Baixa dos Sapateiros melhoraram um pouco. Anualmente, o IPAC costuma pintar o centro comercial semanas antes da data festiva e, a partir de 2011, com a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), dona Izabel

---

<sup>97</sup> Entrevista disponível no Inventário de Referências Culturais da Festa de Santa Bárbara (p. 79-83), consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 29 de janeiro de 2020.

passou a receber um apoio financeiro do órgão vinculado à secretaria estadual de cultura para ajudar nos gastos com o caruru do mercado.

Todos os anos, enquanto o caruru é feito para servir os devotos, outras comidas são preparadas para agradar a Iansã e os orixás a ela relacionados. Sobre essas oferendas, realizadas no interior da capela do Mercado de Santa Bárbara, dona Izabel afirmou que “Tem um candomblé que vem fazer. É ele que faz as obrigações da santa, três dias antes [da festa]. E vem fazer também as do dia [da festa]. Três dias antes, que são as comidas dos escravos, que se arreia na rua. E as da santa, que fica aí na exposição” (Trecho da entrevista do IPAC com dona Izabel Batista, em 2005).

Segundo o periódico *A Tarde* de 05 de dezembro de 2007, “No mercado, por volta das 6h30, foram colocadas as oferendas aos orixás, feitas durante toda a noite por uma equipe sob o comando de mãe Estelita de Oyá” (p. 8). Nos últimos anos, as comidas rituais têm sido preparadas por um afroreligioso vindo de Cachoeira, que também fica responsável por arreá-las por volta das 23h do dia 03 de dezembro. Mesmo idosa, dona Izabel acompanha tudo de perto e as oferendas colocadas na capela da santa são despachadas dias depois da data festiva.

Entre as diversas comidas oferecidas, o amalá de Xangô e o acará de Iansã ocupam lugar de destaque. Nas proximidades do dia 04 de dezembro, fiéis costumam comparecer ao mercado e depositar aos pés da santa católica nagés (pratos de barro) com acará. Em geral, as oferendas são compostas de nove bolinhos. A quantidade dos acarás faz referência às histórias relacionadas à Iansã, pois, como pontuado ao longo do trabalho, o número nove é sagrado para esse orixá.

Até poucos anos atrás, além das oferendas, homenagens e samba de roda no dia 04 de dezembro, a devoção à santa no mercado restringia-se à distribuição do caruru no box de dona Izabel e a uma missa celebrada dias antes da data festiva por algum padre da Igreja de Santa Bárbara (Liberdade). Esporadicamente, ao longo do ano, algum devoto aparecia (e ainda aparece) no mercado para acender uma vela, fazer orações e depositar uma oferta na capela. No mais, a manutenção do culto à padroeira ficava sob os cuidados de dona Izabel, que até hoje contrata alguém para limpar, procura sempre trocar as flores e acender velas na capelinha construída com seus próprios recursos.

Mas essa situação começou a mudar a partir de 2017. Naquele ano, três jovens mulheres se reuniram por acaso e descobriram que compartilhavam a mesma devoção à Iansã e o interesse

pela festa de Santa Bárbara<sup>98</sup>. Com isso, resolveram criar um evento para arrecadar fundos para a realização da festa no mercado dia 04 de dezembro. O principal objetivo do evento é conseguir dinheiro para custear a preparação do caruru. Se possível, o valor arrecadado é destinado ainda para cobrir os gastos com floricultura (para ornamentação da capela), contratação de seguranças, sonorização e o cachê do grupo de samba que anima os devotos que passam pelo local no dia da festa.

Desde 2017, o evento acontece uma vez por ano, no sábado anterior à data festiva, e foi batizado pelas três organizadoras de Bingo das Santas. Uma forma de fazer referência tanto à mártir cristã quanto à deusa iorubana que são cultuadas no mercado da Baixa dos Sapateiros. Com a anuência de dona Izabel, que ficou muito feliz com a ideia do bingo, todos os anos as três jovens fazem cartazes e camisetas, divulgam o evento nas redes sociais, vão em busca dos prêmios, convidam as pessoas conhecidas... De acordo com Tenille Bezerra, cineasta e uma das organizadoras do bingo, as três tiveram essa ideia pela necessidade de proteger a festa de Santa Bárbara que é um patrimônio da Bahia.

No dia do bingo (que é realizado no próprio mercado), a entrada é gratuita. Uma feijoada, bebidas e as cartelas para participar do sorteio são comercializadas no local, com toda renda revertida em prol da festa. O evento sempre conta com um grupo de samba de terreiro, que anima o público presente composto principalmente por: artistas, intelectuais, familiares e amigos das “três filhas pequenas de Iansã” (forma como dona Izabel chama as organizadoras do evento). Atrações variadas, como declamação de poesias e apresentações de dança, também já tiveram espaço em outras edições do bingo.

Vale salientar que as pessoas de classe média que costumam comparecer ao Bingo das Santas são um público bem diferente dos frequentadores habituais do mercado. Em geral, são artistas baianos que doaram algum trabalho para ser sorteado no bingo e fazem questão de prestigiar o evento ou pessoas conhecidas de uma das organizadoras. A partir de 2018, quando comecei a acompanhar o Bingo das Santas, constatei que boa parte do público retorna no ano seguinte, sempre trazendo mais algum amigo para o evento.

---

<sup>98</sup> Uma delas é a pesquisadora Debora Simões que, recentemente, defendeu sua tese sobre as comemorações a Santa Bárbara e Iansã em diferentes espaços de Salvador: ruas, casas, templo e mercado. Para mais informações, consultar MENDEL, Debora Simões de Souza. **Entre raios, trovões e tempestades: Festas de Santa Bárbara e Iansã em Salvador**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Além do Bingo das Santas, em 2019, as três jovens tiveram mais uma iniciativa e passaram a organizar uma campanha virtual de arrecadação de recursos para contribuir com os festejos do mercado. Embora o valor arrecadado não seja suficiente para arcar com todas as despesas, tem sido uma ajuda importante para a realização da festa. Se antes, dona Izabel bancava sozinha a festa no mercado (como revelou em entrevista ao IPAC), a situação começou a mudar a partir de 2008, com o registro da festa como patrimônio imaterial da Bahia, e desde 2017, ganhou mais um reforço com o apoio das “três filhas pequenas de Iansã”.

A mobilização para a realização do bingo e o interesse de Dom Edson de Deus – que, após o falecimento de Dom Roberto Padin, assumiu a celebração da missa rezada uma vez por ano no mercado – levaram dona Izabel e mais um grupo de 04 comerciantes, todas mulheres, a implementarem a missa no mercado uma vez por mês. Desta forma, a devoção à padroeira do local não ficaria restrita a uma celebração anual, além de atrair outros devotos da santa para frequentar o espaço. Dona Izabel sempre quis que isso acontecesse, mas não conseguia mobilizar tudo sozinha. A partir da realização do Bingo das Santas e com o apoio dessas comerciantes e mais alguns amigos, ela concretizou o antigo desejo.

Como as missas em louvor à Santa Bárbara na Igreja do Rosário dos Pretos acontecem na última quarta-feira de cada mês, o grupo definiu que as missas no Mercado de Santa Bárbara seriam sempre na primeira quarta-feira de cada mês, às 17h. O dia e horário das celebrações foram decididos após consultarem a disponibilidade de Dom Edson de Deus, já que o religioso também celebrava nesse mesmo dia da semana, às 19h, na igreja da Liberdade.

Para comunicar aos principais envolvidos essa resolução e comemorar o sucesso da festa de Santa Bárbara em 2018, dona Izabel promoveu um almoço em seu box, no mês de março de 2019. Além do grupo de mulheres comerciantes do local, foram convidados o padre (Dom Edson de Deus), as organizadoras do bingo e alguns amigos mais próximos de dona Izabel, inclusive eu. O almoço foi animado e todos os presentes concordaram com a proposta da missa mensal.

A primeira missa seguindo esse cronograma aconteceu logo no mês seguinte, no dia 03 de abril de 2019. Cerca de 20 pessoas, a maioria mulheres, estiveram presentes na celebração. Nas palavras do religioso, a realização da missa mensal em louvor à padroeira do mercado era “um sonho realizado”, diante dos impedimentos das leis canônicas para que padres possam celebrar fora do templo. A missa foi rezada pela saúde de dona Maria Izabel, a quem o padre se referiu como “nossa matriarca”.

Em frente à capela, o altar é improvisado com duas mesas plásticas, cobertas por uma toalha, onde o celebrante arruma os objetos litúrgicos para a missa. Em geral, o altar é forrado com uma toalha branca ou vermelha. Além de serem as cores de Santa Bárbara, o vermelho é a cor litúrgica adotada pela Igreja Católica para celebrar seus mártires. Apenas no período da quaresma, a toalha vermelha (ou branca) é substituída por uma de cor roxa, em respeito ao tempo de penitência para os cristãos. Nas laterais do altar, vasos de plantas como comigo-ninguém-pode também costumam compor a ambiência do espaço da celebração. Já os fiéis sentam-se em cadeiras plásticas de bar que são distribuídas no corredor do local.

Nas primeiras missas, era recorrente o celebrante ficar com o telefone celular na mão, seja para escolher uma música para determinado momento da missa, ou para filmar os fiéis e o interior da capela. É ele também quem leva os microfones e a caixa de som, onde conecta o celular para amplificar os cantos da celebração. As músicas da missa só passaram a ser executadas ao vivo a partir do segundo semestre de 2019, como detalharei melhor a seguir. Desde a primeira celebração que acompanhei no mercado, em 02 de dezembro de 2018, Dom Edson de Deus sempre faz referências explícitas à Santa Bárbara e Iansã, intercalando “Viva Santa Bárbara!” com “Eparrei, Oiá!”. Para ele, deve haver distinção das divindades, mas não separação.

Sobre a associação entre santos católicos e divindades de matriz africana, especialmente Santa Bárbara e Iansã, Dom Roberto Padin afirmou que

Os orixás com os santos estão assim casados perfeitamente. A gente sabe que não é a mesma coisa, é difícil a gente explicar e eu já tive essa dificuldade de explicar pro povo: olhe gente, Iansã não é Santa Bárbara. Porque isso está tão entranhado na alma do povo que eles acham que Iansã é Santa Bárbara e que Santa Bárbara é Iansã, porque a coisa foi muito bem escolhida. Santa Bárbara lutou bravamente, contra a ordem do pai, de que ela não devia ser cristã; Iansã é o orixá guerreiro, batalhador, dos raios e das tempestades, a mesma coisa. Quer dizer, foi uma coisa muito perfeita, o casamento. (Trecho da entrevista do IPAC com Dom Roberto Padin, em 2005)

Pelo que observei, a maioria dos devotos que comparecem à missa é composta por pessoas que acreditam que Bárbara e Iansã formam uma mesma divindade ou, no máximo, andam sempre juntas. E esse “casamento” é bastante destacado nas celebrações do mercado, quando o religioso aciona concomitantemente os dois universos religiosos e utiliza frases como

“a santa católica e a orixá, as duas estão aqui trabalhando” ou ainda, “meu Senhor do Bonfim, meu pai Oxalá”.

Em verdade, referências às religiões de matriz africana estão constantemente presentes na fala e na vestimenta de Dom Edson de Deus, que costuma utilizar uma estola vermelha, bordada com búzios da costa. Durante as missas, ele sempre pede aos devotos para cantar “com os santos e orixás” e faz uso de expressões como “é muito axé nessa missa”, “adupé”, “no ritmo do ijexá”, “Ibejis”, entre outras. Essa atitude do religioso, que pode causar estranheza a um fiel mais ortodoxo, está prevista nas doutrinas da Igreja Católica Independente a qual faz parte. A liturgia de Tradição Salomoniana permite enculturações e adaptações nas celebrações, buscando respeitar as características da comunidade local.

Nas primeiras celebrações mensais, boa parte dos fiéis presentes foi convidada pelo próprio padre. Eram mulheres que frequentavam suas missas na Igreja de Santa Bárbara, moradores do bairro da Liberdade e adeptos do candomblé. Em uma das missas, após registrar a presença de três pais de santo, Dom Edson revelou que seu objetivo é realizar uma missa afro, “cada mês com mais babalorixás, ialorixás, equedes, ogãs, makotas...”. Ao final dessa celebração, ele convidou os pais de santo para falarem no microfone e os mesmos pontuaram a necessidade de respeito e diálogo inter-religioso.

Em uma dessas missas, quando disponibilizou o microfone para quem quisesse falar ou dar algum informe/aviso, um pai de santo da Liberdade pediu a palavra. O líder religioso registrou sua alegria em participar daquela celebração e destacou que o orixá Iansã havia se manifestado em diferentes momentos da missa através de uma borboleta que sobrevoou o local. Conforme esclareceu o babalorixá, a borboleta é um dos animais sagrados dessa iabá e é comum soltar muitas borboletas nas obrigações dos filhos de Iansã.

Graças à “dona dos ventos”, as borboletas realizam a polinização das flores e ajudam a espalhar vida pelo mundo. O inseto, associado ao poder transformador, à liberdade e beleza de Iansã, é lembrado em uma das cantigas para esse orixá que diz “*Oiá laba laba laba ô, o aféfê*” (“Oiá é uma borboleta que voa, que voa, ela é o vento”). Ao som dessa música, as Iansãs costumam dançar com os braços estendidos, balançando as mãos como se fossem asas de uma borboleta ao vento. Existem vários mitos que tratam da relação de Oiá com o vento. Em um deles, ela fugiu tão rápida, voando, que se transformou no próprio vento (PRANDI, 2001, p. 301).

Além de abrir espaço de fala para as lideranças afroreligiosas, Dom Edson estimula a participação dos demais presentes e anima os fiéis para que cantem, dancem e batam palmas. Desde a primeira celebração, ele pede para que eu leia as intenções da missa e alguns textos da liturgia. Em geral, sou eu quem proclamo a leitura, o salmo e, às vezes, até o evangelho do dia. Ele solicita meu apoio também para ajudar com o incenso, organizar a procissão das ofertas, tocar o sino no momento da consagração, etc. Minha experiência como coroinha, na infância, foi fundamental para auxiliá-lo durante as celebrações.

Em comum com as homilias das missas de Santa Bárbara na Igreja do Rosário dos Pretos, as pregações de Dom Edson ressaltam o exemplo de fé da virgem mártir, a jovem que morreu para seguir Jesus. Nas breves homilias, ele sempre destaca a necessidade de revitalização do mercado e de união entre os comerciantes, para que a paz possa reinar naquele local. O sacerdote costuma invocar ainda o poder de Iansã para que, com sua espada, “ela quebre toda feitiçaria, olho gordo e maldição que lançarem sobre cada um de vocês”. No discurso do religioso, Santa Bárbara e Iansã trabalham juntas para socorrer seus devotos.

Na procissão das ofertas, já ocorreu algumas vezes de um pão de sal comum (“cacetinho”) e uma garrafa de vinho São Jorge<sup>99</sup> serem levados até o altar. Certa vez, os cachos de uva, que representam o vinho, foram acompanhados de maçãs no cortejo do ofertório. Também um adjá já foi conduzido até o altar durante a procissão das ofertas. Esse mesmo instrumento, comumente usado pelas lideranças religiosas nos rituais do candomblé, foi tocado no momento da consagração, em substituição ao pequeno sino que adverte os fiéis para o momento mais importante da celebração.

Em uma das missas, o padre esqueceu de levar o vinho litúrgico e pediu a uma comerciante para providenciar em seu bar um copo da bebida. A simplicidade com que Dom Edson resolve eventuais contratemplos e a tranquilidade com que dialoga com o universo afroreligioso parecem ter sido aprendidas ao longo de sua caminhada sacerdotal, convivendo em comunidades populares como a do bairro da Liberdade.

Sempre no início de cada missa e durante o ofertório, o celebrante cumpre o ritual de incensar não apenas a imagem de Santa Bárbara, mas as imagens de Iansã e do Preto Velho que habitam a capela. Em uma das celebrações, o religioso fez questão de destacar que “Na igreja

---

<sup>99</sup> O vinho São Jorge é um coquetel de vinho tinto comercializado em garrafa plástica e vendido por um preço bastante acessível. A bebida é facilmente encontrada em bares e estabelecimentos populares de Salvador.

da Liberdade, Santa Bárbara não é visitante, nem uma das homenageadas; ela é a dona da casa. Ela e Iansã são as que reinam lá”.

Por estar ligado à paróquia de Santa Bárbara, Dom Edson sempre faz referência ao local de onde ele vem. Nesse sentido, a missa no mercado tornou-se uma extensão das suas atividades pastorais e criou uma relação entre os dois lugares. Ao vincular a capela do mercado ao templo da Liberdade, o religioso reforça a identificação dos dois locais que cultuam não somente a mesma santa, como também são espaços de reverência ao orixá Iansã.

A distribuição da eucaristia foi um fato que chamou minha atenção logo nas primeiras missas. No momento da comunhão, o religioso costuma dar a eucaristia para todos que se aproximam do altar. Até para crianças pequenas (que provavelmente ainda não fizeram o sacramento da primeira comunhão), o religioso dá a eucaristia. Pais e filhos de santo também comungam do alimento que representa o corpo e sangue de Cristo.

Ao pesquisar a liturgia das missas afro na cidade de São Paulo, Rosenilton de Oliveira (2011) teceu as seguintes considerações sobre o fato de lideranças do candomblé comungarem:

Após a consagração, durante a distribuição da eucaristia, já observei duas situações em que pais-de-santo comungaram. Quando interroguei o coordenador nacional da pastoral afro e outros clérigos diretamente relacionados com essa coordenação sobre o fato de religiosos afro-brasileiros comungarem, todos classificaram como um sendo um “erro” ou “exagero”; porém, um dos pais-de-santo que rotineiramente está presente nas missas afros e, oportunamente, sempre comunga, afirmou que o faz por respeito, embora não professe a fé católica e não reconheça na hóstia o corpo de Cristo. De novo o paralelo entre os dois sistemas religiosos nos dá pistas para interpretação desses gestos: no catolicismo a comida ritual (“comunhão”) é reservada para todos os que pertencem a religião e cumpriu uma série de preceitos (entre eles ser batizado e não ter cometido pecado grave), pois se come o próprio Deus; no candomblé os alimentos são partilhados pelos presentes após os orixás terem sido alimentados, portanto, come-se com os deuses. Nas missas afro agregam-se os dois sentidos: partilha-se a eucaristia com os católicos e os alimentos, no final da missa, com todos os presentes, estruturalmente diríamos: come-se com e o “santo”. (OLIVEIRA, 2011, 132-133)

Aqui em Salvador, na Igreja do Rosário dos Pretos, todas as missas são “afro” e também é muito comum ver adeptos do candomblé (identificados pelas guias do orixá no pescoço) participando do rito da comunhão. Várias explicações podem ser dadas para isso: o fato de ter feito a primeira eucaristia na infância, um modo de entrar em comunhão com as outras pessoas,

por respeito (não por crença), etc. Existem ainda os afrorreligiosos que seguem as duas religiões, candomblé e catolicismo, distinguindo o momento e o local de cada expressão de fé.

Além dessa questão da dupla pertença, nos dias de hoje, há também a ocorrência de trânsito religioso (fluxo de pessoas, crenças e práticas entre religiões diferentes) e o fato de alguns adeptos do candomblé, especialmente os mais velhos, considerarem o catolicismo como religião e o candomblé como seita. O depoimento da famosa ialorixá Menininha do Gantois, em entrevista ao jornal A Tarde, é bastante representativo desse pensamento compartilhado por muitos afrorreligiosos de sua época.

Somos do candomblé. Cremos em Deus e Maria Santíssima, em São Jorge, em São Pedro. Minha bisavó era da Nigéria, nigeriana verdadeira. Ela sabia o nome de Nossa Senhora da Conceição em africano, o nome das três pessoas da Santíssima Trindade, de Deus, nosso Pai Eterno. Ela nos ensinou, a todos nós, que *Obaorum* é o rei dos céus, o mesmo Senhor do Bonfim da religião católica, que se adora na seita africana com nome diferente. (grifos meus) (A TARDE, 08/05/1977, Suplemento Mulher, p. 12)

Outra possibilidade é a pessoa ser católica e candomblecista ao mesmo tempo, por compreender a primeira como sua religião e a segunda como uma espécie de tradição, uma obrigação recebida dos ancestrais. A respeito dos indivíduos/terreiros que defendem esta visão, Wilson Caetano de Sousa (2003) concluiu que

O entendimento do candomblé como “obrigação” é capaz de incluir o culto católico. Não se trata, pois, de nenhuma mistura, nem de duas religiões, mas de uma, a católica. Razão pela qual os vínculos solidários entre catolicismo e candomblé permanecem como água e óleo. (SOUSA, 2003, p. 195)

No caso da missa do mercado, assumir explicitamente o vínculo com uma casa de axé e/ou a dupla pertença não gera constrangimentos nem reprovação. Assim como na Rosário dos Pretos, o povo de santo é sempre bem recebido pelo celebrante e pelas comerciantes do local. Essa atitude de Dom Edson em distribuir a eucaristia para todos que desejarem, inclusive crianças e pais de santo, demonstra uma postura de acolhida sem distinção, ainda que infrinja uma das regras da Igreja Católica Apostólica Romana.

É comum o sacerdote destacar a presença de adeptos das religiões de matriz africana nas missas do mercado. Mais do que isso, ele convida os afrorreligiosos presentes a

participarem ativamente da celebração. Em certa ocasião, ele chamou uma dofona<sup>100</sup> para incensar as pessoas que acompanhavam a celebração. Na missa do mês seguinte, pediu a um babalorixá da Liberdade para proclamar o evangelho. No momento da eucaristia, convidou os pais e mães de santo presentes para comungarem primeiro e só depois distribuiu a comunhão aos demais fiéis. Tais atitudes demonstram a importância que Dom Edson dá às lideranças afrorreligiosas, em consonância com o seu objetivo de fazer das missas do Mercado de Santa Bárbara uma celebração que ele costuma chamar de “missa afro”, “missa ecumênica”, “missa pela paz”.

Como dito, a celebração do mercado é bastante animada, com muitas palmas em vários momentos da missa. Ademais, para quem está habituado com os ritos celebrados dentro de uma igreja católica mais tradicional, as missas no Mercado de Santa Bárbara costumam ser mais barulhentas. Há gente chegando/passando a todo tempo, gente conversando durante a celebração e até gente bebendo cerveja em mesas um pouco mais afastadas. Ainda que exista um certo respeito por parte dos demais comerciantes e frequentadores do local, o mercado não interrompe suas atividades para a realização das missas em louvor à Santa Bárbara.

Normalmente, as missas têm entre 25 e 40 devotos, chegando a cerca de 50 pessoas na última celebração do ano, dias antes da data festiva. Desde o segundo semestre de 2019, as missas ganharam mais animação com a participação de alguns ogãs que foram convidados por Dom Edson para acompanhar nos atabaques os cânticos da celebração. Em geral, costumam comparecer dois ogãs que se revezam para tocar os três atabaques (rum, rumpi e lê) existentes na capela do mercado. Eventualmente, aparece mais alguma pessoa (devoto ou frequentador do mercado) que sabe tocar agogô e reforça o grupo de músicos.

Antes, esses instrumentos só eram utilizados na missa anual e no dia da festa de Santa Bárbara. Desde então, os atabaques e agogô passaram a ser usados com frequência, com exceção da missa realizada durante o tempo da quaresma, já que é um período de jejum e penitência em preparação para a Páscoa. Nessa celebração, a percussão foi substituída pelo som mecânico amplificado na caixa de som, como acontecia nas primeiras missas mensais. Os cânticos dessa celebração também foram mais sóbrios e não houve tantas palmas como de costume.

---

<sup>100</sup> Dofono(a) é o termo utilizado pelos candomblés de nação ketu para designar a pessoa de cada “barco de iaô” (grupo de novos adeptos) que primeiro foi iniciada para o orixá. O termo também é usado para quando o filho de santo é iniciado sozinho, sem outras pessoas no “barco”.

Além dos ogãs, duas mães de santo também frequentam as missas e puxam os cantos no microfone, sendo acompanhadas pelos demais fiéis. Esse grupo de afroreligiosos faz parte do Ilê Segbónrànsi Awo Sàsàrà (Casa dos Segredos e Mistérios de Sàsàrà), o terreiro localizado na Rua 13 de Maio que, como dito anteriormente, sempre saúda a passagem da procissão de Santa Bárbara. A presença dos devotos da Liberdade e, posteriormente, dos membros dessa casa de axé foi muito importante para fortalecer as primeiras missas no mercado, que já conta com um público consolidado formado por devotos oriundos de diferentes bairros de Salvador. E é interessante constatar que são devotos distintos que frequentam as missas de Santa Bárbara no mercado e na Igreja do Rosário dos Pretos.

Nas missas no mercado não faltam incenso e água benta. Assim como acontece na Igreja do Rosário dos Pretos, encerrando o momento do ofertório, o turíbulo passa entre os fiéis que puxam a fumaça produzida pela queima do incenso em direção do próprio corpo. Já a água benta é sempre acompanhada de algumas gotas de perfume de alfazema e, não raras vezes, é aspergida nos presentes com um ramo de arruda ou outra folha retirada do jarro de flores. Nesse momento, muitos fiéis colocam na palma da mão pequenas imagens de Santa Bárbara, contas de orixá, escapulários, chaves, entre outros objetos, para serem benzidos com a água perfumada.

Antes da aspersão com água benta, da mesma forma que ocorre nas missas de Santa Bárbara na igreja dos Homens Pretos, é rezada a oração da padroeira. Esse costume começou a partir de 2020, quando uma das comerciantes do mercado fez cópias da oração e distribuiu aos presentes na missa. Desde então, todos os meses, a oração é repetida com fervor pelos fiéis. Após a reza e as saudações de “Viva Santa Bárbara!” e “Eparrei, Oiá!”, o Hino ao Senhor do Bonfim marca o final da missa.

Embora o “Glória a ti, neste dia de glória!...” não seja o único hino dedicado ao padroeiro da Bahia, conforme pontuou Nunes Neto (2014, p. 135), é o que mais provoca comoção entre os fiéis. Nas missas do mercado, além de Santa Bárbara, outros santos de devoção popular dos baianos são constantemente invocados pelo celebrante, a exemplo do Senhor do Bonfim, a quem Dom Edson sempre se refere como “meu pai Oxalá”.

Outro hábito adotado ao final de cada celebração no mercado é o toque para reverenciar Iansã. Os ogãs, que durante a missa acompanharam nos atabaques as músicas católicas, passam a tocar e cantar para homenagear a deusa dos raios e tempestades. Entre gritos de “Eparrei, Oiá!”, alguns fiéis bailam no ritmo acelerado para Iansã, reproduzindo movimentos da dança do orixá e demonstrando familiaridade com as religiões de matriz africana. Nessa hora, já

aconteceu de algumas mulheres darem sinais de incorporação, sendo logo assistidas pelos afroreligiosos presentes no local.

Todos os meses, ao final da missa, é servido um lanche aos presentes no box de dona Izabel. Esse momento de confraternização começou desde que a primeira missa mensal foi realizada, já que dona Izabel e as comerciantes mais próximas a ela acharam que seria bom ter uma merenda para oferecer aos devotos. Se, nas missas de Santa Bárbara da Igreja do Rosário dos Pretos, os acarajés abençoados durante o ofertório são distribuídos aos fiéis, nas celebrações do mercado, não é a comida ritual de Iansã que é servida aos devotos da santa e do orixá.

Ao invés de acarajés, o lanche das missas no mercado é composto de bolos, pãezinhos, salgados, sonhos, cachorros-quentes, etc., acompanhados de sucos e refrigerantes. Algumas vezes, uma devota (amiga de dona Izabel) prepara e leva pequenos abarás que são distribuídos junto com os demais petiscos. Mensalmente, é esse grupo de comerciantes e de amigas próximas a elas que providencia o lanche da missa e arrecada o valor para a contribuição do padre.

Além da merenda servida no box de dona Izabel, ocasionalmente, dona Mari (outra comerciante do mercado, que trabalha vendendo refeições) distribui porções de comida aos devotos que participaram da missa. Em geral, são pratos populares como: dobradinha, arrumadinho, frango assado com farofa... Na missa de setembro de 2019, por ser o mês dedicado aos santos Cosme e Damião, dona Mari ofereceu um pequeno caruru aos presentes.

De vez em quando, o momento do lanche torna-se uma confraternização ainda maior se tiver um samba de roda. Isso ocorre às vezes, quando os ogãs emendam alguns sambas depois de terem tocado para Iansã. Nessa hora as pessoas já estão espalhadas em cadeiras e mesas de bar, e algumas bebem uma cerveja gelada para apreciar a movimentação no local. Outras vezes, há som ao vivo com algum músico convidado que fez uma participação na missa (geralmente, no momento de ação de graças) e, após a celebração, apresenta algumas músicas do seu repertório para o público presente.

Desta forma, as missas mensais no Mercado de Santa Bárbara contribuíram para o reavivamento da devoção à padroeira do local, antes restrita à festa anual. Ao reunir outros devotos da santa, além do pessoal do mercado, as celebrações tornaram-se um momento oportuno para que mais pessoas pudessem frequentar o centro comercial e, por vezes, consumir bebidas e tira-gostos nos bares ali existentes. Além do mais, na visão das comerciantes que

organizam as missas, as celebrações ajudam a desmistificar a imagem do mercado como um local perigoso e mal frequentado.

Com o apoio de algumas amigas devotas da santa, Dona Izabel e esse grupo de mulheres comerciantes formaram uma espécie de comissão que durante todo o ano cuida dos preparativos para a missa mensal e fortalece o Mercado de Santa Bárbara como um espaço de culto à mártir cristã na capital baiana. Ao longo do ano, as celebrações na primeira quarta-feira de cada mês mantêm viva nos devotos a fé na santa guerreira festejada no dia 04 de dezembro, assim como acontece nas últimas quartas-feiras, na Igreja do Rosário dos Pretos.

Enquanto a Irmandade dos Homens Pretos, através da Devoção de Santa Bárbara, organiza um tríduo preparatório para a data festiva da virgem mártir, no mercado da Baixa dos Sapateiros, é o Bingo das Santas que serve de preparação (e arrecadação de recursos) para a festa que abre o ciclo de festejos populares da Bahia. Nos últimos anos, as missas e o bingo trouxeram novo ânimo para a manutenção do culto à santa e ao orixá no mercado, culminando com a grande festa anual. Só nesse dia, cerca de 10 mil pessoas passam pelo mercado que, assim como a festa da sua padroeira, já teve momentos de decadência e ascensão.

#### Notas explicativas:

1. As informações sobre a devoção no Mercado de Santa Bárbara e a festa na igreja da Liberdade foram colhidas através de pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro de 2018 e março de 2020, quando a pandemia do novo coronavírus chegou ao Brasil e medidas restritivas foram adotadas por todos os estados. Devido à necessidade de isolamento social, infelizmente, não foi possível dar continuidade à etnografia em ambos os locais, bem como na Igreja do Rosário dos Pretos.
2. Em agosto de 2020, recebi a seguinte mensagem por *WhatsApp* de Dom Edson de Deus:

Com responsabilidade e zelo pastoral, após muito refletir e rezar, por vontade própria, tomei a decisão de RENUNCIAR ao ofício de Pároco, na Paróquia de Santa Bárbara, e de bispo auxiliar da ICAI-TS [Igreja Católica Apostólica Independente de Tradição Salomoniana].

Estarei em outra missão pastoral, e vou seguir como missionário do Senhor. Aproveito o ensejo para AGRADECER a todos os paroquianos e paroquianas que, durante o tempo de minha permanência à frente da Paróquia, colaboraram com o meu ministério. Ao mesmo tempo, peço perdão pelas vezes em que o meu humano não soube acolher as necessidades dos que me procuraram. Por fim, quero dizer que todos, sem exceção, estarão em meu coração e nas minhas orações. Só lhes peço uma coisa: “rezem por mim”.

Salvador, 12 de agosto de 2020.

+ Dom Edson de Deus Ribeiro.

Por mensagem de voz, o religioso me explicou que ficou inviável permanecer na igreja da Liberdade porque estava com a agenda cheia, já que celebrava na Paróquia Ortodoxa Santa Mãe de Deus (Valéria), na Capela do Santuário de São Lázaro (Ipitanga), no Quilombo do Dandá (Simões Filho) e num terreiro em Encarnação de Salinas. Dom Edson me disse ainda que precisava de mais tempo para dar atenção às demandas do Mercado de Santa Bárbara e ao povo de santo da Bahia, seu “foco missionário”.

3. As missas mensais no mercado não retornaram até o momento, assim como o Bingo das Santas e a festa de 04 de dezembro não foram realizados no local em 2020. Na Igreja do Rosário dos Pretos, as celebrações em honra à Santa Bárbara retornaram no mês de novembro de 2020 (missas dias 04, 11 e 18/11), com limite de 70 pessoas e acesso por ordem de chegada. O tríduo preparatório para a festa daquele ano foi realizado entre os dias 01 e 03 de dezembro, seguindo as mesmas orientações das missas de novembro. Já a data festiva foi marcada por três celebrações às 7h, 9h e 11h30, sendo a primeira missa restrita à irmandade e as demais com vagas reservadas mediante agendamento prévio. Em 2020, não houve a procissão de Santa Bárbara pelas ruas do Centro Histórico.
4. No final de fevereiro de 2021, com o agravamento da pandemia na Bahia, as visitas, atividades e celebrações presenciais na Igreja do Rosário dos Pretos foram novamente suspensas. Dois meses depois, as missas voltaram a ser realizadas na igreja para um público máximo de 30 pessoas. Além de transmitir as celebrações pelas redes sociais, a irmandade estimulou os fiéis dos grupos de risco a permanecerem em casa e acompanharem as missas pela internet ou por algum canal de televisão católico. Gradativamente, a igreja tem permitido que mais fiéis participem da missa de forma presencial, respeitando todos os protocolos sanitários.
5. Infelizmente, no dia 02 de outubro de 2021, dona Maria Izabel Batista faleceu vítima de um câncer. A missa de 7º dia aconteceu no Mercado de Santa Bárbara, foi celebrada pelo padre Edson de Deus e animada ao som dos atabaques. Ao final da celebração, enquanto os ogãs tocavam e uma mãe de santo cantava para saudar Iansã, o orixá incorporou em uma senhora e dançou radiante em frente à capela.  
Um grupo de comerciantes, amigos e familiares de dona Izabel segue nos preparativos para realizar a festa no mercado, da mesma forma como ela fez por mais de 20 anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: E o futuro da festa?

Em dezembro de 1973, a cronista Hildegardes Vianna publicou artigo em um jornal baiano, intitulado “Destino de Festa”, em que tratava sobre o futuro da festa de Santa Bárbara. Além de abordar a transformação (e a extinção) de várias festas religiosas populares de Salvador, a folclorista criticou as mudanças na cidade que estava mais preocupada em atender bem os visitantes: “Não se fala em conforto para a população e sim na recepção ao turista”.

Ao escrever sobre a possível mudança de local da festa de 04 de dezembro, do mercado da Baixa dos Sapateiros “para o Pelourinho ou outro canto qualquer”, Vianna tinha consciência de que as festas, assim como as pessoas, também mudam de hábitos e de lugar. Já a permanência de qualquer festa dependeria sobremaneira da vontade popular.

Destino de festa depende do consentimento do Governo e da aprovação do povo. Pode haver embandeiramento, iluminação, música, diversões, jogos, barracas de comes e bebes. Se o povo não comparecer não tem nada realizado. Do mesmo jeito que pode não haver iluminação, ornamentação, música ou qualquer sinal de festejos e o povo cismar de armar um brinquedo, para distrair as mágoas da vida. (A TARDE, 03/12/1973, p. 4)

Ou seja, quem faz a festa é o povo. Em qualquer lugar é assim e na festa de Santa Bárbara não seria diferente. Em 04 de dezembro de 2020, mesmo com todas as orientações de isolamento social devido à pandemia do novo coronavírus, dezenas de pessoas se reuniram na porta da Igreja do Rosário dos Pretos, para acompanhar uma das três missas realizadas na data festiva, além de agradecer e renovar os pedidos na santa de devoção. Movidos por uma fé inabalável, esses devotos ignoraram as recomendações sanitárias e se arriscaram saindo de casa. O mesmo foi observado na capela existente no interior do Mercado de Santa Bárbara, com a presença de vários fiéis que, ao longo do dia, passaram pelo local para acender velas, depositar flores, rezar e agradecer pelas graças alcançadas.

Impossível de explicar, o amor dos devotos por Santa Bárbara é tão grande que se expressa através de demonstrações de fé que transcendem a razão humana. A popularidade dessa devoção se solidificou no decorrer dos séculos e fez do dia 04 de dezembro uma celebração sagrada e profana desde que se estabeleceu em Salvador. Majoritariamente formada por um público feminino, a festa anual reverencia duas figuras místicas de mulheres que, cada

uma à sua maneira, lutaram contra a dominação masculina. Ao prestarem homenagem à Santa Bárbara e à Iansã, as devotas revivem a história de luta dessas divindades guerreiras.

Nesse sentido, de acordo com Mircea Eliade (1992), toda festa religiosa é a reatualização de um evento sagrado que aconteceu num passado mítico, “no começo”. Desta forma, o tempo sagrado (litúrgico) se configura em um tempo reversível e recuperável que, através da linguagem dos ritos, é periodicamente revivido, transformando o passado em um eterno presente mítico. Como procurei demonstrar, as comemorações de 04 de dezembro apresentam vários elementos que nos ajudam a pensar como essas atualizações foram reinventadas.

Se as comemorações à Santa Bárbara sofreram certo apagamento no período em que a devoção estava no bairro do Comércio devido, entre outros motivos, à “concorrência” com a festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia, isso mudou a partir do momento em que sua devoção foi transferida para o mercado da Baixa dos Sapateiros. Embora a primeira imagem da santa tenha sido “esquecida” na Igreja do Corpo Santo, a tradição foi mantida através de outra imagem de Bárbara que passou a ser venerada no local. Ainda assim, a festa da padroeira do mercado vivenciou momentos delicados, que apontavam para a sua extinção.

Mas desde a década de 1990, a festa de Santa Bárbara não conhece mais a invisibilidade, a decadência e a inconstância vividas no curso da sua existência em Salvador. Como bem declarou o Sr. Leomar Borges, então prior da Irmandade dos Homens Pretos, em entrevista ao IPAC<sup>101</sup>, ao ser questionado sobre a possibilidade da festa deixar de acontecer algum dia: “Não tem como, se o Rosário não fizer, se o Estado não [fizer], se (...) a população se reúne e faz tranquilamente, não tenha dúvida disso”.

Esta certeza de que a festa de Santa Bárbara tem grande relevância e (por isso mesmo) é importante para o povo baiano pode ser confirmada anualmente, já que é uma das festas religiosas de Salvador que mais reúne gente. Mesmo não sendo feriado oficial, no dia 04 de dezembro, muitos soteropolitanos tiram folga, faltam ou chegam mais tarde ao trabalho para comparecer à festa de Santa Bárbara no Centro Histórico ou no bairro da Liberdade. Devotos de vários municípios baianos e até de outros estados comparecem vestidos de vermelho e branco, para saudar a santa guerreira no Largo do Pelourinho. Numa demonstração de fé que

---

<sup>101</sup> Entrevista disponível no Relatório de Reavaliação de Registro Especial da Festa de Santa Bárbara em 2016 (p. 107-115), consultado na Gerência de Patrimônio Imaterial do IPAC, em 18 de fevereiro de 2020.

ultrapassa as barreiras de crença religiosa, os fiéis formam um “mar vermelho de gente” na celebração que inaugura o calendário de festejos populares de Salvador.

Para Cleidiana Ramos (2017, p. 194), o fato da festa de Santa Bárbara abrir o ciclo de festas populares da capital baiana foi importante na sua reabilitação, já que a “coloca em condição de visibilidade a partir da expectativa de chegada do verão, época de celebrar mais intensamente”. Intensidade presente inclusive nas cores e sabores do caruru servido em honra à santa e ao orixá, outra característica marcante da festa.

A devoção que já possuía vários elementos da cultura de matriz africana ganhou ainda mais força quando a imagem (e o culto) passou a ser de responsabilidade da irmandade negra instalada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Se até o século XIX a devoção e a própria santa foram africanizadas pelos frequentadores do morgado, a partir do século XX esta devoção começou a se enegrecer por conta das circunstâncias históricas, político-ideológicas, raciais, entre outras, que buscaram afastar os africanos e descendentes das suas origens para se que tornassem apenas negros.

Enquanto locus de resistência afro-diaspórica, a Irmandade dos Homens Pretos não só acolheu a devoção enegrecida à Santa Bárbara como também fortaleceu a sua celebração anual com todos os elementos que lhe dão proeminência e singularidade. Prova disso é que, pela sua antiguidade e importância, a festa centenária foi oficialmente reconhecida como patrimônio imaterial da Bahia, em 2008. Foi a primeira celebração dessa natureza a receber tal título no estado.

Em verdade, a festa de Santa Bárbara é a única festa religiosa popular de Salvador que detém o título de patrimônio do estado. Ao lado da Lavagem do Bonfim (inscrita no livro de Registro das Celebrações do IPHAN, em 2013), e da festa de Iemanjá (que recebeu o título de patrimônio cultural de Salvador, em 2020), a festa de 04 de dezembro compõe a tríade dos festejos soteropolitanos patrimonializada em nível federal, estadual ou municipal. Não à toa, essas três festas são as mais concorridas da capital baiana.

E assim como ocorre na Lavagem do Bonfim, no dia da festa de Santa Bárbara, o sincretismo combatido por muitos afroreligiosos acaba sendo (re)vivido no festejo alvirrubro. É como se Santa Bárbara, que foi vítima de intolerância religiosa, não permitisse tal atitude entre seus seguidores, acolhendo sem distinção pessoas de todos os credos. Se, até hoje, os filhos de Iansã (e dos demais orixás) continuam sofrendo discriminação por sua profissão

religiosa, a festa de Santa Bárbara dá exemplo de respeito e convivência pacífica entre os adeptos de diferentes religiões.

No dia 04 de dezembro, sem rivalidade, Santa Bárbara compartilha com Iansã a fé dos soteropolitanos. Tanto assim que os gritos de “Viva Santa Bárbara!” costumam ser emendados com saudações de “Eparrei, Oiá!”; tanto assim que o orixá sente-se à vontade para se manifestar durante a procissão; tanto assim que a missa campal tem hóstia e acarajé. Esse jeito todo próprio, único dos baianos reverenciarem Santa Bárbara me leva a concordar com os devotos que brincam dizendo que, se fosse viva e morasse em Salvador, com certeza, a jovem guerreira seria uma filha de Iansã.

“Brincadeiras” à parte, mesmo sem abordar todas as nuances e problemáticas que envolvem a questão do sincretismo religioso, ao longo do trabalho, foi inevitável apontar o contexto histórico que propiciou a associação entre santos católicos e orixás, resultando na identificação de Santa Bárbara com Iansã. Nesse caso específico, para além do sincretismo afro-católico, há um diálogo religioso de dupla pertença que acaba por fundir uma divindade à outra, pois, para vários fiéis, Santa Bárbara é Iansã, e vice-versa.

Como atualmente a festa oficial não é mais organizada pelo povo do mercado, de forma similar ao que acontecia desde o século XVII, busquei fazer um histórico da festa (e da devoção) de Santa Bárbara na capital baiana, destacando suas particularidades, oscilações e transformações. Permanências e descontinuidades inscritas em uma das tradições religiosas mais antigas e vibrantes de Salvador. Procurei ressaltar como desde os primórdios da sua criação o culto à mártir católica ganhou novos elementos devido à participação preponderante de africanos, crioulos e populares no festejo.

Além disso, as mudanças não se limitaram ao local de devoção à santa. Como demonstrei no decorrer do trabalho, o reconhecimento da festa como patrimônio cultural dos baianos foi apenas uma conquista recente se comparada às fases pelas quais a festa passou ao longo dos séculos. Nas últimas décadas, a relevância cultural da festa de Santa Bárbara ocasionou inclusive uma postura mais tolerante da Igreja Católica Apostólica Romana em Salvador, haja vista a grande presença de adeptos das religiões de matriz africana na festa de 04 de dezembro.

Sem dúvidas, a participação da Irmandade dos Homens Pretos foi fundamental para ressurgir uma festa que estava prestes a acabar, favorecendo também o fortalecimento da devoção à santa em diálogo com os elementos da cultura afro-brasileira, já que essa

característica é uma particularidade presente no culto aos demais santos venerados pela irmandade negra do Pelourinho. Na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a devoção à Santa Bárbara encontrou espaço propício para o seu reavivamento e expansão, cuja prova incontestável é a enorme manifestação de fé repetida anualmente no quarto dia do mês de dezembro.

Mesmo com a intervenção do Estado, ela continua sendo uma festa genuinamente popular, sem maiores apelos para uma carnavalização do festejo. Ainda que o palco, onde é realizada a missa campal, também seja utilizado para os shows de samba que acontecem no mesmo dia, esse tipo de apresentação é inerente à toda festa de largo. É o chamado momento “profano” que os veículos de comunicação locais sempre tentam dissociar do sagrado, mas que defendo não terem fronteiras tão rígidas, já que se retroalimentam.

Ao contrário do que acontece nas imediações de festas religiosas populares como a Lavagem do Bonfim e a festa de Iemanjá, no dia 04 de dezembro, não há registro de festas de camisa, com shows pagos de artistas baianos e nacionais. Não existe, por exemplo, uma “Enxaguada de Barbinha” ou um “Santa Bárbara Privilege”. Depois que termina a procissão, muitas pessoas vão sambar no mercado, comer caruru no Corpo de Bombeiros ou se dirigir ao trabalho, com a sensação de mais um ano de dever cumprido.

Ademais, a festa de Santa Bárbara não dá sinais de que vai desaparecer um dia, como a festa de Santa Luzia (13 de dezembro), que diminuiu paulatinamente. Diferente de festas que só atraem a comunidade local, a exemplo da Lavagem de Itapuã, a festa de 04 de dezembro é bastante abrangente, reunindo um público diverso e sempre ganhando destaque na mídia baiana. A cada ano que passa, ela parece crescer cada vez mais, observando pequenas oscilações na quantidade de fiéis a depender do dia da semana em que caia o dia 04 de dezembro (ou em decorrência da pandemia).

Desde 2005, pela necessidade de transferência da missa festiva para o Largo do Pelourinho, tornou-se inquestionável a grandiosa dimensão que a festa alcançou. O mercado, a rua, o largo sempre foi o espaço por excelência da devoção à Santa Bárbara em Salvador. A saída da missa solene de dentro da Igreja do Rosário dos Pretos, a sua transformação em uma celebração campal, para além do grande número de devotos, parece também atender à vocação do culto à Santa Bárbara que aqui se estabeleceu. Na capital baiana, Bárbara sempre foi do povo, dos mercadores, da rua.

Conforme pontuado, das comidas à base de azeite de dendê que foram servidas no decorrer dos anos, o caruru se consagrou como o prato-símbolo do festejo, destacando também a comensalidade presente na festa de Santa Bárbara. A tradição do caruru de promessa, a importância dos rituais afro-católicos e a devoção enegrecida em torno da mártir cristã são alguns dos traços reafirmados anualmente na festividade, mostrando como até hoje tais elementos continuam nos oferecendo sentidos.

Apesar das festas populares sofrerem transformações, em relação à festa de Santa Bárbara, é possível afirmar que o formato atual do evento não passará por mudanças tão significativas nos anos vindouros. Tal assertiva não se baseia somente no cumprimento dos parâmetros legais previstos no registro da festa como patrimônio imaterial da Bahia. Esta afirmação leva em consideração sobretudo o fato de que, quando a festa de Santa Bárbara passou pelo processo de patrimonialização, o festejo já havia consolidado importantes marcas identitárias que foram sendo legitimadas pelos devotos ao longo das décadas. Por diferentes caminhos, o povo soube preservar o que de fato considera importante na festa de 04 de dezembro.

Sendo assim, após a extensa trajetória dessa festa popular em Salvador, a fé inabalável na santa cristã e/ou na deusa iorubana dá prova de que o futuro da festa está garantido, pois os fiéis baianos não deixarão de comparecer anualmente, no quarto dia de dezembro, ao Largo do Pelourinho, ao Mercado de Santa Bárbara ou à igreja da Liberdade, para agradecer e renovar seus pedidos. Todos vestidos de vermelho e branco, todos unidos no mesmo sentimento religioso que celebra o arquétipo da mulher guerreira independentemente do nome que a queiram chamar.

E, assim como é complexa essa imensa festa de largo, são múltiplas suas possibilidades de análise. A partir da abordagem histórica e reflexões antropológicas traçadas neste trabalho, espero ter contribuído de algum modo para uma melhor compreensão das transformações ocorridas na festa em questão, que garantiram sua permanência e resultaram na celebração que conhecemos hoje. Como acredito que o conhecimento é algo em constante expansão, oxalá que esta tese suscite novas indagações e pesquisas. Afinal, as festas populares da Cidade da Bahia são um campo profícuo de estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Célio Macedo. Um Estudo Iconográfico. In: COELHO, Beatriz (org.) **Devoção e Arte: Imaginária Religiosa em Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP, 2017.
- ALVES, Isidoro Maria da Silva. **O Carnaval devoto: um estudo sobre a Festa de Nazaré**, em Belém. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de Andrade. **A Influência Italiana na Modernidade Baiana: o caráter público, urbano e monumental da arquitetura de Filinto Santoro**. 19&20, Rio de Janeiro, v. I, n. 4, out. 2007. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad\\_fs\\_vnaj.htm](http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_fs_vnaj.htm)>.
- AUGRAS, Monique. Os Gêmeos e a Morte: Notas sobre os Mitos dos *Ibeji* e dos *Abiku* na Cultura Afro-brasileira. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. (Org.). **As Senhoras do Pássaro da Noite: Escritos sobre a Religião dos Orixás V**. São Paulo: EDUSP e Axis Mundi, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Todos os santos são bem-vindos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- BACELAR, Jeferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.
- BACELAR, Jeferson Afonso; SOUZA, Maria Conceição Barbosa de. **O Rosário dos Pretos do Pelourinho**. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Salvador, 1974.
- BAHIA, Carla. A festa de Santa Bárbara no Pelourinho. In: Bahia. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC. **Festa de Santa Bárbara** (Cadernos do IPAC, 5). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.
- \_\_\_\_\_. Iansã: mãe nove vezes. In: Bahia. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC. **Festa de Santa Bárbara** (Cadernos do IPAC, 5). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.
- BALDAIA, Fabio Peixoto Bastos. **A Festa, o Drama e a Trama: cultura e poder nas comemorações da Independência da Bahia (1959-2017)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARBOSA, Manoel de Aquino. **Efemérides da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia**. Salvador: Beneditina, 1970.

BARROS, J. Teixeira. **Extinctas Capellas da Cidade do Salvador**. Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia, nº 56. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizizes Artifices, 1930.

BASCOM, William R. **Yoruba Cooking**. Africa: Journal of the International African Institute, Vol. 21, Nº 2, Apr. 1951, p. 125-137.

\_\_\_\_\_. **Yoruba Food**. Africa: Journal of the International African Institute, Vol. 21, Nº 1, Jan. 1951, p. 41-53.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1971.

\_\_\_\_\_. A cozinha dos deuses. In: BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BRAGA, Júlio Santana. **Contos afro-brasileiros**. 2ª ed. rev. ampliada. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia. EGBA, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

BRANDÃO, Darwin; SILVA, Motta e. **Cidade do Salvador: caminho do encantamento**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CAILLOIS, Roger. **O homem e o sagrado**. Tradução de Geminiano Cascais Franco. São Paulo, Edições 70, 1979.

CAMARA CASCUDO, Luís. **Dicionário do folclore brasileiro**. 3. ed.. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

CAMPOS, João da Silva. **Procissões tradicionais da Bahia**. 2ª edição revista. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.

CARNEIRO, Édison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Brasileira de Ouro, 1987.

\_\_\_\_\_. **Ladinos e Crioulos - Estudo Sobre o Negro no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.

CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson Afonso (Orgs.). **Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida.** Rio de Janeiro, RJ: Pallas, Salvador, BA: CEAO, CNPq, 1999.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia** (um vocabulário afro-brasileiro). 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005.

CONTI, Servilio. **O santo do dia.** 10ª ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 2006.

COSTA, Afonso. **O Morgado de Santa Bárbara e o seu instituidor.** Revista do Instituto Genealógico da Bahia, ano VII, nº 7. Bahia: Oficina Tipográfica Manú, 1952.

COSTA, Luiz Monteiro da. **A Devoção de Nossa Senhora do Rosário na cidade do Salvador.** Revista do Instituto Genealógico da Bahia – Salvador, (10): 103, 1958.

COUTO, Edilece. Bárbara e Iansã, as donas dos mercados de Salvador. In: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (Orgs.) **Estudos da Festa.** Salvador: EDUFBA, 2012, p. 111-131.

\_\_\_\_\_. **Festa de Santa Bárbara e Iansã: os baianos entre fronteiras tênues e complementação de crenças.** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano XI, nº 31, 2018, p. 203-219.

\_\_\_\_\_. **Festas afro-católicas em Salvador, Bahia, Brasil.** Revista del CESLA, nº 18, 2015, p. 117-142.

\_\_\_\_\_. **Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940).** Salvador: EDUFBA, 2010.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DAMPIER, William. **A Voyage To New-Holland, &c. In the Year 1699 - Vol. III.** 2ª edição. Londres, 1709.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas.** Salvador: EDUFBA, 2006.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo.** São Paulo: Perspectiva, 1966.

DURKHEIM, Émile. (2008). **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Trad. Paulo Neves. (3a ed.). São Paulo: Paulus.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Tradução de L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano** [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Sara Oliveira. **Irmãos de cor, de caridade e de crença: A Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser Afetado**. “Être Affecté”. In: *Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie*, 8, 1990, p. 3-9. (Tradução de Paula Siqueira). São Paulo: Cadernos de Campo nº 13, 2005, p. 155-161.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)**. *Revista Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), p. 239-256.

FELIX, Anísio. **Bahia pra começo de conversa**. Bahia, 1982.

FERRETTI, Sergio F. Sincretismo Afro-Brasileiro e Resistência Cultural. In: CAROSO, C. & BACELAR, J (Orgs.). **Faces da tradição afro-brasileira**. Rio de Janeiro; Salvador: Pallas; CEAO, 1999, p. 113-130.

\_\_\_\_\_. Sincretismos, amálgamas e correspondências simbólicas. In: CARREIRO, G.; FERRETTI, S.; SANTOS, L. (Orgs.). **Missa, Culto e Tambor: os espaços da religião no Brasil**. São Luís: EDUFMA/FAPEMA, 2012. p. 281-294.

\_\_\_\_\_. **Repensando o sincretismo**. São Paulo: Edusp; Arché Editora, 2ª edição, 2013.

FREGONEZE, Josmara B.; COSTA, Marlene Jesus da; SOUZA, Nancy de. **Cozinhando História: receitas, histórias, e mitos de pratos afro-brasileiros**. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2015.

FREITAS, Maria José Rabello de – **Igreja do Rosário dos Pretos**. Salvador, Prefeitura Municipal, 1966, p. 6 (pequeno Guia das Igrejas da Bahia, 20).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOORNAERT, Eduardo. **O cristianismo moreno no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

LEAL, Geraldo da Costa. **Salvador dos contos, cantos e encantos**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2000.

LIMA, Ari; ALVES, Nana L. M. **Relações raciais, racismo e identidade negra no candomblé baiano de Alagoinhas**. Revista Educere et Educare (versão eletrônica), Vol. 10, Nº 20, jul/dez 2015, p. 585-598.

LIMA, Fábio Batista. **As quartas-feiras de Xangô: ritual e cotidiano**. Salvador: UNEB, 2005.

LIMA, Vivaldo da Costa. **Cosme e Damião: o culto aos santos gêmeos no Brasil e na África**. Salvador: Corrupio, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lessé Orixá = Nos pés do Santo**. Salvador: Corrupio, 2010.

LINDLEY, Thomas. **Narrativa de Uma Viagem ao Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, volume 343 da coleção Brasileira, 1969.

MACEDO, Emiliano Unzer. **Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético**. Revista Ágora, Vitória, n. 7, 2008, p.1-20.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAUSS, Marcel. **Ensaio Sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MELO MORAIS FILHO, Alexandre José. **Festas e Tradições Populares no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

MENDEL, Debora Simões de Souza. **Entre raios, trovões e tempestades: Festas de Santa Bárbara e Iansã em Salvador**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MENGALI, Jeferson Flávio. **São Jorge: o poder do santo guerreiro: quem é São Jorge e como ele pode transformar sua vida**. Rio de Janeiro: Petra Editora, 2015.

NASCIMENTO, André Luiz Brito. **Santa Bárbara: uma devoção popular**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez Freguesias da Cidade do Salvador: Aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX**. Salvador, FCEBa/EGBa, 1986.

NASCIMENTO, Jussara Rocha. A Bárbara da Antiguidade. In: Bahia. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC. **Festa de Santa Bárbara** (Cadernos do IPAC, 5). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.

NUNES NETO, Francisco Antonio. **A invenção de uma tradição: a Festa do Senhor do Bonfim em jornais baianos**. Tese de Doutorado em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. **Jamais fomos pré-modernos: as transformações nas religiosidades brasileiras**. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, nº 2, p. 65-111, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. **“Orixás: a manifestação cultural de Deus”**: uma análise das liturgias católicas “inculturadas”. Dissertação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **Santos e festas de santos na Bahia**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2005.

OTT, Carlos. **A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho**. In Revista Afro-Ásia nº 6-7. CEAO-UFBA: Salvador, 1968.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

PEREZ, Léa Freitas, AMARAL, Leila e MESQUISTA, Wania (Orgs.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**, e-book. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

PIERSON, Donald. **Branços e prêtos na Bahia**: estudo de contacto racial. 2ª edição. São Paulo: Nacional, 1971.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUERINO, Manuel. **A arte culinária na Bahia**. Salvador: P555 Edições, 2006 [1928].

\_\_\_\_\_. **A Bahia de Outrora**. Salvador: Livraria Editora Progresso, 1955 [1916].

\_\_\_\_\_. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. 1918.

RAMOS, Cleidiana Patrícia Costa. **Festa de verão em Salvador**: um estudo antropológico a partir do acervo documental do jornal A Tarde. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

RÉGIS, Olga Francisca; LIMA, Vivaldo da Costa. **A comida de santo numa casa de queto da Bahia**. Salvador: Corrupio, 2010.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. 2 ed. Salvador: P55 Edições, 2014 [1896]. 148p. \_ (Coleção Auto-conhecimento Brasil).

\_\_\_\_\_. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945 [1932].

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder**: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005.

\_\_\_\_\_. Eparrei, Bárbara! Espetacularização e confluência de gêneros na festa de Santa Bárbara em Salvador. In: LODY, Raul (org.). **Seminário Eparrei, Bárbara**: fé e festas de largo do São Salvador. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005, p. 33-50.

SANTOS, Nivea Alves dos. O culto a Santa Bárbara na Bahia. In: Bahia. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC. **Festa de Santa Bárbara** (Cadernos do IPAC, 5). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.

SANTOS, Vagner José Rocha. **O sincretismo na culinária afro-baiana: o acarajé das filhas de Iansã e das filhas de Jesus**. Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.

SERRA, Ordep José Trindade. A festa de largo e seus horizontes: uma breve reflexão. In: LODY, Raul (org.). **Seminário Eparrei, Bárbara: fé e festas de largo do São Salvador**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005, p. 11-18.

\_\_\_\_\_. **Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVEIRA, Renato da. Pragmatismo e milagres de fé no Extremo Ocidente. In: REIS, João José (org.) **Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto**. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SOARES, Cecília. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Dissertação em História – UFBA. Salvador, 1994.

SOUSA, Vilson Caetano de. **Orixás, santos e festas: encontros e desencontros do sincretismo afro-católico na cidade de Salvador**. Salvador: Ed. UNEB, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Letras, 1993.

TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. Diversidade e invisibilidade festiva na Baía de Todos os Santos. In: **Festas na Baía de Todos os Santos: visibilizando diversidades, territórios, sociabilidades**. Salvador: EDUFBA, 2015.

TAVARES, Odorico. **Bahia – Imagens da Terra e do Povo**. [ilustrações Carybé]. Rio de Janeiro: Ediouro, 1951.

TEIXEIRA, César.; SILVA, A. W. C. . **Eclesiologia do Concílio Vaticano II**. Revista Eletrônica Espaço Teológico, v. 4, p. 17-28, 2010.

TINHORÃO, José Ramos. **Música popular de índios, negros e mestiços**. Petrópolis, Vozes, 1972.

TOMMASI, Tarcila. **Santa Bárbara**. São Paulo: Paulinas, 2014.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda áurea: vidas de santos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Lendas africanas dos Orixás**. [ilustrações Carybé]; tradução Maria Aparecida da Nóbrega. Salvador: Corrupio, 4ª edição, 1997.

\_\_\_\_\_. **Notícias da Bahia de 1850**. Tradução Maria Aparecida da Nóbrega. 2ª ed. Salvador: Corrupio, 1999.

\_\_\_\_\_. **Orixás deuses iorubas na África e no Novo Mundo**. Tradução Maria Aparecida da Nóbrega. Salvador: Corrupio, 6ª edição, 2002.

\_\_\_\_\_; BASTIDE, Roger. Contribuição ao estudo sociológico dos mercados nagôs do Baixo Daomé. In: LÜHNING, Angela (org.) **Verger-Bastide: dimensões de uma amizade**. Tradução: Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VIANNA, Hildegardes. **A Bahia já foi assim** (Crônicas de Costumes). Editora Itapuã, Salvador, Bahia, 1973.

\_\_\_\_\_. **A Cozinha Bahiana: seu folclore, suas receitas**. Bahia, 1955.

\_\_\_\_\_. **Calendário de festas populares da cidade do Salvador**. Salvador: Prefeitura Municipal, 1983.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

VILHENA, Luís Santos. **Notícias Soteropolitanas e brasílicas**. Imprensa Oficial do Estado. Bahia, Vol. 1, 1921 [1802].

VINCENT, Catherine. **Charités Bien Ordonnées**. Les confréries normandes de la fin du XIIIe siècle au début du XVIe siècle. Paris: École Normale Supérieure, 1988.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

#### **Periódicos consultados:**

A TARDE: 05/12/1914, p. 3; 04/12/1920, p. 4; 04/12/1929, capa; 04/12/1930, p. 2; 05/12/1931; 04/12/1934, p. 2; 04/12/1936, p. 2; 04/12/1939, p. 3; 04/12/1942, p. 2; 04/12/1944, p. 2;

04/12/1946, p. 2; 05/12/1947, p. 2; 04/12/1953, p. 2; 03/12/1954, p. 2; 04/12/1957, p. 3; 05/12/1960, p. 2; 05/12/1961, p. 3; 05/12/1966, p. 3; 05/12/1967, p. 3; 05/12/1969, p. 3; 02/12/1970, p. 13; 05/12/1970, p. 2; 06/12/1971, p. 4; 05/12/1972, p. 3; 03/12/1973, p. 4; 05/12/1973, p. 3; 05/12/1974, p. 3; 06/12/1976, p. 03; 08/05/1977, Suplemento Mulher, p. 12; 05/12/1977, p. 1; 05/12/1978, capa; 05/12/1978, p. 3; 02/12/1979, p. 5; 05/12/1979, p. 3; 02/12/1980; 05/12/1980, p. 3; 05/12/1981, p. 3; 05/12/1981, p. 1; 05/12/1982, p. 3; 07/12/1984, p. 3; 05/12/1985, p. 1; 05/12/1986, p. 2; 05/12/1987, p. 2; 05/12/1988, p. 3; 05/12/1995, p. 2; 05/12/1996, p. 2; 05/12/1997, p. 5; 05/12/1998, p. 3; 05/12/1999, p. 3; 05/12/2005, p. 5; 05/12/2007, p. 8 e 18/11/2011, Especial Consciência Negra, p. 12.

CORREIO DA BAHIA: 04/12/1979; 05/12/1979; 06/12/1979; 07/12/1979; 01/12/1980, Cidade, p. 5; 04/12/1980, Cidade, p. 5; 05/12/1980, p. 5; 03/12/1981, Cidade; 05/12/1981, Cidade, p. 5; 05/12/1984, Cidade, p. 5; 03/12/1986, p. 6; 05/12/1986, p. 6; 06/12/1986, Cidade, p. 5; 19/11/1987, p. 6; 05/12/1987, Cidade, p. 5 e 05/12/2004, p. 13.

CORREIO DA MANHÃ: 11/05/1969, p. 3.

DIÁRIO DA BAHIA: 04/12/1904, capa e 04/12/1917, capa.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 04/12/1880; 04/12/1885; 06/12/1909; 30/11/1911; 04/12/1911, p. 2; 05/12/1911, p. 1; 06/12/1911, p. 1; 09/12/1912; 03/12/1919; 04/12/1926, capa; 05/12/1972, p. 2; 27/11/1974; 05/12/1975, p. 3; 04/12/1979; 05/12/1979, p. 3 e 07/12/1979, p. 3.

ESTADO DA BAHIA: 04/12/1937, p. 8.

JORNAL DA BAHIA: 06/12/1966, p. 2; 04/12/1968, Caderno 2, p. 1; 05/12/1970, p. 3; 04/12/1979; 05/12/1979, p. 2; 07/12/1983, p. 04; 05/12/1985, p. 3; 03/12/1986, p. 3; 05/12/1986, p. 9; 05/12/1987, p. 9 e 05/12/1990, p. 5.

TRIBUNA DA BAHIA: 05/12/1981, p. 3; 01/12/1986, p. 6; 03/12/1986, p. 7 e 05/12/1990, Cidade, p. 1.

## ANEXOS

## ANEXO A – Termo de doação da imagem de Santa Bárbara à Irmandade dos Homens Pretos.

TERMOS DE DOAÇÃO QUE FAZEM OS HERDEIROS DE  
NUMA POMPÍLIO DE BITTENCOURT À IRMANDADE  
DA IGREJA N.S. DO ROSÁRIO DOS PRETOS, NA  
FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento, os HERDEIROS de NUMA POMPÍLIO DE BITTENCOURT, neste ato representado por GERALDO CORREIA DA CUNHA, fazem a doação de uma imagem de madeira de SANTA BÁRBARA, à IRMANDADE DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS, situada na Praça José de Alencar (Pelourinho), nesta Capital, estabelecendo as condições seguintes.

PRIMEIRA - Os doadores, nesta data em que se homenageia SANTA BÁRBARA, dão à retrocitada Irmandade a imagem da SANTA, esculpida em madeira, medindo aproximadamente 40cm (quarenta centímetros) de altura, com idade aproximadamente de 40 (quarenta) anos, venerada por seus devotos no Mercado da Baixa dos Sapateiros.

SEGUNDA - Ficará a SANTA BÁRBARA, em local de fácil acesso ao público, a fim de que seus devotos possam fazer as suas orações e pedir as graças a alcançar.

TERCEIRA - Obrigar-se-á a IRMANDADE a zelar da Imagem, fazendo, sob suas expensas e ou dos devotos da SANTA BÁRBARA, trabalhos de restauração ou outros que estiver a necessitar.

E, para que fique pertencendo, por vontade espontânea dos Herdeiros de NUMA POMPÍLIO DE BITTENCOURT, À IRMANDADE DE N.S. DO ROSÁRIO DOS PRETOS A IMAGEM DE SANTA BÁRBARA, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas e do povo devoto aqui presente.

Salvador, 4 de dezembro, 1987.

HERDEIROS NUMA POMPÍLIO DE BITTENCOURT  
*Quilbe Correia da Cunha*  
 GERALDO CORREIA DA CUNHA  
*João Helio Rebelo - Capelão*  
 IRMANDADE N.S. DO ROSÁRIO DOS PRETOS  
*Antônio de Santos*  
 "Trin"

TESTEMUNHAS:  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
 Salvador, 07 de Dezembro de 1987  
 Em Tes. *[Signature]*

Pelo Instrumento Público nº 1076/87  
 Livro 66, Folha 107  
 TABELA A SUBSTITUIA  
 José Henrique de Araújo  
 59 10023  
 SALVADOR - BAHIA

**ANEXO B** – Folheto distribuído pela Comissão de Festejos de Santa Bárbara em 1989.



## MENSAGEM DE ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Seja educado e cristão façamos um procissão em ordem disciplina e muita fé. Queremos a colaboração de todos.

Lembre-se cada exercício de fé tem um dia, seu lugar e sua hora determinada.

Esta é um proclamação pública de fé católica.

Pedimos mais uma vez a compreensão a ajuda de todas as pessoas

Grata,

Comissão de Festejos de Santa Bárbara  
Baixa dos Sapateiros

Pe. HÉLIO ROCHA  
Capelão

*Apoio: PSC - Dep. Danilo Azevêdo*

**ANEXO C** – Decreto de Registro da Festa de Santa Bárbara como Patrimônio Imaterial da Bahia.

**DECRETO Nº 11.353 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008**

**Promove o registro do bem de valor cultural que indica e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, à vista do disposto na Lei nº 8.895, de 16 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 10.039, de 03 de julho de 2006, e considerando os elementos constantes do Processo nº 012/06, especialmente as propostas formuladas em dossiê e devidamente aprovadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC e pelo Conselho Estadual de Cultura, ambos da estrutura da Secretaria de Cultura,

**D E C R E T A**

**Art. 1º** - Fica registrada no Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações a **Festa de Santa Bárbara**, manifestação cultural da Cidade do Salvador, como um patrimônio imaterial da Bahia.

**Art. 2º** - Fica o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, autarquia vinculada à Secretaria de Cultura, autorizado a adotar as providências previstas em Lei, visando à execução deste Decreto.

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 03 de dezembro de 2008.

**JAQUES WAGNER**

*Governador*

Eva Maria Célia Dal Chiavon  
Secretária da Casa Civil

Márcio Meirelles  
Secretário de Cultura